**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO**

ELIS MARIA TEIXEIRA PALMA PRIOTTO

**Violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira:
Brasil – Paraguai – Argentina**

**RIBEIRÃO PRETO
2013**

ELIS MARIA TEIXEIRA PALMA PRIOTTO

Violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira:

Brasil – Paraguai – Argentina

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Ciências,
Programa Enfermagem em Saúde Pública.

Linha de Pesquisa: Assistência à criança e ao
adolescente

Orientadora: Profa. Dra. Marta Angélica Iossi
Silva

RIBEIRÃO PRETO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação Enfermagem
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma.

Violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira:
Brasil-Paraguai-Argentina / Elis Maria Teixeira Palma Priotto; orientador
Marta Angélica Iossi Silva – Ribeirão Preto, 2013

251 p. il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2013.

1. Adolescente. 2. Violência. 3. Vulnerabilidade social.
4. Áreas de fronteira

FOLHA DE APROVAÇÃO

PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma.

Violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira: Brasil – Paraguai – Argentina.

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Doutor em Ciências,
Programa Enfermagem em Saúde Pública

Aprovado em : ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

*Foram tantas horas de estudo!
Foi penoso o trabalho de pesquisa elaborado!
Teve tantas preocupações;
O tempo era curto;
A responsabilidade era grande;
Vivia sempre apressada, e a universidade era tão longe;
O avião atrasava;
A fila dobrava a esquina
O trânsito era uma loucura!
Estive tantas vezes angustiada;
A vida é tão cara!
Os tempos são difíceis!
O dinheiro da bolsa já acabou!
A saúde que preocupa!
O salário já chegou ao fim!
A imensa saudade da família!
Mas apesar do cansaço, da preocupação, da pressa e da angústia.
EU VENCI!
Porque sempre teve alguém:
Que me amou,
Que me esperou
E rezou, para que eu fosse feliz!*

Assim eu agradeço...

*A **Deus**, presença permanente em minha vida, protegendo e orientando meus caminhos;*

*Ao meu pai **Alvaro Palma**, in memoriam, com quem aprendi a importância de pensar, agir e jamais desistir. Ele que enfrentou inúmeras dificuldades na sua vida profissional para dar subsídios financeiros e qualidade de vida a sua família e cuja morte se deu violenta e precocemente.*

*A minha mãe **Deusdete Teixeira Palma**, pelo amor, carinho e exemplo de mulher batalhadora e empreendedora a qual, amo e em quem tento me espelhar.*

*Aos meus filhos **Carolina, Leonardo e Heloisa** cujo carinho, compreensão e amor me fortalecem.*

*Ao meu **esposo**, cuja presença, preocupação, amor, carinho, paciência, compreensão e apoio me impulsionam para prosseguir.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa um desafio pessoal e o resultado de muito trabalho, interlocuções e aprendizados na minha vida. Muitos foram os educadores e amigos que tornaram esta trajetória aceitável, necessária e acima de tudo, que valesse a pena. Foram muitas as contribuições, cada um com o seu valor em especial. No entanto, mesmo que na capa apareça apenas o nome da autora principal tenho total ciência, sinceridade e humildade em reconhecer e registrar que esta fase só se solidificou graças:

*À Profa. orientadora **Dra. Marta Angélica Iossi Silva** agradeço de forma especial pelo apoio e disponibilidade em aceitar meu projeto e nortear este trabalho com as suas incisivas pontuações;*

*Ao Prof. Dr. **Oscar Kenji Nihei** um pesquisador, amigo que organizou a digitação dos dados, que sempre com muita paciência, preocupação e incentivo para um bom resultado arrumava um horário na sua agenda para conversar e compartilhar dúvidas quanto à realização do meu trabalho;*

*À **Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE** instituição que tenho orgulho de fazer parte e que pelas determinações legais permitiu meu afastamento para a capacitação docente, em especial a **Elisângela Borges de Oliveira** do setor financeiro que profissionalmente orientou quanto à documentação e utilização dos recursos disponíveis da bolsa de capacitação;*

*À **Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto** pelo apoio e acolhimento, respaldados por uma formação de qualidade e referência de instituição; Aos **funcionários da escola e do programa**, pela atenção e carinho que contribuíram para sanar dificuldades que surgiam;*

*A todos (as) os (as) **professores (as)** da **Pós-Graduação** em especial a Profa. **Dra. Maria das Graças Bonfim de Carvalho**;*

*À Profa. **Dra. Cláudia Benedita dos Santos**, pelas contribuições e sugestões;*

*Ao Prof. Dr. **Jair Lício Ferreira Santos** pelas valiosas contribuições e orientações na análise dos dados que, em poucas palavras, me ajudaram interpretar os resultados;*

*Aos **diretores, coordenadores, supervisores, técnicos, alunos de iniciação científica, digitadores, professores e alunos adolescentes**, que permitiram, ajudaram e colaboraram para que realizasse a pesquisa;*

*Às **Beneditinas da Fundação “Vita Et Pax”**- as religiosas, **funcionários e colegas** pensionistas, que foram minha família interina por três anos;*

*À **Fundação Araucária** pelo apoio financeiro à minha capacitação docente;*

*A **Itaipu Binacional** pelo apoio financeiro no projeto de pesquisa.*

RESUMO

PRIOTTO, E. M. T. P. **Violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina. 2013.** 251 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

Introdução: A violência social está presente na sociedade, expressando-se de forma associada a outros tipos de violência e conformando uma rede onde se expressam os conflitos do sistema social em que se articulam os níveis interpessoais. A violência praticada e sofrida entre os adolescentes materializa-se nos diversos espaços sociais, envolvendo-os enquanto vítimas, agressores, vítimas/agressores, nem vítimas nem agressores - expectadores. **Objetivo:** Analisar a existência de associação da variável violência (vítima e agressor) com relação às variáveis de interesse de estudo envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira. **Método:** Estudo transversal analítico, utilizando-se uma amostra aleatória estratificada de adolescentes de 12 a 18 anos de idade, alunos de escolas públicas, da área urbana, dos municípios de fronteira Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (ARG), no período de 2010 a 2012. Analisaram-se os dados de 2.788 questionários pelo programa *Statistical Analysis Software* (SAS), por meio de regressão logística para identificar fatores associados a sexo, país e à categorização de participantes da violência, segundo a medida de quantificação da associação *Odds Ratio*. **Resultados:** Evidenciou-se uma média da idade de 14,6 anos (Desvio-padrão 2,1), a maioria foi do sexo feminino (50,7%), de cor/etnia branca (43,9%), católicos (53,7%), solteiros (87%) com uma renda mensal familiar de 1 a 3 salários-mínimos (35,6%) na moeda vigente para cada país analisado. Dentre a categoria de participantes da violência (vítima, agressor, vítima/agressor, nem vítima nem agressor), por faixa etária e sexo obteve-se uma associação significativa de vítima para o sexo feminino ($OR=M/F=0,82$) e agressor ($OR=M/F=1,44$) e vítima/agressor ($OR=1,2$) para o sexo masculino. A análise por país mostrou maiores chances para, no Brasil ($OR=ARG/BR=0,67$ e $OR=PY/BR=0,76$), ser vítima e ($OR=PY/BR=0,64$) vítima/agressor, no Paraguai ($OR=1,56$) nem vítima nem agressor e, na Argentina ($OR=1,64$), ser vítima/agressor. As violências caracterizaram-se em interpessoal, coletiva e autoinfligida. O adolescente que se apresenta como vítima afirma sofrer humilhações, agressões verbais e ameaças. Afirma que quem o agride são pessoas desconhecidas e familiares. Os adolescentes agressores do sexo masculino e feminino praticam violências tanto verbais como físicas, furtos como roubos, contra namorados, amigos, vizinhos e desconhecidos. A violência autoinfligida aparece por pensar em suicídio, com ênfase entre as adolescentes da Argentina. Os motivos de cometer violências são múltiplos como para se defender e para se divertir. Apontam-se como causas para a violência o uso de drogas e bebidas alcoólicas e para diminuir a violência afirmam ter de aumentar o policiamento e as famílias orientarem melhor seus filhos. O desconhecimento da existência de políticas públicas e de programas a eles dirigidos evidenciou-se entre a maioria dos adolescentes, nos três países. **Conclusão:** A violência social existente é preocupante e, diante do contexto e das variáveis analisadas, sugere-se que ter religião, ter curso profissionalizante, praticar esportes, fazer algo no seu tempo livre e estar trabalhando não é fator de proteção contra a condição de participantes da violência. Entretanto, sabe-se que a violência não é inevitável, e os três países necessitam aprimorar o enfrentamento do problema com a estruturação de uma política de fronteira que priorize a prevenção primária e que os profissionais, na atuação junto aos adolescentes, reconheçam que os adolescentes são vítimas e também agressores, a fim de assumirem uma responsabilidade compartilhada na luta contra as iniquidades, os descasos e o crime organizado transnacional, estabelecendo uma estratégia de ação conjunta.

Palavras-chave: Adolescente. Violência. Vulnerabilidade Social. Áreas de Fronteira.

RESUMEN

PRIOTTO, E. M. T. P. **Violencia envolviendo adolescentes estudiantes de la tríplice frontera: Brasil – Paraguay – Argentina. 2013.** 251 f. Tesis (Doctorado) – Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto de la Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

Introducción: La violencia social está presente en la sociedad, expresándose de forma asociada a otros tipos de violencia y conformando una red donde se expresan los conflictos del sistema social en que se articulan los niveles interpersonales. La violencia practicada y sufrida entre los adolescentes se materializa en los diversos espacios sociales, envolviéndoles en cuanto víctimas, agresores, víctimas/agresores, ni víctimas ni agresores/espectadores. **Meta:** Analizar la existencia de la asociación de la variable violencia (víctima y agresor) con relación a las variables de interés de estudio envolviendo adolescentes estudiantes en la tríplice frontera. **Método:** Estudio transversal analítico, utilizándose una muestra aleatoria estratificada de adolescentes de 12 a 18 años de edad, alumnos de escuelas públicas, de la área urbana, de los municipios de frontera Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) y Puerto Iguazú (ARG), en el período de 2010 a 2012. Analizaranse los datos de 2.788 cuestionarios por el programa *Statistical Analysis Software* (SAS), por medio de regresión logística para identificar factores asociados al sexo, país y a la categorización de participantes de la violencia, según la medida de cuantificación de la asociación *Odds Ratio*. **Resultados:** Se evidenció una media de edad de 14,6 años (Desvío-patrón 2,1), la mayoría fue del sexo femenino (50,7%), de color/etnia blanca (43,9%), católicos (53,7%), solteros (87%) con una renta mensual familiar de 1 a 3 salarios-mínimos (35,6%) en la moneda vigente para cada país analizado. De entre la categoría de los participantes de la violencia (víctima, agresor, víctima/agresor, ni víctima ni agresor) por periodo etario y sexo se obtiene una asociación significativa de víctima para el sexo femenino ($OR=M/F=0,82$) y agresor ($OR=M/F=1,44$) y víctima/agresor ($OR=1,2$) para el sexo masculino. El análisis por país mostró mayores chances para, en Brasil ($OR=ARG/BR=0,67$) y ($OR=PY/BR=0,76$), ser víctima y ($OR=PY/BR=0,64$) víctima/agresor, en Paraguay ($OR=1,56$) ni víctima ni agresor y, en Argentina ($OR=1,64$), ser víctima/agresor. Las violencias se caracterizan en interpersonal, colectiva y auto infligida. El adolescente que se presenta como víctima afirma sufrir humillaciones, agresiones verbales y amenazas. Afirma que quien lo agrede son personas desconocidas y familiares. Los adolescentes agresores del sexo masculino y femenino practican violencias tanto verbales como físicas, hurtos como robos, contra novios, amigos, vecinos y desconocidos. La violencia auto infligida aparece por pensar en suicidio, con énfasis en entre adolescentes de Argentina. Los motivos de cometer violencias son múltiples como “defenderse” y “para divertirse”. Apuntase como causas para la violencia el uso de drogas y bebidas alcohólicas y para disminuir la violencia afirman tener de aumentar la policía y las familias orientaren mejor sus hijos. El desconocimiento de la existencia de políticas públicas y de programas a ellos dirigidos se evidenció en entre la mayoría de los adolescentes, en los tres países. **Conclusión:** La violencia social existente es preocupante y, ante el contexto y de las variables analizadas, se sugiere que tener religión, profesionalizarse, practicar deportes, hacer algo en su tiempo libre y estar trabajando no es factor de protección contra la condición de participantes de la violencia. Sin embargo, se sabe que la violencia no es inevitable, y los tres países necesitan perfeccionar el enfrentamiento del problema con la estructuración de una política de frontera que priorice la prevención primaria y que los profesionales, en la actuación junto a los adolescentes, reconozcan que los adolescentes son víctimas y también agresores, a fin de asumieren una responsabilidad compartida en la lucha contra las iniquidades, las dejadeces y el crimen organizado transnacional, estableciendo una estrategia de acción conjunta.

Palabras-llaves: Adolescente. Violencia. Vulnerabilidad Social. Áreas de Frontera.

ABSTRACT

PRIOTTO, E. M. T. P. **Violence involving adolescent students in the triple border between Brazil, Paraguay and Argentina.** 251f (Ph.D.) - School of Nursing of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

Introduction: Violence is present in society, being expressed in association with other types of violence. This association forms a network of conflicts in the social system articulated at interpersonal levels. Violence among adolescents takes place in various social spaces, creating perpetrators, victims and spectators. **Objective:** To analyze the possible association between the variable violence (be it perpetrated or suffered) and the variables of interest of study involving adolescent students in the triple border between Brazil, Paraguay and Argentina. **Method:** An analytical transversal study of a stratified random sample was carried out. The sample was formed of public school students aged between 12 and 18, in the urban areas of the municipalities of Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (ARG) along the triple border between 2011 and 2012. The data was collected from 2.788 questionnaires, using Statistical Analysis Software (SAS) through logistic regression. The aim was to identify factors associated to gender, country and categorization of participants in violent situations according to standards by Odds Ratio Association. **Results:** There is evidence of an average age of 14.6 years old (Standard Deviation = 2.1), mostly female (50.7%), white color/ethnic (43.9%), catholic (53.7%), single (87%), with average income of 1 to 3 minimum wages in the local currency of each of the countries. Among the violence participants - victim, perpetrator, both, and neither - there was prevalence of female victims (Odds Ratio [OR] = M/F = 0.82), and perpetrators (OR = M/F = 1.44), and for male victim/perpetrator (OR = M/F = 1.2). The analysis by country shows higher incidence of Brazilian victims (OR = ARG/BR = 0.67 and OR = PY/BR = 0.76) and both victim/perpetrators (OR = PY/BR = 0.64). Whereas among Paraguayans there is no incidence nor of victims neither of perpetrators (OR = 1.56). Whereas among Argentines, there is higher incidence of victims and perpetrators (OR = 1.64). Violent behavior was categorized interpersonal, collective and self-inflicted. The self-declared victim claims to suffer humiliation, verbal aggression and threats by strangers and family members. Both male and female perpetrators show verbal as well as physical violent behavior, thefts against boy/girl-friends, friends, neighbors and strangers. Self-inflicted violence appears associated with suicidal thoughts especially among young Argentines. Reasons for violence vary from 'self-defense' to 'having fun'. Drugs and alcohol are pointed as causes of violence. More police and better guidance and support from the family are pointed as ways to reduce violence. Unawareness of the public policies and programs addressing violence among those youngsters was clear in the entire sample, regardless the country. **Conclusion:** Social violence exists and it is worrying. From the analysis of context and variables, religion, vocational programs and courses, sports, free time activities and work are factors of protection against being exposed to violent situations. However, violence is not known to be inevitable. The three countries must improve their strategies to face the problem by the structuring of border management policy aiming at primary prevention. The professionals dealing with those youngsters must become aware that adolescents are victims as well as perpetrators, in order to share the responsibility in the fight against inequity, negligence and transnational organized crime, establishing a joint strategy of action.

Key-words: Adolescent, Violence, Social Vulnerability, Border Areas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologias da violência	56
Quadro 2	Relação do ensino por ano em cada país de acordo com a faixa etária	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Território e fronteira Brasil, Paraguai e Argentina	100
Figura 2	Distribuição da situação dos adolescentes quanto ao trabalho por faixa etária e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	122
Figura 3	Distribuição de respostas dos adolescentes quanto a ter arma de fogo em casa com relação a sexo, à faixa etária e a país – Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	140
Figura 4	Distribuição de respostas dos adolescentes se já pensou em suicídio por sexo, faixa etária e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	140
Figura 5	Distribuição das respostas dos adolescentes quanto a conhecer alguém que faz parte do crime organizado ou que cometeu homicídio/assassinato por sexo, faixa etária e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	143
Figura 6	Distribuição das respostas dos adolescentes se conhecem vítimas de homicídios/assassinatos por sexo, faixa etária e país – Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	145
Figura 7	Respostas dos adolescentes quanto à existência de políticas públicas voltadas ao adolescente no município com relação ao sexo, à faixa etária e ao país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Caracterização sociodemográfica dos adolescentes com relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	116
Tabela 2	Caracterização dos adolescentes quanto a ter ou não concluído curso profissionalizante por faixa etária com relação ao sexo e país. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	117
Tabela 3	Caracterização das atividades que os adolescentes mais gostam de fazer no seu tempo livre com relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	118
Tabela 4	Caracterização dos adolescentes quanto à prática de esportes por faixa etária com relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	120
Tabela 5	Caracterização da situação de trabalho dos adolescentes por sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.....	121
Tabela 6	Caracterização das normas disciplinares relatadas pelos adolescentes e utilizadas pelos pais em relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	124
Tabela 7	Caracterização dos tipos de violência sofrida (vítimas) em relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	125
Tabela 8	Caracterização de quem comete mais violência (agressores) contra os adolescentes por sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	127
Tabela 9	Caracterização dos tipos de violência praticada pelo adolescente (agressor) em relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	128
Tabela 10	Vítimas dos adolescentes com relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	129
Tabela 11	Caracterização dos motivos dos adolescentes para cometer violência, por sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	131
Tabela 12	Caracterização dos adolescentes participantes de violência por faixa etária com relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	132

Tabela 13	Caracterização dos adolescentes participantes de violência por religião, por curso profissionalizante, praticar esportes e opções de lazer, com relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	134
Tabela 14	Prevalência da etnia/cor dos adolescentes por participantes de violência com relação ao país. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	135
Tabela 15	Caracterização da situação de trabalho dos adolescentes e condições de participação em violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	136
Tabela 16	Normas disciplinares recebidas pelos adolescentes e a participação em violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	138
Tabela 17	Conhecimento de ter arma de fogo em casa e ter pensado em suicídio por participante de violência em relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	142
Tabela 18	Conhecimento dos adolescentes de pessoas que fazem parte do crime organizado ou que cometeu homicídio/assassinato por participantes em violência em relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	144
Tabela 19	Conhecimento de vítimas de homicídio/assassinato e participantes de violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	145
Tabela 20	Causas de existir violência no bairro segundo os adolescentes por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.....	147
Tabela 21	Respostas dos adolescentes sobre o que poderia ser feito para diminuir a violência no seu bairro por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	148
Tabela 22	Caracterização dos adolescentes participantes de violência quanto ao conhecimento da existência de políticas públicas por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.....	150
Tabela 23	Caracterização das variáveis independentes por categorização de participantes da violência dos países e respectivos valores para ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Agressor
ADITAL	Agência de notícias da América Latina
AFA	Associação Fraternidade Aliança
AIDS	Síndrome da Imune Deficiência Adquirida
ARG	Argentina
BR	Brasil
RF	Rodovia Federal
CAIA	Centro de Atenção Integral ao Adolescente
CASACIDN	Comité Argentino de Seguimiento y Aplicación de La Convención Internacional
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CENIJU	Centro de Estudos em matéria de Direitos Humanos, Crianças e Jovens
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CDC	Convenção sobre os direitos da Criança
CDE	Ciudad del Este
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CODENI	Conselho Municipal pelos Direitos do Menino, Menina e Adolescente
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais em Saúde
CF	Constituição Federal
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CRECE	Centro Regional Educación
CTGs	Centros de Tradição Gaúcha
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DGEEC	Dirección General de Estadísticas, encuestas y censos
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	Global Monitoring Report on the Status of Actions against the Commercial Sexual Exploitation of Children (Relatório de Monitoramento Global sobre a situação das Ações contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças)
EERP	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
EGB	La Educación General Básica
EPP	Ejército Popular del Paraguay
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FIA	Fundo Estadual para Infância e Adolescência
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IIN	Instituto Interamericano da Criança e dos Adolescentes
INDEC	Instituto Nacional de Estadística Y Censos de la Republica
IPS	Instituto de Previsión Social
ITAIPU	Usina Hidrelétrica de Itaipu
ITEC	Instituto Tecnológico Iguazú
LACA	Lar de Apoio à Criança e ao Adolescente de Foz do Iguaçu
MS	Ministério da Saúde
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NVNA	Nem vítima nem agressor
NUCRIA	Núcleo de Proteção a Crianças e Vítimas de Crimes
NUPREV	Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência de Foz do Iguaçu - PR.
NR	Não Respondeu
NRE	Núcleo Regional de Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OR	<i>Odds Ratio</i> /Razão de chances
PAINAC	Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes que vivem nas ruas sem laços familiares
PEA	População Economicamente Ativa
PE	Pernambuco
PET	População de idade para trabalhar
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNE's	Portador de necessidades especiais
PPCA	Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente
PY	Paraguai
PR	Paraná
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens
KM	Quilômetro
KM2	Quilômetro quadrado
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
REDE PROTEGER	Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente na Tríplice Fronteira
REDLAMYC	Rede Latino - Americana e Caribe
RELAF	Red latinoamericana de Acogimiento Familiar
RN	Ruta Nacional
RJ	Rio de Janeiro
SAS	Statistical Analysis Software
SEDU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano
SOS	Socorro
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
USPRP	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto
V	Vítima
V/A	Vítima/Agressor
VIVA	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes
WHA	World Health Assembly (Assembleia Mundial da Saúde)
ZONA FRANCA	Zona de livre comércio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	20
2 OBJETIVOS	35
3 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL	37
3.1 Violências e suas definições: um problema social	38
3.2 Violências: um problema social e de saúde	42
3.3 Tipologias da violência.....	46
3.4 Vítima e agressor	55
3.5 Políticas públicas na prevenção das violências	57
3.6 Tríplice fronteira e a diversidade cultural.....	77
3.7 Adolescência no contexto trinacional.....	85
3.7.1 Adolescer: uma trajetória vulnerabilizante	85
3.7.2 Adolescência e a vulnerabilidade social	90
4 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	96
5 MÉTODO	98
5.1 Delineamento do estudo	99
5.2 Cenário do estudo	99
5.3 Período do estudo	103
5.4 Participantes do estudo	104
5.4.1 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes	104
5.5 Casuística.....	105
5.6 Questionários para coleta de dados	107
5.7 Pré-teste	108
5.8 Tratamento das informações sobre violência	109
5.9 Análise estatística dos dados	109
5.10 Aspectos éticos	111

6 RESULTADOS	113
6.1 Análises referentes às variáveis sociodemográficas	114
7 DISCUSSÃO	156
8 CONCLUSÕES.....	195
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICES	222
ANEXOS	239

APRESENTAÇÃO

As questões que nortearam a proposição deste estudo resultam das minhas vivências práticas e teóricas durante a trajetória profissional, no entanto, para esta apresentação considere as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento dos meus trabalhos anteriores nos quais aprendi muito com o público envolvido e em que, por vários momentos, me deparei com uma sociedade em constantes transformações cuja mudança em destaque é o envolvimento de adolescentes e jovens com a violência, nos mais diversos espaços sociais. Acredito, também, que a minha formação em Enfermagem e Obstetrícia com habilitação em Licenciatura em enfermagem – Enfermeira e atuando como docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE do *campus* de Foz do Iguaçu ajudou-me a conhecer, a interagir e a agir com os princípios do cuidado integral, prevenção e educação para a saúde, fase e público que sempre me chamaram a atenção: adolescência/adolescente.

O interesse pelo presente objeto de estudo, ou seja, violência, vem de muitas aproximações teóricas, estudos e iniciativas com projetos de extensão e de uma pesquisa realizada de 2005 a 2007 intitulada: “Prevenir a Violência: um desafio para Foz do Iguaçu” que recebeu menção honrosa no X Congresso Brasileiro de Adolescência/2007 e originou o Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência de Foz do Iguaçu (NUPREV), Estado do Paraná, uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (Convênio 3228/04), representada pelas Secretarias Municipais de Saúde e Juventude, Trabalho e Antidrogas, e a UNIOESTE, *Campus* Foz do Iguaçu publicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)¹. Os resultados dessa pesquisa e a criação do NUPREV embasaram o Plano Municipal de Segurança Pública em 2007. Todavia percebi a necessidade de um maior aprofundamento do ponto de vista teórico, metodológico e ampliação das análises, com o objeto de estudo violência. Assim, realizei a pesquisa de mestrado em educação intitulada “Violência Escolar: Políticas Públicas e Práticas Educativas no Município de Foz do Iguaçu” (PRIOTTO, 2011).

Essa apontou entre outras questões: a falta de efetivas políticas públicas voltadas ao adolescente, estudante de escola pública, envolvidos em violência escolar como vítimas e/ou agressores. Observei, também, que a partir das entrevistas realizadas com professores, diretores, juiz, policial da patrulha escolar, auditor da educação básica, pedagogos e alunos,

¹ PRIOTTO, E. P. Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência em Foz do Iguaçu (NUPREV). In: Brasil. Conselho Nacional de Secretários de saúde. **Violência: uma epidemia silenciosa** seminários regionais. Brasília: CONASS, 2008. (Documenta, 16). p. 28-29

principalmente no que concerne às causas e aos motivos da violência, foi sinalizada a influência ou o fato de estarmos em uma região de tríplice fronteira.

Assim, objetivando dar continuidade à pesquisa do mestrado, propus um estudo com adolescentes e jovens estudantes na tríplice fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina, para a Itaipu Binacional que apoiou e financiou o início deste trabalho. O objetivo desta era identificar o perfil da população. No entanto, paralelo a esse trabalho, senti a necessidade de buscar o aperfeiçoamento profissional e ampliar o estudo, na questão que me instigava: como se apresentava a violência entre adolescentes na região de fronteira, considerando as cidades fronteiriças: Foz do Iguaçu no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina.

Desse modo, apresentei uma proposta de estudo à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), o que hoje se configura nesta tese de doutorado.

1 INTRODUÇÃO

Identificar e analisar qual a melhor estratégia para o enfrentamento da violência não é tarefa fácil para os que se interessam por esse assunto e muitas vezes, dada a complexidade existente em torno da temática, suas características e definições, percebe-se que ela vem se alastrando e constituindo um grande desafio para a sociedade.

Compreende-se que a violência faz parte das civilizações e como tal participa da própria constituição e organização das sociedades. Sob este ponto de vista, constitui um aspecto essencial da formação social. Por estar presente na sociedade, não se limita a determinados espaços, classes sociais, culturas ou faixas etárias.

A violência tornou-se um assunto presente no cotidiano das pessoas e na história da humanidade como uma herança comum a todo e qualquer conjunto situacional, estrutura constante do fenômeno humano (MENEGHEL et al., 2003). E, como tal, deve ser analisada como uma tendência humana que está presente na própria constituição e organização das sociedades.

Dessa maneira, há de se fazer referência à própria origem da violência e consecutivamente ao seu desenvolvimento social para compreender como ela se desenvolve e se relaciona a essas determinações.

Para isso, utilizou-se a classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS, apontada no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde para denominar as formas de violência em três categorias: autoinfligida, interpessoal e coletiva (KRUG et al., 2002). E, nas definições de Minayo (1994); Minayo;Souza(1997/1998) e Oliveira; Minayo(2005) e Minayo (2009).

O relatório na sua essência traz subsídios para compreender a violência quanto ao impacto sobre as sociedades. Mostra os tipos de violência e esclarece que todos causam um sofrimento visível, ou não, aos seres humanos socialmente vulneráveis.

Entre as diversas definições de violência, toma-se como referência aquela presente no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde o qual a define como:

[...] uso intencional da força física ou o poder, real ou em ameaças, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p.05).

Por conseguinte, segundo Krug et al., a definição utilizada pela OMS associa:

[...] intencionalidade com a prática do ato propriamente dito, independente do resultado produzido. A inclusão da palavra “poder”, além da frase “uso da força física”, amplia a natureza de um ato de violência e expande o entendimento convencional de violência de modo a incluir aqueles atos que resultam de uma

relação de poder, inclusive ameaças e intimidações. O “uso do poder” também serve para incluir negligência ou atos de omissão, além de atos violentos mais óbvios de perpetração (KRUG et al., 2002, p. 05).

Sabe-se que a violência é uma experiência devastadora para muitos, não se sabe, porém a real extensão do problema e os aspectos que envolvem estas questões, tais como:

A violência humana caracteriza-se em atos de violência. Esses atos de violência materializam-se e manifestam-se em atos violentos físicos, morais, psicológicos, econômicos, sociais, religiosos, sexuais, etc. Atos violentos são também expressões brutais ou veementes de ideias, de sentimentos, de emoções, de paixões, etc. Sinônimos de violência: brutalidade, crueldade, dureza, sevícias, assédios, tortura, etc. (CAON, et al., 2005, p.104-105).

De um modo geral, a abordagem teórica da violência presente nas sociedades, refere-se a um fenômeno multifacetado e multicausal e está com diferentes apresentações (amplas e complexas) como a criminalidade organizada, as quadrilhas do narcotráfico, os grupos de extermínio e as gangues, pondo em risco muitas vezes a própria coesão social. Assim, ouve-se e fala-se sobre violência doméstica, política, religiosa, criminal, violência nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o adolescente, a criança, a mulher, os idosos, os portadores de necessidades especiais, os afrodescendentes, os homossexuais, entre outros e que aparecem de acordo com o contexto, momento histórico e cultural e com significados diferentes que lhe são atribuídos.

Em 1996, a 49ª Assembleia Mundial da Saúde, na sua Resolução WHA 49.25, declarou a violência como um importante e crescente problema de saúde pública em todo o mundo e recomendou a promoção de atividades de saúde pública que possam:

- a) Caracterizar os diferentes tipos de violência, definir sua magnitude e suas causas;
- b) Avaliar os tipos e a efetividade das medidas e programas de prevenção da violência;
- c) Promover atividades para o enfrentamento da violência, tais como: o aprimoramento do reconhecimento, reportagem e gerenciamento das consequências da violência; promoção da pesquisa científica na área e maior envolvimento intersetorial para a prevenção da violência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1996).

A resolução declara que a violência é um dos principais problemas mundiais de saúde pública e destaca que devido aos efeitos prejudiciais que o resultado da violência gera no setor de serviços de saúde a curto ou longo prazo - Prevenir a violência deva ser uma prioridade da saúde pública (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1996).

Dessa forma, a violência tem efeitos diversos sobre a sociedade e tem preocupado não apenas os órgãos responsáveis pela segurança pública, mas igualmente, vários setores da área

da saúde pública (BRASIL, 2007a). O Brasil incluiu, na Assembleia CONASS, o tema violência, entre adolescentes, como um problema de saúde pública na agenda de prioridades da entidade e das Secretarias Estaduais de Saúde (BRASIL, 2007a).

Dados epidemiológicos demonstram que a violência afeta de forma direta e indireta a saúde da população mundial, causando elevado número de mortes por homicídios e suicídios. Todo ano mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras suportam com lesões não letais, particularmente entre jovens do gênero masculino, resultantes da violência autoinfligida, interpessoal ou coletiva (KRUG et al., 2002).

Observa-se que, no transcorrer da história, os registros de violência permanecem entre as principais causas de morte de indivíduos, com a faixa etária adolescente e jovem que, nos últimos dez anos, se evidenciou com a morte de adolescentes e jovens (10-29 anos) por homicídios em todo o mundo.

A América Latina é a região com as mais elevadas taxas de mortalidade por homicídios que atingem principalmente os jovens, o que se constitui em um obstáculo ao pleno desenvolvimento dos países. Dados do Observatório Regional de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) mostram que os homicídios foram a primeira causa de morte entre os indivíduos de sexo masculino de 15 a 29 anos e a segunda causa no sexo feminino na mesma faixa etária. Tais mortes devem ser consideradas socialmente inaceitáveis (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2012).

Sabe-se que o Paraguai em 2006 obteve uma taxa de 13,8, ocupando a 17ª posição, a Argentina, em 2007, com a taxa de 6,8, ocupando a 30ª posição de um total de 100 países. O Brasil, em 2008, novamente estava com uma taxa de índice de 52,9 ocupando a 6ª posição (WAISELFISZ, 2011).

Mais especificamente quanto ao Brasil, a situação é preocupante com referência aos homicídios de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade:

[...] que ocupa a sexta posição entre os 91 países listados, e só fica abaixo de nações com notórios problemas com suas gangues juvenis, como El Salvador e Guatemala, ou países com histórico de guerrilhas e narcotráfico, como a Colômbia. Mas a situação do Brasil, com 50,5 homicídios em 100 mil jovens, é muito distante da realidade da maior parte do mundo como Japão, Hong Kong, Islândia, Cingapura, Itália Polônia, Grécia, Suécia. Coreia, Austrália, Reino Unido, França, Noruega, suíça entre outros, que praticamente não registram homicídios jovens (WAISELFISZ, 2011, p. 108).

Portanto, o Brasil tem um problema social de homicídios envolvendo jovens e a necessidade de enfrentar esse problema violência letal que afeta grande parte de municípios e

Estados. Sendo que, na atualidade, as taxas mais elevadas são na faixa adolescente/jovem, dos 15 aos 24 anos, em que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. A região Nordeste com Alagoas (60,9) e Bahia (50,7), a região do Sudeste com Espírito Santo (57,7) e a região Sul com Paraná (46,3) (WAISELFISZ, 2011).

Com relação às taxas de suicídio, estas são mais elevadas do que as taxas de homicídios nos países da Europa, Mediterrâneo Oriental e Pacífico Ocidental (KRUG et al., 2002).

Além de homicídios e suicídios, envolvendo adolescentes e jovens, os atos de violência têm como causas o assombroso consumo de drogas e do narcotráfico; os formatos atuais de dominação e controle territorial que disputam com o Estado a legitimidade no uso da violência ou resultantes do tráfico, de milícias, ou nas áreas de biopirataria, ou nos municípios de fronteira na rota do tráfico, do contrabando de armas e produtos etc. Exemplos esses que se aproximam do contexto vivenciado na região de fronteira: Brasil - Paraguai – Argentina (WAISELFISZ, 2011).

Destaca-se que, ao todo, o Brasil soma 23.102 km de fronteiras, sendo aproximadamente 15.735 km terrestres e 7.367 km marítimas. Faz fronteira ao norte com Suriname, Guiana, Venezuela e Guiana Francesa, ao noroeste com Colômbia, ao oeste com Peru e Bolívia ao sudeste com Paraguai e Argentina e ao sul com o Uruguai. Desse total, 1.339 km são com o Paraguai e 1.263 km, com a Argentina, formando a tríplice fronteira (DECICINO, 2009).

Nesse contexto importa dizer que as fronteiras são usualmente tratadas como um lugar desconectado ao ambiente nacional e que devem ser analisadas com cautelas específicas. Na tríplice fronteira, esse fato se amplia, região do encontro de três países: Brasil, Paraguai e Argentina e, mais especificamente, de três cidades: Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (ARG) que são separadas pelos rios Paraná e Iguaçu e apesar de ser maior em extensão do que a fronteira com o Uruguai é a mais populosa, integrando uma área urbana com aproximadamente 700 mil habitantes. A demarcação dessa fronteira ocorreu em 1872, depois da guerra da Tríplice Aliança. Na última década, porém, transformou-se na principal rota de tráfico de drogas, de armas e de contrabando da América do Sul. Além disso, o local abriga diversos grupos étnicos e, em termos harmônicos, recebe o maior grupo islâmico do Brasil (ALBUQUERQUE, 2010).

Para que se possa compreender melhor, destaca-se que, na região trinacional, existe uma diversidade cultural ampla e presente como o idioma e seus dialetos, a vestimenta, as

tradições e a forma como as sociedades se organizam. Estruturando-se assim uma variação étnica e racial com suas identidades políticas e culturais. E, por serem cidades com atrativos turísticos, apresentam características próprias como: a grande circulação de pessoas e, ainda, adolescentes que pertencem a diferentes nacionalidades, etnias e culturas que cotidianamente participam do cenário de vulnerabilidade para os que aqui vivem ou transitam entre esses três países; a região é rota de tráfico internacional de drogas, armas e seres humanos; há poucas empresas na região, há muita ilegalidade, e, diante da pouca oferta de empregos, ampla parcela da população obtém seu sustento através de práticas ilícitas e, fatalmente, a educação não é um valor para grande parcela da população (PRIOTTO, 2011).

No entanto, o setor econômico de municípios como Foz do Iguaçu obteve melhoras devido ao fato de o município beneficiar-se da sua localização estratégica com o MERCOSUL, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novas aquisições e instalações de empresas que futuramente usufruirão desse nicho de mercado, até então pouco explorado e empreendido.

Ciudad Del Este (CDE) o município sobrevive da reexportação de produtos importados. Seu movimento comercial é enorme, com milhares de lojas e vendas de eletroeletrônicos, brinquedos, roupas e bebidas, importados dos principais polos produtores da Ásia (MARQUEZINI, 2010).

Puerto Iguazú, a situação atual é mais grave em meio à crise financeira pela qual o país passa. Os arrochos econômicos conhecidos pela qualidade na produção de grãos e carnes afetam as cidades do interior e incluem Puerto Iguazú que sofre com a falta de empregos, aumento nos preços de alimentos, queda de vendas, aumento dos gastos públicos e proibição de os argentinos adquirirem moedas estrangeiras. Porém a cidade se fortaleceu com o turismo devido ao título Sete maravilhas da Natureza, concedido às cataratas do Iguaçu, o número de turistas no parque argentino é próximo de um milhão (PARO, 2012). Esses são alguns dos fatores que merecem atenção para serem estudados e compreendidos e assim também subsidiar na elaboração de políticas públicas de prevenção da violência.

A violência em Foz do Iguaçu-Brasil

O município localiza-se no extremo-oeste do Paraná, fazendo fronteira com o Paraguai e a Argentina, limita-se ao norte com o município de Itaipulândia, ao sul com a Argentina, a

leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e, a oeste, com o Paraguai.

A cidade de Foz do Iguaçu conta atualmente com 256.088 habitantes. A composição por idade corresponde a 78.366, (26%) entre 25 e 39 anos. Se a eles se acrescentarem os 51.239 (17%), com idade entre 40 e 59 anos, tem-se um total de 129.605 (43%) habitantes que devem estar no mercado de trabalho, contribuindo para a economia da cidade (IBGE, 2010a).

Com relação à adolescência, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a) mostram que a população do município é jovem. Sendo que o total da população que se encontra na fase da adolescência é de 30.824 para 10-14 anos e 32.504 para 15-19 anos, totalizando 63.328 adolescentes, 25,24% da população total.

Quanto à violência, a Secretaria de Segurança Pública, responsável por coletar e reunir informações sobre violência e suas ocorrências, registrou que, no período de 2001 a 2006, o número de jovens assassinados na cidade cresceu 74%. No ano de 2001, foram registradas 31 mortes. Mas, a partir de 2002, a média de vítimas por ano passou a ser de 51, chegando a um total de 56 em 2006, tornando o município o primeiro no mapa da violência dos municípios brasileiros, com a taxa média de homicídios, entre jovens, de 234,86 assassinatos em cada 100 mil habitantes (WASELFISZ, 2008). Não foram somente as mortes de adolescentes que aumentaram em Foz do Iguaçu - PR. A violência na cidade alcançou em 2006 os números mais altos em toda a história da cidade. As mortes por assassinato posicionam a cidade como a mais violenta do Estado e uma das primeiras no *ranking* nacional. Deste modo, a média de homicídios no Brasil era de 24 para cada 100 mil habitantes, enquanto em Foz do Iguaçu, o índice sobe para 98,7 homicídios/100.000 habitantes, número esse superior ao de municípios como Duque de Caxias (RJ) e Camaragibe (PE), onde as mortes têm ligação direta com o narcotráfico (WASELFISZ, 2008). Entre as vítimas dos crimes estão desempregados (80%), os de baixa escolaridade (70%) e os que não concluíram o ensino fundamental, com aproximadamente 50% de jovens entre 18 e 30 anos (PRIOTTO; NIHEI, 2007).

No mesmo estudo verificou-se, em 2007, que o município de Foz do Iguaçu encontrava-se em 1º lugar no número de homicídios com uma taxa de 227,1/100.000 (PRIOTTO; NIHEI, 2007). E somente entre 2008-2010, o índice de homicídios baixou para 222, 1/100.000 ocupando a 54ª posição (WASELFISZ, 2011).

A violência em Ciudad del Este – Paraguai

O município de Ciudad del Este é capital do Departamento do Alto Paraná, fundada em 1957 e situada no extremo leste do Paraguai. A cidade é responsável por metade do Produto Interno Bruto (PIB) Paraguai, devido à zona livre do comércio (ZONA FRANCA) conhecida como regiões onde as mercadorias entram e onde ocorre produção com incentivos fiscais. Atualmente com aproximadamente 320 mil habitantes, é a segunda cidade mais populosa do Paraguai (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS DE LA REPUBLICA (INDEC), 2011).

O município caracteriza-se pelo contraste entre grande desenvolvimento econômico e exclusão social. Em 2008, o país instituiu metas intermediárias aos objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Entre essas estão: redução da pobreza, escolarização e eliminação da fome. No marco da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e da Desigualdade são enfatizados dois programas vinculados entre si: a Rede de Proteção Social e o Programa Nacional de Assistência Alimentar e Nutricional. Esses programas atendem a 34 municípios tidos como os mais pobres no país. Ciudad del Este foi atendida parcialmente na assistência com o subprograma *Abrazos* que atende crianças/adolescentes labutadoras de rua, para a erradicação do trabalho infantil nas ruas, mediante apoio escolar, assistência para geração de renda para os pais, transferência condicionada de recursos e microcréditos. Esses são alguns dos programas que o país desenvolve em rede nacional (SPRANDEL, 2005).

De acordo com o programa *Abrazos*, da Secretaria Nacional de Crianças e Adolescentes, haveria cerca de 5.600 crianças trabalhando ou pedindo esmolas em locais públicos como mercados ou em espaços abertos como as ruas e que muitas dessas crianças e adolescentes têm família nos municípios de Assunção, Luque, San Lorenzo, Areguá, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco, Saltos del Guaira, Villarrica, Coronel Oviedo, Juan Pedro Caballero, Caaguazú, Caacupé Tobatí, Conceição e Encarnação (UNICEF, 2011a).

Ainda, segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas - UNICEF (2011a), as crianças e adolescentes que não têm vínculos familiares são atendidas pelo Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes que vivem nas ruas sem laços familiares - PAINAC, efetivados pela Secretaria Nacional de Crianças e Adolescentes. Em Assunção e Ciudad del Este existem cerca de 140 crianças e adolescentes que vivem nas ruas, muitos desses encontram-se próximos do terminal rodoviário e locais centrais de Ciudad del Este.

Segundo Loureiro (2011), a violência é também conhecida como um mal comum à América Latina, e em um encontro denominado: “A violência na América Latina”, membros do governo de Cali - Colômbia e de outros 12 países se reuniram para discutir a situação num panorama sobre o continente quanto à segurança pública na questão de assassinatos, sequestros e roubos, problemas esses tidos como recorrentes na região e que ainda enfrentam outros como: mais de cem gangues (*pandillas*) compostas por menores de idade; 1.600 homicídios ao ano; cerca de 40 roubos diários e, alguns sequestros no país, e explicou-se que o governo tem investido recursos consideráveis com equipamentos, infraestrutura e tecnologia para que a ação da polícia possa ser mais eficaz para dismantelar os bandos. Elucidou-se, também, que casos semelhantes a gangues em Cali na Colômbia existem também no Paraguai. O país constatou que houve aumento de grupos de delinquência compostos por crianças que cometem roubos, conhecidos como os *pirañitas* porque seus membros são menores de 14 anos.

Em um seminário empresarial em Ponta Porã, Brasil, os então presidentes Fernando Lugo do Paraguai e Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil discutiram temas das respectivas agendas, cujo item principal eram as ações conjuntas contra os crimes transnacionais fronteiriços de violência, em virtude da vulnerabilidade de áreas comuns. A violência que ocorre no Brasil está intimamente relacionada com o que acontece do outro lado. Os dois presidentes declararam vontade política para combater a criminalidade, com um plano de ação que reflete a decisão precisa, concreta e convincente dos Estados para sua prevalência sobre os grupos que operam fora da lei. O trágico fenômeno pode até afetar a governabilidade dos departamentos de San Pedro, Concepción e Amambay, onde o regime democrático é recente naquele país (BRASIL, 2010d).

Referem, ainda, que a pobreza e a marginalização, com o desinteresse dos políticos locais que, por deixar de se manifestarem deixaram à deriva a atenção dos problemas sociais urgentes e com isso as irregularidades foram preparadas estimulando o contrabando, o crime, o cultivo de maconha, o tráfico de drogas e armas, incluindo o surgimento de um grupo armado tido de extrema esquerda que afirma a violência como um método de luta política: o Exército Popular do Paraguai (EPP), acusado de sequestros, tráfico e de ter ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Mas, enquanto isso é uma realidade que acontece no Paraguai, o problema está intimamente relacionado com o que acontece do outro lado da fronteira com o Brasil que constata os grandes barões da droga, responsáveis pela sua distribuição em todo o extenso território brasileiro e servindo, na maioria das vezes, à

completa ausência do Estado Paraguaio, no norte da República para adquirir um enorme comércio de armas e lavagem de dinheiro e ativos (UNICEF, 2011).

Werner (2009) destaca como fato concreto que o crime organizado transnacional é cada vez mais sofisticado na criação e conservação das ferramentas que lhe permitem atuar com mais eficácia e impunidade.

Existe, ainda, a preocupação por parte das Organizações dos Direitos Humanos com a situação dos adolescentes presos que, segundo a Agência de Notícias da América Latina (ADITAL), comenta-se que a Comissão Interinstitucional de Visita e Monitoramento de Cárceres de Adolescente, interpôs um ultimato ao ministro de Justiça e Trabalho para que providencie soluções para o problema de cárceres de adolescentes. A situação é insustentável e constitui uma clara mostra do desprezo com os direitos humanos destes organismos estatais. Denunciam-se tipos de punições usadas como “disciplinares” em certos estabelecimentos no país que são semelhantes às aplicadas pelas forças policiais aos presos políticos, nos tempos da ditadura stronista (do ex-presidente Alfredo Stroessner) (ADITAL, 2011).

Segundo o documento “Proposta metodológica para a elaboração de uma política pública de atenção a adolescentes infratores”, do Conselho Nacional de Crianças e Adolescentes, no ano de 2011, se encontrava privado de liberdade um total de 253 adolescentes de ambos os sexos, sendo que 105 destes tiveram a condenação julgada. A maioria deles cometeu pequenos furtos (ADITAL, 2011).

Um estudo, feito com 800 estudantes de 10 a 18 anos em 50 escolas públicas e privadas do Paraguai, comentou que 61% dos adolescentes e crianças eram vítimas de violência doméstica e abuso. Com um percentual menor aparece a violência psicológica, como castigos físicos e humilhações verbais, os agressores na maioria pais e parentes. Para a UNICEF, o levantamento serviria como um alerta e também como um impulso para a adoção de medidas efetivas contra a violência doméstica, resultado de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2010a).

As estatísticas policiais indicam que, durante o ano de 2007, se registraram 190 denúncias de abuso sexual com meninos e meninas, das quais 50 casos (54%) foram esclarecidos como tentativa de abuso sexual (INDEC, 2011).

O número, no entanto, pode ser bem maior. De acordo com informações do Encontro Sul-Americano de Seguimento ao Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra crianças e adolescentes realizado em 2011 no Paraguai, estima-se que o registro dos casos de abuso sexual contra crianças esteja restrito, em virtude de possíveis receios das vítimas para efetivar as acusações e a complexidade dos procedimentos que estes provocam e, de acordo com o relator, a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes se concentram

principalmente nas áreas de fronteiras, como Ciudad del Este e tríplice fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina (UNICEF, 2011a).

Essas entre outras formas de violência acontecem frequentemente com crianças e adolescentes no Paraguai e suas consequências são devastadoras para a saúde e bem-estar da população.

A violência em Puerto Iguazú – Argentina

Puerto Iguazú integra a província de Misiones, Argentina, localizada a 18 km da área das Cataratas do Iguaçu. Separada de suas cidades vizinhas pelo Rio Paraná e pelo Rio Iguaçu (de Foz do Iguaçu), Puerto Iguazú conecta-se com a cidade de Foz do Iguaçu através da Ponte Internacional Tancredo Neves, que une as rodovias Ruta Nacional (RN) 12 e a Rodovia Federal (BR) 469. Segundo censo de 2010, a população atual é de aproximadamente 81.215 habitantes (INDEC, 2011).

Na Argentina e em seus municípios, a violência é um fenômeno de preocupação como é no Brasil e Paraguai. Em 2005, mais de 250 especialistas da região da América Latina discutiram em Buenos Aires sobre as instituições familiares e do Estado, sendo os principais causadores da violência contra as crianças e adolescentes, vítimas de violência da América Latina. Esta foi uma das principais conclusões da consulta na América Latina sobre a violência contra a criança. Neste encontro houve uma declaração de Buenos Aires sobre Violência contra Crianças e Adolescentes, uma contribuição fundamental para o Estudo do secretário geral sobre violência contra crianças que, em 2006, foi apreciado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A declaração cita os diferentes formatos e características da violência e alerta que a América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo, tendo as crianças, adolescentes e as mulheres como os principais alvos.

O documento recomenda, ainda, a necessidade de uma mudança social, nos parâmetros culturais, políticos e jurídicos em áreas importantes, incluindo a idade de responsabilidade penal e condenação, publicações de leis para proibir castigos corporais e psicológicos como práticas disciplinares, e como prevenção destaca a garantia, a qualidade e a igualdade da educação gratuita e que, segundo as conclusões, citam que os valores promovidos pela família e pelas instituições são muitas vezes valores autoritários que usam a violência como seu principal instrumento (UNICEF, 2005).

Segundo o Ministério da Justiça, na Argentina crimes como na Colômbia, Paraguai e Brasil com gangues são poucos, em número de dois ou três grupos de marginais no país. No entanto, reconhecem que há um aumento no tráfico de algumas drogas que têm ligação com cartéis mexicanos (BORDEU, 2009).

Nesse sentido, ainda é possível observar a situação que se coloca há tempos, causando um clima de medo e apreensão.

O medo tomou conta de Buenos Aires. No rastro da crise econômica que assola o país, o aumento da violência nas últimas semanas tem deixado os moradores da capital argentina, e, sobretudo das cidades do cinturão industrial da província de Buenos Aires, em estado de paranoia e pânico. Nos primeiros seis meses deste ano foram registrados 34 mil assaltos na província de Buenos Aires. Na capital, ocorrem, em média, 550 delitos por dia. A onda de sequestro-relâmpago, desencadeada após o confisco dos depósitos bancários (atualmente a população guarda US\$ 28 bilhões em casa), está mudando o estilo de vida dos argentinos, e obrigando o governo a adotar medidas de emergência. Estudam a possibilidade de convocar as Forças Armadas para que se encarreguem da vigilância nas fronteiras, e assim poder deslocar parte dos agentes da Polícia Federal e da Gendarmeria (corpo especial das forças de segurança) para regiões de maior conflito, como a província de Buenos Aires (FIGUEIREDO, 2011).

Ao mesmo tempo em que a violência aumenta, o noticiário afirma que uma grande parcela de argentinos não acredita nas ações da polícia e assim busca outras maneiras de proteção: 11,4% dos moradores da capital têm armas de fogo em casa, o que representa cerca de 300 mil pessoas. Na província de Buenos Aires, em média, cinco pessoas são assassinadas por dia (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009).

Segundo a Agência Efe Natalia Calisti do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), os assassinatos na Argentina não estão em registros unificados e centralizados do Estado. Sobre o caso de violência em relação à mulher, como ocorre em outros países, no entanto, destacam que o número de denúncias cresce a cada ano. Em 2008 nos dez primeiros meses, foram recebidas 52.351 denúncias de atos de violência contra a mulher, o que representa um aumento de 266% em relação às de 2006 que não abrangiam 20.000, ou seja, uma mulher é assassinada a cada três dias por causa da violência do ex-parceiro ou pelo atual companheiro. Esse número aumenta progressivamente como refletem as 166 denúncias realizadas diariamente apenas nas delegacias da província de Buenos Aires (MAIORANA, 2013).

Mais especificamente, a violência escolar na Argentina, envolvendo adolescentes, consta em uma notícia com o título Argentina – La violencia en las aulas, reflejo de una sociedad desigual y con padres ausentes (BORDEU, 2009). Diretores, psicólogos e assistentes sociais entrevistados comentam que os adolescentes demonstram a ausência de

valores morais e a falta de projetos e iniciativas de vida. Observam, também, que houve alterações no modo como os jovens se comunicam e que a escola está como uma arena onde os jovens mostram o abandono social a que estão sujeitos, um desamparo que é muito mais abrangente do que parece, e que se manifesta e se expressa em episódios entendidos pela sociedade como violentos. Os profissionais explicam que a maioria dos adolescentes que frequentam a escola mostra uma falta de interesse em estudar e aprender, um fato da vida que estaria intimamente relacionado com a ausência de um projeto de vida. De acordo com os profissionais entrevistados, esse é o problema social mais sério e que a violência escolar é uma amostra de algo bem mais abrangente com que a sociedade precisa se preocupar.

Dados esses também confirmados por uma pesquisa realizada pelo Ministerio de Salud (NOEL, 2009) que comenta a relação da violência escolar em que no último ano muitos receberam ataques físicos, enquanto, pelo menos, um dos alunos participou de uma luta na escola. Sendo que os estudantes que sofreram lesões mais sérias, nos últimos 12 meses, sofreram feridas por acidentes provocados por eles mesmos, por acidentes provocados por outros colegas e por lesões mais graves provocadas intencionalmente por eles mesmos.

Essa é a opinião de especialistas que informam que, em pesquisas dos meios de comunicação do país, diretores, professores e psicólogos indicam que os principais conflitos existentes - como taxa de repetência e abandono - estão entre os estudantes de primeiro e segundo anos. Os especialistas afirmam que a violência escolar é uma realidade complexa. É parte de uma gama muito maior de problemas, envolvendo a criminalidade juvenil (NOEL, 2009).

Com efeito, além dos aspectos aqui apresentados, espera-se contribuir com dados complementares, trazendo novas informações anteriormente publicadas, como o estudo realizado pela UNICEF, com apoio de Usina Hidrelétrica de Itaipu (ITAIPU), a respeito da situação das crianças e adolescentes da tríplice fronteira, cujo objetivo era conhecer a realidade que viviam e assim estabelecer recomendações para superar as dificuldades encontradas. Essa pesquisa aconteceu em 2005, com 62 municípios (15 argentinos, 32 brasileiros e 15 paraguaios), com dados coletados de bancos de dados nacionais, regionais e locais, durante a realização de oito seminários, nos três países, com autoridades locais e regionais e organizações não governamentais (SPRANDEL, 2005).

Para tanto, identificaram-se nos 62 municípios estudados, onde vive 1,9 milhão de pessoas (entre elas mais de 13 mil indígenas), cerca de 880 mil com menos de 19 anos e 220 mil menores de cinco anos. Aproximadamente 45% da população da tríplice fronteira é formada por crianças e adolescentes. Os municípios selecionados da Argentina são os de

maior índice da população adolescente e jovem (50,2%), seguidos pelos municípios do Paraguai (44,2%) e pelos brasileiros (39,8%), sinalizando a realidade de milhares de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza ou com necessidades humanas precárias.

A pesquisa também mostrou que, na região estudada, a violência está muito presente, demonstrada pelos diversos tipos de abuso, exploração sexual e comercial associados a atividades de turismo e tráfico de drogas. E, mesmo com os resultados encontrados, não existem dados estatísticos sobre o problema em nenhum dos países.

Sabe-se que os três países convivem com o problema da violência ainda pouco estudado na região. E que apesar de serem de diferentes tipos, populações, características étnico-culturais, políticas econômicas e sociais, observa-se mesmo que empiricamente que os adolescentes na tríplice fronteira sofrem com o contexto que os rodeiam, muitos vivem em situações de violação de direitos humanos, sujeitos à alta vulnerabilidade, desproteção, pobreza e desigualdade. Tal situação social merece estudo científico mais aprofundado, para pesquisar assuntos cruciais que geram a perpetuação e continuação dos problemas sociais que envolvem adolescentes na região.

Nesse contexto, apresenta-se o público adolescente da tríplice fronteira, população essa que se constituiu por sua importância na contemporaneidade. Conjunto esse de pessoas que, efetivamente, pressionam a economia para a criação de novos postos de trabalho. E que, por outro lado, são estes adolescentes que estão expostos às elevadas taxas de mortalidade por causas externas e envolvimento em situações de violências.

Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para a implementação de ações voltadas para a minimização dos problemas de desigualdade, exclusão e discriminação aos quais muitos adolescentes estão submetidos e para embasar trabalhos de Enfermagem em saúde pública, com ações de promoção e prevenção em saúde.

Assim, subsidiando-se nos objetivos da presente pesquisa, procurou-se responder a questões como:

- a) Qual a prevalência da violência sofrida e/ou praticada por adolescentes estudantes nos municípios/países da tríplice fronteira?
- b) Quais os fatores vulnerabilizantes do público entrevistado nos três municípios/países que mereçam um olhar diferenciado na prevenção da violência e promoção à vida em sociedade?
- c) Na opinião dos adolescentes, quais são as ações e possibilidades a serem implementadas que colaborariam para a redução da violência?

Percebe-se que estudar a problemática da violência envolvendo adolescentes no âmbito das políticas públicas impõe-se como um exercício para compreender e apresentar estratégias para a solução, transformar as práticas de atenção interdisciplinar e intersetorial que exigem novos conhecimentos e de uma ação proativa, científica e abrangente que seja capaz de gerar uma consciência coletiva e um compromisso frente aos problemas de desigualdade, exclusão e discriminação aos quais muitos adolescentes e jovens estão submetidos. Por conseguinte, para a realização desta pesquisa, contou-se com o apoio e parceria da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Núcleo Regional de Educação (NRE) e da Itaipu Binacional – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA). Contou-se, ainda, com o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná, para capacitação docente da Fundação Araucária.

No Paraguai, contou-se com o apoio da *Coordinación Departamental de Supervisión Alto Paraná* – Zonas 1 e 2. Na Argentina, contou-se com a colaboração da *Dirección de Enseñanza E.G. B y Reg. Especiales* – *Supervisión Escolar Iguazú* – Provincia de Misiones.

2 OBJETIVOS

Geral

- Analisar a existência de associação da variável violência (vítima e agressor) com relação às variáveis sociodemográficas, religião, profissionalização, convivência familiar, lazer, esporte e inserção laboral envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira: Foz do Iguaçu - Brasil, Ciudad del Este - Paraguai e Puerto Iguazú - Argentina.

Específicos

- Verificar a prevalência da violência entre os adolescentes e os fatores vulnerabilizantes associados;
- Identificar as opiniões dos adolescentes quanto à possibilidade de redução da violência;
- Analisar o conhecimento dos adolescentes quanto à existência de políticas públicas no seu município/país.

3 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Considerando-se a proposta de investigação e os objetivos propostos, construiu-se o referencial fundamentado em uma concepção que contempla a temática e desenvolve a concepção do marco teórico: Violências e suas definições: um problema social; Violências: um problema social e de saúde; Tipologias de violência; Políticas públicas na prevenção das violências; Tríplice fronteira e a diversidade cultural; Adolescência no contexto trinacional; Adolescer: uma trajetória vulnerabilizante e a Adolescência e a vulnerabilidade social.

3.1 Violências e suas definições: um problema social

A respeito desse tema poder-se-ia dar início perguntando se existe alguma sociedade na qual a violência não exista, ou se positiva, não tenha sofrido suas consequências? E, desde muito tempo, busca-se compreender o fenômeno da violência, suas formas, características e, origens, procurando um meio de amenizar o problema que traz à tona as dificuldades nas quais o desenvolvimento das sociedades está submerso.

De um modo geral, buscou-se uma definição clara de violência, e percebeu-se que é uma tarefa difícil, pois nela intervém uma variedade de fatores. Trata-se de um fenômeno universal sobre o qual não existe consenso, pois cada sociedade e cada cultura têm distintos padrões de violência e cada um deles procura conviver com eles da melhor maneira possível.

Porém, discorrer sobre violência exige contextualização na realidade e compreensão a seu respeito como um problema amplo que corrobora a necessidade de uma ação muito mais específica, interdisciplinar, multidisciplinar e multiprofissional que visa à importância da necessidade dos sujeitos.

De acordo com a origem o vocábulo violência vem da palavra latina *violentia*, *ae*, que quer dizer profanação, agressão, estupro e força. Na etimologia da palavra no latim tem-se:

- *violare* (verbo): profanar, agredir, violar;
- *violator*: violador, aquele que agride;
- *violentia* (lê-se violência): agressão, profanação, estupro e violência.

Em latim, existe o sinônimo *vis*, *is* = força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer sua força vital (FOUCAULT, 1987 apud ZALUAR, 2004).

No entanto, etimologicamente, o termo português violência não vem do termo latino *vis*.

As duas palavras *vis* e *violentia* coexistiram no latim clássico. A primeira não sobreviveu no latim vulgar (falado pelo vulgo, pelo povo). O vocábulo latino *vis* subsiste apenas em expressões jurídicas como: *vi* = por força (da lei); *vis comica* = a força cômica. A segunda passou às línguas neolatinas, como o italiano (*violenzia*) e o português (*violência*) (WIKCIONÁRIO, 2011).

Assim, partiu-se do pressuposto de que não existe uma violência, mas um conjunto de violências que precisam ser contextualizadas. Pretendeu-se colocar em discussão e articulação a abordagem teórica e prática da violência, com as noções de: definição; tipologias; prevenção e promoção à vida em sociedade.

Indubitavelmente sabe-se que é um fenômeno complexo que abrange todas as sociedades, com todas as pessoas se comprometendo emocionalmente. A violência é um fator humano e social, não tem raízes biológicas - trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, sendo seu espaço de criação e desenvolvimento a vida em sociedade (MINAYO, 1994).

Marx (1967 apud MINAYO; SOUZA, 1997/1998, p. 516) apontava, como “segunda natureza”, as características sociais alteráveis constituídas por um substrato biológico-individual apresentado pelo ser humano por meio de modelos ou condutas internas, inatas e/ou adquiridas, indicando que esses modelos sociais eram decisivos para tais comportamentos.

Disso a afirmativa de que: “O homem desenvolverá sua verdadeira natureza no seio da sociedade e somente ali; razão pela qual devemos medir o poder de sua natureza não pelo poder do indivíduo concreto, mas pelo poder da sociedade” (MARX; ENGELS, 1989, p. 146).

Engels (1981, p. 187) comenta que “a história é talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico”.

Dito de outra forma, se a violência faz parte da própria condição humana, ela aparece com um contorno específico nas sociedades. No entanto, é importante deixar claro que existe uma diferença entre violência e agressividade.

Agressividade é atributo do reino animal e segundo Freud; Pfister (1980) é um impulso nato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos. Sabe-se também que o homem para sobreviver, já na sua origem, teve de desenvolver sua agressividade. “Entende-se, nesta perspectiva, que no mais íntimo dos impulsos humanos está a violência como um constitutivo primordial” (MORAIS, 1999, p.20).

A violência é exclusiva do ser humano, pois pressupõe a razão. Assim, toda a violência é agressão, porém nem toda agressão é violenta. Não se deve esquecer de que do poder de ataque à defesa, uma espécie está fadada a desaparecer ou prosperar (PRIOTTO, 2011).

Hartmann (2005, p.45) registrou como um problema mundial:

A violência é o que as sociedades carregam de pior. Nada é mais uniformemente detestável pela modernidade e pós-modernidade do que a prática da violência. Paradoxalmente, a violência é praticada, de formas variadas, em qualquer sociedade. A história da humanidade é escrita em nossos livros com uma ênfase nos grandes atos violentos praticados através dos tempos. A história particular de cada um também pode ser marcada pelos atos violentos sofridos.

Desse modo para entendê-la há de se especificar historicamente a vida social. E só pode ser explicada a partir de determinações culturais, sociais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas e institucionais e do plano individual (MINAYO, 1994).

Autoras como Abramovay; Rua (2002) sinalizam igualmente a violência como uma questão de ordem social, política e econômica e integram também como política educacional referindo-se a várias concepções de violência.

Dentro da mesma perspectiva, a violência se manifesta na vida social como modalidades de atuação “que provocam danos à própria pessoa, a outrem e à sociedade. Elas estão presentes na vida social brasileira reproduzindo-se nas estruturas, nas relações e nas subjetividades de maneiras insidiosa e persistente” (MINAYO, 2009, p.30).

Dessa forma, por ser uma constante em nossa história há de se fazer referência à própria origem da violência e, como tal, deve ser analisada e compreendida como uma tendência humana que está presente na constituição, desenvolvimento e organização da sociedade.

A literatura nacional e internacional cita várias tipologias de violência e algumas definições são diretas, ao comentarem da violência como um fato negativo, ou seja, violência é um ato de brutalidade, é abuso físico ou psíquico contra alguém, caracterizando relações intersubjetivas e sociais definidas pelo medo e intimidação. Waiselfisz & Maciel (2003) referem que sempre que ocorrem atos de violência, estes advêm do desejo de destruição.

Silva comenta que a violência é um acontecimento que está se naturalizando:

[...] se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco (SILVA, 2002, p.19).

Observam-se, ainda, diferentes modos de manifestação da violência, sendo necessário reportar-se à violência institucional, jurídica, social, cultural e política para as quais muitos agentes utilizam mecanismos para ocultá-la.

Arendt (2009, p. 60-62), sobre violência, distingue cinco palavras que, muitas vezes, costuma-se usar como sinônimos: poder, vigor, força, autoridade e violência:

[...] O *poder*, corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido.
 [...] O *vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual é definida como uma propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas.
 [...] A *força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “força das circunstâncias” (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.
 [...] A *autoridade* pode ser investida em pessoas ou postos hierárquicos, e sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias.

Identificou-se, ainda, que a violência só possa ser compreendida a partir das relações sociais, políticas e jurídicas que se estabelecem no sistema social em vigor que, no caso do Brasil, se baseia na lógica do capital pautado no ideário neoliberal. Ou seja, tendo como pano de fundo os preceitos de uma economia política neoliberal que traz consequências com abrangência no plano social (PRIOTTO, 2011).

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosas, sexual e política não são considerados formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso [a violência] aparece como um fato esporádico superável (CHAUI, 1999, p.89).

Nesse entendimento em uma síntese do tema, o polo epistemológico descrito é o da violência como um problema social. Nesse contexto, a violência social é algo que tem:

[...] até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações), e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios os que se rebelam contra a opressão. Até a delinquência, ou principalmente a delinquência, pode ser interpretada à luz dessas relações sociais conflituosas. As desigualdades sociais, a expropriação econômica social e cultural são ingredientes que importa compreender como base da criminalidade.
 [...] a desvalorização da vida e das normas convencionais, das instituições, dos valores morais e religiosos, o culto à força e ao machismo, a busca do prazer e do consumo imediato estão hoje na base dos códigos paralelos das gangues e 'falanges' que amedrontam nossos centros urbanos (MINAYO; SOUZA, 1997/1998, p.552).

As autoras concluem ainda que a violência para ser estudada, basicamente é preciso compreendê-la na sua especificidade, seja qual for o ângulo pelo qual se examina, é complexa e contém dialeticamente a possibilidade de articular a forma abstrata com a realidade concreta - qualitativa e quantitativa do indivíduo e do coletivo nos padrões de relações socioeconômicas, políticas e culturais, cabendo diferenciá-la no tempo e no espaço, e por tipos de autor, vítima, local e tecnologia empregada (MINAYO; SOUZA, 1997/1998).

No entanto, mesmo evidenciando que a violência é um problema social, é necessário contextualizar sobre a ótica da saúde por ser um problema social que afeta a saúde e necessariamente a vida social. E com isso inclui-se a discussão sobre a relação social: violência x saúde x qualidade de vida.

3.2 Violências: um problema social e de saúde

O registro de ocorrência de violências aparece desde o século 19 e com o passar dos tempos vários países programaram dentro dos departamentos sociais e da saúde intervenções para prevenir a violência intrafamiliar. Em 1970, implantaram-se diretrizes para a intervenção e atendimento a mulheres vítimas da violência de gênero, seguidas de pesquisa (OLIVEIRA; MINAYO, 2005).

Quanto à América Latina somente na década de 1980, e desde então a nível mundial, a violência há muito vem sendo discutida como um grave problema de saúde pública, fato que ameaça direta e indiretamente a saúde física e mental dos indivíduos, comprometendo as relações sociais, com o desenvolvimento psicológico e social que representa para a sociedade, para as vítimas e/ou agressores, por meio de situações de opressão, intimidação e medo.

Minayo e Souza (1997/1998) enfatizam que a violência é produzida, principalmente, enquanto processo social, portanto, não é objeto exclusivo da área da saúde, mas está intrinsecamente relacionada por afetar a saúde individual e coletiva e, exige, para a sua prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços específicos do setor saúde.

A preocupação com a violência é externada também pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), órgãos responsáveis pelos trabalhos internacionais em saúde pública, que publicam o texto: Repercussão da violência na Saúde, das populações americanas, que comentam que a violência é um dos principais

problemas sociais e destacam a importância de que Estados (países) desenvolvam programas de saúde pública para a prevenção das violências:

A violência é um problema social e de saúde que ameaça o desenvolvimento dos povos, afeta a qualidade de vida e desgasta o tecido social. Embora seja um fenômeno mundial, não há dúvida de que a Região das Américas é uma das mais afetadas pela violência, e sofre por isso, especialmente em alguns países, um impacto negativo de grande magnitude (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003, p.3).

A Organização das Nações Unidas (ONU) (2006) analisa que o primeiro Relatório Mundial sobre Violência e a Saúde tenta compreender a natureza polifacetária da violência, descrevendo os principais fatores de vulnerabilidade que causam a violência, relatando os tipos de ações, intervenções e respostas políticas que têm sido implantados e se possível recomendar ações em nível local, nacional e internacional.

Nesse sentido, "a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países" (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS), 1993, p. 1).

Por conseguinte, independente das várias linhas interpretativas sobre a violência, suas razões, analogias com variados episódios e consequências diversas, está comprovado que ela prejudica a saúde física e mental do ser humano e, portanto, está incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS com a denominação de causas externas. Grupo esses de causas que abrangem os códigos V01 - Y98, na 10^a revisão, para as análises de mortalidade (OMS, 1996). Esses códigos englobam homicídios, suicídios, acidentes fatais e o de morbidade que engloba lesões, envenenamentos, ferimentos, fraturas, queimaduras e intoxicações por agressões interpessoais coletivas, omissões e acidentes (MINAYO; SOUZA, 1999).

Dessa forma, falar de violência é falar de fatores de vulnerabilidade, os quais são descritos como iniquidade, ou seja, a falta de equidade que é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um (KRUG et al., 2002).

Sabe-se, também, que a percepção de pertencer a grupos sociais excluídos da maioria dos benefícios da sociedade (como justiça, direitos, equidades, acessibilidade) gera sofrimento e sentimentos de inferioridade e discriminação, e isso contribui na determinação de vulnerabilidade quanto aos padrões de saúde e produção de violência pelos indivíduos (ALMEIDA-FILHO, 2009).

Desse modo, o governo brasileiro preocupado com essas iniquidades sociais que se verificam nas condições de saúde e de violência da população decidiu criar a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS), englobando setores da vida social, econômica, cultural e científica do país e aproveitando o auge de um movimento mundial em torno deste tema, proposto pela OMS, cujos objetivos incluem identificar e diminuir essas iniquidades que favorecem o aumento da violência social.

Desde então, muito se avançou na constituição de modelos explicativos que ponderam as relações entre o feitio como se estabelece e se desenvolve uma determinada sociedade e a conjuntura de saúde (que inclui violência) e sua população. Para isso estabeleceram-se uma hierarquia de deliberações entre os fatores mais globais de origem social, econômica, política e as mediações através das quais estes incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas.

Entre os exemplos dessa iniquidade com origem social, econômica e política está a desigualdade na distribuição de renda que ao contrário do que se pensa não é prejudicial à saúde somente aos grupos mais pobres, mas é também prejudicial para a saúde da sociedade em seu conjunto. Ou seja, a renda produz um impacto negativo na situação da saúde e causa o desgaste chamado capital social das relações sociais (BRASIL, 2005a).

Pobreza é não somente a falta de acesso a bens materiais, mas também a falta de oportunidades, e de possibilidades de opção entre diferentes alternativas, é a falta de voz frente às instituições do Estado e da sociedade, causando uma situação clara de vulnerabilidade.

Da mesma forma, basta um olhar mais apurado sobre o panorama social e internacional dos países, como Brasil, Paraguai e Argentina, para identificar problemas como a má distribuição da renda, correlacionada à situação de desemprego que leva ao subemprego, empregos sazonais, com uma mão de obra de baixa ou nenhuma qualificação e muitas vezes sem o registro para garantir os direitos trabalhistas, (no Brasil o registro é com o Programa de Integração Social (PIS) e no Paraguai e na Argentina com o Instituto de Previsión Social (IPS)) e consequentemente mal remunerada, fruto do sistema econômico, social e político dos países.

Não são menos relevantes os problemas com habitação, educação, transportes e tantos outros que se torna impossível enumerá-los. Este quadro social não é considerado violência. No entanto, é um determinante. O Fundo das Nações Unidas (UNICEF, 2011), também preocupado com a violência e iniquidades que envolvem crianças e adolescentes, menciona o desafio da saúde em relação à violência, e os dados ratificam uma tendência de aumento nas taxas de homicídios de crianças e adolescentes (10 a 19 anos). Há o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) que representa 46% de todas as causas de mortes dos cidadãos brasileiros

na faixa etária de 12 a 18 anos. Com esses estudos, a UNICEF fez um prognóstico que estima que o número de adolescentes assassinados entre 2006 e 2012 pode chegar a 33 mil; se não mudarem as iniquidades que prevalecem nas cidades. Exemplo: o adolescente negro tem aproximadamente três vezes mais chances de morrer do que um branco. Esse índice de violência foi desenvolvido pelo Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL). Outro desafio nesse campo de iniquidades é o de tentar garantir os direitos de crianças e adolescentes dentro dos domicílios brasileiros, evitando, assim, violências como a doméstica, intrafamiliar e o abuso sexual.

Sob essa perspectiva, a OPAS e a OMS mostram que na saúde pública existe uma preocupação quanto à violência em saúde nas populações americanas. A violência é um problema, porque:

- (a) Produz uma alta carga de mortalidade e morbidade evitável;
 - (b) Requer grandes recursos financeiros para a atenção médica dos afetados;
 - (c) Afeta não só a vítima, mas também a sua família e entorno, com efeitos negativos imediatos nos planos econômico, social e psicológico, e também com impactos de médio e longo prazo;
 - (d) Afeta também o indivíduo responsável pelo ato de violência, sua família e a sociedade, já que não somente implica custos de encarceramento, mas esta pessoa não está em condições de contribuir ao desenvolvimento social e econômico de sua família, comunidade e país.
 - (e) Afeta de maneira negativa o desenvolvimento social e econômico das comunidades e países.
 - (f) Afeta a cotidianidade, a liberdade de movimento e nosso direito de desfrutar os bens públicos. Além do impacto na saúde, a violência social e interpessoal provoca efeitos nos aspectos sociais e culturais e para o desenvolvimento.
- Por exemplo:
- (a), reduz significativamente a qualidade de vida da população. No caso da violência intrafamiliar, restringe a participação política e econômica das vítimas, assim como seu desenvolvimento intelectual;
 - (b) Nos aspectos econômicos, aumenta os custos das atividades econômicas, reduz as possibilidades de investimento externo e diminui a rentabilidade social do capital.
 - (c) No que se refere à segurança urbana, a violência reduz sensivelmente os espaços recreativos na cidade, assim como o tempo para desfrutá-los, o que também afeta a saúde ao limitar os lugares seguros onde as pessoas possam realizar atividades físicas ou esportivas.
 - (d) Em relação com a estrutura social, a violência produz e gera danos ao fomentar comportamentos e atitudes que minam as bases e princípios de convivência e resolução de conflitos e destrói o capital social. A ética social, do respeito ao direito alheio (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003, p. 4-5)

Em suma, a violência tem altos custos sociais, psicológicos e econômicos para toda a sociedade, tanto do ponto de vista da vítima como daquele que ocasiona o dano.

Assim, em 2001, o MS ofereceu uma definição de violência com a qual se pôde operar a política e promover planos de ação nos três níveis de gestões - Primária, Secundária e Terciária. A mesma agrega ações humanas individuais, de grupos de classes, de nações que

ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (BRASIL, 2001).

Diante do exposto, evidenciou-se que o fenômeno da violência se aproxima do setor saúde, porém, este não pode tomá-lo como elemento próprio, justificando que: violência é um problema da sociedade que tem interface no jurídico, no social, no cultural, no econômico e na educação.

A seguir, apresentam-se as tipologias (manifestações) de violência com consequências para a vida pessoal e social, conceituadas por Krug et al., (2002) por Minayo (1994, 2009), Minayo e Souza (1997/1998) e Oliveira e Minayo (2005) as quais serão usadas para classificar as violências apresentadas pelos entrevistados por meio do questionário de coleta de dados. Algumas com mais destaques, outras com breves comentários.

3.3 Tipologias da violência

No que tange às tipologias de violência ainda em 1996, a OMS, atendendo a uma solicitação da Assembleia Mundial da Saúde (*World Health Assembly*), decreto WHA 49.25, buscou desenvolver, classificar e distinguir os diversos tipos de violência, bem como os vínculos entre eles (KRUG et al., 2002).

Para começar, Minayo (1994) categorizou a tipologia da violência como:

- a) Violência estrutural: opressão exercida pelos sistemas econômicos, políticos e sociais e pelas instituições em geral sobre grupos, classes, nações, indivíduos;
- b) Violência de resistência: reações à violência estrutural;
- c) Violência de delinquência: ações fora da lei estabelecida.

Oliveira; Minayo (2005) categorizam como tipologia da violência as estabelecidas pela Krug et al., (2002) que denominam o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas, e Minayo (2009) amplia essas tipologias.

- a) Acidentes de trânsito (eventos violentos que matam cerca de 25 a 30 mil brasileiros por ano e entre 250-300 mil pessoas sofrem lesões mais ou menos graves, o que demanda gastos públicos, custos sociais e geram incapacitações);
- b) Violências e acidentes de trabalho (trabalho informal sem as garantias; e no formal o que apresenta maior número de vítimas é a construção civil e os motoristas que morrem nos acidentes de trânsito);

- c) Acidentes domiciliares (envenenamentos por produtos de limpeza, principalmente crianças; quedas de pessoas idosas provocadas por pisos inadequados à condição física, móveis inseguros, ausência de barras de apoio, entre outros fatores – ambos os casos relacionam-se ao descaso, às negligências e às privações de cuidados por parte dos adultos);
- d) Violência de delinquência (MINAYO, 1994), esta absorveu essa definição e definiu como violência criminal “praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atenção à sua vida e aos seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública: polícia, Ministério Público e Poder Judiciário” (MINAYO, 2009, p. 31);
- e) Violência estrutural: incluiu os conceitos de 1994, acrescentando que é a “manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras” (MINAYO, 2009, 32);
- f) Violência institucional: produzida “dentro de instituições, sobretudo por meio de regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo estruturas sociais injustas” (MINAYO, 2009, p.33);
- g) Violência interpessoal: é uma “forma de relação e comunicação que causa danos morais, psicológicos e físicos quando é construída com prepotência, intimidação, discriminação, raiva, vingança, inveja e incapacidade de trabalhar os conflitos” (MINAYO, 2009, p. 34);
- h) Violência na família: intrafamiliar e violência doméstica, ambos os termos dizem respeito aos “conflitos familiares transformados em intolerância, abusos e opressão” (MINAYO, 2009, p. 34);
- i) Violência autoinfligida: “são chamados os suicídios, de tentativas, de ideações de se matar e as automutilações” (MINAYO, 2009, p.35);
- j) Violência cultural: “aquela que se expressa por meio de valores e práticas, de tal modo, repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados” (MINAYO, 2009, p.36);
- k) Violência de gênero: “constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e geralmente sofridas pelas mulheres” (MINAYO, 2009, p. 36);
- l) Violência racial: é a mais cruel forma de violência cultural, a discriminação por raça. No Brasil essa violência vem manifestada contra a pessoa negra que muitas vezes está acompanhada pela desigualdade social e econômica (MINAYO, 2009);
- m) Violência contra a pessoa deficiente é: “a dificuldade que a sociedade tem de conviver com os diferentes, tendendo a isolar os deficientes físicos e mentais, menosprezá-los molestá-los e a não lhes dar oportunidade de desenvolver todas as suas potencialidades” (MINAYO, 2009, p. 38).

Dentro da mesma perspectiva, as tipologias indicadas por Krug et al., (2002, p.6) se dividem em três grandes grupos, conforme as peculiaridades do agressor - de quem comete o ato de violência, sendo a natureza dos atos violentos semelhantes para todos os países, são elas:

a) *Violência auto-infligida* (grifo nosso): é subdividida em comportamento suicida e auto-abuso. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio - também chamadas de “parassuicídio” ou “autolesão deliberada” em alguns países - e suicídios completados. O auto-abuso, por outro lado, inclui atos como a automutilação.

b) *Violência interpessoal* (grifo nosso): é dividida em duas subcategorias: • Violência da família (grifo nosso) e de parceiro (a) íntimo (a) - ou seja, violência que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa. Violência comunitária (grifo nosso): violência que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), e que podem conhecer-se (conhecidos) ou não (estranhos), geralmente fora de casa. O primeiro grupo inclui formas de violência, tais como abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos. O segundo grupo inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

c) *Violência coletiva* (grifo nosso): é subdividida em violência social, política e econômica (grifo nosso). Diferentemente das outras duas categorias, as subcategorias de violência coletiva sugerem a existência de motivos possíveis para a violência cometida pelos grandes grupos de pessoas ou pelos Estados. A violência coletiva cometida para seguir uma determinada agenda social inclui, por exemplo, crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões. A violência política inclui guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores. A violência econômica inclui ataques de grupos maiores motivados pelo ganho econômico, tais como ataques realizados visando a interromper a atividade econômica, negar acesso a serviços essenciais ou criar segmentações e fragmentações econômicas (KRUG et al., 2002, p.6).

A violência autoinfligida é subdividida em comportamento suicida e autoabuso, sendo que o primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio, também chamadas de parassuicídio ou autolesão deliberada (KRUG et al., 2002).

Minayo (2009) comenta que tanto o suicídio como o homicídio expressam sintomas destruidores da sociedade.

Quanto à violência por suicídio: situa-se como uma das três mais importantes causas de morte entre adolescentes e é, provavelmente, a forma emocional mais devastadora da violência, pois impõe à família um pesado ônus carregado de sentimentos de culpa, perda, luto e desespero. A cada cinco minutos, um adolescente preponderantemente do sexo masculino se suicida. Nesse sentido os dados do Mapa da Violência mostram o Brasil na 6ª posição no *ranking* mundial de jovens assassinados, registrando uma elevação na taxa de homicídios entre jovens entre 15 e 24 anos. Subiu de 30 mortes para 100 mil em 1998, para

52,9, em 2008. Nesse período houve também um crescimento do total de homicídios, passando de 17,8%, ao passar de 41,9 mil para 50,1 mil (WAISELFISZ, 2011).

Outro ponto interessante a ressaltar é quanto às mortes por armas de fogo, em 2008 o Brasil encontrava-se em segundo lugar no *ranking* de mortes por armas de fogo, perdendo apenas para a Venezuela (WAISELFISZ, 2008).

No entanto, o porte de arma de fogo, mesmo que ilegalmente para os jovens e adolescentes, tem um significado de respeito perante seu grupo, na escola e na comunidade.

A autora afirma que:

[...] as armas de fogo mesmo quando não acionadas, impõem respeito entre os jovens e simbolizam poder, status e masculinidade. A presença de qualquer tipo de armamento na escola aponta a banalização do uso de armas e a possibilidade de episódios de violência efetiva (ABRAMOVAY, 2003, p.63).

Da mesma forma, uma questão básica se coloca em discussão, a aquisição de arma de fogo no país. No Brasil, atualmente, quem quiser possuir legalmente uma arma de fogo de pequeno calibre deverá comprovar seus bons antecedentes e sua aptidão técnica e psicológica para isso, mas, também, terá de enfrentar um sistema burocrático e pagar taxas e imposto fiscal.

Por outro lado, se desejar possuir ilegalmente uma arma de fogo de qualquer calibre, não terá qualquer dificuldade e certamente gastará menos. Ou seja, a legislação existente não impede que bandidos tenham armas e é suficientemente restritiva para impedir a compra generalizada de armas pelas pessoas de bem. Não há risco algum de um armamento geral e irrestrito. Fato que preocupa é a facilidade da aquisição de uma arma de fogo via contrabando Brasil e Paraguai, por meio de amigos, conhecidos ou *passeiros* (pessoas que atravessam mercadorias compradas de um país para outro sem pagar impostos). Assim, observa-se que a lei de liberação e vendas de armas necessita de maior controle e fiscalização e que todas as pessoas tenham o direito de defender-se, mas não de matar para se defender.

Na sequência da classificação das tipologias de violências, a violência interpessoal é dividida em duas subcategorias: violência da família e de parceiro (a) íntimo(a) e violência comunitária (KRUG et al., 2002) - a primeira usa da violência física no equivalente empírico do conceito: uso da força ou ato de omissão praticado por pais, responsáveis ou maiores que a vítima, com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes.

Nessa classificação incluiu-se a violência contra a pessoa, por compreender como pessoa o ser humano em toda a plenitude: física, psicológica e moral. Ressalta-se que os seus direitos fundamentais espelham a sua dignidade. Toda e qualquer violação a este princípio constitui um atentado.

Considera-se como a busca de tirar-lhe a consciência e, a liberdade, domesticá-lo, explorá-lo, promover a perda do autodomínio, manipulá-lo, intimidá-lo, reprimi-lo ou favorecer a perda da sua autoestima, como forma de violência. Essa violência tornou-se um identificador contrário à qualidade de vida no país (MINAYO, 2009).

A violência interpessoal que está subdividida na categoria violência da família e que ao descrevê-la também como violência intrafamiliar é um problema conhecido em todos os territórios, independentemente do desenvolvimento tecnológico ou cultural.

Nesta a violência se refere à natureza dos laços parentais que unem as vítimas e os agressores da violência. Pode incidir entre cônjuges, entre pais e filhos, entre irmãos, com parentes idosos, habitantes ou não da mesma casa (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Com efeito, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode se concretizar sob a forma de abusos físicos, psicológicos, sexuais e pela negligência. Consiste em dinâmicas familiares pautadas na prática da violência para a resolução de conflitos, como tática educacional, ou como demonstração de afetos (BRASIL, 2010).

Outra definição também muito conhecida e que se aproxima muito da definição de violência da família; a intrafamiliar é a violência doméstica, violência que ocorre dentro das casas, no espaço do lar (MINAYO, 2009).

Mais especificamente, entre as definições distingue-se que: violência doméstica refere-se ao lugar onde ela ocorre na casa, no lar. As vítimas podem ser indivíduos que não são da família, como empregados domésticos e agregados. Deste modo violência intrafamiliar e violência doméstica não são sinônimos (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Assim, todos os fatores aqui citados são geradores da violência envolvendo membros de uma família. Estes assumem várias formas como: abuso físico, psicológico (estupro, espancamento), tendo como agressor um adulto ou pessoa mais velha que podem causar danos irreparáveis à criança e ao adolescente.

Sabe-se que a violência da família: intrafamiliar e a violência doméstica tratada sob uma perspectiva jurídica, a partir da ótica dos direitos humanos pode ser: física, sexual, social e psicológica e pode atingir qualquer idade, etnia/cor, religião, nacionalidade, cultura ou orientação sexual ou condição social.

No entanto, são as crianças, adolescentes e mulheres, todas do sexo feminino, as mais vulneráveis a esse tipo de violência (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Essa decorre da vinculação do poder ao masculino. Nesse sentido, pode-se afirmar que a violência intrafamiliar e violência doméstica possuem como fundamento, não só a hierarquia entre os sexos no caso da violência praticada pelo marido ou companheiro contra a esposa ou

companheira, como também, o poder patriarcal, estigmatizado na figura do *homem da casa* (grifo nosso). Portanto, tem-se que o lar, que deveria ser um local de afeto e proteção para mulheres, adolescentes e crianças, por diversas vezes, passa a ser justamente o mais temido, em virtude das violações praticadas em seu interior e por alguém da confiança das vítimas.

Outra violência é atribuída ao termo violência de gênero que se acredita contextualizar com a violência interpessoal por estabelecer formatos de exploração e de brutalidade nas afinidades de homens e mulheres estruturalmente constituídas, e que geralmente aparecem em maior número estatístico ao gênero feminino como formas de dominação e opressão que incluem assassinatos, estupros, abusos físicos e psicológicos, sendo uma violação aos direitos humanos (MINAYO, 2009).

Por sua vez é também uma tipologia de violência que atinge mulheres de todas as idades e etnias/cor, em todo o mundo e em todas as classes sociais e faixa etária, havendo uma maior divulgação da violência perpetrada nas classes sociais menos favorecidas economicamente. É, ao mesmo tempo, uma expressão de desigualdade e um meio para a sua manutenção que pressupõe o entendimento de que homens e mulheres têm uma participação não igualitária, em função de sua condição sexual e que participam de um universo que legitima as desigualdades. A violência de gênero, contra a mulher adulta e/ou adolescente, por exemplo, encontra respaldo em normas sociais baseadas nas relações de sexo, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada entre o papel masculino e o feminino.

Por conseguinte, a violência sexual encontra-se dentro da subcategoria da violência interpessoal e em alguns casos a ação de violência pode encaixar-se como violência comunitária, por ocorrer entre pessoas de ambos os sexos, sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), e que podem conhecer-se ou não, geralmente fora de casa. A violência sexual inclui como formas-ações as situações de abuso, violência e assédio sexual.

Ocorrem nas relações íntimas, no interior das famílias e expressam dinâmicas de afeto e poder, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação onde, geralmente, os ou as adolescentes estão em situação desfavorável. Eles sentem medo, cotidianamente, sem saber o que desencadeará a fúria do agressor, além da vergonha dos familiares, professores e colegas de turma na escola e vizinhos, originando quadros de ansiedade, depressão e reclusão. Estes ficam expostos à violência nas relações, com doenças sexualmente transmissíveis, abuso incestuoso e, no caso de gravidez indesejada, até a morte por abortamentos em situações inseguras (PRIOTTO, 2011).

Nesse contexto, entende-se que tanto crianças como adolescentes, vítimas de violência intrafamiliar e ou violência doméstica, carregam feridas psicológicas pelo resto de suas vidas,

pois essas violações têm grande interferência em seu processo de desenvolvimento. Vivenciam situações de violência, tendo como autores justamente aqueles que não só deveriam protegê-los, como também oferecer-lhes segurança e afeto. Logo, podem interpretar a violência como uma manifestação desse afeto, vindo a reproduzi-la em sua vida adulta, dessa vez como autores e tendo como vítimas seus próprios filhos, suas esposas ou suas companheiras (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Na sequência das subcategorias da violência interpessoal, aparece a violência comunitária, definida como a violência que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não) e que podem conhecer-se ou não, geralmente fora de casa. Neste inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (KRUG et al., 2002). Minayo (2009) descreve como violência institucional os serviços de saúde, de segurança pública e de seguridade social.

Mais especificamente, percebe-se que é possível aproximar a discussão do fenômeno violência exacerbada nos três países, diante das contraposições sociais e políticas marcadas pela exploração econômica relacionada aos fatores culturais que transformam as manifestações cotidianas de violência em problema crônico e específico das sociedades brasileira, paraguaia e argentina.

Finalmente a violência coletiva identificada pelos conflitos violentos entre nações e grupos, estupros, uso de arma de guerra, movimentos de grandes grupos de pessoas desalojadas, guerras entre gangues e vandalismo de massas (ASSIS; AVANCI, 2009). Ela está subdividida em violência social, política e econômica, na qual sugere a existência de motivos possíveis para a produção de a violência aproximar-se da tipologia categorizada por Bourdieu (2003) como violência simbólica que tem por foco a autoridade, a submissão e a dominação e possui forte conteúdo subjetivo; representada em várias expressões da atividade humana, como o Estado, a Igreja, a escola, a família e as instituições. Quanto ao fator econômico, entende-se como uma violência resultante de atos de delinquência e criminalidade contra os bens.

Minayo (2009) comenta a violência econômica como desrespeito e apropriação, contra a pretensão dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens.

Quanto à violência simbólica citada por Bourdieu (2003), como a violência moral e simbólica, é aquela que se refere ao predomínio cultural, insultando a dignidade e desrespeitando os direitos do outro.

Inclui-se aqui a violência conhecida como violência cultural conceituada por Minayo (2009, p. 36) e que pode ser classificada como as formas de violência que podem ser naturalizadas:

[...] na cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade. (...) se apresenta inicialmente sob a forma de discriminação e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes.

Justifica-se que a violência coletiva reforça a classificação quando sugere a existência de motivos possíveis para aquela cometida pelos grandes grupos de pessoas ou pelo Estado, ao constituir a substituição de uma cultura por um conjunto de valores importados e forçados.

Destaca-se a vida cultural da cidade que privilegia a cultura erudita, secundarizando a cultura popular. Não encontrando espaço para a própria cultura, o adolescente é violentado na destruição do seu passado histórico, sendo isto uma forma de violência cultural, abandonando a escola que já o tinha rejeitado previamente. É um tipo de violência intensa, perene e pouco instantânea.

Todavia, a violência, como um problema social, é compreendida neste trabalho como produto, em parte, de desigualdades e antagonismos socioeconômicos, políticos e culturais. Em outra parte, refere-se ao desequilíbrio psicossocial promovido na sociedade contemporânea de um fenômeno social que impossibilita efetuar análises utilizando lógicas reducionistas.

Nesta, apresenta-se a definição dada por Minayo para violência criminal que se aproxima da violência coletiva. Minayo (2009, p. 36) cita como violência criminal:

[...] as gangues e as redes de exploração sexual que atuam, sobretudo, vitimando crianças e adolescentes e se espalham por todo o país; o tráfico de seres humanos; a exploração do trabalho escravo, a exploração do trabalho infantil e juvenil; o tráfico de drogas; o tráfico de arma.

Quem produz essas violências são pessoas que agem fora do que determina a lei, ao lado de funcionários de estabelecimentos aparentemente corretos e incorruptíveis, atuando na busca de ganho fácil e apostando na impunidade.

Violência estrutural que Minayo (2009) refere ser a mais atroz por sustentar a miséria de grande parte da população do país. E acrescenta-se a violência coletiva por se referir à categoria social, política e econômica:

[...] que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes.

Difícil de ser quantificada, aparentemente sem sujeitos, a violência estrutural se perpetua nos processos históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação. A maioria dos tipos de violência citados tem sua base na violência estrutural (OLIVEIRA; MINAYO, 2005, p.4).

Ressaltam-se, ainda, outras formas de violência: a negligência; abandonos; privações de cuidados; maus-tratos ou abuso físico; abuso psicológico; abuso sexual; abuso econômico e financeiro. São modalidades ou expressões de violência que pressupõem a falha da família, das instituições, do Estado e da sociedade em suprir as necessidades básicas dos indivíduos (bebês, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, homens idosos). Esta é uma violência atrelada à precariedade socioeconômica das instituições sociais (MINAYO, 2009), configurada como violência coletiva.

No intuito de compreender melhor as definições indicadas pela Krug et al., (2002), a descrição da violência contra a pessoa deficiente, citada por Minayo (2009, p. 38), revela o problema que a sociedade tem de coexistir com os diferentes: “tendendo a isolar os deficientes físicos e mentais, menosprezá-los, molestá-los e a não lhes dar oportunidade de desenvolver todas as suas potencialidades”, demonstra um exemplo de violência interpessoal, - violência comunitária e violência coletiva - social e política, sendo isso aceitável, pois se disse da importância de analisar os fatos, para então classificá-los, não sendo determinantes como únicos a uma classificação, por esse tipo de violência ser produzida dentro dos lares, nas escolas, nas comunidades, no mercado de trabalho e, no espaço público (PRIOTTO; BONETTI, 2009).

Destaca-se que “pela falta de reconhecimento e de apoio da sociedade e do governo, os deficientes costumam ser considerados como um peso para suas famílias”. Esclarece ainda que os estudos mostram que além dessa discriminação há a violência sexual, o estupro e atentado ao pudor, o cárcere privado, a violência física e a negligência (MINAYO, 2009, p. 38).

De um modo geral, diante dos conceitos aqui apresentados, percebe-se que a violência em suas diversas facetas na sociedade pode ser construída por fenômenos sociais, culturais e relacionais bem como é tema de análise, com ênfase em significados, manifestações e reações dos atores envolvidos, ora como vítimas, ora como agressores.

3.4 Vítima e agressor

Com relação à definição de vítimas - vitimizadas envolvidos (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, jovens) como os atores da violência e os agressores como autores; existem as definições quanto à tipologia da violência, pelo local aonde é produzida a violência (na rua, na casa, na família, no trabalho, na escola, nas instituições) ou quanto ao setor como público, privado - particular. Outras definições referem, ainda, quanto aos estímulos ou motivos: sociais, políticos, econômicos e psicológicos.

Mais especificamente, neste trabalho utilizam-se os termos vítimas e agressores cuja definição da palavra vítima, de um modo generalizado, “serve para designar a pessoa que sucumbe, ou que sofre as consequências de um ato, de um fato ou de um acidente” (BITENCOURT, 2004, p.79).

A palavra vítima vem do latim *victima* e significa a pessoa ou animal sacrificado ou destinado aos sacrifícios, como pedido de perdão dos pecados humanos. É derivada do verbo *vincire* que significa atar ou amarrar, uma vez que o animal ou pessoa a ser sacrificado deveria ser amarrado (BITENCOURT, 2004).

Ressalta-se que o conceito de vítima continuamente é de indivíduo que padece das consequências, seja por ter feito alguma ação desonesta ou empreendido alguma transgressão.

Na atualidade, a vítima é considerada toda a pessoa física, jurídica ou ser coletivo prejudicado por ato ou omissão humana que componha infração penal (BITENCOURT, 2004).

Nesse sentido, entende-se que vítimas são os indivíduos que coletivamente ou individualmente tenham passado por agravos, tais como lesões físicas, mentais, emocionais, patrimoniais, etc.

Quanto ao significado da palavra agressor, segundo o dicionário Houaiss (2011) que ou aquele que agride, ataca; ou aquele que faz provocações, provocador. A acepção literal do termo agressor não indica faixa etária, pois a expressão está atrelada a um comportamento, o de agredir, que pode ser praticado por qualquer indivíduo independentemente da idade.

Para a criminologia antiga (positivismo criminológico), o agressor equivale a um pecador que optou pelo mal, pelo errado, mesmo que devesse respeitar a lei; o transgressor é aprisionado pela sua própria patologia (determinismo biológico) ou de processos ocasionais alheios ao mesmo (determinismo social). Assim como, para o Marxismo, o crime ocorre

devido às estruturas econômicas, definindo a sociedade como culpada (SOUZA SANTOS; NUNES, 2003).

A fim de melhor explicitar e compreender os conceitos atribuídos aos diferentes tipos de violência, apresenta-se um quadro (Quadro 1) com as tipologias das violências, citadas por Krug et al., (2002), autoinfligida (suicídios e autoabusos); interpessoal (da família, de parceiro (a) íntimo (a) e a comunitária (entre pessoas sem parentesco; conhecidos, desconhecidos); coletiva (social, política e econômica). E a aproximação diante dos conceitos apresentados por Krug et al., (2002), frente às tipologias de violência denominadas pelos autores Minayo (1994); Oliveira e Minayo (2005) e Minayo (2009).

Krug et al., (2002)		Minayo (1994), Oliveira e Minayo (2005); Minayo (2009).
AUTOINFLIGIDA	Comportamento suicida (pensamento e tentativas de suicídios chamados de parassuicídio) e autoabusos (autolesão, automutilação).	Violência autoinfligidas (suicídios, de tentativas, de ideias de se matar e as automutilações e homicídio).
INTERPESSOAL	<p>Violências da família e de parceiro (a) íntimo(a); ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, mas não exclusivamente, dentro de casa.</p> <p>Comunitária: Entre pessoas sem parentesco (abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos); Conhecidos, e desconhecidos (geralmente fora de casa, violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos).</p>	<p>Violência contra a pessoa; Violência interpessoal; Violência na família (intrafamiliar; doméstica) Violência de gênero; Violência sexual; Violências contra a criança, adolescentes e jovens; Violência contra a pessoa deficiente.</p> <p>Violência institucional inclui os serviços de saúde, de segurança pública e social (escolas, locais de trabalho; prisões, asilos); Violência contra a pessoa deficiente.</p>
COLETIVA	<p>Social (crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões);</p> <p>Política (guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores);</p> <p>Econômica (ataques de grupos maiores motivados pelo ganho econômico, tais como ataques realizados para interromper a atividade econômica, negar acesso a serviços essenciais ou criar segmentações e fragmentações econômicas).</p>	<p>Violência moral e simbólica; Violência econômica; Violência cultural; Violência criminal (de delinquência); Violência racial; Violência estrutural de resistência (que inclui a categoria social, política e econômica); Violência do trânsito; Violências e acidentes de trabalho; Acidentes domiciliares; Violência contra a pessoa deficiente.</p>

Quadro 1 - Tipologias da violência

Nesse sentido, buscou-se uma compreensão mais abrangente do fenômeno, ou seja, a violência como uma teia de relações complexas e indissociáveis que, segundo o momento histórico, cultural, social, político e jurídico, evidenciam com maior relevo uma ou outra faceta desta violência.

Com relação à definição de vítimas vitimizados, a violência escolar não aparece explicitamente, porém é uma violência que, por muitas vezes, exacerba um problema social quando cristaliza as tensões das sociedades em que tem seu destaque por ser “um fenômeno sensível que convém ser tratado com prudência, porque nenhum país está salvo” (DEBARBIEUX, 2001, p. 104).

Priotto (2011, p.112) definiu como violência escolar:

Todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por e, entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.

Assim, caracteriza-se a mesma como tipologia de violência interpessoal subdividida em comunitária institucional. No entanto, enfatiza-se que a violência escolar não deva ser vista puramente como outra modalidade de violência juvenil, pois sua ocorrência proclama a intersecção de dois conjuntos de variáveis independentes: a institucional (escola, comunidade e família) e a sociodemográfica (etnia/cor, sexo, escolaridade, estado civil, renda familiar), variáveis essas que serão analisadas no capítulo dos resultados.

3.5 Políticas públicas na prevenção das violências

Tomando-se como base que a violência em suas diferentes manifestações é um problema que envolve diferentes áreas, a exemplo da saúde, educação, assistência social, segurança pública, Judiciário, ele deve ser tratado por meio de políticas públicas. Assim, buscou-se compreendê-lo e saber como preveni-lo ao longo da história, contextualizando-o como um problema político, econômico, moral, de direito, da psicologia, da saúde, das relações humanas e institucionais, do individual e do coletivo (MINAYO, 1994). No entanto, considerando a violência que envolve adolescentes, o que se percebe ainda na atualidade é a falta de efetivas políticas públicas para se conseguir prevenir as violências.

Portanto, coibir as várias formas de violências contra e entre adolescentes se constitui uma responsabilidade, uma obrigação política e profissional e um compromisso ético de todos os cidadãos.

Todavia já está comprovado que o aumento da violência causa grande desconforto ao setor político frente às reivindicações da população para solucionar o problema.

Nesse sentido, evidenciou-se que as primeiras iniciativas no Brasil para buscar a prevenção da violência começaram no Ministério da Justiça, onde constantemente aparecem dados veiculados do aumento do índice de criminalidade e de violência envolvendo adolescentes.

Desse modo, muitas iniciativas estão em desenvolvimento, buscando contribuir para que as relações sociais e principalmente as que prescindam do uso da violência ajudem na formulação de políticas públicas. Elas são elaboradas e implementadas a partir de uma determinada concepção de sociedade ou de um fundamento teórico. Tais fundamentos têm a contribuição no pensamento científico, utilizando-se de uma tradição iluminista de decisão política. “Isso significa dizer que uma decisão política deve ser tomada com base em dados comprovadamente científicos ou técnicos da realidade, na qual busca-se intervir com a política pública” (BONETI, 2006, p. 20).

A política pública é uma intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos), interesses de grupos, individuais ou próprios, e/ou gerenciarem conflitos, entendendo que é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e de ações voltados para setores específicos da sociedade.

Desse modo, compreendem-se políticas públicas a partir da organização social, política e econômica das últimas décadas e aperceber a compreensão de políticas públicas como uma ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos, quer seja como mera regulamentação administrativa. Com efeito, políticas públicas é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil

das decisões como resultado da correlação de força travada entre os diversos segmentos sociais (PRIOTTO, 2011).

Para que se possa compreender melhor o explicitado acima, é necessário considerar que existe uma relação intrínseca entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil, pressupondo que são nesta relação que se originam os agentes definidores das políticas públicas. Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultural e interesses dos grupos dominantes, ideologias que referenciam e legitimam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas, de forma a melhor atender aos interesses do modelo econômico e, em geral, das classes dominantes. No estudo das políticas públicas no capitalismo, não se pode deixar de considerar, obviamente, a relação entre classe social e Estado (BONETI, 2006). Situação essa presente nos três países estudados, com uma república baseada na democracia e na divisão dos poderes.

Assim, torna-se simplista, irreal e ideológico entender o Estado como uma instituição regida pela lei, a serviço de todos os segmentos sociais, como pregam os positivistas. Não se pode pensar que a formulação das políticas públicas se dá unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra. Neste caso, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este bem comum seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Mas, também se torna simplista entender o Estado como instituição de dominação a serviço da classe dominante, como ensina a tradição marxista. Neste entendimento se nega a possibilidade do aparecimento de uma dinâmica conflitante, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos sociais ou classes. Esta posição também é reducionista pelo fato de não considerar o poder de força política que tem os outros segmentos sociais não pertencentes à classe dominante. Desconhece ainda esta posição a atuação dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, etc. Isso não significa dizer, porém que a classe economicamente dominante não tenha predileção em termos da elaboração e implantação das políticas públicas, mas não se pode dizer que esta predileção se constitua na única força (PRIOTTO, 2011).

Dentro da mesma perspectiva, a autora comenta que as políticas públicas são respostas que expressam uma necessidade, uma demanda apresentada pelos agentes políticos ou sociais. Os agentes são os que podem ganhar ou perder, sendo de alguma maneira afetados pelas decisões e ações que compõem uma política qualquer. Logo, as políticas públicas são respostas que só ocorrerão, a menos que haja uma solicitação (PRIOTTO, 2011).

Portanto, políticas públicas é uma ação: “que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal com uma decisão de intervenção pública numa realidade social determinada, que seja ela econômica ou social” (BONETI, 2003, p.19-20).

Por sua vez, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos que se tornam demandas não incluídas pelo sistema político. Promove a insatisfação que atinge grupos até chegar às autoridades políticas, como um problema político que precisa de um movimento, uma situação de crise ou catástrofe, para que então ocorra a formulação das políticas públicas com definição das alternativas para solucionar o problema político e da escolha da alternativa a ser adotada.

Percebe-se que, nas correlações dos artigos e das legislações, um ponto comum em destaque é a formação do indivíduo (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso) para definir o que é política pública e, assim, conhecer e saber exercer seus direitos de cidadania. A bem dizer que atrelado à definição de política pública está o conceito de cidadania que corresponde à qualidade ou estado do cidadão, sendo este o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou no desempenho de seus deveres para com este. Ou seja, não apenas como exercício desses direitos, mas como o exercício de pleno poder contratual e de autonomia nos âmbitos afetivo, produtivo e relacional (LEÃO, 2008). A rigor pode-se definir cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis.

Dessa forma cidadania é como uma prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho ou na escola. Tudo isso implica numa mudança de conduta diante da sociedade de consumo, mas é preciso não confundir a cidadania com as soluções individualistas estimuladas pelo próprio sistema de competição vigente atualmente, tornando-se um dos problemas para o exercício da cidadania na atual sociedade, ou seja, o individualismo incentivado pela sociedade de consumo e pelo neoliberalismo. Destaca-se, aqui, a necessidade de os educadores indicarem os limites da cidadania e da democracia na sociedade, incentivando e, se possível, vivenciando o exercício da cidadania nos espaços escolares como se construiu e se constrói ao longo do tempo e quais são as dificuldades impostas na atualidade. Logo muitas das noções de cidadania que se concretizam no ambiente escolar por meio da educação e no seu cotidiano podem ser indicadores na prevenção da violência.

De fato, a educação é uma das alavancas para subsidiar políticas públicas, no entanto, evidenciou-se nesta pesquisa que nos três países, a educação ainda não é uma prioridade.

Encontram-se escolas e colégios públicos que, precisam de melhorias, de ajuda financeira, de apoio, mendigando investimentos, professores desmotivados ou desanimados, com salários irrisórios frente a sua atuação, função e importância, bibliotecas onde em muitas instituições escolares faltam espaços para serem utilizadas como área de estudo, outras com a falta de livros, revistas, publicações de periódicos e jornais. Faltam espaços, faltam salas de aula, faltam carteiras, faltam professores, faltam funcionários, faltam proteção e segurança. No entanto, sobram iniquidades e violências.

Diante do exposto, é preciso usar de um olhar crítico ao se tratar de políticas públicas na prevenção da violência. São políticas públicas que precisam traçar políticas nacionais e não estratégias governamentais para conter a violência. Isso exige leitura da sociedade com uma política social ampla e atual que contemple a grande parcela da população que necessita e pede uma política social, que democratize ações de prevenção e prioridade na promoção de vida de crianças, adolescentes e jovens em sociedade (PRIOTTO, 2011).

Assim, a prevenção da violência pode ser uma prioridade para as políticas públicas ao analisar-se que a violência não é um problema de hoje, e que muitos estudos chamam atenção para as dimensões que o problema vem adquirindo e suas manifestações entre as várias esferas da adolescência.

Além disso, para promover políticas públicas, somente os recursos do Estado são insuficientes para, sozinhos, requererem a superação da vulnerabilidade social e de suas consequências, em especial a violência, defendendo o fortalecimento do capital social intergrupar, por meio da ampliação na participação e valorização das formas de coordenação e declaração dos adolescentes, como tática de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o fenômeno (BRASIL, 2010c). Nesse entendimento os adolescentes devem ser sujeitos no esboço e na implementação de políticas públicas.

Levando isso em consideração, buscaram-se na literatura, no contexto sociopolítico, as datas e a publicação de documentos no contexto mundial que declaram a importância de propiciar cuidados específicos à criança e ao adolescente:

- 1919: A Sociedade das Nações cria o Comitê de Proteção da Infância. A existência deste comitê faz com que os Estados não sejam os únicos soberanos em matéria dos direitos da criança;
- 1923: Eglantyne Jebb (1876-1928), fundadora da *Save the Children*, estrutura com a União Internacional de auxílio à criança a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, conhecida por Declaração de Genebra;
- 1924: A Sociedade das Nações aceita a Declaração de Genebra. Nesta se observa a

preocupação internacional em assegurar os direitos de crianças e adolescentes, como foco de discussão entre as nações. Porém só iniciou após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e sua subsidiária específica para a criança – a UNESCO;

- 1927: Durante a realização do IV Congresso Pan-Americano da Criança, dez países americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Chile, Equador, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela) subscrevem a ata de fundação do Instituto Interamericano da Criança - Instituto Interamericano del Niño (IIN) – hoje Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e estendido à adolescência, organismo destinado à promoção do bemestar da infância e da maternidade na região;
- 1934: A Sociedade das Nações aprova, pela segunda vez, a Declaração de Genebra;
- 1946: O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomenda a adoção da Declaração de Genebra. Logo após a Segunda Guerra Mundial um movimento internacional se manifesta a favor da criação do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – UNICEF;
- 1948: A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta os direitos e as liberdades das crianças e adolescentes estabelecem as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos;
- 1950: a partir dessa década, países passaram a mais detidamente debruçar-se sobre a situação dos menores;
- 1959: Por conseguinte, acontece mundialmente a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV) e adotada por unanimidade. Entretanto, este texto não é de cumprimento obrigatório para os Estados-membros. Esta foi adequada e melhorada com as chamadas: Bafomé 1- "*Regras de Beijing*"; 2- Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução 45/110 de 14 de dezembro de 1990; e as "*Diretrizes de Riad*", para prevenção da delinquência juvenil (1990);
- 1969: O Pacto de São José da Costa Rica estabelece, em seu artigo 19, que: toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado;
- 1979: Celebra-se o Ano Internacional da Criança. São realizadas atividades comemorativas ao vigésimo aniversário da Declaração dos Direitos da Criança;

- 1983: Diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) se organizam para elaborar uma Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de acordo com o estatuto de consulta, junto à ONU;
- 1989: A Convenção sobre os Direitos da Criança, oficializada como lei internacional. Sendo esse documento o mais ratificado em escala mundial (193 países). Em relação às declarações internacionais anteriores, elas inovaram não só por sua extensão, mas porque reconhecem à criança (até os 18 anos) todos os direitos e todas as liberdades inscritas na Declaração dos Direitos Humanos. Ou seja, pela primeira vez, outorgou-se a crianças e adolescentes direitos de liberdade, até então reservados aos adultos. Porém, a Convenção de 1989 reconhece, também, a especificidade da criança, adotando concepção próxima à do preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança de 1959: a criança, em razão de sua falta de maturidade física e intelectual, precisa de uma proteção especial e de cuidados especiais, especialmente de proteção jurídica apropriada, antes e depois do nascimento (ROSEMBERG; MARIANO, 2010);
- 1990: Celebra-se a Cúpula Mundial de Presidentes em favor da infância. Nesta cúpula se aprova o Plano de Ação para o decênio 1990-2000, o qual serve de marco de referência para os Planos Nacionais de Ação para cada Estado-parte da Convenção;
- 2001: É celebrado o Ano Interamericano da Infância e Adolescência (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2012);
- 2002: Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;
- 2005: Diretrizes sobre o direito à reparação para vítimas de graves violações dos direitos humanos internacionais e violações graves do direito humanitário;
- 2006: Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência; convenção internacional para a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados;
- 2007: Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas;
- 2010: *United Nations Global* Plano de ação de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- 2011: Programa de ação contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;
- 2012: Eleição para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Tendo como Estados eleitos: Argentina, Brasil, Costa do Marfim, Estônia, Etiópia, Gabão, Alemanha, Irlanda, Japão, Cazaquistão, Quênia, Montenegro, Paquistão, República da Coreia do Sul, Serra Leoa, nos Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e da República Bolivariana da Venezuela (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2013).

Mais especificamente, com relação aos países da América Latina que ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, encontram-se a Argentina, o Paraguai e o Brasil. A Argentina ratificou a convenção em 1990 com a Lei Nacional n. 23.849, tendo todas as disposições incorporadas à Constituição Nacional de 1994. Representando um avanço significativo no âmbito legal e conceitual das crianças e adolescentes serem reconhecidos como pessoas de direitos, assim como, deu impulso ao tema das situações de vulnerabilidades sociais das crianças e adolescentes por serem questão do Estado. Em 2005, houve a aprovação da Lei 26.061 denominada de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O Paraguai ratificou também, em 1990, e, a partir desta data, vem realizando diversos esforços para cumprir com o compromisso de adequar-se à legislação nacional, aos princípios e às normativas do tratado internacional. Em 2001, aprovou a Lei 1680/01 – Código de la Niñez y la Adolescencia, a mesma atualmente é a lei mais importante a nível nacional. Em 2003, aprovou a Lei 2169/03 artigo 2 que estabelece que todas as pessoas com 18 anos ou mais são adultas, padronizando essa idade como limite para todas as disposições (UNICEF, 2005).

No Código de la Niñez y la Adolescencia, encontram-se as políticas de proteção e promoção aos direitos da criança e da adolescência, neste o Sistema Nacional de Proteção e Promoção Integral de Crianças e Adolescentes tem como competência fiscalizar a execução da política nacional para assegurar o pleno exercício dos direitos de crianças e adolescentes. O sistema regula e integra os programas e ações a nível nacional, departamental e municipal.

O Brasil também, reconhecendo a importância desse documento, fez sua ratificação no mesmo ano do Paraguai e da Argentina, e, esse serviu para fortalecer o que já estava estabelecido no art. 227 da Constituição Federal (CF) brasileira, de 1988 no parágrafo 1º, refere-se à competência do Estado para prover programas, projetos de assistência à saúde da criança e do adolescente, com a participação de entidades não governamentais “criança e adolescente devem ter prioridade absoluta e que é dever da família da sociedade e do Estado mantê-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão” (BRASIL, 1996, art. 227).

Contribuiu, também, na criação do ECA (BRASIL, 1990) a primeira lei específica para crianças e adolescentes. O Estatuto faz parte da primeira legislação de uma sociedade democrática e participativa que trata criança e adolescente como cidadão, respeitando direitos e exigindo deveres. É a primeira lei do mundo, neste assunto, então ela é inclusive elogiada,

respeitada, e muito admirada em países mais evoluídos. Uma diretriz importante que interpreta que o olhar para o adolescente e suas ações está refletido nas ações dos adultos desta sociedade.

Da mesma forma, encontrou-se a participação do Brasil, da Argentina, e do Paraguai entre outros países da América Latina no Instituto Interamericano de Direitos Humanos, criado em 1980 pela Corte Interamericana e o Governo da República de Costa Rica que firmaram um convênio, estabelecendo o Instituto como uma entidade internacional autônoma, de natureza acadêmica, dedicado ao ensino, à investigação e à promoção dos direitos humanos, com um enfoque multidisciplinar e com ênfase aos problemas da América (UNICEF, 2011a).

No que tange à proteção das crianças e dos adolescentes no artigo 19 (Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)) refere que é responsabilidade do Estado estabelecer as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para proteger a criança e o adolescente contra toda forma de prejuízo como abuso físico, mental, descuido ou cuidado negligente, maus-tratos, a exploração, incluído o abuso sexual, enquanto a criança está sob os cuidados dos pais ou responsáveis legais. Sendo essas medidas de proteção eficazes para estabelecer programas sociais com o objetivo de proporcionar a assistência necessária, assim como formas de prevenção, para identificar, notificar, e se necessário encaminhar para intervenções judiciais (UNICEF, 2011a).

Levando isso em consideração, a CIDH elaborou um informativo sobre o castigo corporal e os direitos humanos das crianças e adolescentes, recomendando “que os Estados proíbam todas as formas de violência contra a infância, a criança e o adolescente nas famílias, nas escolas, instituições, centro de detenções, nos lugares aonde os adolescentes trabalham e nas comunidades” (UNICEF, 2011a, p.17).

Nessas práticas destacou-se a iniciativa da Argentina pela Lei 26.061 de Proteção Integral aos Direitos de Crianças e Adolescentes no artigo n.4 de políticas públicas.

A lei aponta os critérios para a elaboração das políticas públicas da criança e do adolescente:

Fortalecimento do rol da família na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
Descentralização dos organismos de aplicação dos planos e programas específicos das distintas políticas de proteção dos direitos a fim de garantir uma maior autonomia, agilidade e eficácia.
Gestão associada aos organismos de governo em seus distintos níveis em coordenação com a sociedade civil, com capacitação e fiscalização permanente.
Promoção das redes setoriais locais.
Propiciar a constituição de organização e organismos para a defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes (UNICEF, 2011a, p. 33-34).

De modo geral o Paraguai, com o que determina no Código de la Niñez y la Adolescencia y leyes complementarias (UNICEF, 2005), aproxima-se muito do estabelecido pela CIDH (1948), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990) do Brasil e pela Lei 26.061 de Proteção Integral aos Direitos de Crianças e Adolescentes da Argentina (UNICEF, 2005), citam-se algumas:

ARTÍCULO 16 - DEL DERECHO A LA PROTECCIÓN CONTRA SUSTANCIAS DAÑINAS, TABACO Y BEBIDAS ALCOHÓLICAS:

El Estado implementará programas permanentes de prevención del uso ilícito del tabaco, bebidas alcohólicas y sustancias estupefacentes o sicotrópicas. Implementará igualmente programas dirigidos a la recuperación del niño o adolescente dependientes de éstas sustancias

ARTICULO 20 - DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN:

El niño y el adolescente tienen derecho a una educación que les garantice el desarrollo armónico e integral de su persona, y que les prepare para el ejercicio de la ciudadanía.

ARTÍCULO 21 - DEL SISTEMA EDUCATIVO:

El sistema educativo garantizará al niño y al adolescente, en concordancia con lo dispuesto en la Ley General de Educación:

- a) el derecho a ser respetado por sus educadores;
- b) el derecho de organización y participación en entidades estudiantiles;
- c) la promoción y difusión de sus derechos;
- d) el acceso a escuelas públicas gratuitas cercanas a su residencia; y,
- e) el respeto a su dignidad.

ARTÍCULO 24 - DEL DERECHO A LA CULTURA Y AL DEPORTE:

La Administración Central y los gobiernos departamentales y municipales, asignarán los recursos económicos y espacios físicos para programas culturales, deportivos y de recreación dirigidos al niño y adolescente.

ARTÍCULO 25 - DEL DERECHO DEL NIÑO Y ADOLESCENTE A SER PROTEGIDOS CONTRA TODA FORMA DE EXPLOTACIÓN:

El niño y el adolescente tienen derecho a estar protegidos contra toda forma de explotación y contra el desempeño de cualquier actividad que pueda ser peligrosa o entorpezca su educación, o sea nociva para su salud o para su desarrollo armónico e integral

ARTÍCULO 31- DE LA PROHIBICIÓN DE UTILIZAR AL NIÑO O ADOLESCENTE EN EL COMERCIO SEXUAL:

Queda prohibida la utilización del niño o adolescente en actividades de comercio sexual y en la elaboración, producción o distribución de publicaciones pornográficas. Queda también prohibido dar o tolerar el acceso de niños y adolescentes a la exhibición de publicaciones o espectáculos pornográficos (UNICEF, 2005, p. 22-24).

Em 2010, em Lima, Peru, foi aprovada a Resolução AG/RES. 2548 (XL-O/10) sobre “Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial, Tráfico Ilícito e Tráfico de Crianças e Adolescentes”. Na mesma, reconhecem-se as ações levadas adiante pelo IIN e os avanços alcançados e se encomenda que continue prestando assessoramento aos Estados-membros que assim o solicitarem - também na formação de recursos humanos e assistência técnica às Comissões Nacionais e a outros organismos que encaram a prevenção e a erradicação deste crime (UNICEF, 2011a).

Apesar disso, as medidas de proteção previstas ainda não foram precisas e amplas o suficiente para universalizar a segurança dos direitos da criança e do adolescente.

Desse modo, a nível mundial, as discussões e buscas por melhorias são constantes, para tanto, no VI Fórum da ONG Ibero-Americana da Infância e Adolescência de 2009, concluíram que após 20 anos da aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989): Houve avanços nacionais de adaptação legislativa aos princípios e normas da Convenção sobre os Direitos da Criança e de outros instrumentos internacionais de direitos humanos; Que muitos Estados Ibero-Americanos ainda não concretizaram políticas públicas com enfoque de direitos em tópico de infância e adolescência; Que a política econômica que prevalece nas regiões ibero-americanas responsáveis, mesmo que parcialmente pela crise econômica, energética, alimentar e social, continua a refletir as desigualdades e iniquidades as quais comprometem os setores sociais mais vulneráveis, em especial a infância e a adolescência; Que os orçamentos nacionais continuam a fracionar os recursos destinados a programas para a infância e a adolescência; Que a prevenção da violência e das violações de direitos humanos continua sendo parcial e precária; Que, apesar de se reconhecer a importância das tecnologias na atualidade, como recurso de acesso à informação e à comunicação da infância e da adolescência, preocupa o seu fácil emprego para fins de exploração e abuso; Que a educação de qualidade, que contemple a igualdade, esteja efetivamente garantida para todos como direito universal; Que as políticas públicas sejam avaliadas e monitoradas de acordo com o compromisso assumido pelos Estados Ibero-Americanos.

Indubitavelmente todas sinalizam e alertam para a importância de colocar na agenda política de cada país a obrigação de melhorar e incrementar o investimento social público dirigido à infância e à adolescência, numa administração transparente e eficiente, e de conceber e programar políticas com um enfoque de direitos e programas integrais e universais que contribuam para diminuir a pobreza e que garantam o acesso pleno de todas as crianças e adolescentes a todos os seus direitos (EAPN-PORTUGAL, 2009).

Mais especificamente, quanto aos municípios de fronteira destacam-se experiências inovadoras e bem-sucedidas, assim como ações conduzidas pela sociedade civil e o Estado com o objetivo de garantir os direitos e coibir a exploração do trabalho e a violência contra crianças e adolescentes na tríplice fronteira. Em Foz do Iguaçu destacam-se:

➤ **Associação Fraternidade Aliança (AFA):** fundada em 26/07/1991. Atualmente, a entidade desenvolve projetos para crianças, adolescentes e seus familiares. Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o chamado “Casa da Criança” que objetiva promover atividades de

esporte, cultura e lazer no contraturno, buscando afastá-los das atividades ilícitas e auxiliando na promoção de sua plena cidadania (PROTEGER, 2012).

- **Campanha FICA:** monitora a frequência dos alunos nas escolas municipais (1º ao 5º ano) e realiza trabalho, com a equipe multidisciplinar, de orientação das famílias sobre a importância de a criança ficar na escola ao invés de ir trabalhar.
- **Conselho Tutelar de Foz do Iguaçu:** órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente em Foz do Iguaçu (MOCELLIN, 2010). O município atualmente conta com dois conselhos.
- **Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA):** Projeto do ano de 2000 de nossa autoria, registrado com o nome "Despertar da Adolescência: Atenção Integral na Fase Adolecer". Destinado a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos. Atualmente recebe crianças e adolescentes de nove a 17 anos de idade, das comunidades carentes que compõem a região do Porto Meira. Atendendo aproximadamente 420 crianças e adolescentes por ano em condições de vulnerabilidade social. Com uma equipe multidisciplinar, oferece atividades nos contraturnos escolares; atendimento individual e grupal com orientações quinzenais; visitas domiciliares; acompanhamento escolar; oficinas de esportes, cultura e lazer; cursos profissionalizantes.
- **Guarda Mirim:** fundada em 1977, atende adolescentes oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo em situação de vulnerabilidade social. Oferece cursos de aprendizagem e encaminha adolescentes para o mercado de trabalho na condição de aprendizes (FOZ DO IGUAÇU, 2010).
- **Lar de Apoio à Criança e ao Adolescente de Foz do Iguaçu (LACA):** associação civil, sem fins lucrativos, que atende crianças portadoras do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), e suas necessidades em vários níveis, inclusive quando vítimas de exploração de seu trabalho (BERNARDI, 2010).
- **ONG - Advogados pela Infância:** associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 2009 por advogados de Foz do Iguaçu que atuam voluntariamente prestando assessoria jurídica gratuita e a questões relativas à proteção de crianças e adolescentes (ADVOGADOS PELA INFÂNCIA, 2011).
- **Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente na Tríplice Fronteira (REDE PROTEGER):** criada pela Itaipu Binacional em 2003, a Rede é uma forma coletiva de planejar e organizar as entidades, comunidades, recursos e ações em defesa dos adolescentes e jovens da região. Atua diretamente nas relações diplomáticas com programas

integrados entre Brasil, Paraguai e Argentina no combate à violência. Garantindo que as instituições governamentais e não governamentais que têm como objeto o atendimento à criança e ao adolescente estejam conectadas dentro dessa rede e possam conquistar resultados maiores e melhores nas ações executadas. Atualmente conta com a participação de 24 instituições (PROTEGER, 2012).

- **Aldeias Infantis:** Organização não governamental sem fins lucrativos que promove ações na defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes e jovens por meio de uma atuação de desenvolvimento sociocomunitário. Instituição com objetivo de promoção ao desenvolvimento social que trabalha desde 1949, na defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. O trabalho conta com apoio financeiro de pessoas físicas e parcerias com empresas que financiam projetos e convênios com o poder público (ALDEIAS INFANTIS, 2013)
- **NUCRIA:** Núcleo de Proteção a Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Crimes de Foz do Iguaçu - PR, criado em 2004, para combater a exploração sexual, maus-tratos e abusos sexuais;
- **Ministério Público;**
- **Centro da Juventude de Foz Iguaçu:** Projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) através da Deliberação nº 04/2009, financiado pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR). Inaugurado em 2012, o município de Foz do Iguaçu é um dos 30 municípios escolhidos pelo Estado para atender adolescentes e jovens de 15 a 24 anos. Entre os critérios, a demanda da população jovem e os índices de violência infanto-juvenil. Cada unidade conta com um bloco para atividades educativas com laboratório, biblioteca, sala de informática, auditório, salas multiuso; um bloco para atividades esportivas, com praça, teatro de arena, pista de skate e ginásio poliesportivo/piscina.

Além das ações locais, realizadas em Foz do Iguaçu, encontra-se também o trabalho realizado por iniciativas internacionais que favorecem a região da tríplice fronteira como:

Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil: promovido pela Organização Internacional do Trabalho Infantil (OIT);

Comité Argentino de Seguimiento y Aplicación de La Convención Internacional sobre los Derechos del Niño (CASACIDN). Criado em 1991 em Puerto Iguazú (Argentina) que tem como objetivo contribuir para a aplicação eficaz dos direitos de crianças e adolescentes por meio de uma adesão de organizações da sociedade civil com um trabalho constante de

treinamento, conscientização, informação e fiscalização do cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), faz parte da Rede Latino-Americana e Caribe (REDLAMYC).

Na Argentina, destaque para a lei de Educação Nacional nº 26.206 do Ministério da Educação e da Nação que está levando adiante uma série de ações destinadas a democratizar o acesso às tecnologias nas escolas. O plano é de inclusão digital educativa no Bicentenário que prevê entregar computadores para os alunos e docentes, nas escolas secundárias técnicas e públicas do país – Plano Nacional Conectar Igualdade que distribuirá 3.000.000 *net books* até 2013. Ainda, dentro do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Becas Bicentenário para carreira científica e tecnológica, em 2009 foram entregues 30.000 becas. O objetivo é garantir recursos humanos capacitados para o mundo do trabalho, incrementar o número de ingressantes com baixos recursos financeiros em carreiras científicas e técnicas e, assim, aumentar o número de estudantes nas universidades (ARGENTINA, 2010).

Também integra, desde 2007, a rede de Relatório de Monitoramento Global sobre a Situação das Ações contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças (*Global Monitoring Report on the Status of Actions against the Commercial Sexual Exploitation of Children* (ECPAT)), uma rede de organizações e indivíduos que trabalham juntos para a eliminação da prostituição infantil, pornografia infantil e tráfico de crianças para fins sexuais (CASACIDN, 2012).

Conta com as determinações da Lei 26.061 (nacional) de proteção que abrange os direitos de crianças e adolescentes, cuja base é o conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento integral das crianças em todas as áreas: educação, saúde, cultura, recreação, participação cívica, etc., e define as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado em relação a esses direitos. Prevê, ainda, em situações de ameaça ou violação dos direitos, a implementação de medidas de proteção integral ou de políticas públicas específicas destinadas a restabelecer os direitos violados e para reparar as consequências (CASACIDN, 2012).

Instituições públicas de proteção a crianças e adolescentes em risco de violências em *Misiones*: Juiz de Família com competência; Juiz de Paz ou Juiz com competência de Família; Defensorias ou Tribunais; Delegacia da Mulher ou qualquer Dependência Policial; Diretoria de Violência Familiar e de Gênero dependente do Ministério de Bem-Estar Social, a Mulher e a Juventude; Linha gratuita 102 (Ministério de Desenvolvimento Social).

Centro de estudos em matéria de direitos humanos, crianças e jovens (CENIJU) em Ciudad del Este (Paraguai) realiza investigações em direitos humanos, de crianças e jovens, com autonomia, que promove o intercâmbio de ideias, reflexão, difusão e dá alcance social nessas áreas. Tem a finalidade de contribuir para a construção de uma cultura respeitadora dos

direitos humanos de crianças e jovens por meio da profissionalização e especialização de recursos humanos. Desenvolve projetos específicos, divulgação, treinamento, e monitoramento dos direitos da criança e da promoção da participação de crianças e jovens; Promove atividades culturais que visam a olhar crianças e jovens como sujeitos de direitos e atores nacionais de desenvolvimento; Contribui para a aplicação efetiva dos direitos das crianças e jovens através do desenvolvimento da área de competência da educação universitária; Intercâmbios com outros centros similares em todo o mundo; e promove a criação de redes a nível internacional (CENIJU, 2012).

Existem, também, instituições públicas de planejamento, execução das políticas públicas e proteção a crianças e adolescentes em situações de violências: Ministério de Educação e Cultura; Secretaria da Infância e da Adolescência; Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social (por meio de seus centros de saúde e hospitais) CODENI (Conselho Municipal pelos direitos do Menino, Menina e Adolescente); Tribunal da infância e da Adolescência; Tribunal Penal; Juizado de Paz; Delegacia; 911 - Polícia Nacional; 147 - Centro de Referência.

Vê-se, portanto, que sob a perspectiva de políticas públicas e na concepção destas para atender o adolescente, que houve uma evolução na América Latina principalmente no Brasil quanto aos investimentos no setor educacional que favorecem essa faixa etária, principalmente na ampliação das vagas e matrículas, favorecendo a diversidade social entre os alunos; que o país em plena transição demográfica está deixando de ser um país de crianças e jovens, para tornar-se um país de jovens e adultos.

No entanto, analisando o crescimento econômico e a oportunidade vivenciada pela conjuntura demográfica, consideram-se os dados registrados no Censo 2010 e observa-se que a população economicamente ativa corresponde a 77,5% da população total brasileira. O país conta com uma trajetória de desigualdade social, o que se reflete em dados como os apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que, analisando a população acima de 10 anos, mostra na População Economicamente Ativa (PEA) um perfil de baixa escolaridade, no qual 8,2% da PEA não possuem nenhum grau de instrução, 32,7% têm o ensino fundamental incompleto, 10,3% têm o ensino fundamental completo, 7,4% têm o ensino médio incompleto, 26,5%, ensino médio completo, 5%, ensino superior incompleto e apenas 9,9%, ensino superior completo (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011).

Para tanto, os países precisam aproveitar e investir nessa faixa etária, analisando os condicionantes da pobreza e da vulnerabilidade para além do fator econômico e meramente

quantitativo, cooperando para a construção e efetivação de políticas públicas que incluam e não excluam essa população, vislumbrando a emancipação humana e a construção da cidadania de maneira justa, igualitária e equânime, pautando-se nos direitos à liberdade de todos os cidadãos como sujeitos de direitos.

Por outro lado, os países discutem a tolerância social de como lidar com a violência contra o adolescente, muitas vezes afrontado pela forma imprópria como a mídia e os gestores municipais, estaduais e federais lidam com o problema. Continua-se observando a impunidade de agressores, o silêncio sobre o abuso sexual, a exploração sexual e o tráfico de pessoas, uma anuência implícita das iniquidades (desumanas) sofridas por muitos adolescentes privados de liberdade; nas propostas inadequadas para reduzir a idade de culpabilidade penal (Brasil) e na condenação à vida com prisão ou pena de morte para crimes cometidos por adolescentes, menores de 18 anos.

Em relação a esses graves problemas, a Declaração de Buenos Aires de 2005, apresentada na Assembleia da ONU em 2006, refere que a América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo sendo a recomendação primordial mudar os parâmetros sociais, culturais, políticos e jurídicos em aspectos importantes, como a idade penal e as penas, estabelecer leis que proíbam os castigos físicos e psicológicos como métodos de disciplina, assegurar a gratuidade e a equidade da educação, entre outros pontos (CARUSO; MUNIZ; BLANCO, 2007).

Sinalizando que educação é a grande ênfase na prevenção da violência, faz algumas recomendações:

Para este fim, uma educação de qualidade, que é gratuita e equitativa deve ser assegurada. Em qualquer caso, é necessário eliminar todas as taxas, tais como pais e representantes das contribuições, a compra obrigatória de livros ou materiais, e o uso obrigatório de uniforme ou sapatos para ir à escola, já que na prática esses requisitos negam às crianças o seu direito à educação. Igualmente importante é que os Estados oferecem às crianças pobres com suplementos nutricionais, incluindo pelo menos uma refeição por dia. Ressaltamos também a importância específica de educação sexual para prevenir a violência (SAVE THE CHILDREN, 2005).

Diante do que foi exposto quanto à questão de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, enfatizados pelas políticas públicas aqui registradas a nível internacional e nacional, poder-se-ia destacar que se a educação é o caminho mais fácil, adequado para se garantir a prevenção da violência contra adolescentes, são esses que precisam participar e entender de seus direitos, ou seja, eles precisam por meio da educação discutir e opinar quanto aos seus direitos. Somente assim saberão se defender, o quê fazer, ou a quem pedir ajuda em casos de violências. Portanto, ensinar os adolescentes nas escolas seria um caminho

de prevenção partilhada e supervisionada. Um desafio para educadores: profissionais e família.

Assim, para responder à pergunta se a violência poderá ser prevenida, destaca-se a afirmação da Krug et al., (2002) fundamentada em evidências de resultados bem-sucedidos de trabalhos individuais e comunitários e de políticas públicas - empreendimentos legislativos, a violência pode, sim, ser prevenida. Mais especificamente na região de fronteira, são necessários o compromisso e o empenho político no âmbito distrital, provincial e municipal. Sendo essencial, aonde a responsabilidade pela administração do cotidiano de políticas e programas é administrada tendo para isso o suporte dos setores da sociedade.

Nesse entendimento, colocam-se objetivamente os conceitos dos termos prevenção e promoção, pensando na prevenção da violência e na promoção à vida em sociedade no contexto da saúde e quais os meios disponibilizados para atingir tal objetivo.

Entende-se a definição de prevenção muito próxima à definição de promoção, pelo fato de em ambas destacar-se o caráter preferencial e de importância no delineamento de políticas públicas (ASSIS; AVANCI, 2009). Destaca-se, ainda, que no transcorrer do capítulo ambos os conceitos interpõem-se para melhor explicar a questão de que violência pode ser prevenida.

Observa-se que o conceito de prevenção da violência teve grande ímpeto na área da saúde desde os anos 50 do século passado, causando uma peculiaridade expressiva em relação a outras áreas da saúde: neste seguimento as autoras Assis; Avanci (2009, p.85) definem prevenir a violência como “(...) significa, por meio de uma providência precoce, antecipar, evitar ou tornar impossível que esse fenômeno aconteça” e citam como medidas de prevenção da violência os níveis:

Prevenção primária se destina a evitar que a violência surja, atuando sobre os fatores que contribuem para sua ocorrência e sobre os agentes dela em tempo anterior à ação violenta.

Prevenção secundária se realiza quando a violência já ocorreu. Significa respostas mais imediatas à violência, enfocando a capacidade de diagnóstico, o tratamento precoce e a limitação da invalidez.

Prevenção terciária compõe-se de respostas mais em longo prazo, visando intervir, controlar e tratar os casos reconhecidos, buscando reduzir os efeitos, as sequelas e os traumas; prevenir a instalação da violência crônica e promover a reintegração dos indivíduos (ASSIS; AVANCI, 2009, p.87).

Sendo que as medidas de prevenção secundárias e terciárias são recomendadas não apenas para as vítimas, mas também para os perpetradores da violência (KRUG et al., 2002).

Ademais no Brasil, no Paraguai e na Argentina observa-se a preocupação em situar e criar um consenso com relação às bases conceituais e políticas e às novas práticas de saúde como estímulo para o cultivo da saúde-prevenção, desde o quê e como pensar e agir interferindo nos sistemas de saúde e cooperando na edificação de ações que permitem rebater as necessidades sociais em saúde, em especial no Brasil, houve o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2001, e, em 2005, a implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências formalizado pela Portaria n.936 do MS de 18/05/2004 que dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (BRASIL, 2005).

Quanto às ações preventivas, definem-se como intervenções guiadas a evitar o aparecimento de doenças peculiares, abreviando sua incidência e prevalência nas populações. A base do discurso preventivo é o conhecimento epidemiológico contemporâneo; seu objetivo é o controle da transmissão de doenças infecciosas e a diminuição do risco de doenças degenerativas ou outros agravos exclusivos, incluindo-se aqui agravos resultantes de ações de violência.

O entendimento é que os projetos de prevenção da violência e de educação em saúde devem ser estruturados mediante a divulgação de informação científica e de indicações de normativas de alterações de costumes. Para isso, as ações de prevenção da violência levam em conta quais as questões em pauta em determinada sociedade, pois são dos grupos ou dos indivíduos analisados a preferência de como agir, e quais seriam as melhores táticas de ação.

No caso do Brasil, do Paraguai e também da Argentina, o problema na atualidade que mais aflige é tido como macroestrutural: as iniquidades, desigualdades, exclusão, negligências e corrupções. Problemas esses que atuam de longa data e com grande impacto para a produção de violência que ocorre em diferentes setores dos países e suas populações (MINAYO; SOUZA, 1999).

Em suma, mostram-se algumas das iniciativas do MS para prevenir a violência, sendo que muitas dessas já estão acontecendo, outras ainda em implantação. Em 2005, sugeriram orientações mais específicas para atender à população adolescente: Aumento da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde; capacitação dos gestores e profissionais de saúde na identificação e encaminhamento adequado de situações de violência intrafamiliar e sexual; envolvimento intersetorial para a diminuição e o controle de situações de abuso, exploração e turismo sexual; implantar a ficha de notificação de violência interpessoal; incremento dos Planos Estaduais e Municipais de Prevenção da Violência;

avaliação dos planos; coleta e análise de dados e disseminação de informações; efetivação dos Serviços Sentinela que serão responsáveis pela notificação dos casos de violências (BRASIL, 2005a).

Em 2008, surgiram as propostas de gerar ações de sensibilização e mobilização na defesa de crianças e adolescentes vulneráveis à violência; orientar sobre o risco de violências e como evitar; discutir o tema nas comunidades, escolas, famílias, serviços de saúde e outros setores da sociedade (BRASIL, 2008a).

Em 2009, o MS apresenta os resultados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) implantados em 2006 com o objetivo de coletar dados e gerar dados sobre violências e acidentes para auxiliar na implantação de políticas em saúde pública direcionadas a esses agravos. O VIVA possui dois componentes:

1. VIVA Contínuo, que é formado pela vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas, e 2) VIVA Inquérito, sob a modalidade de inquérito sobre violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência.[...] São descritas as características dos casos de violência notificados no VIVA contínuo e o perfil dos atendimentos por violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência (BRASIL, 2010a, p.13).

Dessa forma, o MS colabora com a publicação de dados que permitem o conhecimento da dimensão das causas externas, possibilitando ações para o enfrentamento desses agravos e promoção da vida sem violência.

Com relação à noção de *Promoção* (grifo nosso): 'Promover' tem o significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar (CZERESNIA; FREITAS, 2003, p. 4).

O termo define-se, também, como algo mais tradicional, de maneira mais ampla que prevenção, pois se refere à medida que “não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar geral”, tornando-se um dos subsídios do nível primário de atenção preventiva (LEAVELL; CLARCK, 1976, p. 19).

Os autores comentam que a ideia de promoção abarca a de fortalecer as habilidades individuais e coletivas para fazer com a maioria dos condicionantes da saúde. Nesta definição, promoção vai além de um zelo técnico e normativo, enfatizando que não chega a conhecer os sinais e sintomas das doenças e agravos. É necessário descobrir estruturas para seu controle (MINAYO; SOUZA, 1999).

O conceito de promoção aproxima-se do conceito de prevenção à violência, entretanto transpõe ao referir que as medidas de promoção são eficazes pela diminuição das várias formas de violência social, grupal e individual. Com o tempo propagou-se um novo movimento de saúde pública, no mundo, que ofereceu à população os meios necessários para

adquirir melhor controle sobre sua própria saúde. Deste modo, deixou-se de apenas prevenir os agravos à saúde (ex. violência) e passou-se a promover a saúde unificada ao ambiente e à sociedade na qual está inserida. Ou seja, promover saúde para a população resulta em uma melhor prevenção (FERRAZ, 1998).

Portanto, a promoção à saúde é uma ação intersetorial abalizada no fortalecimento de fatores protetores para impedir, controlar ou reduzir os “riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes como: modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer e cultura, acesso a bens e serviços essenciais” (MINAYO, 2009, p. 51). Estimula que, as famílias, os grupos, os indivíduos e a sociedade sejam capazes e se empenhem em aceitar um estilo de vida saudável, um comportamento de responsabilidade e cuidado mútuo entre si e com o meio ambiente (AVANCI; ASSIS; PESCE, 2008).

Essa compreensão faz referência ao fortalecimento da saúde por meio da habilidade de escolha e da percepção em reconhecer as diferenças e singularidades dos episódios.

Assim, quando se cita a promoção à vida em sociedade, tenta-se enfatizar que o valor da vida não poderá estar vinculado às condições sociais e econômicas que o indivíduo possui ou dispõe. Reflexos esses de um país que visa à edificação do padrão social com benefícios para uma parcela pequena da sociedade. É preciso enfatizar a promoção à vida em sociedade a todos, como direito de acessibilidade, sem exceção.

Para tanto, acredita-se que é possível prevenir a violência e promover a vida em sociedade, utilizando medidas de prevenção na comunidade, nas escolas e nos bairros. Com efeito, nesta concepção e em conjunto com políticas de prevenção da violência, cujo objetivo maior seja de promoção à vida tanto no contexto nacional como no internacional, e no caso desta pesquisa, no contexto do MERCOSUL Brasil, Paraguai e Argentina. Acredita-se que as políticas públicas possam ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da maioria, admitindo-se que a sociedade organizada deva participar de sua formulação e execução.

Diante do exposto, sinaliza-se que atuar na prevenção da violência na adolescência não é importante, é imprescindível!

Portanto, para prevenir a violência e promover a vida de adolescentes em sociedade, são necessários projetos que possam ser abrangentes, envolvendo diferentes contextos e atingindo objetivos que sofram ou provoquem a intolerância, conflitos e agressões, que busquem promover a qualidade de vida, ambiente saudável e a incorporação de direitos e superação de processos de dominação, de exclusão e de violência física, moral e emocional e

que têm, na saúde, o papel de atenção e ações específicas na prevenção de agravos e riscos, e na recuperação das vítimas de violências e acidentes (BRASIL, 2010b).

3.6 Tríplice fronteira e a diversidade cultural

No contexto da tríplice fronteira, encontra-se uma diversidade de culturas e com configurações diferenciadas de apreensão do mundo, caracterizando-se muitas vezes por multiculturalismo, um conjunto de ideias e processos que visam ao reconhecimento da diversidade cultural. A expressão multiculturalismo designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades "modernas" (grifo do autor). Contudo, o termo se tornou um modo de descrever diferenças culturais em um contexto transnacional e global (SOUZA SANTOS; NUNES, 2003).

A diversidade cultural na tríplice fronteira é especialmente observada em centros urbanos mais populosos como o caso de Ciudad del Este com uma estrutura social mais intrincada, seguida de Foz do Iguaçu, aqui observa-se uma relação informal, sobrevivente aos momentos políticos e situações de legalidade e ilegalidade. Os fatores responsáveis por tal convivência são muitos e enfatizam relações de parentesco como os de casamento, atividades econômicas tanto de comércio como de contrabando, uma história partilhada de influência mútua e complementaridade que é estabelecida por um anseio comum e coletivo de pertencimento ao lugar (PEREIRA, 2009).

Nesse entendimento, quer se assegurar que em região de fronteira a cultura é ordenada por contatos que se mesclam em face da presença de contingentes populacionais provenientes de outras localidades.

Assim, a cultura de fronteira procede da realidade observável nas áreas de fronteira, apontadas pela heterogeneidade e diversificação de línguas, costumes e comportamentos (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Para tanto, o conceito propriamente de cultura nos remete à ideia de um estilo de vida de uma comunidade em seu aspecto completo. Numa definição mais limitada, cultura lembra a arte de cultivo da mente, nos termos de uma terminologia moderna e cientificista, ou do espírito, para seguir um aspecto mais clássico. Para isso, o termo aponta para um estado mental ou espiritual adiantado, como na expressão pessoa de cultura que compõe um estado de espírito ou comportamento coletivo (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Para Trivínos, a cultura de um indivíduo refere-se a “causas da sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social, histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados nos seus diversos meios culturais” (TRIVINÓS, 1987, p.131).

Geertz considera a cultura como intrincadas teias de significados que o próprio homem tece, sendo a sua interpretação pelos que a vivem e ao mesmo tempo produzem estruturas de significados socialmente estabelecidos. Seria a compreensão dessas estruturas, dentro de sua base social material. A dialética entre as interpretações e reinterpretações dos diferentes atores sociais que interatuam dentro das condições objetivas em determinado ambiente e momento é a contextualização (GEERTZ, 1979).

Assim, ao realizar-se o estudo nessa perspectiva, observou-se a essência de um modo de vida:

[...] interpenetrado pelas diversas concepções e práticas daqueles que a habitam, uma vez que na fronteira formam-se laços espontâneos, independentes da linha oficial demarcada pelos Estados fronteiriços. As fronteiras são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Elas representam espaços de poder, de conflitos variados e de distintas formas de integração cultural (ALBUQUERQUE, 2010, p. 05).

A fronteira adiciona especificidades que pedem, no mínimo, ações conjuntas dos países envolvidos, pois as condições de vivência na fronteira tocam a todos que nestas áreas moram, deste modo, a fronteira é uma área constante de fluxos e complementaridades, e a sociedade, as políticas e a educação precisam desempenhar com eficácia o compromisso com a integração entre essas populações.

A diversidade cultural estruturada pelos espaços denominados Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú é peculiar e influente quando se trata do cenário étnico que compõe a região com argentinos, coreanos, chineses, libaneses, palestinos e indígenas (fluxos das migrações internas de paraguaios, brasileiros e argentinos).

A localização, visibilidade pública e as transações sociais desses grupos se revelam tanto na forma como cada um dos países lida e representa esta diversidade como nas práticas transnacionais que originam interfaces totais e redefinições locais destas comunidades no território das três fronteiras.

Paralelo a isso se destaca o crescimento da região e as oportunidades comerciais dadas pelo comércio de Ciudad del Este, e pela presença de imigrantes que se estabilizam nas redes familiares e de informação que ativaram o crescente fluxo de pessoas à região de fronteira. Hoje Foz do Iguaçu e Ciudad del Este recebem grande parte desta diversidade, cuja presença

positiva fez de Foz do Iguaçu uma das cidades mais cosmopolitas do país com aproximadamente 75 etnias vivendo pacificamente numa mesma cidade, representação essa arraigada e recorrente tanto pelos organismos públicos como pelas empresas de turismo e alguns grupos religiosos que consideram a tríplice fronteira como um terreno fértil para a prática do proselitismo transcultural. De um modo geral, a tríplice fronteira abre múltiplas formas de interação das comunidades e a aproximação de significados culturais, religiosos e políticos nas margens dos Estados nacionais (CARDIN, 2006).

A diversidade cultural é mais observada no território paraguaio, por etnias, línguas, moedas, educação, meios de comunicação, religiões, comidas, músicas, danças, costumes comunitários, questões políticas, entre outros. Refletem as relações entre brasileiros e paraguaios em pleno processo de desenvolvimento (BALLER, 2008).

Isso implica comentar que a integração entre Brasil e Paraguai para muitos defensores estaria incidindo a construção de uma cultura fronteiriça fundamentada no dialeto “portunhol” (português e espanhol) ou “portuguarãol” (português, guarani e espanhol), não só o idioma, mas os costumes e tradições se misturaram. Brasileiros tomam tereré (bebida feita com a infusão da erva mate (*Ilex paraguariensis*), de origem guarani, com água gelada) e gostam de comer chipa paraguaia, comida típica da região (de polvilho), assim como a música brasileira é apreciada por adolescentes e jovens Paraguaio. O que faz, em muitos momentos, parecer que se tornaram apenas um povo.

Assim como outras práticas culturais gauchescas do Sul do Brasil se reproduzem nessa fronteira em campos variados e condescendem com a participação dos paraguaios como no caso do cultivo dos Centros de Tradição Gaúchas (CTG's), no Paraguai, que surgiram com os brasileiros que vivem naquele país, assim como na alimentação o churrasco; o chimarrão (Brasil e Argentina).

Outro exemplo cultural compartilhado são as músicas (de origem europeia), o instrumento mais popular é o violão e as danças que têm semelhanças muito próximas em certas regiões entre Brasil, Paraguai e Argentina e em alguns casos entre outros países da América do Sul. Ritmos como a palomita, a guarânia (estilo folclórico), a mazurca, a polca de carão, a dança do chupim, entre outras como o chamamé que é percebido como um autêntico estilo gaúcho, essa dança é originária de Corrientes na Argentina e seu acesso ao Mato Grosso do Sul foi através do Paraguai, sofrendo várias alterações, o que o deixa muito próximo de uma polca paraguaia, pois possui um ritmo mais tênue do que o chamamé argentino. Enfim, são alguns valores e hábitos compartilhados com o outro, não sendo isso uma regra para todos. No entanto, sinaliza a diversidade cultural vivida com veemência pelos três povos,

independente do país em que estejam, pois a cultura é mesclada por uma estrutura própria que se altera e é dinâmica (BALLER, 2008).

Quanto à utilização do idioma português no cotidiano, é mais observado em Ciudad del Este (Paraguai) do que em Puerto Iguazú (Argentina), no comércio, nas ruas, assim como o uso dos meios de comunicação como emissoras de rádio e televisão.

Com isso, destaca-se a contribuição ao ensino do idioma português no Paraguai e do idioma espanhol no Brasil, nas universidades, nos colégios e escolas de ensino fundamental e médio, com ênfase na formação dos professores. Para tanto, encontra-se em desenvolvimento um projeto de programa intercultural bilíngue e trilingue (incluindo o guarani) na região de fronteira entre Ciudad del Este, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, entre outras cidades de fronteira do Paraguai e Brasil.

Sem dúvida a língua é um dos grandes desafios a ser vencido nas áreas de fronteira, visto que nestas residem uma população diferenciada pela língua, pelos costumes, pelas crenças e pelos saberes. Não é possível desconsiderar que essas questões afetam as realidades educacionais das escolas de fronteiras internacionais (PEREIRA, 2009, p.58).

Desse modo, há uma diversidade cultural da tríplice fronteira na perspectiva do público estudado. Estes pertencem a diferentes nacionalidades, etnias e culturas e compartilham os movimentos de circulação de pessoas, da utilização de várias línguas, do uso de três moedas, do entrecruzamento de traços culturais, da possibilidade de crianças e adolescentes frequentarem a escola em um país e buscarem serviços de saúde em outro e, até a dupla, ou tripla documentação.

Encontram-se famílias de brasileiros colonizadores que moram no Paraguai conhecidos como *brasiguaios* classificados como grupo étnico, grupo social específico que se distingue dos paraguaios e dos brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010). Eles procuram no Brasil atendimento para seus filhos (crianças e adolescentes) junto aos serviços públicos de saúde (inclusive atendimento neonatal), educação e assistência social. Também é comum a procura por assistência jurídica, documentação (inclusive registro de nascimento) e aposentadoria, além da procura por empregos, comércio, terras e moradia. Da mesma forma, acontece na Argentina com a mão de obra barata e itinerante de brasileiros e paraguaios em algumas zonas rurais dos municípios argentinos, expondo crianças e adolescentes à grande vulnerabilidade social (SPRANDEL, 2005).

Nesse sentido, adolescentes filhos de brasileiros ou de paraguaios que residem em Puerto Iguazú necessitam ter garantido seu direito à cultura e à identidade, além de todos os

direitos previstos na Convenção dos Direitos da Criança e na Lei nº 23.849 (Aprobación de la Convención de los Derechos del Niño) que incorporou a Convenção à normativa interna da Argentina. Assim como as crianças e os adolescentes filhos de brasileiros ou de argentinos que vivem no Paraguai precisam ter garantido seu direito à identidade e à cultura própria, além de todos os direitos previstos na Convenção dos Direitos da Criança e no Código de la Niñez y Adolescencia (SPRANDEL, 2005).

Sabe-se, também, que no município de Foz do Iguaçu encontram-se, morando na região, diferentes etnias (75 aproximadamente) cujas crianças e adolescentes vivem processos complexos de adaptação cultural. E, desse modo, é preciso lhes garantir o direito à sua cultura e sua identidade, assim como a todos os direitos previstos na Convenção dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Argentina, identificou-se ainda, na área de estudo, a presença de estudantes adolescentes indígenas que segundo a Dirección de Asuntos Guaraníes de la Provincia de Misiones, no país são várias as etnias que ali convivem como: Coya; Mapuche; Guaraní; Pilagá; Toba, Wichi, Mocoví; Tehuelche; Chiriguano Chané, Chorote; Chulupí; Tapieté; Diaguita-calchaquí; Huarpe. São comunidades indígenas próximas de 4.083 indivíduos, esses se encontram em maior número na zona do Alto Uruguai, mais especificamente, em Puerto Iguazú, encontram-se três aldeias indígenas (Fortín Mbororé; Yryapú; Jasy Porá) (RODAS, 2011).

Nessas identificou-se a presença do professor (maestro de grado) e uma segunda figura o professor auxiliar aborígene (maestro especial da modalidade aborígene e espanhol que ensina a língua e culturas maternas, cuja presença contribui para superar as dificuldades linguísticas e de comunicação entre professor, alunos e comunidade).

Em Foz do Iguaçu, a aldeia indígena mais próxima é na cidade de São Miguel do Iguaçu (47,7 KM), habitada pelo grupo indígena Guarani Nhandéva.

No Paraguai, segundo o Censo Indígena 2002, viviam 4.137 pessoas pertencentes às etnias Mbyá, Avá Guaraní e Ache, pertencentes ao tronco linguístico Guarani e membros do grupo Maká, pertencentes a outro ramo linguístico do Chaco Paraguaio em Ciudad del Este especificamente encontra-se a tribo Maká (SPRANDEL, 2005).

Desse modo, um desafio na educação é a interação dessa diversidade e outra é na questão onde estudar. Observa-se que são inúmeras as situações de brasileiros que vivem na Argentina ou no Paraguai e que matriculam seus filhos em escolas brasileiras, ou paraguaios que matriculam seus filhos na Argentina ou no Brasil, assim como argentinos que matriculam seus filhos no Brasil. Como justificativa Baller (2008) comenta a falta de centros educativos

mais desenvolvidos no Paraguai, ou mesmo pela inexistência de uma continuidade educacional nas colônias paraguaias, ou ainda pelas dificuldades relacionadas à aprendizagem das crianças no idioma e cultura estrangeiros, dada a própria inexistência de uma integração mais sólida e efetiva. E, ainda, a busca por melhores conhecimentos e oportunidades.

Assim, ao falar de adolescência e violências em sociedades com diversidade cultural é necessário modificar as abordagens e intensificar as características socioculturais do processo adolecer, embora seja ele um fenômeno universal. O autor comenta que: “mesmo sendo um processo psicossocial, adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social e cultural em que o adolescente se desenvolve” (OUTEIRAL, 1994, p.5).

Desse modo, como falar em garantir os direitos humanos objetivando a prevenção da violência sem ter o olhar também na perspectiva da cultura desses adolescentes. Para Santos (2006, p. 445), é necessário que “os direitos humanos sejam ressignificados para não negar as suas raízes, a sua história, mas trazê-los para a problemática de hoje, terão que passar por um processo de reconceitualização”, e esses supõem algumas premissas como:

1. Todas as culturas possuem concepções da dignidade humana. Nem todos os grupos culturais conhecem ou usam a expressão direitos humanos, mas isso não quer dizer que não tenham uma ideia de dignidade humana, de vida digna, de querer uma vida melhor para os seus habitantes ou para seus integrantes. Temos de ter sensibilidade para descobrir em cada universo sociocultural essa ideia de dignidade humana que traduzimos como direitos humanos.
2. Todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana. Afirmar que nenhuma cultura é completa, que nenhuma dá conta de toda a riqueza do humano, leva-nos a, muito mais do que trabalhar com a ideia de uma cultura verdadeira e única, que tem de ser universalizado, desenvolver a sensibilidade para com a ideia da incompletude de todas as culturas e, portanto, da necessidade da interação entre elas. Nenhuma cultura dá conta do humano. "Aumentar a consciência de incompletude cultural é uma das tarefas prévias à construção de uma concepção emancipadora e multicultural dos direitos humanos"
3. Nenhuma cultura é monolítica. Todas as culturas comportam versões diferentes da dignidade humana, algumas mais amplas do que outras, algumas mais abertas a outras culturas do que outras. Os grupos culturais não são homogêneos e padronizados. Algumas versões dessa cultura podem ser rígidas, estreitas e fechadas. É necessário identificar e potencializar aquelas versões mais abertas, amplas e que apresentam um círculo de reciprocidade mais amplo, que favoreçam o diálogo com outras culturas (SANTOS, 2006, p. 445-446).

Todas essas premissas estão voltadas quanto à questão de como trabalhar a igualdade na diferença, e aí é importante mencionar o que o autor chama de uma articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e diferença: "temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (SANTOS, 2006, p. 462).

Nesse sentido, é indispensável avançar na reflexão referente à compreensão de que o multiculturalismo depende do contexto histórico, político e sociocultural. Sendo que esse tem três concepções que são fundamentais e que estão na base das diversas propostas de políticas públicas: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade (CANDAU, 2008).

O multiculturalismo assimilacionista refere-se a viver numa sociedade multicultural na qual todos não têm as mesmas oportunidades; não existe igualdade de oportunidades. Como exemplo os indígenas, negros, homossexuais, pessoas provenientes de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares e/ou com baixos níveis de escolarização que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que têm outros grupos sociais, em geral de classe mais alta, brancos e com altos níveis de escolarização (CANDAU, 2008).

Essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, idiomas, religiões, valores diferentes, pertencentes aos grupos dependentes, considerados inferiores explícita ou implicitamente. Segundo McLaren, (1997, p. 115) "um pré-requisito para juntar-se à turma é desnudar-se, desracializar-se, e despir-se de sua própria cultura".

Uma segunda concepção é denominada multiculturalismo diferencialista. Destaca-se pela ênfase no reconhecimento da diferença e, para garantir a expressão das diferentes identidades culturais presentes numa determinada conjuntura, garantir espaços em que estas possam se anunciar. Acredita-se que apenas assim os diferentes grupos socioculturais conseguirão conservar suas matrizes culturais de base. Enfatizando o acesso a direitos sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, é dada preferência à formação de grupos culturais homogêneos com suas próprias organizações - bairros, escolas, igrejas, clubes, associações etc. Na prática, em muitas sociedades atuais terminou-se por favorecer a criação de verdadeiros *apartheids* socioculturais (SEN, 2006).

Essas duas posições aparecem mais desenvolvidas nas sociedades da tríplice fronteira em que muitas vezes refletem certo conflito, enfocadas como um problema multicultural da região.

No entanto, destaca-se a terceira perspectiva - a abordagem intercultural como a mais adequada para a região trinacional, com uma proposta de sociedade democrática e inclusiva que sugere o pronunciamento de políticas públicas de igualdade, na perspectiva de garantir valores humanos e culturais.

Mais especificamente a interculturalidade tem um significado fortemente ligado a um projeto social, cultural, educacional, político, ético e epistêmico em direção à descolonização e à transformação. Enfim, o termo significa outras formas de pensar e se dispor a partir da diferença colonial, na perspectiva de um mundo mais justo (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Candau (2008) reforça que é pela educação que se deve iniciar. Sendo necessário requerer uma educação para a consideração do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural que enfrenta os conflitos gerados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas sociedades e é apto a facilitar a edificação de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialogadas e integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

De fato, é uma preocupação para as escolas de fronteira a questão da identidade cultural (tradições, línguas) dos estudantes adolescentes, mas, sobretudo, a preocupação em valorizar o respeito entre todos, indígenas e migrantes, de forma que no seu interior se contemplem a pluralidade e a integração.

Uma professora e diretora da escola indígena n.867 Yryapú comentou que ao chegar à escola para iniciar seu trabalho, foi conversar com o pajé da tribo e referiu sua preocupação do que ensinar para aquelas crianças indígenas. O pajé a olhou e calmamente disse: você não irá ensinar nada, quem ensina somos nós, você irá alfabetizar esses índios. Evidenciando que:

[...] a cultura é um mundo privilegiado de práticas e representações simbólicas e rituais em que esses adolescentes vão construindo sua identidade da tribo a qual pertence e criam códigos para comunicação pessoal como forma de proteger suas ideias dos educadores, pais e patrões, no entanto pegando-os como referência (DAYRELL; REIS, 2007 p. 5-6).

O grande desafio das escolas na fronteira é investir na superação da discriminação e dar a distinguir a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural dos países, apreciando a trajetória particular dos grupos que compõem essa sociedade (PEREIRA, 2009).

Nesse contexto na tríplice fronteira, a cultura por si só possui uma extensa avaliação teórica. Em espaço de fronteira ampliam-se as vantagens atingindo uma dinâmica complexa e múltipla.

As práticas culturais que foram possíveis perceber e apreender como uma atitude de melhor se adequar ao ambiente fronteiriço, “é a maneira por excelência da representação do *modus vivendi* das pessoas que vivem ou resistem em meio à transitoriedade fronteiriça” (BALLER, 2008, p.162).

3.7 Adolescência no contexto trinacional

Questões como educação, cultura, saúde, lazer, esportes, trabalho e qualidade de vida dos adolescentes têm ocupado lugar crescente na agenda das políticas públicas. Essa faixa da população, em geral tratada de forma homogênea, apresenta grande diversidade em decorrência de variáveis como cultura, escolaridade, nível socioeconômico, religião e sexo. E, todos com elevado potencial de crítica, demonstrando interesse e disposição em participar e mudar a realidade da sociedade.

No entanto, diversos estudos demonstram que a fase da adolescência é a que mais está vulnerável aos efeitos da pobreza, da assistência, da violência e do descaso social, caracterizando-se como um período da vida em que coexistem grandes mudanças e exigindo dos educadores e profissionais da saúde, assistência social, Judiciário, entre outros, atenção e observação aos comportamentos e formas de violência apresentados pelos adolescentes que, muitas vezes, já a vivenciam no ambiente familiar. Isso se torna um gerador de violência vinculado ao próprio processo de formação e às características que constituem esta fase de vida dentro do seu contexto social. Sendo essas questões elementos de reflexão e debates para os profissionais e a sociedade.

Dessa forma, neste capítulo, buscou-se contextualizar a questão da adolescência em face dos fatores vulnerabilizantes existentes. Antes, porém, é importante a categorização da fase.

3.7.1 Adolescer: uma trajetória vulnerabilizante

Ao falar de adolescência ou do processo adolescer, é relevante destacar que mesmo que se norteie por faixas etárias, tenham-se sempre em vista as particularidades do indivíduo, do seu meio socioeconômico, da sua localização geográfica, da sua cultura e do seu tempo histórico (CATHARINO, 2009).

Inicialmente observa-se que os termos adolescência e juventude e suas definições/conceitos, muitas vezes, são confundidos ou se interpõem, noutros momentos, tornam-se sinônimos, e com isso podem causar implicações distintas para o emprego de um ou de outro. Em muitas das leituras feitas, os termos usados apresentam o conceito de

adolescência e se referem no texto à juventude ou, ao contrário, comentam o conceito de juventude e registram sobre a fase *adolescer*. Isso é comum no cotidiano da mídia impressa e televisiva como representando a mesma metodologia.

Porém, são entendidas com denominações diferentes para a mesma faixa de desenvolvimento humano ou como fases sucessivas dessa fase de vida (DAYREL; REIS, 2007). Ou seja, a adolescência encontra-se mais próxima da juventude que está mais próxima da maturidade. E ambas fazem parte da sociedade com características e idades com fronteiras fluidas e que vive a condição de estar sendo integrada à sociedade (CARDOSO, 2004).

Assim, buscaram-se algumas definições de adolescência para melhor sinalizar do ponto de vista cronológico a caracterização da adolescência. Esta define-se como: adolescente, a pessoa entre 12 e 18 anos pelo ECA (1990).

Para o OPAS (1990), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Compreende as idades de 10 a 19 anos e é dividida em etapas de pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos).

De modo geral, pode ser entendido que o período final da adolescência caracterizado pela cessação do crescimento corporal, por volta dos 20 anos de idade, sendo esta delimitação tanto do início quanto do fim, apenas aproximada (PRIOTTO, 2011).

No entanto, neste trabalho utilizaram-se a conceituação de adolescência e os termos *adolescentes* e *adolescer* (*crescer para*) para nomear a fase da adolescência como um momento de mudanças rápidas no ser humano, abrangendo acentuado crescimento pômbero-estatural e o surgimento de novas formas físicas e estéticas; transformações no funcionamento orgânico, sobretudo no sexual e reprodutivo; construção de novas relações intersubjetivas; manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e se comportar – refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo à família (PRIOTTO; BONETI, 2009).

Dito de outra forma, a “adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói se exercita e se re-constrói dentro de uma história e tempo específicos” (FROTA, 2007, p.157).

Fase que, por muitas vezes, pode ser entendida para o adolescente como um estado de indecisão. Uma indecisão na imediação de decidir, mas sem ter ainda muita certeza; um estado emocional de angústia, um estado irrequieto, confuso; não é um estado tranquilo, ao contrário, na adolescência fala-se de uma ansiedade pela iminente decisão que a sociedade

exigirá ao adentrar a fase adulta. E com isso, possibilitando-o tornar-se vulnerável ao risco, principalmente à violência (PRIOTTO, 2011).

Entretanto, reconhece-se que, por diversas razões, é uma fase complexa por: se observar o aumento dos índices de violência e dos comportamentos de risco e paralelamente a isso se observa o aumento do interesse dos adolescentes na escolha da profissão e no projeto de vida; por reconhecer que cada indivíduo vivencia esse momento de modo distinto e dependendo de sua maturidade física, emocional e cognitiva; por entender as modificações nas leis nacionais que estabelecem limites mínimos de idade para participação em atividades específicas de adultos, entre as quais votar, casar, servir às forças armadas, ter propriedades e consumir álcool (UNICEF, 2007). Uma ideia relacionada é a da maioridade civil: a idade legal em que uma pessoa é reconhecida como adulto por um país, em que se espera que exerça todos os encargos que acompanham essa condição (UNICEF, 2011a). Abaixo dessa idade, um indivíduo ainda é considerado “menor”. Em vários países, a maioridade civil é definida em 18 anos, a exemplo do Brasil, do Paraguai e da Argentina que têm o benefício de estar de acordo com o limite superior da faixa etária para crianças, segundo o Artigo um da Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse limite de idade varia consideravelmente em alguns países, no Irã a idade em que as meninas conseguem a maioridade é uma das mais baixas do mundo: nove anos, em relação aos meninos com quinze anos (UNICEF, 2011a).

Porém, a idade em que um jovem obtém a maioridade não é o único problema na definição da fase adolescência em relação a diferentes jurisdições internacionais, uma vez que comumente não tem relação com a idade em que os indivíduos tornam-se legalmente adequados para realizar determinadas tarefas que podem estar relacionadas à vida adulta, tais como trabalho, casamento, cuidados primários e conflitos. Como exemplo, nos Estados Unidos a maioridade civil é com 18 anos, porém na maior parte dos Estados os adolescentes têm autorização para dirigir aos 16 anos; para o Brasil a idade mínima é 18 anos, 21 para a Argentina e 22 para o Paraguai (JOHNSON et al., 2009).

Não obstante, a idade legal estabelecida para que um indivíduo possa comprar ou consumir bebidas alcoólicas varia de país para país, podendo sequer existir em determinados países. Assim, a idade legal depende do local onde o consumo é realizado ou se a pessoa está acompanhada por um adulto, entre outros fatores. Os jovens adultos norte-americanos em geral não podem adquirir bebidas alcoólicas até os 21 anos de idade. No Brasil e na Argentina, é proibida a compra e venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. No Paraguai, é com 20 anos (MINIMUM AGE LIMITS WORLDWIDE, 2010).

Em países como Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Croácia, Espanha e Nova Zelândia, a idade legal para o casamento é normalmente 18 anos, mas pode ser reduzida, com a permissão dos pais ou de um juiz, para 16 anos de idade. Outros países instituíram idades de casamento diferentes para homens e mulheres, consentindo, que meninas se casem mais cedo do que meninos. Exemplo disso nos dois países mais populosos do mundo, na China a idade em que se permite o casamento para homens é 22 e para mulheres é 20 anos; na Índia são 21 anos para homens e 18 anos para mulheres. Em outros países, como Indonésia, quando se casam menores de idade, deixam de estar sujeitos à idade prevista para a maioridade civil (MEDINA; SURYADARMA; SURYAHADI, 2009).

Assim sendo, a idade legal para o casamento para muitos países é diferente da maioridade civil. Na prática, a idade legal para o casamento é amplamente ignorada, permitindo que homens se casem com meninas ainda menores de idade. Na verdade, em muitos países e comunidades, há permissão para o casamento infantil, definido pelo UNICEF como casamento ou união antes dos 18 anos de idade. Assim como a maternidade precoce, a violência, abusos e exploração podem desfalcar toda a adolescência, principalmente de meninas, mas também de meninos. Em especial, o casamento infantil está associado a altos níveis de violência, marginalização social e exclusão dos serviços de proteção e da educação.

Outra situação preocupante ocorre com o trabalho infantil que envolve aproximadamente 150 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos de idade (UNICEF, 2011a).

Por essa razão é uma ocorrência mundial cujas formas exigem um melhor entendimento de sua complexidade, alguns recortes e algumas limitações. Os fenômenos sociais, hoje, são construídos a partir de uma realidade de um determinado momento, e o que ocorre com o trabalho infantil não é diferente. Daí a importância em lançar um olhar cada vez mais complexo sobre este fato que se estrutura e se reestrutura. O trabalho infantil alcançou tal grau de complexidade que, atualmente, não pode ser visto apenas como emprego.

Todavia é ilegal todo e qualquer tipo de aprendizado profissional para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz, o adolescente de 14 a 18 anos. Atualmente existem alguns tipos de emprego infantis mais cruéis, por colocar a criança e ou adolescente em contato com outros tipos de crime ou situações de risco como a: prostituição, o tráfico de drogas ou o recrutamento de crianças para as guerras (ALMEIDA-NETO, 2007).

Na América Latina, a maioria dos países estabelece a idade mínima de 14 anos para o trabalho, no Brasil, a Constituição de 1988 determina em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que o “trabalho é proibido para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz aos 14 anos. Se

o trabalho for noturno, insalubre ou perigoso, a idade mínima é de 18 anos completos” (BRASIL, 2009, p.16).

No Paraguai, segundo o Código del Trabajo de 29/10/1993, artigo 120, o trabalho é permitido a partir dos 14 anos, com jornada máxima de 4 horas, até os 16 anos. De 16 a 18 anos, a jornada máxima é de 6 horas (PARAGUAI, 1993).

Na Argentina, por sua vez, através da Lei n° 20.744 de 1976 – Contrato de Trabajo estabelece que o trabalho seja permitido a partir dos 15 anos, com a autorização correspondente dos pais. “A jornada de trabalho deve ser de seis horas diárias ou 36 semanais, sendo proibida a realização de trabalhos noturnos. Nestes termos, homens e mulheres são considerados aptos para trabalhar” (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2006, p. 35).

O estudo de Sprandel (2005, p.56) evidencia o problema da exploração do trabalho de crianças e adolescentes na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina:

O trabalho infantil é uma realidade nos três países. Na Argentina, principalmente na província de Misiones, ele aparece ligado, sobretudo a atividades agrícolas e agro-florestais, embora também seja comum nas cidades. No Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) aparece como um diferencial importante, que continua sendo necessário na região em estudo. No Paraguai, há a preocupação com a questão cultural, que naturaliza a inserção precoce da criança no mercado de trabalho. Brasil e Paraguai têm na Ponte da Amizade um grande desafio, dada a atração que exerce sobre crianças e adolescentes, cooptadas para todo tipo de trabalho.

Em função disso, vários fatores colaboram para a exploração do trabalho infantil na tríplice fronteira, questões culturais, econômicas e familiares. A exploração do trabalho de crianças e adolescentes é ressaltada em todo o mundo, mas possuem particularidades específicas na região fronteiriça.

O principal desafio para as cidades brasileiras fronteiriças é a utilização de crianças no comércio de mercadorias contrabandeadas. Muitas delas cruzam a Ponte da Amizade acompanhando as mães, o que as torna igualmente vulneráveis. Pela Ponte transitam diariamente centenas de crianças, expostas a todo tipo de violação de direitos (SPRANDEL, 2005, p. 57).

Lamentavelmente, a região sofre com problemas decorrentes da área de fronteira. E, com a educação não é diferente, é o que corrobora a autora Bernardi (2010, p. 170):

Há uma grande dificuldade de as famílias entenderem a importância de manterem seus filhos na escola e do papel da educação no futuro destes. Na estrutura de funcionamento das famílias pobres da região da tríplice fronteira, predomina a ideia de que o sustento de todos é mantido pelo trabalho de todos, num sistema arcaico similar ao comunismo primitivo praticado por comunidades indígenas. Aliás, grande parte destas famílias é descendente de índios, e herdaram certamente os valores das comunidades indígenas das quais são descendentes. Trata-se, desta forma, de um problema essencialmente cultural

que demanda políticas públicas de conscientização da população e um forte apelo à importância da educação na formação infanto-juvenil.

Nesse entendimento, o direito dos adolescentes à educação está criticamente afetado pelo trabalho precoce, e para auxiliar a buscar soluções para minimizar o problema financeiro das famílias, os três países desenvolvem distintos programas de transferência de renda, uma resposta da política social frente às crises econômicas. Entre os objetivos, ajudar a proteger o nível de vida das famílias mais afetadas pelas crises. Na Argentina, destacam-se os programas: Jefas e Jefes de Hogar Desempleados, Ingreso para o desenvolvimento Humano e o Plano Nacional de Famílias pela Inclusão Social. No Brasil, há a Bolsa Família, o PETI e o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. No Paraguai, existe o Programa Abrazos (KOSTZER, 2008).

Por conseguinte, outro grave problema com relação ao trabalho envolvendo adolescentes na região é a existência de exploração sexual comercial associada a atividades de turismo e o tráfico de drogas nos três países. Não obstante, faltam estudos e dados estatísticos sobre o tema.

No município da Argentina, existe desde o recrutamento de adolescentes e jovens para prostíbulos mais ao sul do país, até a combinação de trabalho na rua e atividades sexuais. No município do Brasil, adolescentes são explorados sexualmente, em hotéis, em prostíbulos e até mesmo na rua. A situação no Paraguai é similar à do Brasil. A região é também rota de tráfico internacional de seres humanos, o que constitui que adolescentes estão vulneráveis ao aliciamento e à sedução para exploração sexual e comercial na Argentina, Brasil, Paraguai e Europa (SPRANDEL, 2005).

Na sequência, a definição do termo que tem sido bastante usado na literatura científica em estudos epidemiológicos, principalmente após a década de 1980 e, numa perspectiva de explicar os possíveis riscos que envolvem os adolescentes pesquisados.

3.7.2 Adolescência e a vulnerabilidade social

Entre as definições do termo vulnerabilidade, enfatiza-se como a “capacidade do indivíduo ou do grupo social de decidir sobre sua situação de risco, estando diretamente associada a fatores individuais, familiares, culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos” (BRASIL, 2007, p. 9).

Quanto ao conceito de risco, este foi mudando com o tempo, antes era sinônimo de perigo, contingência, na atualidade aparece como uma avaliação calculada de algum investimento em relação a possíveis ganhos ou perdas. Para as ciências sociais, a saúde e o risco podem ser entendidos como um conceito estabelecido historicamente e culturalmente sobre o qual sociólogos e antropólogos fazem a discussão da noção de viver arriscadamente como parte do sentido de aventura e prazer. A intenção é buscar o sentido da vida na emoção e adrenalina, uma peculiaridade da atualidade, conhecida como sociedade de risco. Até porque o risco faz parte da vida, constituindo-se em essência da existência humana (CONSTANTINO, 2006).

Sobre esse prisma, entende-se que risco significa a probabilidade de se ter determinado adjetivo que favorece a tornar-se vítima ou agressor de violência, em um determinado período. Assim, por estar falando de probabilidade, é preciso ter claro que se estão mostrando possibilidades de aparecerem condutas, em vez de assegurar o fato.

Frequentemente são observadas questões de ordem social, cultural e econômica que interagem sinalizando os adolescentes como o grupo mais suscetível a diferentes tipos de riscos, entre os quais a violência. A adolescência está vulnerável a influências familiares e da sociedade como um todo, no entanto, muitas dessas referências encontram-se fragilizadas, inclusive culturalmente, o que oportuniza o aparecimento dos riscos, vivenciados pelos adolescentes que na medida em que buscam referenciais baseados em valores consumistas se desvinculam das orientações clássicas e adotam valores relacionados aos modismos instáveis e à socialização no interior de grupos, gangues ou galeras (UNESCO, 2009).

Nesse entendimento está implícita, no plano de organização deste trabalho, a tese de que várias são as situações que condicionam comportamentos violentos e que vitimizam os adolescentes. Assim a violência e suas tipologias é tema de análise, com destaque na utilização do conceito de vulnerabilidade social, identificando-se com o conceito já apresentado de violência social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ampliou o conceito de vulnerabilidade e a definiu como vulnerabilidade social, o resultado negativo da relação entre o acesso a recursos materiais ou simbólicos dos atores (indivíduos ou grupos), bem como o ingresso em oportunidades sociais, econômicas e culturais que decorrem do Estado, do comércio e da sociedade. Sendo esses, resultados de desvantagens para a atuação e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, et al., 2002).

Os atores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) comentam que o conceito, diferentemente de exclusão, pede olhares para múltiplos planos e,

em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionantes de vulnerabilidades (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Nessa mesma perspectiva, Ayres et al., (2003) e Sánchez; Bertolozzi (2007) sinalizaram a vulnerabilidade como individual, social e institucional, nas quais procuraram definir fator de risco de acordo com as composições sociais vulnerabilizantes ou condicionantes de vulnerabilidades sociais diante dos problemas e adversidades vivenciadas no dia a dia dos adolescentes.

Em síntese, vulnerabilidade social obteve progressos nas discussões sobre exclusão social, sendo mais abrangente que este último em sua competência de identificar ocorrências mediadoras de risco e permitindo descrever e analisar melhor as situações existentes no cenário complexo dos países em desenvolvimento como Brasil, Paraguai e Argentina. Do mesmo modo, a vulnerabilidade social não se restringe somente à questão da pobreza. A vulnerabilidade social coloca a pobreza agregada de outras dimensões que influenciam inteiramente as condições de vida do cidadão ou de sua família (BRASIL, 2007; SILVA, 2007).

Segundo estudo do governo brasileiro, vulnerabilidade social pode ser entendida como:

[...] a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (BRASIL, 2007; p 14).

De fato as definições sintetizam uma ideia que já vem sendo discutida há algum tempo e que hoje passa a ser tema principal: o reconhecimento da distinção humana e, como consequência, a necessidade do reconhecimento da distinção própria nas adolescências.

Diversidades essas que as autoras Silva e Pereira (2008, p. 911) referem quanto ao reconhecimento dos direitos dos adolescentes a nível mundial:

[...] Apesar das mudanças verificadas no âmbito legal com o reconhecimento cada vez mais ampliado dos direitos sociais desta parcela da população, temos como contraponto a potencialização da problemática de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, nos centros urbanos, nas instituições e no interior de seus lares no que concerne a violência contra e entre adolescentes.

Sobre esse prisma, compreende-se que os adolescentes constituem atualmente uma parcela da população particularmente vulnerável aos problemas sociais e econômicos no país. Uma vez que se evidencia no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2010, da

América Latina, que a adolescência está sujeita a sérias limitações pautadas em direitos básicos, tais como o acesso à informação disponível e adequada às modernas necessidades sociais, o acesso ao mercado de trabalho e ao direito a uma vida saudável e prolongada. Assim, o conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que o local de habitação e a qualidade de vida da família podem ser fatores de vulnerabilidade, de barreira na efetivação dos projetos de vida do adolescente, ao mesmo tempo em que favorecem modos de vida e de relação social que podem acrescentar riscos à sua trajetória (CORRÊA; SOUZA, 2011).

Por esse motivo, a vulnerabilidade social pode se revelar como: a estrutural que pode ser dada por uma mobilidade descendente, ou seja, a mudança de posição do indivíduo na sociedade; a subjetiva que corresponde ao aparecimento de sentimentos de dúvidas, indecisão, de não pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores. Lembrando que os adolescentes tidos como fonte de potencialidades pela mídia e pela sociedade têm isso como uma qualidade óbvia pela idade, a vitalidade do adolescente, mas a vulnerabilidade social muitas vezes pode tirar essa potencialidade intrínseca aos adolescentes, tornando-os inseguros e expostos a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou pelas impossibilidades de acesso (SILVA, 2007).

Por conseguinte, descrevem-se, de acordo com a literatura, os fatores de vulnerabilidade social para a violência geradora ou não de conflito, sendo que esses servirão para explicar, no capítulo de discussão, de acordo com a evidência dos resultados obtidos.

Krug et al., (2002) utilizam uma estrutura ecológica que enfatiza as diversas causas da violência e a interação dos fatores de vulnerabilidade dentro da família e de contextos mais abrangentes, como o comunitário, o social, o cultural e o econômico. O modelo mostra ainda quatro classificações dos vários níveis de influência sobre o comportamento com relação à violência, sendo esses: o individual que envolve os fatores históricos - biológicos e pessoais - que uma pessoa apresenta por meio de seu comportamento; o racional cultiva as relações sociais próximas (com companheiros, parceiros íntimos e membros da família) e assim o risco para vitimização e perpetração da violência aumenta; o comunitário que avalia os contextos de relações sociais (escolas, trabalho e vizinhança) e identifica as particularidades desses cenários que estão associados ao fato de a pessoa ser vítima ou agressor; o social identifica os fatores (sociais) que contribuem no aumento dos índices, ou reduzem as inibições contra a violência, assim como buscam identificar os fatores que podem criar ou apoiar diferentes segmentos da sociedade, ou tensões entre diferentes grupos ou países.

O autor comenta ainda que os principais fatores sociais incluem:

[...] normas culturais que apoiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos; atitudes que consideram o suicídio como uma questão de escolha individual em vez de um ato de violência que pode ser evitado; normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança; normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças; normas que validam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos; normas que apoiam os conflitos políticos.

[...] incluem ainda as políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade (KRUG et al., 2002, p.12-13; 15).

Nesse contexto, nos parágrafos abaixo apresentam-se outros autores que muito se aproximam e se complementam para a classificação de fatores de vulnerabilidade para a violência, sendo esses fatores intrínsecos à dinâmica familiar: o uso de poder e autoridade conforme os papéis de gênero, sociais e sexuais; excesso de rigidez, pouca flexibilidade; nível baixo de autonomia pelos seus membros; permanente tensão, impulsividade e agressividade, pouco diálogo e dificuldades para lidar com conflitos, crises e perdas; modelo de violência de origem por um dos cônjuges; uso de drogas (álcool e outras); antecedentes criminais ou uso de armas; dependência financeira, emocional e baixa auto-estima; problemas de saúde, psicológicos e psiquiátricos (BRASIL, 2007).

As autoras Sierra e Mesquita (2006) comentam como fatores, os conflitos entre os casais no qual a criança e ou adolescente são testemunhas de várias formas de violência familiar; o local de moradia; a insegurança no acesso aos serviços públicos e aos serviços de saúde, e a inexistência de um trabalho de atenção primária (prevenção); a falta de disponibilidade de lazer; relações com vizinhos; locais de venda e tráfico de drogas e a repressão policial para inibir essas atividades; a violência urbana; o trabalho nas instituições públicas e os abusos perpetrados por profissionais ocultados por uma tática de funcionamento que exclui a participação social; crianças e adolescentes exploradas no trabalho informal e/ou pela prostituição infanto-juvenil. Fatores esses intrínsecos à própria criança ou adolescente de qualquer país, como um comportamento que pode torná-lo mais vulnerável para experimentar e ou usar drogas, não evitar uma gravidez não planejada, praticar roubo e/ou furtos. E ainda fatores como a questão do gênero associados à faixa etária, raça, etnia/cor, escolaridade, pouca rede social, exclusão do mercado de trabalho e condições socioeconômicas (ZUMA et al., 2009).

Quanto a fatores inerentes ao ambiente escolar, a autora esclarece que muitos dos comportamentos agressivos e violentos dos adolescentes referem-se às normas disciplinares quanto à permanência na sala de aula, no horário de intervalo e de ir ao banheiro, as quais muitas vezes são acirradas e inflexíveis, a entrega dos boletins e notas, o comportamento

hostil de um ou mais professores, a falta de organização na sala de aula e na escola e o número excessivo de alunos nas salas de aula poderão estimular a condutas e ações agressivas e/ou violentas assim como o baixo desempenho escolar e a falta de comprometimento dos gestores e demais profissionais da escola quanto à evasão escolar (PRIOTTO, 2011).

De um modo geral, essas são algumas das questões citadas pelos autores que podem aumentar a vulnerabilidade para o surgimento da violência envolvendo adolescentes. Pensando no estudo, complementa-se com os riscos de: crianças e adolescentes, em ambiente escolar ou familiar, expostas repetidamente a comportamentos agressivos e violentos, acabam por naturalizar a violência e a aceitá-la como modelo de comportamento social; adolescentes que sofreram condutas disciplinares rígidas, quando se tornam pais, podem repetir e reforçar essas condutas agressivas por não conseguirem elaborar comportamentos pró-sociais; a falta de oportunizar na escola a reflexão dos alunos adolescentes sobre as diversas questões que decorrem na vida deles; muita informação e pouca orientação; a exposição frequente e repetida de adolescentes à violência, no uso dos meios de comunicação para reforçar e perpetuar condutas agressivas; a ausência de políticas públicas trinacionais com programas em saúde e educação para os adolescentes na tríplice fronteira; a falta de eventos científicos que contemplem a participação do adolescente na idealização, execução e avaliação de ações, planos e políticas de saúde, cultura, lazer, segurança, trabalho, esporte e educação; a não mudança da representação e identificação de adolescentes de futura geração para a geração de hoje no presente, vivendo, estudando, trabalhando, participando e contribuindo na sociedade; o não considerar e respeitar a voz do adolescente que, mesmo que seja ouvida, raramente recebe aplicação.

Assim é indubitavelmente pertinente a interpretação do conceito de vulnerabilidade social para a compreensão da violência que envolve os adolescentes, admitindo-se analisar a multicausalidade que abarca este fenômeno e os vários significados e sentidos que são conferidos à exposição aos fatores, que por sua vez, devem ser avaliados em sintonia com as estruturas sociais e culturais que compreendem a fase do adolecer.

4 HIPÓTESES DA PESQUISA

Busca-se neste estudo identificar e analisar as violências que envolvem os adolescentes estudantes, matriculados nos colégios públicos (estaduais) de área urbana do município de Foz do Iguaçu (Brasil) e de escolas/colégios oficiais (públicos) dos municípios de Ciudad del Este (Paraguai), e de Puerto Iguazú (Argentina). Dessa forma para melhor operacionalização dos objetivos iniciais foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Os resultados aferidos indicarão que a violência, através dos fatores a ela relacionados, é a mesma entre os três municípios/países;

Hipótese 2: Os resultados aferidos indicarão que os adolescentes do sexo masculino são os mais agressivos, nos três municípios/países;

Hipótese 3: Os adolescentes estudantes na tríplice fronteira muito pouco sabem quanto à existência de políticas públicas para adolescentes no seu município/país.

O presente estudo visa a associar variáveis sociodemográficas com as variáveis que representam a prevalência de manifestações de violências, nos três municípios/países.

5 MÉTODO

5.1 Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo transversal analítico que oportuniza explicar, além da relação entre as variáveis, a natureza dessa relação, fundamentando as hipóteses do objeto, neste caso a violência (OLIVEIRA, 2007).

Para os autores Klein e Bloch (2006), o estudo transversal é o método mais adequado para descrever as características de uma população, em uma determinada época, confirmando-se em uma fonte indispensável para o planejamento e supervisão de ações voltadas para prevenção, tratamento e reabilitação, tanto em nível individual como coletivo.

Dessa forma, este estudo irá fornecer informações relativas à prevalência e à distribuição das variáveis sociodemográficas e a comparação e associação das variáveis da população adolescente dos três municípios pertencentes aos respectivos países.

5.2 Cenário do estudo

O local escolhido para a realização da pesquisa é denominada de região de fronteira, região trinacional, tríplice fronteira, ou três fronteiras. Neste trabalho preferiu-se utilizar o termo tríplice fronteira por corresponder à denominação mais conhecida e utilizada pelos veículos de comunicação de massa, nacional e internacional.

A denominação da região de fronteira é a linha que define os limites geográficos do país, “é o subespaço onde ocorrem entrecruzamentos de populações e culturas vizinhas” (CASTROGIOVANNI; GASTAL, 2006, p. 2). A partir desse limite é considerada indispensável à segurança nacional, e nela é proibido construir pontes, estradas internacionais, campos de pouso ou indústrias sem autorização prévia do governo federal.

No Brasil, atualmente existem 570 municípios localizados na faixa de 150 quilômetros de largura, limite esse considerado indispensável à segurança nacional, sendo que 120 municípios estão exatamente na linha que separa o território nacional dos países vizinhos (IBGE, 2010).

Das fronteiras brasileiras existentes temos 10 países, 11 Estados e 120 municípios que fazem divisa com o nosso país. Entre estes países Paraguai e Argentina (IBGE, 2010).

No contexto geográfico territorial, encontra-se a área transfronteiriça da Argentina com o Brasil, delimitada pelo rio Iguaçu afluente do rio Paraná que faz fronteira do Brasil com o Paraguai e ocupa uma posição estratégica na América Latina. A população urbana moradora em Ciudad del Este (CDE) - Paraguai, Foz do Iguaçu - Brasil e Puerto Iguazú - Argentina apresenta uma população aproximada de 700.000 habitantes.

Fonte: ¹GEO INCOGNITA. **Território e fronteira**. 2012. Disponível em: <<http://geoincognita.blogspot.com.br/2012/11/territorio-e-fronteira.html>>. Acesso em: 22 de jul. 2013

Figura 1- Território e fronteira Brasil, Paraguai e Argentina

Nesse espaço geográfico, citam-se fronteiras e limites e entende-se que faixa de fronteira é legalmente estabelecida pelos Estados, sendo que essa poderá ou não coincidir com a região de fronteira, e “limite é algo que insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não está ligado” (HISSA, 2006, p.19).

Na tríplice fronteira, o limite é balizado por aduanas e policiamento, espaçadas por rios, com as bandeiras, com pontes, os marcos e outros símbolos que delimitam o fim e o início de outro cenário.

Locais esses delimitados com suas especificidades que em alguns momentos da discussão e análise transgridem limites políticos e revelam identidades, crenças, tradições, idiomas, costumes, culturas que, naturalmente, aparecem entre as três nações como os atritos de peculiaridades percebidas nas pessoas, além de normas e leis, peculiares de cada país.

Levando isso em consideração, na sequência, descreve-se sucintamente a historicidade dos três municípios em seus respectivos países, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, cidades essas que formam os espaços dentro da faixa da fronteira e os fluxos transfronteiriços que ajudam a incrementar as análises quanto às comunidades fronteiriças envolvidas e suas vulnerabilidades.

No Brasil, o município de Foz do Iguaçu, nome de origem guarani que pode ser decomposto, na sua pronúncia primitiva “ü (água, rio) e *wa'su* (grande), portanto rio caudaloso”. Por estar situado na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, recebeu o nome de Foz do Iguaçu (WEBBER, 2003, p. 11).

O município localiza-se no extremo-oeste do Paraná, fazendo fronteira com o Paraguai e a Argentina, formando a tríplice fronteira, (Brasil, Argentina e Paraguai), limita-se ao norte com o município de Itaipulândia, ao sul com a Argentina, a leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e, a oeste, com o Paraguai.

De acordo com o artigo 1 da Lei Complementar 116/06 de 08 de dezembro de 2006 de Foz do Iguaçu o território do município de Foz do Iguaçu compõe-se área urbana com 191,46 Km², área rural com 138,17 Km², área do Parque Nacional do Iguaçu com 138,60 Km², área de Lago de Itaipu com 149,10Km² e área da Ilha Acaray com 0,38 Km², totalizando 617,71 Km² (FOZ DO IGUAÇU, 2011).

Foz do Iguaçu, atualmente (2013) com 99 anos, conta com 256.088 habitantes (IBGE, 2010a). Conhecida internacionalmente pelas belezas naturais das Cataratas do Iguaçu, o Parque das Aves, Parque Nacional e outras atrações turísticas como: o Ecomuseu e a Usina de Itaipu. A palavra ITAIPU origina-se do tupi-guarani e significa “A pedra que canta” (SANTOS; FRIZON; OLIVEIRA, 1993, p. 116). Em especial a Usina Binacional Itaipu que além de um atrativo turístico, a maior do mundo, produz energia contribuindo no setor econômico para dois países, Brasil e Paraguai.

Também há o turismo de compras em Ciudad del Este, caracterizado principalmente pela compra de artigos eletroeletrônicos e em Puerto Iguazú pela compra de compotas, vinhos, queijos e artigos de couro e lã. Sua população é caracterizada principalmente por pessoas de outras cidades e estados. Aqui se encontram diversos grupos de imigrantes, tais como chineses, coreanos, indianos, japoneses e, principalmente, os de origem árabe com destaque para os libaneses. Foz do Iguaçu é a segunda maior colônia árabe do Brasil.

A cidade é também o portão de entrada do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Documento firmado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991. Trata-se de um acordo-quádruplo no qual os países ampliam as dimensões de seus mercados nacionais como forma de alcançarem uma melhor inserção na ordem econômica internacional, crescentemente marcada pela globalização e regionalização (BRASIL, 1994).

O Paraguai mantém-se como um dos países mais pobres da América Latina junto com a Bolívia. Seu nome oficial é República del Paraguay, com uma área (KM²) de 406,752, que faz limite ao norte com a Bolívia e Brasil, ao leste com Brasil e ao sul e oeste com Argentina.

Sua capital é Asunción. O país considera na população de idade para trabalhar (PET) todas as pessoas de 14 anos ou mais que possam assumir mão de obra disponível para a realização de uma atividade econômica.

Na cultura, observa-se grande parte da população falar a língua nativa o guarani e, como segundo idioma mais falado o espanhol. Com um total de 6.913.025 (100%) de população e uma estimativa de crescimento populacional para o ano de 2015 de 1%, taxa de natalidade de 17,63% e de mortalidade de 4,55%, sendo a sobrevida de 76 anos aproximadamente (ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE CAMARAS DO COMERCIO, 2010).

O município de Ciudad del Este fundado em três de fevereiro de 1957, hoje com 56 anos (2013); a cidade já teve dois outros nomes: o primeiro era Puerto Flor de Liz e o segundo Puerto Presidente Stroessner, em homenagem ao ditador Alfredo Stroessner que governou o Paraguai por muito tempo. Somente no início da década de 1990 é que o nome mudou para Ciudad del Este (CDE).

O município é capital do Departamento do Alto Paraná, situada no extremo leste do Paraguai, divisa com Brasil e Argentina é a capital do estado de Alto Paraná um dos 17 Estados do Paraguai, sendo a segunda cidade do país em importância, demográfica, economia, e populosa, atualmente com aproximadamente 320 mil habitantes, e com aproximadamente 7.300 quilômetros quadrados. A área metropolitana do município é internacionalmente conhecida pela facilidade e variedade de compras que oferece. Diariamente pessoas do Brasil cruzam a Ponte da Amizade para comprar em CDE, produtos com preços convidativos (DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC), 2010).

No entanto, a relação de fronteira entre Brasil e Paraguai é complexa em virtude do fluxo da ilegalidade, o que exige muito mais a atenção de ambos os países, bloqueando os sacoleiros, contrabandistas, traficantes entre uma variedade de outros, que desafiam leis, acordos, tratados bilaterais e multilaterais que regem o funcionamento das fronteiras, evidenciando-se um cenário de um jogo de interesses cujos resultados refletem um problema social com vários fatores de vulnerabilidade a nível internacional.

Com relação à Argentina (nome oficial: República Argentina) país da América do Sul, limitado a norte pela Bolívia e pelo Paraguai, a leste pelo Brasil, pelo Uruguai e pelo Oceano Atlântico, a sul pelo Estreito de Drake e a sul e a oeste pelo Chile. Sua capital é a cidade de Buenos Aires. O Estado argentino é uma república federal presidencialista.

Por sua extensão, é o segundo maior país em tamanho da América do Sul depois do Brasil e o oitavo do mundo. Ocupa uma área de superfície continental de 2.766.890 km² (1.078.000 km²) entre a cordilheira dos Andes a oeste e o Oceano Atlântico Sul a leste e sul.

O país conta atualmente com uma população aproximada de 1.097.829, sendo a expectativa de sobrevida em torno de 76 anos (72 para homens e 80 para mulheres) e Puerto Iguazú conta com aproximadamente 81.215 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS DE LA REPUBLICA - INDEC, 2011).

Puerto Iguazú (Argentina) é uma cidade da província de Misiones. A cidade se encontra a 306 km de Posadas, a capital da Província de Misiones, e a 1.314 km de Buenos Aires, capital do país. Localizada a 18 km das Cataratas do Iguaçu e separada de Foz do Iguaçu pelo Rio Iguaçu e de Ciudad del Este, pelo Rio Paraná. Sua origem remete a 1901, quando se realizou uma das primeiras visitas turísticas às Cataratas del Iguazú.

Em 1985, houve a inauguração da ponte internacional Tancredo Neves, que interliga a Argentina com o Brasil, facilitando o transporte e as conexões com Foz do Iguaçu.

Na atualidade Puerto Iguazú é visivelmente menor, mais distante física, econômica e socialmente das outras duas cidades que constituem a Tríplice Fronteira. No entanto, consegue manter os controles de segurança na alfândega Argentina e Brasil, e seu eixo de atividades econômicas com o turismo, visitações às Cataratas del Iguazú (lado argentino) e as variedades de artigos comercializados na cidade em atividades regularmente ativas.

Entretanto, as relações econômicas e sociais na tríplice fronteira aparecem como maiores diferenças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY). Com Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú (ARG), existem as forças econômicas no Cone Sul que favorecem e se destacam pela passagem de mercadorias entre os dois países com as variações cambiais ou as diferenças nos valores dos produtos originais, com características econômicas e produtivas de ambos os países, ganham inclusive com a questão da fiscalização, nos dois lados da fronteira. Sendo essa fiscalização favorecida pelo volume infinitamente inferior ao apresentado na fronteira com o Paraguai e o Brasil.

5.3 Período do estudo

As solicitações de autorizações nos três municípios/países aconteceram entre novembro de 2009 e setembro de 2011. Os questionários foram aplicados entre o período de agosto de 2010 e março de 2011 no Brasil, de abril e julho de 2011 no Paraguai e de março a julho de 2012, na Argentina.

5.4 Participantes do estudo

Adolescentes de 12 a 18 anos estudantes, matriculados em colégios públicos (estaduais) de área urbana do município de Foz do Iguaçu (Brasil) e de escolas e colégios oficiais do município de Ciudad del Este (Paraguai) e Ciudad de Puerto Iguazú (Argentina).

Nesse sentido, verificou-se a definição da lei em cada país, para as faixas etárias da adolescência, sendo:

- Brasil: Adolescentes de 12 a 18 anos, Lei 8069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, ECA, 1990);
- Paraguai: Adolescentes os maiores de 13 anos e menores de 18 anos, Código de la niñez y la adolescencia, Ley n°17.823 adolescente (RED LATINOAMERICANA DE ACOGIMIENTO FAMILIAR (RELAF), 2011);
- Argentina: adolescentes, pessoas entre 10 e 20 anos de idade, Ley n° 26.061, Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes (RELAF, 2011).

5.4.1 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes

- a) Todas as escolas da zona urbana dos três municípios foram listadas, de acordo com as informações das instituições competentes da educação de cada município/país.
- b) Adolescentes com idade entre 12 e 18 anos de ambos os sexos, estudantes de escolas público-oficiais e residentes no município/país em estudo;
 - b.1) No Brasil, no município de Foz do Iguaçu, alunos do ensino público estadual, do Ensino Fundamental (7ª ano a 9ª ano, em média com idade entre 12 anos e 14 anos) e do Ensino Médio (1º ano ao 3º ano, em média com a idade entre 15 e 24 anos);
 - b.2) No Paraguai, no município de CDE, alunos da Educação Escolar Básica do 3º ciclo 7º, 8º e 9º grado (12 a 14 anos) e da Educação Escolar Média- Secundária 1º, 2º e 3º ano Médio (15 a 24 anos);
 - b.3) Na Argentina, no município de Puerto Iguazú, alunos da Educação Primária do 7º grado (12 a 13 anos), da Educação Secundária (13 a 18 anos).

O Quadro 2 apresenta o ano de ensino de acordo com cada município/país estudado.

Brasil	Paraguai	Argentina	Idade (aprox.)
7 ^a ano Ens. Fundamental	7 ^a grado Educación Básica 3 ^a ciclo	7 ^a grado Encino. Primario	12 anos
8 ^a ano Ens. Fundamental	8 ^a grado Educación Básica 3 ^a ciclo	1 ^a año Encino. Secundario	13 anos
9 ^a ano Ens. Fundamental	9 ^a grado Educación Básica 3 ^a ciclo	2 ^a año Encino. Secundario	14 anos
1 ^a ano Ens. Médio	1 ^a año medio - Educación. Escolar Media Secundaria.	3 ^a año Encino. Secundario	15 anos
2 ^a ano Ens. Médio	2 ^a año medio - Educación. Escolar Media Secundaria	4 ^a año Encino. Secundario	16 anos
3 ^a ano Ens. Médio	3 ^a año medio - Educación. Escolar Media Secundaria	5 ^a año Encino. Secundario	17 -18 anos (acima)

Quadro 2 – Relação do ensino por ano em cada país, de acordo com a faixa etária.

Como critérios de exclusão: Adolescentes com dificuldades para compreender as perguntas do questionário.

5.5 Casuística

- Com o total de alunos matriculados nos três municípios/países entre o ano de 2010 e 2011 (Brasil), 2011 (Paraguai) e 2012 (Argentina), obteve-se o tamanho amostral pelo método de amostragem estratificada (SCHEAFFER et al., 2005) e aleatorização dos indivíduos entrevistados.
- O cálculo foi feito da seguinte forma:
- $p_1, p_2 \dots, p_n$ são as proporções de alunos de cada escola, vítimas e/ou agressores de violência, considerou-se fixo 50% em cada uma, para maximizar a estimativa do tamanho amostral, pois na literatura não há esta informação por escola, optou-se por utilizar um critério estatístico de maximização do valor;
- Obteve-se o total de alunos matriculados por escola (populacional) denominados $N_1 + N_2 + \dots + N_n = N$, onde N é o total populacional de alunos.
- B é definido como a precisão da estimativa que seria o erro entre os valores reais e os estimados de $p_1, p_2 \dots, p_n$. Fixando previamente em 3%.
- Fórmula exposta por Scheaffer et. al., (2005):

$$n = \frac{\sum_{i=1}^2 N_i^2 p_i (1 - p_i)}{N^2 D + \sum_{i=1}^2 N_i p_i (1 - p_i)}$$

Em que,

$$D = \frac{B^2}{4} \quad \text{e} \quad w_i = \frac{p_i}{N}$$

Demonstrando-se que os tamanhos amostrais, em cada município, são dados por:

$$n_1 = N_1 w_1, \quad n_2 = N_2 w_2 \quad \text{até} \quad n_n = N_n w_n$$

Obtendo-se o total da amostra para cada município:

- Foz do Iguaçu: o total de alunos do Ensino Fundamental e Médio (7º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio) em 27 colégios foi de 25.123 (2011), sendo uma sorteada para a realização do pré-teste. Totalizando 26 colégios estaduais pesquisados e tendo a amostra aleatória estratificada de $n = 1018$ alunos;
- Ciudad del Este: o total de alunos matriculados no ano de 2011 da Educação Escolar Básica do 3º ciclo (7º ao 9º grau) e da Educação Escolar Média (1º, 2º, 3º anos), nas 127 escolas/colégios oficiais (públicos) foi de 24.174 alunos (Coordenación de Educación Departamental de Supervisión – Alto Paraná - zona 1 e zona 2), no entanto, em razão de o município ter extensa área urbana e número elevado de instituições escolares (em relação ao Brasil e Argentina), respeitou-se a divisão já estabelecida pelo município como zona (região) 1 e zona 2 para melhor controle e atendimento das mesmas. Assim foram 8.760 alunos em 27 instituições selecionadas, sendo uma sorteada para a realização do pré-teste. Totalizando 26 escolas/colégios pesquisados e tendo a amostra aleatória estratificada de $n = 936$ alunos;
- Puerto Iguazú: o total de alunos matriculados nas escolas oficiais/públicas no ano de 2012, dos níveis Primário (7º grado) e Secundário (1º ao 5º ano), em 25 escolas e colégios foi de 3.958, sendo uma sorteada para a realização do pré-teste. Tendo a amostra aleatória estratificada de $n = 856$ alunos (APÊNDICE A- Relação das escolas/colégios: Brasil-Paraguai- Argentina);
- Sendo acrescidos a este número mais 30% (0,3) relacionados a eventuais perdas como recusas em querer participar da pesquisa;
- Totalizando o tamanho final da amostra com acréscimo de 30% para município: Foz do Iguaçu foi de $1018 * 0,30 = 1.324$; Ciudad del Leste foi de $936 * 0,3 = 1.217$ e para Puerto Iguazú foi de $856 * 0,3 = 1.113$ participantes.

- O número de alunos participantes da pesquisa em cada escola foi calculado utilizando-se da amostragem estratificada com partilha proporcional ao número total de alunos de cada escola/colégio por ano, com idade de 12 a 18 anos.
- O convite para as escolas/colégios foi feito pela pesquisadora que previamente foi até a escola ou colégio conversar com o diretor e explicar o objetivo da pesquisa, apresentar os documentos e autorizações, definir os dias para a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) português e ANEXO-B: Termo de Consentimiento Libre e Esclarecido (TCLE) español; Questionários (APÊNDICE-B: Questionários 1 em português para o Brasil , 40 questões; APÊNDICE C: Cuestionario 1 em español, para Argentina e Paraguai, 40 questões).
- Na etapa de entrega do TCLE e aplicação dos questionários, havia uma lista de turmas/ano contendo o nome completo de cada aluno. Nesta foi colocado número em ordem crescente o que facilitou realizar o sorteio da amostragem aleatória estratificada, segundo a faixa etária (12 a 18 anos) e ano. Num primeiro momento, explicou-se sobre a pesquisa, e os alunos foram convidados para participar, solicitando a assinatura dos responsáveis no TCLE. Num segundo momento e de posse dos TCLEs assinados, aplicou-se o questionário.
- Os Resultados estatísticos obtidos neste estudo terão suas inferências e generalizações estendidas para os municípios/países, ou seja, Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (ARG). Assim no trabalho será usado o nome do país entendendo que a amostra estudada refere-se ao município desse país.

5.6 Questionários para coleta de dados

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se um questionário semiestruturado, auto-aplicável, anônimo e pré-testado. A pesquisadora estava presente para dirimir dúvidas sobre o preenchimento das 40 perguntas.

O questionário foi elaborado para um estudo maior, cuja estruturação fundamentou-se nos trabalhos apresentados por Abramo e Branco (2006) e adaptado para a realidade da tríplice fronteira. O questionário passou por uma avaliação de profissionais, professores da área da educação nos três países, sendo dois professores da Universidade Estadual do Oeste

do Paraná - Curso de Pedagogia e Letras - Espanhol, uma professora e chefe do NRE de Foz do Iguaçu - Brasil, dois licenciados e coordenadores do Departamento de Supervisión Educacional de Alto Paraná- Zona 1 e Zona 2, de Ciudad del Este – Paraguai, uma professora do Instituto Tecnológico Iguazú (ITEC), e uma professora, supervisora geral escolar do distrito de Misiones - Argentina.

5.7 Pré-teste

Realizou-se um pré-teste para a adequação do questionário (40 questões) de coleta de dados, buscando avaliar o conteúdo, estrutura e a aplicabilidade em uma população com características semelhantes à população em estudo. No Brasil, num colégio estadual com alunos do Ensino Fundamental e Médio no total de 10 alunos. No Paraguai, numa escola de Ensino Básico e Médio Secundário no total de 10 alunos e, na Argentina, num colégio com alunos do Ensino Primário e Secundário no total de 10 alunos. Totalizando 30 participantes voluntários, convidados a realizar o estudo. Respeitando as questões éticas também neste pré-teste foram recolhidos os termos de assentimento e consentimento livre e esclarecido junto aos estudantes e seus responsáveis. Com a assinatura dos termos explicaram-se as questões e registrou-se o tempo da aplicação desta. Todos os participantes do Brasil responderam às questões, num tempo médio de 30 a 35 minutos. Quanto ao Paraguai e à Argentina, percebeu-se a necessidade de uma explicação mais detalhada de alguns termos contidos no instrumento, para isso, contou-se com a ajuda de um professor facilitador, buscando alternativas dentro do contexto cultural de cada país. E, assim, os alunos responderam às questões conforme se propuseram, tendo como tempo médio de 45 a 50 minutos. O resultado do pré-teste foi satisfatório, não necessitando de alterações no questionário. Os participantes do pré-teste não participaram do estudo final.

Por conseguinte para a realização do presente trabalho, buscaram-se neste questionário inicial (do estudo maior) as questões que melhor pudessem responder às questões do objeto da pesquisa e aos objetivos propostos. Neste sentido selecionaram-se 18 questões, ou seja, as perguntas de número: 1; 3; 9; 12; 15,16; 24; 25; 26; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 38 e 39.

Na sequência, solicitou-se a apreciação de quatro especialistas do Brasil para aferir as mesmas, esclarecendo que ficassem à vontade para inclusão de outras contidas no questionário de 40 questões ou para suprimir questões, se fosse o caso. Os especialistas

concordaram que os objetivos seriam respondidos pelas 18 questões propostas no questionário e fizeram algumas sugestões às quais após serem analisadas, algumas sofreram alterações e outras não, em virtude de o questionário (de 40 questões) já ter sido aprovado e aplicado (APÊNDICE D: Questionário em português, 18 questões), APÊNDICE E: Cuestionario en Español - Argentina, 18 questões; APÊNDICE F: Cuestionario en Español - Paraguay, 18 questões).

5.8 Tratamento das informações sobre violência

As questões 24 e 29 do questionário estruturado abordam informações sobre violência sofrida e praticada pelos adolescentes. Com base nestas questões específicas, criou-se uma categorização dos adolescentes que se encaixam como vítimas ou agressores.

As categorizações foram feitas de acordo com as respostas afirmativas, no caso do adolescente que respondesse, no mínimo, a um item na questão 24 sendo caracterizado como vítima. E, se respondesse, pelo menos, a um item na questão 29 sendo caracterizado como agressor. Avaliando as duas questões simultaneamente obtiveram-se quatro categorias mutuamente exclusivas sendo essas denominadas por participantes de violência: vítima (V); agressor (A); vítima/agressor (V/A); nem vítima e nem agressor (NVNA). Essas quantificações são mostradas nos resultados.

5.9 Análise estatística dos dados

A análise dos dados foi precedida pela elaboração de um banco de dados no aplicativo Excel, fez-se um metadados com a codificação das variáveis em um dicionário para a validação das informações, mediante dupla entrada (digitação) dos dados e depois importados para a análise estatística no programa Statistical Analysis Software (SAS), versão 9.0 (SAS INSTITUTE INC. 2004). A apresentação destes realizou-se sob a forma de tabelas e gráficos ilustrativos (figuras) de frequência absoluta e relativa. Os gráficos têm como objetivo ilustrar a descrição dos dados em percentual. Sendo as variáveis contínuas expressas em termos de

média e desvios-padrão. E as variáveis categóricas foram expressas na forma de frequência e porcentagens.

Utilizou-se o modelo de Regressão Logística (HOSMER; LEMESHOW, 2000), estes modelos foram ajustados para medir e identificar possíveis fatores associados a sexo, país e participantes de violência, segundo a medida de quantificação da associação o *Odds Ratio/Razão de Chances* (OR).

As hipóteses científicas intrínsecas no *Odds Ratio* são:

H₀: Não existe associação estatística;

H₁: Existe associação estatística;

Para demonstrar estatisticamente que se obteve associação entre as variáveis de estudo, o escopo foi rejeitar a hipótese nula.

O *Odds Ratio* é amplamente utilizado como medida de associação em estudo transversal e caso-controle, pois permite identificar uma possível associação casual, e deve ser expresso com intervalo de confiança, calculado a partir do nível de significância predeterminado (RUMEL, 1986). Neste estudo o nível de significância adotado em todas as análises foi de 5%, então os seus intervalos de confiança são de 95% de confiança. Vale salientar que não é mostrado nos resultados o valor-p associado ao OR, pois a estimativa pontual e seus respectivos intervalos de confiança apresentam-se como uma estimativa que mensura a magnitude da associação e mostra se a hipótese estatística tem evidência para ser rejeitada simultaneamente, tornando-se o valor-p obsoleto (WAGNER; CALLEGARI-JACQUES, 1998).

A descrição geral dos dados relativos à categorização dos adolescentes se apresentou mediante a prevalência dos dados sociodemográficos: sexo, país, idade; etnia/cor; religião; praticante, não praticante.

Sendo analisada a existência de associação da variável dependente: violência (vítima e agressor) com relação às variáveis independentes: país, sexo para: religião, curso profissionalizante, prática de esportes, se faz algo no seu tempo livre, quanto a sua situação de trabalho, e quanto às normas disciplinares impostas pelos pais, se tem arma de fogo em casa, se já pensou em suicídio, se há alguém que faz parte do crime organizado ou que cometeu homicídio, se conheceu vítimas de homicídios/assassinatos e se conhece a existência de políticas públicas para adolescentes. Fez-se ainda uma análise adicional para evidenciar a associação das variáveis independentes citadas acima e mensuraram-se com *Odds Ratio* as razões entre os participantes de violência segundo estas variáveis.

Os percentuais das variáveis estudadas serão considerados e descritos por faixas etárias, sexo, países e participantes de violência.

As respostas que se encontrem na categoria ““não respondeu””(NR) – algumas dessas informações não serão consideradas no cálculo do percentual (%) das variáveis.

5.10 Aspectos éticos

Em respeito à questão ética para a realização da pesquisa, buscaram-se primeiramente as autorizações dos órgãos competentes pela educação em cada município/país, sempre agendando o dia e horário, neste a pesquisadora apresentava à coordenação ou chefia os objetivos, método e procedimentos legais dos TCLEs para a realização da mesma. No caso do Brasil em Foz do Iguaçu, a autorização foi liberada pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) (ANEXO C: Autorização do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu - Brasil).

No Paraguai em Ciudad del Este (agosto de 2009), a solicitação de autorização e de aprovação foi feita pela Coordinación de Educación Departamental de Supervisión – Alto Paraná (Zonas 1 e 2) e no município encontravam-se 127 escolas e colégios existentes, porém a pesquisa de acordo com o número da amostra (casuística) necessitava de somente 27 instituições. Desse modo as duas Coordenações Departamentais de Supervisão, Alto Paraná de cada região, Zona 1 e Zona 2 colaboraram na seleção das escolas/colégios de acordo com o nível socioeconômico da área urbana, usando uma estimação de renda indiretamente de acordo com o local de residência da família, sendo essa metodologia a mais usual nas pesquisas de saúde pública e tendo como pressuposto que as moradias compartilham uma vizinhança que pode ser distinguida em termos de sua composição social e econômica (ALVES; SOARES, 2009). (ANEXO D: Autorização Coordenadoria Departamental de Supervisão - Zona 1 - Alto Paraná – Resolução nº01/2011- Paraguai); (ANEXO E: Autorização Coordenadoria Departamental de Supervisão Educativa Zona 2- Alto Paraná - Paraguai).

Na sequência, buscou-se a autorização da supervisão da Zona 1 e Zona 2, tendo o mesmo procedimento de explicar os objetivos, método e procedimentos legais dos TCLEs para a realização da mesma (ANEXO F: Autorização Supervisão de controle e apoio administrativo Região 1 - Zona 1 – Alto Paraná - Paraguai); (ANEXO G: Autorização Supervisão de controle e apoio administrativo Região 1 – Zona 2 – Alto Paraná - Paraguai).

Na Argentina em Puerto Iguazú, a solicitação foi autorizada e aprovada pelo Conselho General de Educação – Dirección de Ensino à Supervisión Escolar Iguazú Zona XI - supervisora geral do Ensino Primário (7º ano) e supervisora escolar de adultos (acima de 17 anos) da Província de Misiones (ANEXO H: Autorização Supervisão Escolar Iguazú - Argentina); (ANEXO I: Dirección Geral de Educação; Dirección do Ensino Secundário, Polimodal e Regular, Supervisão Região III – Eldorado - Argentina).

Assim com as autorizações em cada escola ou colégio, apresentavam-se à direção e/ou à coordenação pedagógica a pesquisa e os objetivos e definiam-se os dias, horários e local (sala ou espaço) para coletar as assinaturas dos TCLEs e para a aplicação do questionário.

Todos os responsáveis legais pelos participantes da pesquisa e a pesquisadora responsável assinaram duas vias dos TCLEs, sendo que uma dessas ficava em sua posse. No caso de adolescentes que, mesmo com a autorização de seus responsáveis, não concordassem ou não quisessem participar, esses eram contados como perdas.

Projeto analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da UNIOESTE, sendo para o Brasil (Parecer 149/2009-CEP) (ANEXO J: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o Brasil). Quanto ao Paraguai e Argentina, a aprovação pelo CEP (Parecer 357/2011-CEP) teve demora em razão das datas nos recebimentos das autorizações dos dois países, portanto, a solicitação ao CEP foi posterior à solicitação do Brasil (ANEXO K: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o Paraguai e Argentina).

6 RESULTADOS

Diante do que já foi escrito no método, neste capítulo mostrar-se-ão os resultados obtidos com uma amostra aleatória estratificada de 2.788 adolescentes estudantes de 12 a 18 anos de idade, de ambos os sexos, moradores nas cidades Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (ARG).

6.1 Análises referentes às variáveis sociodemográficas

O total calculado da amostra, considerando um acréscimo de 30%, totalizou 3.654 participantes. Com a finalização do trabalho de campo, constatou-se a não participação de 23,7% dos sorteados e, não sendo possível saber se o motivo foi do adolescente e/ou dos responsáveis para não ter entregado o TCLE, também não se registraram adolescentes que tendo entregado o TCLE se recusassem a responder ao mesmo. Com isso, obteve-se um total de 2.788 participantes, destes 1.414(50,7%) eram do sexo feminino e 1.261(45,2%), do sexo masculino. Sendo 1.071(38,4%) para o Brasil, 703(25,2%) para o Paraguai e 1.014(36,3%) para a Argentina.

Entre os adolescentes entrevistados, a média da idade foi de 14,6 anos (Desvio-padrão 2,1 anos) prevalecendo os do sexo feminino com 1.414(50,7%) pesquisados no total. Evidenciando-se a prevalência na faixa etária de 12 a 14 anos, tendo o Brasil a maior prevalência, com 513 (18,4%) do total pesquisado.

Quanto aos anos de escolaridade, houve uma prevalência maior de alunos matriculados no Ensino Fundamental com 61%, comparados aos 30% de alunos matriculados no Ensino Médio, ocorrendo uma diminuição gradativa do 7º ano ao 1º ano do Ensino Médio da amostra pesquisada de adolescentes matriculados em Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Destacando-se com menor número de adolescentes 12,7% os estudantes pesquisados do 3º ano do Ensino Médio (Brasil, Paraguai e Argentina) e tendo no Ensino Fundamental o sexo feminino com 59,8% e o masculino com 62%, no Ensino Médio o sexo feminino com 32% e o masculino com 28,5%, Quanto à faixa etária obtiveram-se 42,7% dentro da faixa etária e 18% acima da faixa etária estabelecida para estar matriculado no Ensino Fundamental, no Ensino Médio obtiveram-se 27,6% dentro da faixa etária e 2,3% abaixo da faixa etária estabelecida para o Ensino Médio. O período de estudo da manhã obteve maior prevalência 1.255(45%) por município/país. Assim como os

estudantes com a etnia/cor branca totalizaram nos três países 43,9% de maior prevalência. A Argentina destacou-se na etnia/cor parda/*trigueña* (16,8%) e indígena (1,2%) do total.

Os adolescentes também confirmaram, por país, ser em grande parte solteiros, constituindo-se 2.428(87%) pesquisados, seguidos da opção “outros” respondidos por 127(4,6%) do total dos países, sendo este para namorado (a), noivo e concubinato (amasiado/amigar-se). Os resultados também permitiram afirmar por país que 27(1%) dos adolescentes tiveram um relacionamento conjugal anterior e na época da entrevista estavam separados. Destaca-se por faixa etária por país (dados não mostrados na tabela) que os adolescentes separados obtiveram 17(1,6%) para a faixa de 12-14 anos, 6 (0,2%) para a faixa de 15-16 anos e 4(0,1%) para 17-18 anos. Quanto aos adolescentes casados por faixa etária, 12 (0,4%) tinham 15 a 16 anos e 11(0,4%) tinham 12 a 14 anos e 17 a 18 anos de idade.

Quanto ao rendimento mensal familiar, considerou-se a soma dos rendimentos dos componentes da família, inclusive os das pessoas cuja condição fosse de pensionistas/aposentados. Nos três países, considerou-se o salário-mínimo (SM) básico vigente no ano de referência, 2011 para o Brasil (R\$545,00) e Paraguai (G\$ 1.658,232) e 2012 para a Argentina (P\$2.670). Na Argentina, evidenciou-se uma alta prevalência de não respondidos (NR). Entretanto os dados mostraram a maior prevalência de renda mensal na faixa de 1-3 SM (22,6%) para o Brasil e na faixa de menos de 1 SM para o Paraguai (9,9%) e para a Argentina (4,2%).

Por países totalizaram 2.240(80,3%) adolescentes pesquisados que confirmaram ter uma religião, sendo o sexo feminino com maior prevalência com 1.178 estudantes e destes 801 (67,9%) são praticantes. Destaca-se, ainda, por faixa etária (dados não mostrados na tabela) a maior prevalência para 12 a 14 anos (1.095- 39,2%) que relataram ter uma religião, destes, 747 (68,2%) relataram ser praticantes. A prevalência por religião evidenciou 1.497 (53,7%) de católicos e 583 (20,9%) de evangélicos. Quando analisados por país, o catolicismo obteve 552 estudantes (78,5%) no Paraguai, 560 (52,3%) no Brasil e 385 (37,9%) na Argentina (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos adolescentes com relação ao sexo e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO			PAÍS		
		M n (%)	F n (%)	NR n (%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)
Idade (anos)	12 a 14	613 (22)	698(25)	44 (1,6)	488 (17,5)	513 (18,4)	354 (12,7)
	15 a 16	418 (15)	466(16,7)	45 (1,6)	346 (12,4)	367 (13,2)	216 (7,7)
	17 a 18	221 (7,9)	243(8,7)	23 (0,8)	175 (6,3)	189 (6,8)	123 (4,4)
	NR	9 (0,3)	7 (0,3)	1 (0,1)	5 (0,2)	2 (0,1)	10 (0,3)
Ano	7º	278(9,9)	252(9)	12(0,4)	246(8,8)	169(6,1)	127(4,6)
	8º; 1º (a)*	276(9)	307(11)	37(1,3)	275(9,9)	207(7,4)	138(5,0)
	9º; 2º (a)*	231(8,2)	287(10,2)	22(0,7)	186(6,7)	203(7,3)	151(5,4)
	1º; 3º (a)*	185(6,5)	203(7,2)	7(2,5)	115(4,1)	199(7,1)	81(2,9)
	2º; 4º (a)*	98(3,5)	137(4,9)	12(0,4)	43(1,5)	131(4,7)	73(2,6)
	3º; 5º (a)*	76(2,7)	112(4)	8(0,2)	67(2,4)	114(4,1)	15(0,5)
	NR	117(4)	116(4)	15(0,4)	134 (4,8)	48 (1,7)	66 (2,4)
Período	Manhã	589 (21,2)	622 (22,4)	44(1,5)	487 (17,4)	501 (17,9)	267 (9,5)
	Tarde	390 (14)	511 (18,3)	34(1,2)	301 (10,8)	306 (10,8)	328 (11,7)
	Noite	201 (7,3)	209 (7,5)	20(0,7)	128 (4,5)	220 (7,8)	82 (2,9)
	Integral	10 (0,3)	12 (0,4)	1(0,1)	23 (0,8)	0 (0)	0 (0)
	NR	71(2,5)	60(2,1)	14(0,5)	75 (3)	44 (2)	26 (0,9)
Etnia/Cor	Branca	549 (19,7)	625 (22,4)	53(1,9)	382 (13,7)	500 (17,9)	345 (12,3)
	Parda/morena/Trigueña	521 (18,7)	640 (22,9)	40(1,5)	471 (16,8)	424 (15,2)	306 (10,9)
	Negra/Preta	86 (3,1)	60 (2,1)	8(0,2)	69 (2,4)	76 (2,7)	9 (0,3)
	Amarela	35 (1,3)	34 (1,2)	1(0,1)	10 (0,3)	34 (1,2)	26 (0,9)
	Indígena	29 (1)	19 (0,7)	1(0,1)	35 (1,2)	14 (0,5)	0 (0)
	NR	41(1,5)	36(1,3)	10(0,3)	47 (2)	23 (1)	17 (0,7)
Estado Civil	Solteiro	1095 (39,3)	1243 (44,6)	90(3,2)	822 (29,5)	961 (34,5)	645 (23,1)
	Outro	56 (2)	67 (2,4)	4(0,1)	63 (2,3)	54 (1,9)	10 (0,4)
	Casado	17 (0,6)	16 (0,5)	1(0,1)	16 (0,6)	14 (0,5)	4 (0,2)
	Separado	15(0,5)	11(0,4)	4(0,1)	9(0,3)	13(0,5)	5(0,2)
	NR	78(2,8)	77(2,8)	17(0,6)	104 (4)	29 (1)	39 (1)
Renda Familiar SM	Menos 1 SM	249 (8,9)	305 (10,9)	27(0,9)	116 (4,2)	189 (6,8)	276 (9,9)
	1-3 SM	430 (15,4)	534 (19,2)	30(1,1)	97 (3,5)	631 (22,6)	266 (9,5)
	4 a 5 SM	102 (3,7)	92 (3,3)	7(0,2)	18 (0,6)	147 (5,3)	36 (1,3)
	Mais de 5 SM	47 (1,7)	35 (1,3)	1(0,1)	10 (0,4)	45 (1,6)	28 (1)
	NR	433(15,5)	448(16,1)	48(1,7)	773 (27,7)	59 (2,1)	97 (3,5)
Religião	Sim	981 (35,1)	1178 (42,2)	81(2,9)	708 (26,2)	880 (32,5)	652 (24,1)
	Não	237 (8,5)	203 (7,5)	20(0,7)	238 (8,8)	183 (6,7)	39 (1,4)
	NR	43(1,5)	33(1,2)	12(0,4)	68 (2,4)	8 (0,3)	12 (0,4)
Praticante	Sim	576 (20,7)	801 (28,7)	45(1,6)	318 (11,4)	602 (21,6)	502 (18)
	Não	225 (8,1)	198 (7,1)	16(0,6)	160 (5,7)	195 (7)	84 (3,1)
	NR	460(16,5)	415(14,8)	52(1,9)	536 (19,2)	274 (9,8)	117 (4,2)
TOTAL		2788(100)					

*Ano (Ensino): 8º ano do E. Fundamental do BR e 8º grado Ed. Básica 3º ciclo do Py = 1º (a) do Ensino Secundário da ARG; 9º ano do E. Fundamental do BR e 9º grado Ed. Básica 3º ciclo do Py = 2º(a) Ens. Secundário da ARG; 1º ano do Ensino Médio do BR e 1º año médio – Ed. Escolar Media Secundaria do Py = 3º(a) año Ens. Secundário da ARG; 2º ano do Ens. Médio do BR e 2º año Ens. Médio – Ed. Escolar Média Secundaria do PY = 4º(a) Ens. Secundário da ARG; 3º ano do Ens. Médio do BR e 3º año médio – Ed. Escolar Média Secundaria do PY = 5º (a) Ens. Secundário da ARG; ** Etnia/cor: trigueña para Argentina.

A Tabela 2 mostra os achados por sexo e país dos adolescentes que afirmaram ter concluído curso profissionalizante. Evidenciando-se a maior prevalência na faixa etária de 12-14 anos para o sexo feminino em relação ao masculino. A maioria dos adolescentes respondeu não ter concluído cursos profissionalizantes. Dentre os que adolescentes que responderam ter concluído por país, observam-se os adolescentes do Brasil com a chance maior para realizar cursos profissionalizantes, quando comparados às chances dos adolescentes da Argentina (OR= ARG/BR=0,44; IC: 0,36-0,55) (Tabela 2).

Tabela 2 - Caracterização dos adolescentes quanto a ter ou não concluído curso profissionalizante por faixa etária com relação ao sexo e país e respectivos valores para ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS	IDADES(anos)	SEXO	ODDS SEXO			PAÍS					
			M n (%)	F n (%)	NR n (%)	M/F OR (IC95%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR (IC95%)	PY/BR OR (IC95%)
	12 a 14 anos	Sim	151(11,2)	156(11,5)			90(6,6)	134(9,9)	94(6,9)		
		Não	441(32,6)	526(38,8)			372(27,5)	374(27,6)	249(18,4)		
	n=1355	NR*	21 (1,5)	16(1,2)	44(3,2)		26(1,9)	5(0,4)	11(0,8)		
Concluiu curso profissionalizante	15 a 16 anos	Sim	117(12,6)	129(13,9)		1,067	54(5,9)	135(14,5)	65(6,9)	0,449	0,898
		Não	276(29,7)	321(34,5)		(0,899-	261(28,1)	223(24,1)	144(15,5)	(0,365-	(0,732-
	n=929	NR*	25(2,7)	16(1,7)	45(4,9)	1,267)	31(3,4)	9(0,9)	7(0,7)	0,552)	1,102)
	17 a 18 anos	Sim	79(16,2)	90(18,5)			33(6,8)	90(18,5)	56(11,5)		
		Não	135(27,7)	148(30,4)			131(26,9)	96(19,8)	66(13,5)		
	n=487	NR*	7(1,4)	5(1,1)	23(4,7)		11(2,2)	3(0,6)	1(0,2)		
		NR* idade	9(52,9)	7(41,2)	1(5,9)		5(29,4)	2(11,8)	10(58,8)		
TOTAL:	2788(100)										

M= Masculino; F= feminino; NR* = Não respondeu relativo à questão 3, sexo e idade e questão 3 e país; OR= Razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de confiança.

A Tabela 3 dentre as variáveis de opção de fazer algo no seu tempo livre (questão objetiva de múltipla escolha) citadas, evidenciou-se que todos os itens apresentaram associação significativa em relação ao sexo e país.

Quanto às prevalências e associações significativas em relação ao sexo, o feminino obteve maiores chances em grande parte dos itens citados, exceto, para praticar esporte (OR=3,58;IC:3,05-4,20), namorar (OR=1,28;IC:1,09-1,50) e jogar videogame (OR=7,39;IC:6,02-9,07), tendo o sexo masculino maiores chances comparado ao sexo feminino (Tabela 3). As diferenças entre os sexos não foram significativas quanto aos itens: navegar na internet, viajar, ir à lanchonetes/bares com amigos, trabalho voluntário, não fazer nada e outras.

Destacando-se por país o que mais o adolescente gosta de fazer no seu tempo livre é escutar música, tendo a Argentina a chance de OR=1,26(IC:1,05-1,51) vez maior se comparada às chances do Brasil. O Paraguai obteve maior prevalência no item ficar com a família tendo a chance de OR=1,67(IC:1,38-2,02) vez maior que os adolescentes do Brasil. Os adolescentes do Paraguai destacaram-se ainda com maiores chances em relação ao Brasil por escolherem as opções de lazer como: estudar, arrumar a casa e fazer trabalho voluntário.

Os adolescentes do Brasil obtiveram maiores chances em relação ao Paraguai para: escutar música, navegar na internet, assistir à televisão, namorar, ir a festas com amigos, jogar *videogame*, viajar, shopping, ler livros, dançar/bailes, compras, lanchonetes e bares, ir ao cinema e outras atividades como: brincar, ajudar a mãe, andar de moto, passear, tocar guitarra,

violão (dados não mostrados na tabela). Em relação à Argentina, os resultados mostraram a preferência dos adolescentes do Brasil com maiores chances para: navegar na internet, namorar, ir à missa/igreja/culto, shopping, ler livros, fazer compras, ir a lanchonetes/bares com amigos e ir ao cinema.

A Argentina destacou-se no item praticar esportes, apresentando OR=1,52(IC:1,28-1,81) de maiores chances em relação ao Brasil, assim como no item trabalho voluntário com OR=3,54(IC:2,52-4,99) de maiores chances que o Brasil. Evidenciou-se também a preferência dos adolescentes argentinos para arrumar a casa, jogar videogame, dançar/baile e também para não fazer nada (Tabela 3).

Tabela 3 - Caracterização das atividades que os adolescentes mais gostam de fazer no tempo livre com relação ao sexo, país e respectivos valores para ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO		PAÍS		ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)	M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Escutar música	Sim	710 (25,5)	926(33,2)	0,679	678 (24,3)	658 (23,6)	362 (12,9)	1,267	0,666
	Não	551 (19,7)	488 (17,5)	(0,581-0,794)	336 (12,2)	413 (14,8)	341 (12,2)	(1,058-1,516)	(0,550-0,808)
	NR	113(4,1)							
Praticar esportes	Sim	854(30,6)	522(18,8)	3,585	597 (21,4)	519 (18,7)	313 (11,3)	1,523	0,854
	Não	407 (14,6)	892 (31,9)	(3,055-4,207)	417 (14,9)	552 (19,8)	390 (13,9)	(1,280-1,811)	(0,705-1,033)
	NR	113(4,1)							
Navegar internet	Sim	673(24,2)	568(20,3)	0,902	473 (16,9)	630 (22,6)	180 (6,5)	0,612	0,241
	Não	693 (24,8)	741 (26,6)	(0,775-1,051)	541 (19,4)	441 (15,9)	523 (18,7)	(0,515-0,728)	(0,196-0,297)
	NR	113(4,1)							
Ficar com a família	Sim	534(19,1)	684(24,6)	0,784	430(15,4)	460(16,5)	392(14,1)	0,978	1,674
	Não	727 (26,1)	730 (26,1)	(0,673-0,913)	584(20,9)	611(21,9)	311(11,2)	(0,822-1,163)	(1,382-2,028)
	NR	113(4,1)							
Assistir à televisão	Sim	483(17,3)	602(21,6)	0,837	439 (15,7)	99 (17,9)	192 (6,9)	0,875	0,431
	Não	778(27,9)	812 (29,1)	(0,717-0,978)	575 (20,6)	572 (20,5)	511 (18,4)	(0,736-1,040)	(0,351-0,529)
	NR	113(4,1)							
Namorar	Sim	471(16,9)	449(16,1)	1,281	374 (13,4)	472 (16,9)	113 (4,1)	0,742	0,243
	Não	790 (28,3)	965 (34,6)	(1,092-1,503)	640 (22,9)	599 (21,5)	590 (21,2)	(0,622-0,884)	(0,192-0,307)
	NR	113(4,1)							
Festa com amigos	Sim	391(14,1)	498 (17,8)	0,827	390 (13,9)	450 (16,2)	79 (2,8)	0,863	0,175
	Não	870 (31,2)	916 (32,8)	(0,703-0,972)	624 (22,4)	621 (22,3)	624 (22,4)	(0,724-1,028)	(0,134-0,227)
	NR	113(4,1)							
Estudar	Sim	359(12,8)	503(18)	0,721	317 (11,4)	330 (11,9)	250 (8,9)	1,021	1,239
	Não	902 (32,5)	911 (32,6)	(0,612-0,849)	697 (25)	741 (26,6)	453 (16,2)	(0,848-1,230)	(1,013-1,516)
	NR	113(4,1)							
Arrumar a casa	Sim	257(9,2)	494(17,7)	0,477	346 (12,4)	239 (8,6)	200 (7,2)	1,803	1,384
	Não	1004 (36)	920 (33)	(0,400-0,568)	668 (23,9)	832 (29,8)	503 (18,1)	(1,485-2,188)	(1,113-1,721)
	NR	113(4,1)							

Continua...

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO		PAÍS		ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)	M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Jogar videogame	Sim	575(20,6)	144(5,2)	7,392	339 (12,2)	298 (10,7)	103 (3,7)	1,303	0,445
	Não	686 (24,6)	1270 (45,5)	(6,023-9,073)	675 (24,2)	773 (27,7)	600 (21,5)	(1,081-1,570)	(0,347-0,571)
	NR	113(4,1)							
Viajar	Sim	306(10,9)	387(13,9)	0,850	304 (10,9)	316 (11,3)	111 (4)	1,023	0,448
	Não	955 (34,3)	1027 (36,8)	(0,715-1,012)	710 (25,5)	755 (27)	592 (21,3)	(0,848-1,234)	(0,352-0,570)
	NR	113(4,1)							
Ir a missa / igreja culto	Sim	255(9,1)	419(15,1)	0,602	220 (7,9)	306 (10,9)	175 (6,3)	0,693	0,829
	Não	1006(36,1)	995 (35,6)	(0,504-0,720)	794 (28,5)	765 (27,5)	528 (18,9)	(0,567-0,846)	(0,667-1,029)
	NR	113(4,1)							
Shopping	Sim	213(7,6)	403(14,5)	0,510	147 (5,3)	399 (14,3)	91 (3,3)	0,286	0,250
	Não	1048(37,6)	1011 (36,2)	(0,423-0,615)	867 (31,1)	672 (24,1)	612 (21,9)	(0,230-0,354)	(0,195-0,322)
	NR	113(4,1)							
Ler livros	Sim	194(6,9)	350(12,6)	0,553	196(7,1)	249(8,9)	128(4,6)	0,791	0,735
	Não	1067(38,2)	1064(38,2)	(0,455-0,672)	818(29,4)	822(29,4)	575 (20,6)	(0,641-0,977)	(0,579-0,933)
	NR	113(4,1)							
Dançar/a baile	Sim	198(7,1)	312(11,1)	0,658	285 (10,2)	193 (6,9)	54 (1,9)	1,779	0,379
	Não	1063(38,1)	1102 (39,6)	(0,540-0,801)	729 (26,2)	878 (31,5)	649 (23,3)	(1,445-2,188)	(0,275-0,521)
	NR	113(4,1)							
Compras	Sim	318(11,4)	132(4,7)	0,403	176 (6,3)	224 (8,1)	70 (2,5)	0,794	0,418
	Não	1129(40,5)	1096 (39,3)	(0,324-0,502)	838 (30,1)	847 (30,3)	633 (22,7)	(0,638-0,989)	(0,314-0,557)
	NR	113(4,1)							
Lanchonete / bares com amigos	Sim	178(6,4)	230(8,2)	0,846	102 (3,6)	292(10,5)	23 (0,8)	0,298	0,090
	Não	1083(38,8)	1184 (42,5)	(0,684-1,046)	912 (32,8)	779(27,9)	680 (24,4)	(0,234-0,381)	(0,058-0,140)
	NR	113(4,1)							
Cinema	Sim	162(5,8)	226(8,1)	0,775	109 (3,9)	273 (9,8)	22 (0,7)	0,352	0,094
	Não	1099(39,4)	1188 (42,6)	(0,623-0,963)	905 (32,5)	798(28,6)	681 (24,5)	(0,276-0,448)	(0,060-0,148)
	NR	113(4,1)							
Ler revistas / jornais	Sim	113(4,1)	226(8,1)	0,517	126 (4,5)	149 (5,3)	88 (3,2)	0,878	0,885
	Não	1148(41,1)	1188 (42,6)	(0,407-0,658)	888 (31,8)	922(33,1)	615 (22,1)	(0,681-1,132)	(0,667-1,175)
	NR	113(4,1)							
Trabalho voluntário	Sim	116(4,2)	124(4,5)	1,220	142 (5,1)	47 (1,7)	67 (2,4)	3,547	2,295
	Não	1137(40,7)	1298 (46,5)	(0,936-1,591)	872 (31,3)	1024(36,7)	636 (22,8)	(2,520-4,994)	(1,560-3,375)
	NR	113(4,1)							
Não fazer nada	Sim	97(3,4)	103(3,6)	1,061	150 (5,4)	46 (1,7)	18 (0,6)	3,869	0,586
	Não	1164(41,8)	1311(47,1)	(0,795-1,415)	864 (30,9)	1025(36,8)	685 (24,6)	(2,747-5,449)	(0,337-1,018)
	NR	113(4,1)							
Outras	Sim	43(1,6)	55(1,9)	0,872	53 (1,9)	39 (1,4)	11 (0,4)	1,459	0,421
	Não	1218(43,7)	1359 (48,7)	(0,581-1,310)	961 (34,5)	1032 (37)	692 (24,8)	(0,956-2,227)	(0,214-0,827)
	NR	113(4,1)							
TOTAL: 2788 (100)									

OR= Razão de chances; IC=Intervalo de Confiança.

conclusão...

A Tabela 4 caracteriza os adolescentes entrevistados, segundo a prática de esportes por faixa etária, em relação ao sexo e país. Neste, apresentam-se os adolescentes da Argentina confirmando o resultado obtido na Tabela 3 quanto à opção de lazer ser praticar esportes. Entretanto, aqui foi consultado quanto à prática de uma atividade esportiva regular e extraescolar (explicado aos entrevistados). Tendo a Argentina a chance de ocorrência de chances de $OR=1,24$ ($IC:1,04-1,48$) vez maior quando comparada ao Brasil para praticarem esportes com regularidade em outros locais além da escola, sendo os adolescentes do sexo masculino com $OR=3,14$ ($IC:2,67-3,69$) vezes maiores chances que o feminino de praticar esportes. Quanto à prevalência evidenciou-se que a faixa etária de 12 a 14 anos é a que mais pratica, e os adolescentes de 17 a 18 anos são os que menos praticam esportes regularmente.

Quanto ao tipo de esporte, a preferência geral entre os países (dados não mostrados na tabela) é para o coletivo indicado por 1.298(46,5%) pesquisados, sendo a frequência mais indicada a de duas vezes na semana, tendo por país 522(51,5%) para a Argentina, 501(46,7%) para o Brasil e 275(39,1%) para o Paraguai (Tabela 4).

Tabela 4 - Caracterização dos adolescentes quanto à prática de esportes por faixa etária com relação ao sexo, país e respectivos valores para ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO		PAÍS		ODDS PAÍS		
Praticar esportes/ Idade		M	F	NR	M/F	ARG	BRA	PY	ARG/BR	PY/BR
		n (%)	n (%)		OR(IC95%)	n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
12 a 14 anos (n=1355)	Sim	442(32,6)	318(23,5)	22(1,6)		306(22,6)	313(23,1)	163(12)		
	Não	153(11,3)	367(27,1)	19(1,4)		166(12,2)	193(14,3)	180(13,3)		
	NR	18(1,4)	13(0,9)	3(0,2)		16(1,2)	7(0,5)	11(0,8)		
15 a 16 anos	Sim	279(30,1)	184(19,8)	16(1,7)	3,143	195(20,9)	194(20,9)	90(9,7)	1,246	0,637
	Não	132(14,3)	273(29,4)	25(2,7)	(2,672-3,695)	140(15,1)	170(18,3)	120(12,9)	(1,044-1,488)	(0,525-0,772)
	NR	7(0,6)	9(0,9)	4(0,5)		11(1,2)	3(0,4)	6(0,6)		
17 a 18 anos	Sim	143(29,4)	92(18,9)	11(2,2)		104(21,3)	91(18,7)	51(10,5)		
	Não	76(15,7)	144(29,6)	11(0,2)		65(13,4)	96(19,7)	70(14,4)		
	NR	7(1,4)	2(0,4)	1(0,2)		6(1,2)	2(0,4)	2(0,4)		
NR* idade		9(52,9)	7(41,2)	1(5,9)		5(29,4)	2(11,8)	10 (58,8)		
TOTAL: 2788 (100)										

OR= Razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC=Intervalo de confiança; NR*= Não respondeu relativo à questão 15, sexo e idade e questão 15 e país.

Na Tabela 5, evidencia-se qual era a situação de trabalho dos adolescentes pesquisados no momento da coleta dos dados, e na Figura 2 apresenta-se a descrição desses resultados por faixa etária. No geral, a resposta mais prevalente foi a nunca trabalhou, mas pretende trabalhar, sendo mais predominante entre adolescentes do sexo feminino, não sendo verificada diferença significativa entre os países.

A segunda condição mais prevalente foi trabalhando atualmente por país e faixa etária, evidenciando a prevalência para o Brasil seguido do Paraguai, tendo o Brasil maiores de chances de os adolescentes estarem trabalhando em relação aos adolescentes da Argentina ($OR=ARG/BR=0,66;IC:0,52-0,83$). O sexo masculino no geral mostrou $OR=1,86(IC:1,52-2,28)$ vez maior de chances de responder trabalhando atualmente quando comparado com o sexo feminino (Tabela 5), sendo a maior prevalência dessa condição para a faixa etária de 17 a 18 anos e por país mostrar-se com 37% para o Brasil, 31,7% para o Paraguai e 29,7% para a Argentina.

Destaca-se, ainda, que dentre os adolescentes que responderam afirmativamente a estar trabalhando, predominou a condição sem registro, totalizando por países 282(10,1%). No item trabalhando com registro aparece o Brasil com maiores chances em relação à Argentina ($OR=ARG/BR=0,27;IC:0,14-0,512$) e maiores chances em relação ao Paraguai ($OR=PY/BR=0,24;IC:0,13-0,45$) (Tabela 5). Destaca-se, também, que o Paraguai por faixa etária apresenta maior prevalência para estar trabalhando atualmente na faixa etária de 12 a 14 anos e de 15 a 16 anos. Ênfase também para Argentina que predomina quanto ao item já trabalhou e está desempregado na faixa etária de 12 a 14 anos e 15 a 16 anos.

Tabela 5 - Caracterização da situação de trabalho dos adolescentes por sexo, país e respectivos valores para ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO M/F OR(IC95%)	PAÍS			ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)		ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Nunca trabalhou	Sim	567 (20,3)	776(27,8)	0,672	503(18,1)	529(18,9)	365(13,1)	1,009	1,106
	Não	694(24,9)	638(22,9)	(0,577-0,782)	511(18,4)	542 (19,4)	338(12,1)	(0,849-1,198)	(0,915-1,338)
	NR	113(4,1)							
Trabalhando atualmente	Sim	286 (10,3)	192 (6,9)	1,867	136(4,9)	203 (7,2)	155 (5,6)	0,662	1,209
	Não	975 (34,9)	1222(43,8)	(1,527-2,283)	878(31,5)	868 (31,1)	548(19,7)	(0,523-0,839)	(0,956-1,530)
	NR	113(4,1)							
	*Com registro	58(2,1)	34(1,2)	1,383	15(0,5)	65(2,4)	16(0,6)	0,272	0,246
	*Sem registro	153(5,5)	124(4,4)	(0,851-2,246)	84(3,1)	99(3,5)	99(3,5)	(0,145-0,512)	(0,133-0,455)
Desempregado	Sim	163 (5,8)	136 (4,9)	1,395	122(4,4)	118(4,2)	71 (2,6)	1,105	0,907
	Não	1098(39,4)	1278(45,8)	(1,096-1,776)	892 (32)	953 (34,1)	632(22,7)	(0,844-1,446)	(0,665-1,238)
	NR	113(4,1)							
Nunca trabalhou está procurando	Sim	114 (4,1)	147(5,3)	0,857	60 (2,2)	183(6,6)	28 (1)	0,305	0,201
	Não	1147(41,1)	1267(45,4)	(0,662-1,108)	954(34,2)	888(31,8)	675(24,2)	(0,225-0,414)	(0,134-0,303)
	NR	113(4,1)							
Nunca trabalhou Não pretende trabalhar	Sim	32 (1,1)	37 (1,3)	0,969	47 (1,7)	16 (0,6)	10 (0,4)	3,205	0,952
	Não	1229(44,1)	1377(49,4)	(0,600-1,565)	967(34,7)	1055(37,8)	693(24,8)	(1,805-5,690)	(0,429-2,109)
	NR	113(4,1)							
Não pensou no assunto	Sim	92 (3,3)	132 (4,8)	0,764	141 (5,1)	32 (1,1)	66 (2,4)	5,244	3,364
	Não	1169(41,9)	1282(45,9)	(0,579-1,009)	873(31,3)	1039(37,3)	637(22,8)	(3,536-7,778)	(2,181-5,190)
	NR	113(4,1)							
TOTAL: 2,788 (100)									

* n= aos que responderam afirmativamente à questão 16 (d); OR= razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Na Figura 2, mostra-se a distribuição da situação do trabalho por país, de acordo com as faixas etárias.

Figura 2 - Distribuição da situação dos adolescentes quanto ao trabalho por faixa etária e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

Na sequência, com a amostra obtida, as tabelas e figuras apresentam, as prevalências e associações por tipos de violências sofridas (vítima) e praticadas (agressor). Na Tabela 6, apresenta-se a questão (objetiva de múltipla escolha) quanto à convivência familiar, segundo as normas disciplinares utilizadas pelos pais e indicadas pelos adolescentes pesquisados. Nesta, evidenciou-se por país (dados não mostrados na tabela) que 2.744(98,4%) afirmaram que SIM recebiam normas disciplinares, sendo 1.400(50,2%) do sexo feminino e 1.233(44,2%) do sexo masculino.

O item que obteve maior prevalência, tanto por país, como por sexo, foi o diálogo e entendimento mútuo. Dentre as diferentes variáveis, houve diferença significativa entre os sexos, apenas para as variáveis tarefas domésticas e xingar, predominando no sexo feminino (Tabela 6).

No entanto, nos dados mostrados na Tabela 6, foi necessário avaliar o quanto os adolescentes da Argentina sofrem com as normas disciplinares, evidenciando-se $OR=3,36(IC:2,40-4,72)$ vezes de maiores chances para sofrerem violência verbal em relação aos adolescentes do Brasil com xingamentos citados pelos adolescentes dos três países (puta que te pariu, vaca, vagabunda, vadio, besta, puta, tonga, maconheiro, drogado, palhaço, idiota, anta, animal, não queria que você existisse, estúpida, não serve pra nada, índio, praga, bandida, você é um castigo, eu não sou mais sua mãe, marica, gay, demônio, tarado, negro de merda, cadela, etc.) e os argentinos também apresentam $OR=1,63(IC:1,36-1,94)$ de maiores chances comparados aos do Brasil de ter como norma disciplinar proibir algo que gosta como (citado pelos adolescentes dos três países): usar o computador, praticar esportes, namorar, sair com amigos, usar o celular, ver televisão, fumar narguile, andar de motos, de ir ao colégio, tomar tereré, fazer chapinha, andar de bicicleta, ir à igreja.

Os adolescentes da Argentina apresentam ainda violência física - castigos físicos (citados pelos adolescentes dos três países) como: bater com cabos, cintos, fios de luz, corrente, mangueira, varas, ficar de joelho no milho, chicotear, bater nos meus irmãos, apertar a mão, amarrar num árvore e bater muito. Assim como os adolescentes do Paraguai, em relação aos adolescentes do Brasil (Tabela 6).

Tabela 6 - Caracterização das normas disciplinares relatadas pelos adolescentes e utilizadas pelos seus pais em relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	PAÍS BRA n (%)	PY n (%)	ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)					ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Diálogo e o Entendimento mútuo	Sim	719 (25,8)	828 (29,6)	0,939	531 (19,1)	630 (22,6)	448(16,1)	0,770	1,230
	Não	542(19,4)	586 (21,1)	(0,805-1,095)	483(17,3)	441 (15,8)	255 (9,1)	(0,647-0,915)	(1,011-1,496)
	NR	113 (4,1)							
Proibir algo que gosta	Sim	450 (16)	552 (20)	0,866	463(16,7)	364 (13,1)	217 (7,8)	1,632	0,867
	Não	811 (29)	862 (30,9)	(0,740-1,014)	551(19,7)	707 (25,3)	486(17,4)	(1,368-1,948)	(0,707-1,063)
	NR	113 (4,1)							
Tarefas domésticas	Sim	93(14,1)	580 (20,8)	0,651	423(15,2)	357 (12,8)	238 (8,5)	1,431	1,024
	Não	868 (31,1)	834 (29,9)	(0,555-0,764)	591(21,2)	714 (25,6)	465(16,7)	(1,198-1,711)	(0,837-1,252)
	NR	113 (4,1)							
Imposição de limites, sem diálogo	Sim	158 (5,7)	199 (7,2)	0,875	128 (4,6)	186 (6,7)	52 (1,9)	0,687	0,380
	Não	1103(39,5)	1215(43,5)	(0,699-1,094)	886(31,8)	885 (31,7)	651(23,3)	(0,539-0,877)	(0,275-0,525)
	NR	113 (4,1)							
Castigo físico	Sim	118(4,2)	127(4,5)	1,046	136(4,9)	59(2,2)	58(2,1)	2,657	1,540
	Não	1143(41)	1287(46,2)	(0,804-1,361)	878(31,4)	1012(36,3)	645(23,1)	(1,932-3,654)	(1,059-2,246)
	NR	113 (4,1)							
Xingar (falar mal)	Sim	91 (3)	134 (4,9)	0,743	141 (5,1)	49 (1,8)	46 (1,7)	3,369	1,460
	Não	1170 (42)	1280 (46)	(0,563-0,981)	873(31,3)	1022(36,6)	657(23,5)	(2,404-4,720)	(0,965-2,209)
	NR	113 (4,1)							
Outros	Sim	10 (0,3)	17 (0,6)	0,657	13 (0,5)	12 (0,5)	6 (0,2)	1,146	0,760
	Não	1251 (44,9)	1397(50,1)	(0,300-1,440)	1001(35,9)	1059(37,9)	697 (25)	(0,521-2,524)	(0,284-2,034)
	NR	113 (4,1)							
TOTAL: 2788(100)									

OR= Razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Baseados nas questões 24 e 29, elaborou-se uma categorização dos adolescentes que se encaixam como vítimas ou agressores, criou-se um perfil do qual o adolescente que respondeu, no mínimo, a um item na questão 24 foi caracterizado como vítima. E, se respondeu pelo menos, a um item na questão 29 foi caracterizado como agressor. Avaliando as duas questões simultaneamente, obtiveram-se, quatro categorias mutuamente exclusivas sendo elas: vítima (V); agressor (A); ao mesmo tempo, vítima e agressor (vítima/agressor: V/A); nem vítima e nem agressor (NVNA). Essa categorização será mostrada nas próximas tabelas.

Na Tabela 7, trabalha-se com a denominação de vítimas para definir os tipos de violência sofrida (questão objetiva de múltipla escolha). Revelando-se um total de adolescentes que marcaram afirmativamente ser somente vítimas por país de 1048(37,6%), sendo a prevalência do Brasil com 456(43%), adolescentes Argentina com 337(33,2%) e Paraguai com 255(36,3%) (dados não mostrados na tabela) que sofrem violências. Dentre as violências por sexo, evidenciaram ameaças, furtos e roubos e agressões físicas, e o sexo masculino teve maiores chances de sofrer em relação ao sexo feminino. Quanto aos adolescentes do sexo feminino, estes apresentaram maiores chances de sofrer humilhações, assédio e violência sexual, quando comparados aos do sexo masculino.

Quanto às violências por país, os achados mostraram a humilhação e agressões verbais, tendo os adolescentes do Brasil maiores chances para serem vítimas em relação aos adolescentes do Paraguai. Porém foram os adolescentes da Argentina que apresentaram $OR=2,08(IC:1,68-2,59)$ vezes maiores de chances que os adolescentes do Brasil para sofrer agressões físicas. Quanto ao assédio, os adolescentes do Brasil evidenciaram maiores chances de sofrer do que os adolescentes da Argentina e do Paraguai. Quanto à violência sexual, os adolescentes da Argentina obtiveram $OR=2,93(IC:1,58-5,45)$ vezes de maiores chances, e o Paraguai $OR=2,21(IC:1,10-4,40)$ vezes de maiores chances em relação ao Brasil (Tabela 7).

Tabela 7 - Caracterização dos tipos de violência sofrida pelos adolescentes (vítimas), em relação ao sexo, país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS	n (%)	SEXO		ODDS SEXO M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	PAÍS BRA n (%)	PY n (%)	ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)					ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Humilhações	Sim	426(15,3)	565(20,3)	0,767	384(13,7)	407(14,6)	233(8,4)	0,994	0,809
	Não	835(29,9)	849(30,4)	0,655-0,898	630(22,6)	664(23,8)	470(16,9)	(0,833-1,187)	(0,662-0,988)
	NR	113(4,1)							
Agressões verbais	Sim	432(15,5)	533(19,1)	0,861	410(14,7)	433(15,5)	156(5,6)	1	0,420
	Não	829(29,7)	881(31,6)	(0,735-1,009)	604(21,7)	638(22,9)	547(19,6)	(0,840-1,191)	(0,339-0,521)
	NR	113(4,1)							
Nenhuma das situações	Sim	359(12,9)	409(14,7)	0,978	256(9,2)	293(10,5)	253(9,1)	0,897	1,493
	Não	902(32,3)	1005(36)	(0,827-1,157)	758(27,2)	778(27,9)	450(16,1)	(0,738-1,090)	(1,217-1,831)
	NR	113(4,1)							
Ameaças	Sim	325(11,6)	298(10,6)	1,306	348(12,5)	210(7,5)	90(3,3)	2,142	0,602
	Não	936(33,6)	1117(40,1)	(1,098-1,563)	666(23,9)	861(30,9)	613(21,9)	(1,756-2,614)	(0,461-0,787)
	NR	113(4,1)							
Furtos e roubos	Sim	307(11)	218(7,8)	1,765	223(8)	205(7,3)	119(4,3)	1,191	0,861
	Não	954(34,2)	1196(42,9)	(1,455-2,142)	791(28,4)	866(31,1)	584(20,9)	(0,963-1,473)	(0,617-1,104)
	NR	113(4,1)							
Agressões físicas	Sim	265(9,5)	213(7,6)	1,500	278(9,9)	164(5,9)	57(2,1)	2,089	0,488
	Não	996(35,7)	1201(43,1)	(1,230-1,830)	736(26,4)	907(32,5)	646(23,2)	(1,683-2,593)	(0,355-0,678)
	NR	113(4,1)							
Intimidações	Sim	133(4,8)	143(5,1)	1,048	93(3,3)	150(5,3)	40(1,4)	0,620	0,370
	Não	1128(40,5)	1271(45,6)	(0,817-1,345)	921(33,1)	921(33,1)	663(23,8)	(0,471-0,816)	(0,258-0,532)
	NR	113(4,1)							
Assédio	Sim	37(1,3)	128(4,6)	0,304	30(1,1)	134(4,8)	4(0,1)	0,213	0,040
	Não	1224(43,9)	1286(46,1)	(0,209-0,442)	984(35,3)	937(33,6)	699(25,1)	(0,142-0,320)	(0,015-0,109)
	NR	113(4,1)							
Violência sexual	Sim	18(0,6)	50(1,8)	0,395	38(1,4)	14(0,5)	20(0,7)	2,939	2,211
	Não	1243(44,6)	1364(48,9)	(0,229-0,681)	976(35)	1057(37,9)	683(24,5)	(1,583-5,458)	(1,109-4,406)
	NR	113(4,1)							
TOTAL: 2788 (100)									

OR= Razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Na Tabela 8, apresentam-se os dados quanto aos agressores que são aqueles que cometeram mais violência contra os adolescentes pesquisados (questão objetiva de múltipla escolha), por sexo e país. Mostrando-se o item ninguém aparece com maior prevalência e associação significativa para o Brasil em relação aos adolescentes da Argentina. Quanto ao item estranhos aparece o sexo masculino e a Argentina com as maiores chances para sofrer violência de estranhos comparados aos adolescentes do Brasil. Os adolescentes da Argentina destacam-se ainda em relação aos do Brasil e aos do Paraguai, ao afirmarem serem os pais, irmãos, padrasto e madrasta que cometem mais violência contra eles. Os adolescentes do sexo feminino apresentaram significativamente maiores chances de sofrerem violência de pais e irmãos do que os do sexo masculino.

Os adolescentes do Brasil apresentaram maiores chances de sofrer violência de professores em relação aos adolescentes do Paraguai e de colegas da escola, porém foram os adolescentes da Argentina que evidenciaram maiores chances $OR=1,29(IC:1,01-1,64)$ para sofrer violência de colegas de escola, quando comparados aos adolescentes do Brasil.

Os adolescentes do Paraguai e da Argentina apresentaram maiores chances de sofrer violência de vizinhos com $OR=2,45(IC:1,47-4,09)$ e $OR=3,05(IC=1,9-4,86)$ vezes maiores, respectivamente, em relação aos do Brasil (Tabela 8).

Tabela 8 - Caracterização de quem comete mais violência (agressores) contra os adolescentes por sexo e país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

Agressor quem comete violência contra adolescente		SEXO		ODDS SEXO	ARG	PAÍS			ODDS PAÍS
		M	F	M/F		BRA	PY	ARG/BR	PY/BR
	n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
Ninguém	Sim	613(21,9)	667(23,9)	1,059	360(12,9)	586(21,1)	374(13,4)	0,456	0,941
	Não	648(23,3)	747(26,8)	(0,910-1,233)	654(23,4)	485(17,4)	329(11,8)	(0,382-0,543)	(0,777-1,139)
	NR	113(4,1)							
Estranhos	Sim	276 (9,9)	206 (7,4)	1,643	249 (8,9)	155 (5,6)	106 (3,8)	1,924	1,049
	Não	985 (35,3)	1208 (43,3)	(1,346-2,005)	765 (27,4)	916 (32,9)	597 (21,4)	(1,540-2,402)	(0,803-1,371)
	NR	113 (4,1)							
Colegas de escola	Sim	169 (6,1)	201 (7,2)	0,934	173 (6,2)	147 (5,3)	65 (2,4)	1,293	0,640
	Não	1092 (39,1)	1213 (43,5)	(0,749-1,164)	841 (30,2)	924 (33,1)	638 (22,8)	(1,018-1,642)	(0,470-0,872)
	NR	113 (4,1)							
Irmãos	Sim	99 (3,6)	193 (6,9)	0,539	164 (5,9)	85 (3,1)	57 (2,1)	2,238	1,024
	Não	1162 (41,7)	1221 (43,7)	(0,418-0,696)	850 (30,5)	986 (35,3)	646 (23,1)	(1,696-2,954)	(0,721-1,452)
	NR	113 (4,1)							
Pais	Sim	79 (2,8)	129 (4,6)	0,666	101 (3,6)	65 (2,4)	52 (1,9)	1,712	1,236
	Não	1182 (42,4)	1285 (46,1)	(0,498-0,891)	913 (32,8)	1006 (36)	651 (23,3)	(1,238-2,368)	(0,847-1,804)
	NR	113 (4,1)							
Vizinhos	Sim	52 (1,9)	71 (2,6)	0,814	69 (2,5)	25 (0,9)	39 (1,4)	3,054	2,457
	Não	1209 (43,3)	1343 (48,1)	(0,564-1,173)	945 (33,9)	1046 (37,5)	664 (23,8)	(1,917-4,867)	(1,473-4,098)
	NR	113 (4,1)							
Padrastos/Madrastas	Sim	36 (1,3)		40 (1,4)	1,009	40 (1,5)	23 (0,8)	15 (0,5)	1,871
	Não	1225 (43,9)		1374 (49,3)	(0,639-1,594)	974 (34,9)	1048 (37,6)	688 (24,7)	(1,112-3,148)
	NR	113 (4,1)							
	Sim	0 (0,8)		4 (0,8)	0,933	21 (0,8)	13 (0,5)	12 (0,4)	1,721
	Não	1241 (44,5)		1390 (49,8)	(0,513-1,698)	993 (35,6)	1058 (37,9)	691 (24,8)	(0,857-3,456)
	NR	113 (4,1)							
Outros	Sim	23 (0,8)		14 (0,5)	1,858	21 (0,7)	12 (0,5)	6 (0,3)	1,866
	Não	1238 (44,4)		1400 (50,2)	(0,952- 3,626)	993 (35,6)	1059 (37,9)	697 (25)	(0,913-3,813)
	NR	113 (4,1)							
Avôs/avós	Sim	12 (0,4)		24 (0,9)	0,556	16 (0,6)	11 (0,4)	10 (0,4)	1,545
	Não	1249 (44,8)		1390 (49,8)	(0,277-1,117)	998 (35,8)	1060 (38)	693 (24,8)	(0,714-3,345)
	NR	113 (4,1)							
Professores	Sim	18 (0,7)		13 (0,5)	1,561	16 (0,6)	15 (0,5)	2 (0,1)	1,129
	Não	1243 (44,5)		1401 (50,2)	(0,762-3,198)	998 (35,8)	1056 (37,9)	701 (25,1)	(0,555-2,295)
	NR	113 (4,1)							
TOTAL: 2.788 (100)									

OR= Razão de Chances, foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

A Tabela 8 apresentou os dados referentes aos agressores indicados pelos pesquisados e, na Tabela 9, diferentemente, trabalha-se com a denominação de agressor ao referir-se ao adolescente que respondeu, afirmativamente, já ter cometido algum tipo violência contra alguém (questão objetiva de múltipla escolha).

Os adolescentes do sexo masculino apresentaram maiores chances que os do sexo feminino de ter cometido agressões físicas, furtos e roubos e estrago de materiais e equipamentos/objetos de patrimônio público. Os adolescentes do sexo feminino apresentaram maiores chances de ter cometido nenhuma das alternativas comparadas com os do sexo masculino. Além disso, no item tentativa de suicídio, os do sexo feminino apresentaram

maiores chances que o masculino (OR=M/F=0,27;IC:0,15-0,48), tendo os adolescentes da Argentina (OR=2,78;IC:1,60-4,82) maiores chances comparados aos do Brasil.

Este estudo mostrou que os adolescentes da Argentina apresentaram maior prevalência e chances de terem cometido violências em relação aos adolescentes do Brasil: agressões físicas, ameaças, humilhações, furtos e roubos, estrago de materiais e equipamentos/objetos de patrimônio público, tentativa de suicídio e provocar incêndio.

Quanto aos adolescentes do Brasil, estes evidenciaram maiores chances de ter cometido agressões verbais e agressões físicas comparados aos adolescentes do Paraguai (Tabela 9).

Tabela 9 - Caracterização dos tipos de violência praticada pelo adolescente (agressor) em relação ao sexo e país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO	ARG	PAÍS	PY	ODDS PAÍS	
		M	F	M/F		BRA		ARG/BR	PY/BR
	n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
Agressões verbais	Sim	210(7,5)	272(9,8)	0,839	208(7,5)	205(7,3)	82(2,9)	1,090	0,558
	Não	1051(37,7)	1142(40,9)	(0,688-1,023)	806(28,9)	866(31,1)	621(22,3)	(0,879-1,352)	(0,423-0,735)
	NR	113(4,1)							
Nenhuma das alternativas	Sim	142(5,1)	201 (7,2)	0,766	86(3,1)	170(6,1)	104(3,7)	0,491	0,920
	Não	1119 (40,1)	1213(43,5)	(0,609-0,964)	928(33,3)	901(32,3)	599(21,5)	(0,373-0,647)	(0,706-1,199)
	NR	113(4,1)							
Agressões físicas	Sim	214(7,7)	128(4,6)	2,054	174(6,3)	142(5,1)	34(1,2)	1,355	0,332
	Não	1047(37,5)	1286(46,1)	(1,626-2,594)	840(30,1)	929(33,3)	669(24)	(1,065-1,724)	(0,226-0,490)
	NR	113(4,1)							
Ameaças	Sim	108 (3,8)	97(3,5)	1,272	122(4,4)	59(2,2)	37(1,3)	2,346	0,953
	Não	1153 (41,4)	1317(47,2)	(0,956-1,692)	892(31,9)	1012(36,3)	666(23,9)	(1,697-3,242)	(0,625-1,454)
	NR	113(4,1)							
Humilhações	Sim	78(2,8)	111(3,9)	0,774	105(3,8)	47(1,7)	44(1,6)	2,517	1,455
	Não	1183(42,4)	1303(46,8)	(0,573-1,045)	909(32,6)	1024(36,7)	659(23,6)	(1,764-3,591)	(0,953-2,220)
	NR	113(4,1)							
Furtos e roubos	Sim	76(2,7)	24(0,8)	3,713	60(2,1)	30(1,1)	14(0,5)	2,182	0,705
	Não	1185 (42,5)	1390(49,9)	(2,332-5,914)	954(34,2)	1041(37,4)	689(24,7)	(1,396-3,412)	(0,371-1,339)
	NR	113(4,1)							
Estragou materiais/ equip./objetos de patrimônio público	Sim	69(2,4)	29(1,1)	2,764	59(2,1)	29(1,1)	14(0,5)	2,220	0,730
	Não	1192(42,7)	1385(49,7)	(1,779-4,295)	955(34,2)	1042(37,4)	689(24,7)	(1,411-3,492)	(0,383-1,339)
	NR	113(4,1)							
Tentativa de suicídio	Sim	16(0,6)	63(2,3)	0,276	46(1,6)	18(0,6)	17(0,6)	2,780	1,450
	Não	1245(44,6)	1351(48,4)	(0,158-0,480)	968(34,7)	1053(37,8)	686(24,7)	(1,601-4,827)	(0,742-2,832)
	NR	113(4,1)							
Intimidações	Sim	40(1,4)	28(1)	1,622	24(0,9)	32(1,1)	13(0,5)	0,787	0,612
	Não	1221(43,8)	1386(49,7)	(0,994-2,644)	990(35,5)	1039(37,3)	690(24,7)	(0,460-1,346)	(0,319-1,174)
	NR	113(4,1)							
Provocou incêndio	Sim	12(0,4)	7(0,2)	1,931	13(0,4)	4(0,1)	2(0,1)	3,464	0,761
	Não	1249(44,8)	1407(50,5)	(0,758-4,920)	1001(35,9)	1067(38,3)	701(25,2)	(1,126-10,660)	(0,139-4,166)
	NR	113(4,1)							
TOTAL: 2788(100)									

OR= Razão de chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de confiança.

A Tabela 10 refere-se aos dados dos adolescentes (agressores) que responderam afirmativamente quais foram as vítimas mais comuns (questão objetiva de múltipla escolha).

A resposta geral mais prevalente foi nunca cometi violência e houve maior chance desse tipo de resposta para o sexo feminino em comparação ao masculino, e pelos adolescentes do Brasil em comparação aos do Paraguai.

Destaque para o sexo feminino que apresentou maiores chances de cometer violência contra o irmão (OR=M/F=0,64;IC:0,51-0,80) e o namorado (OR=0,18;IC:0,09-0,33) em relação ao sexo masculino. Por sua vez, os adolescentes do sexo masculino apresentaram maiores chances de cometer violências contra amigos e desconhecidos comparados aos do sexo feminino.

Por país, a Argentina evidenciou que os adolescentes têm maiores chances de cometer violência contra os irmãos, desconhecidos, vizinhos, namorados e pais em relação aos adolescentes do Brasil.

Os adolescentes do Brasil evidenciaram maiores chances em relação ao Paraguai (OR=PY/BR=0,26;IC:0,09-0,75) para cometer violência contra outros citando como exemplo, comigo mesmo, meu cachorro, inimigos, ex do meu irmão e parentes (Tabela 10).

Tabela 10 - Vítimas dos adolescentes com relação ao sexo e país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEL Vítimas		SEXO		ODDS SEXO	ARG n (%)	PAÍS	PY n (%)	ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)	M/F OR(IC95%)		BRA n (%)		ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Nunca cometi violência	Sim	555 (19,9)	727 (26,1)	0,743 (0,638-0,865)	372 (13,4)	581 (20,8)	393 (14,1)	0,489 (0,410-0,582)	1,069 (0,883-1,295)
	Não	706 (25,3)	687 (24,6)		642 (23,1)	490 (17,5)	310 (11,1)		
	NR	113 (4,1)							
Amigos	Sim	233 (8,3)	213 (7,7)	1,278 (1,043-1,567)	193 (6,9)	173 (6,3)	94 (3,4)	1,220 (0,973-1,530)	0,801 (0,611-1,051)
	Não	1028(36,8)	1201(43,1)		821 (29,4)	898 (32,2)	609 (21,8)		
	NR	113 (4,1)							
Irmão	Sim	144 (5,2)	236 (8,5)	0,644 (0,515-0,804)	173 (6,2)	143 (5,2)	75 (2,7)	1,335 (1,050-1,698)	0,775 (0,576-1,043)
	Não	1117 (40)	1178(42,2)		841 (30,1)	928 (33,3)	628 (22,5)		
	NR	113 (4,1)							
Desconhecidos	Sim	199 (7,1)	130 (4,7)	1,851 (1,462-2,342)	181 (6,5)	103 (3,7)	55 (1,9)	2,042 (1,576-2,646)	0,798 (0,567-1,123)
	Não	1062(38,1)	1284 (46)		833 (29,9)	968 (34,8)	648 (23,2)		
	NR	113 (4,1)							
Vizinhos	Sim	83 (2,9)	72 (2,6)	1,313 (0,9491,818)-	99 (3,6)	30 (1,1)	30 (1,1)	3,754 (2,472-5,702)	1,547 (0,924-2,589)
	Não	1178(42,3)	1342(48,1)		915 (32,8)	1041 (37,3)	673 (24,1)		
	NR	113 (4,1)							
Namorado(a)	Sim	12 (0,5)	71 (2,5)	0,182 (0,098-0,337)	46 (1,7)	22 (0,8)	20 (0,7)	2,266 (1,353-3,794)	1,396 (0,756-2,578)
	Não	1249(44,8)	1343(48,1)		968 (34,7)	1049 (37,6)	683 (24,5)		
	NR	113 (4,1)							
Pais	Sim	37(1,4)	49 (1,7)	0,842 (0,546-1,299)	46(1,7)	23 (0,8)	18 (0,6)	2,165 (1,303-3,599)	1,197 (0,641-2,235)
	Não	1224(43,9)	1365(48,9)		968(34,7)	1048(37,6)	685(24,6)		
	NR	113 (4,1)							
Outro	Sim	20 (0,7)	22 (0,8)	1,020 (0,554-1,877)	15 (0,5)	23 (0,8)	4 (0,2)	0,684 (0,355-1,319)	0,261 (0,090-0,757)
	Não	1241(44,5)	1392(49,9)		999 (35,9)	1048 (37,6)	699 (25)		
	NR	113 (4,1)							
TOTAL: 2788 (100%)									

OR= Razão de Chances foi calculado pela referência do sim;IC= Intervalo de Confiança.

Na Tabela 11, apresenta-se a análise das variáveis quanto aos principais motivos que levaram os adolescentes a cometer algum tipo de agressão ou violência contra alguém (questão objetiva de múltipla escolha), com relação ao sexo e país.

A resposta mais prevalente foi nunca cometi violência, coincidindo e confirmando os resultados com os valores de associação significativa muito próximos dos obtidos nas Tabelas 10 e 11 com relação ao sexo feminino com maiores chances $OR=F/M=0,74(IC:0,63-0,86)$ e na tabela 11 $OR=F/M=0,76(IC:0,65-0,89)$, em relação ao masculino e ser o Brasil com maiores chances na Tabela 10 $OR=ARG/BR=0,48(IC:0,41-0,58)$ e na Tabela 11 $OR=ARG/BR=0,59(IC:0,49-0,70)$ comparado à Argentina. Na sequência, os mais prevalentes foram para se defender e desentendimento/discussão. Por país, evidenciaram-se os motivos dos adolescentes da Argentina com maior razão de chances para se defender, imaturidade, não gostar da pessoa, ciúmes, pressão do grupo, dívidas e para se divertir em relação ao Brasil. Por sexo, mostraram-se resultados estatisticamente significativos quanto ao item para se defender, pressão do grupo, dívida e uso de drogas para o sexo masculino com chances maiores em relação ao sexo feminino. O sexo feminino destacou-se no item ciúmes, com maiores chances de ser um motivo de cometer violência que o sexo masculino.

Destacando-se, também, a Argentina para afirmar ser o uso de drogas com $OR=3,37(IC:1,43-7,92)$ e o uso de bebidas alcoólicas com $OR=2,14(IC:1,09-4,19)$ vezes maiores chances em relação ao Brasil. No item drogas, os adolescentes do Brasil mostraram-se ($OR=PY/BR=0,11;IC:0,01-0,88$) com maiores chances para afirmar ser o motivo o uso de bebidas alcoólicas, comparados com os adolescentes do Paraguai. No item outros motivos aparecem com pequena prevalência para: irritação; sofrer preconceito; provocação; raiva; inveja; por mexer nas minhas coisas; por me baterem; vingança; nervosismo; por estar à toa; briga com meus pais, etc. (Tabela 11).

Tabela 11 - Caracterização dos motivos dos adolescentes para cometer violência, por sexo e país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		SEXO		ODDS SEXO		PAIS		ODDS PAIS	
MOTIVOS	n(%)	M n (%)	F n (%)	M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
Nunca cometi violência	Sim	547(19,6)	708(25,4)	0,764	384(13,8)	544(19,5)	387(13,9)	0,590	1,186
	Não	714(25,6)	706(25,3)	(0,656-0,890)	630(22,6)	527(18,9)	316(11,3)	(0,496-0,703)	(0,980-1,436)
	NR	113(4,1)							
Para se defender	Sim	292(10,4)	271(9,7)	1,271	288(10,3)	198(7,1)	100(3,6)	1,749	0,731
	Não	969(34,8)	1143(41)	(1,055-1,531)	726(26,1)	873(31,3)	603(21,6)	(1,423-2,149)	(0,563-0,950)
	NR	113(4,1)							
Desentendimento discussão	Sim	183(6,5)	235(8,4)	0,852	152(5,5)	193(6,9)	83(2,9)	0,802	0,609
	Não	1078(38,7)	1179(42,3)	(0,690-1,051)	862(30,9)	878(31,5)	620(22,3)	(0,636-1,012)	(0,462-0,804)
	NR	113(4,1)							
Imaturidade	Sim	137(4,9)	126(4,5)	1,246	112(4,1)	76(2,7)	80(2,9)	1,626	1,681
	Não	1124(40,3)	1298(46,2)	(0,966-1,608)	902(32,3)	995(35,7)	623(22,3)	(1,198-2,205)	(1,209-2,337)
	NR	113(4,1)							
Não gostar da pessoa	Sim	78(2,8)	90(3,2)	0,970	93(3,4)	59(2,1)	19(0,7)	1,732	0,477
	Não	1183(42,4)	1324(47,5)	(0,709-1,327)	921(33)	1012(36,3)	684(24,5)	(1,235-2,429)	(0,282-0,807)
	NR	113(4,1)							
Ciúmes	Sim	51(1,8)	109(3,9)	0,505	95(3,4)	58(2,1)	12(0,4)	1,805	0,303
	Não	1210(43,4)	1305(46,8)	(0,359-0,710)	919(32,9)	1013(36,4)	691(24,8)	(1,287-2,533)	(0,162-0,569)
	NR	113(4,1)							
Para se divertir	Sim	35(1,3)	43(1,5)	0,910	49(1,8)	16(0,6)	18(0,6)	3,348	1,732
	Não	1226(43,9)	1371(49,2)	(0,579-1,432)	965(34,6)	1055(37,8)	685(24,6)	(1,891-5,926)	(0,877-3,420)
	NR	113(4,1)							
Pressão do Grupo	Sim	35(1,3)	23(0,8)	1,727	38(1,4)	12(0,4)	10(0,4)	3,436	1,273
	Não	1226(43,9)	1391(49,9)	(1,015-2,938)	976(35)	1059(37,9)	693(24,9)	(1,785-6,613)	(0,547-2,963)
	NR	113(4,1)							
Dívida	Sim	33(1,2)	9(0,3)	4,195	0(1,1)	7(0,3)	7(0,2)	,634	1,529
	Não	1228(44)	1045(50,4)	(2,000-8,802)	984(35,3)	1064(38,2)	696(24,9)	(2,026-10,598)	(0,534-4,377)
	NR	113(4,1)							
Outras	Sim	23(0,8)	19(0,7)	1,364	21(0,7)	16(0,6)	5(0,2)	1,394	0,472
	Não	1238(44,4)	1395(50)	(0,739-2,516)	993(35,6)	1055(37,8)	698(25,1)	(0,724-2,688)	(0,172-1,295)
	NR	113(4,1)							
Uso de bebidas alcoólicas	Sim	23(0,8)	16(0,6)	1,623	26(0,9)	13(0,5)	1(0,1)	2,142	0,116
	Não	1238(44,4)	1398(50,1)	(0,854-3,087)	988(35,4)	1058(37,9)	702(25,2)	(1,094-4,191)	(0,015-0,888)
	NR	113(4,1)							
Uso de drogas	Sim	23(0,8)	5(0,2)	5,235	22(0,7)	7(0,2)	1(0,1)	3,371	0,217
	Não	1238(44,4)	1409(50,5)	(1,984-13,812)	992(35,6)	1064(38,2)	702(25,2)	(1,434-7,926)	(0,027-1,764)
	NR	113(4,1)							
TOTAL: 2788 (100)									

OR= Razão de Chances, foi calculado pela referência do sim ; IC= Intervalo de Confiança.

Na Tabela 12, mostra-se a categorização dos adolescentes por participantes da violência dos quais totalizaram 2.694 adolescentes, sendo 1.048 vítimas, 134 agressores, 880 vítima/agressor e 632 nem vítima nem agressor. Os resultados mostraram uma associação significativa do sexo feminino com maiores chances para ser vítima, e o sexo masculino para ser agressor, vítima/agressor.

Por país, na Argentina evidenciou-se que os adolescentes têm maiores chances para se tornarem vítimas/agressores, quando comparados ao Brasil e Paraguai. No Brasil,

evidenciaram-se adolescentes com maiores chances para se tornarem vítimas, quando comparados com os da Argentina e os do Paraguai e vítima/agressor, em comparação com os do Paraguai. Os adolescentes do Paraguai apareceram com maiores chances para ser nem vítima nem agressor em relação aos adolescentes do Brasil. Por faixas etárias em relação ao sexo, obteve-se que os adolescentes de 12 a 14 anos são participantes da violência e aparecem com maior prevalência como vítimas, vítima/agressor e nem vítima nem agressor. A faixa etária de 17 a 18 anos destacou-se por apresentar uma diferença relativamente pequena em relação a ser vítima e vítima/agressor, sendo as condições mais prevalentes (Tabela 12).

Tabela 12 - Caracterização dos adolescentes participantes de violência por faixa etária com relação ao sexo, país e respectivo valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS	IDADE ANOS	SEXO		ODDS SEXO		PAÍS			ODDS PAÍS	
		M n (%)	F n (%)	NR**	M/F OR(IC95%)	ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/B OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
V	12 a 14	212(20,2)	277(26,4)	17(1,6)	0,821	166(15,9)	228(21,8)	112(10,7)	0,671	0,768
	15 a 16	149(14,2)	192(18,3)	17(1,6)	(0,702-0,961)	121(11,5)	150(14,3)	87(8,3)	(0,562-0,802)	(0,631-0,934)
	17 a 18	77(7,4)	92(8,8)	9(0,9)		48(4,6)	78(7,4)	52(4,9)		
	NR*	5(0,5)	1(0,1)	0		2(0,2)	0	4(0,4)		
A	12 a 14	31(23,2)	29(21,6)	2(1,5)	1,442	28(20,9)	14(10,5)	20(14,9)	1,183	1,339
	15 a 16	28(20,9)	17(12,7)	3(2,3)	(1,010-2,058)	15(11,2)	20(14,9)	13(9,7)	(0,783-1,786)	(0,863-2,079)
	17 a 18	12(8,9)	11(8,2)	0		7(5,3)	11(8,2)	5(3,7)		
	NR*	1(0,7)	0	0		0	0	1(0,7)		
V/A	12 a 14	185(21,1)	171(19,4)	15(1,7)	1,237	185(21,1)	128(14,5)	58(6,6)	1,641	0,640
	15 a 16	151(17,1)	156(17,8)	13(1,4)	(1,051-1,456)	141(16,1)	127(14,4)	52(5,9)	(1,369-1,968)	(0,512-0,800)
	17 a 18	91(10,4)	86(9,8)	5(0,6)		85(9,6)	61(6,9)	36(4,1)		
	NR*	4(0,4)	3(0,3)	0		3(0,3)	1(0,2)	3(0,3)		
NVNA	12 a 14	160(25,3)	93(30,5)	9(1,4)	,904	101(15,9)	130(20,7)	131(20,8)	0,839	1,560
	15 a 16	78(12,4)	90(14,3)	9(1,5)	(0,754-1,085)	60(9,5)	63(9,9)	54(8,5)	(0,677-1,039)	(1,255-1,939)
	17 a 18	35(5,6)	47(7,5)	9(1,5)		29(4,6)	37(5,8)	25(3,9)		
	NR*	0	1	1		0	1(0,2)	1(0,2)		
NR*(n=94)		43	47	4		23	22	49		
TOTAL: 2788(100)										

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor; NR*=Não respondeu geral do grupo V, A, V/A, NVNA; NR**=sexo; OR= Razão de Chances; IC= Intervalo de Confiança.

A Tabela 13 mostra-se na relação dos adolescentes categorizados como participantes da violência por religião, cursos profissionalizantes, prática de esportes e se faz algo no tempo livre por país.

Dada a questão 12 do questionário de pesquisa quais as atividades de que você mais gosta de fazer no seu tempo livre (questão objetiva, de múltipla escolha), gerou-se uma nova variável dicotômica utilizando-se todos os itens da questão para quantificar os adolescentes que fazem algo no seu tempo livre e os que não fazem. No entanto, neste item não foi possível realizar testes estatísticos de associação entre essas informações e as variáveis por país e

participantes da violência (vítima, agressor, vítima e agressor e nem vítima nem agressor), devido a ter gerado caselas com valores de zero, impossibilitando, assim, a obtenção do *Odds Ratio* e outros testes de associação.

Os resultados achados e mostrados pelo *Odds Ratio* evidenciaram que os adolescentes V e NVNA do Brasil têm maiores chances de ter uma religião que os adolescentes da Argentina. Assim também para as V, A, V/A e NVNA do Paraguai em relação aos do Brasil. Aqui não sendo possível indicar uma causalidade, isto é, que a religião seja a causa de ter V e A no Paraguai, apenas sendo possível dizer que no Paraguai há mais chances de os adolescentes V, A, V/A e NVNA terem uma religião. Observando-se que as respostas obtidas de SIM em comparação ao NÃO são maiores para V, A, V/A e NVNA, ou seja, ter religião não os diferencia e não interfere.

Quanto aos adolescentes participantes de violência que concluíram ou não curso profissionalizante, obteve-se *Odds Ratio* para V, V/A e NVNA do Brasil com mais chances para terem concluído do que os da Argentina. E que os adolescentes V, A, VA e NVNA do Paraguai têm a mesma chance de ter concluído um curso que os do Brasil.

Quanto aos adolescentes participantes da violência praticar esportes, verificou-se que o *Odds Ratio* de V, A, V/A e NVNA do Brasil e da Argentina tem a mesma chance de praticar esportes. E que as V e NVNA do Brasil têm maiores chances de praticar esportes que os adolescentes do Paraguai. Observou-se, ainda, que as prevalências para o SIM em comparação ao NÃO para NVNA é menor que V, A e V/A. Indicando que praticar esportes não interfere como participantes da violência. Quanto a fazer algo no seu tempo livre, nesta não se evidenciou significância, mostrando que todos têm a mesma chance de fazer algo no seu tempo livre e sugerindo que essa variável não interfere para serem participantes da violência (Tabela 13).

Tabela 13 - Caracterização dos adolescentes participantes de violência por religião, curso profissionalizante, praticar esportes e se faz algo no seu tempo livre, com relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		ARG n (%)	PAÍS BRA n (%)	PY n (%)	ODDS PAÍS ARG/BR OR(IC95%)		PY/BR OR(IC95%)
V		Sim 228(21,8) Não 83(7,9) NR 26(2,5)	384(36,6) 70(6,7) 2(0,2)	236(22,5) 16(1,5) 3(0,3)	0,501 (0,350- 0,716)		2,689 (1,525- 4,739)
A	Religião	Sim 30(22,4) Não 15(11,2) NR 5(3,7)	35(26,1) 10(7,5) 0	38(28,4) 1(0,7) 0	0,571 (0,224-1,459)		10,857 (1,321-89,200)
V/A		Sim 316(35,9) Não 83(9,4) NR 15(1,7)	258(29,4) 54(6,2) 5(0,6)	143(16,2) 5(0,5) 1(0,10)	0,797 (0,224-1,459)		5,985 (2,341-15,300)
NVNA		Sim 119(18,8) Não 50(7,9) NR 21(3,3)	187(29,6) 43(6,8) 1(0,1)	195(30,9) 9(1,5) 7(1,1)	0,547 (0,343-0,874)		,982 (2,363-10,504)
NR**(n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)			
V		Sim 63(6) Não 248(23,6) NR 26(2,5)	154(14,7) 294(28,1) 8(0,7)	90(8,6) 162(15,5) 3(0,3)	0,485 (0,346-0,680)		1,061 (0,768-1,465)
A	Curso profissionalizante	Sim 12(8,9) Não 34(25,4) NR 4(3)	16(11,9) 28(20,9) 1(0,8)	8(5,9) 30(22,4) 1(0,8)	0,618 (0,251-1,519)		0,467 (0,173-1,259)
V/A		Sim 73(8,3) Não 321(36,5) NR 20(2,3)	128(14,5) 182(20,7) 7(0,8)	57(6,5) 88(10) 4(0,4)	0,323 (0,230-0,454)		0,921 (0,616-1,378)
NVNA		Sim 29(4,6) Não 146(23,1) NR 15(2,4)	58(9,2) 172(27,2) 1(0,1)	48(7,6) 155(24,5) 8(1,3)	0,589 (0,358-0,969)		0,918 (0,592-1,426)
NR**(n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)			
V		Sim 198(18,9) Não 130(12,4) NR 9(0,9)	247(23,6) 204(19,5) 5(0,5)	106(10) 140(13,4) 9(0,8)	1,258 (0,943-1,679)		0,625 (0,457-0,855)
A	Praticar esportes	Sim 31(23,2) Não 16(11,9) NR 3(2,3)	25(18,7) 20(14,9) 0	18(13,4) 20(14,9) 1(0,7)	1,550 (0,667-3,599)		0,720 (0,303-1,713)
V/A		Sim 266(30,2) Não 138(15,7) NR 10(1,2)	199(22,7) 114(12,9) 4(0,4)	84(9,5) 64(7,3) 1(0,1)	1,104 (0,811-1,504)		0,752 (0,505-1,120)
NVNA		Sim 98(15,5) Não 82(12,9) NR 10(1,6)	118(18,7) 110(17,4) 3(0,5)	75(11,9) 129(20,4) 7(1,1)	1,114 (0,753-1,648)		0,542 (0,369-0,797)
NR**(n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)			
V	Faz algo no seu tempo livre	Sim 331(31,6) Não 6(0,6)	455(43,4) 1(0,1)	254(24,2) 1(0,1)	*		*
		Sim 50(37,3) Não 0	45(33,6) 0	39(29,1) 0	*		*
V/A		Sim 413(46,9) Não 1(0,1)	317(36,1) 0	148(16,8) 1(0,1)	*		*
NVNA		Sim 189(29,9) Não 1(0,2)	230(36,5) 1(0,2)	210(33,2) 1(0,2)	*		*
NR**(n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)			
TOTAL		2.788(100)					

V=Vítima; A=Agressor; VA=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor; OR= Razão de chances; IC=Intervalo de confiança;

* razão de chances (RO) não obtida devido a caselas com valores zero; NR** geral do grupo V, A, VA, NVNA.

Quanto à variável etnia/cor na Tabela 14, não foi possível fazer associações por estas estarem divididas em cinco categorias de etnia/cor, e o cruzamento dessas informações por participantes de violência gerou informações insuficientes, impossibilitando a obtenção do *Odds Ratio*. Entretanto os achados evidenciados pela amostra apresentam que, em todas as categorias de participantes da violência, mostrou-se um percentual maior da etnia/cor branca para os adolescentes do Brasil.

A Argentina destacou-se com maior prevalência com os adolescentes identificados como V, A, e V/A da etnia/cor parda ou trigueña (Tabela 14).

Tabela 14 - Prevalência da etnia/cor dos adolescentes por participantes de violência com relação ao país. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS			PAÍS		
	Etnia/cor		ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)
V	Branca	Sim	125(11,9)	213(20,4)	124(11,9)
	Parda	Sim	152(14,5)	186(17,7)	111(10,6)
	Negra	Sim	25(2,4)	28(2,7)	0
	Amarela	Sim	5(0,5)	13(1,3)	10(0,4)
	Indígena	Sim	16(1,5)	6(0,6)	0
	NR		14(1,3)	10(0,9)	10(0,9)
A	Branca	Sim	17(12,7)	24(17,9)	16(11,9)
	Parda	Sim	23(17,1)	15(11,2)	17(12,7)
	Negra	Sim	3(2,3)	4(3)	2(1,5)
	Amarela	Sim	1(0,7)	1(0,7)	2(1,5)
	Indígena	Sim	2(1,5)	0	0
	NR		4(3)	1(0,8)	2(1,5)
V/A	Branca	Sim	154(17,5)	149(16,9)	82(9,3)
	Parda	Sim	199(22,6)	120(13,6)	62(7,1)
	Negra	Sim	26(2,9)	25(2,8)	2(0,2)
	Amarela	Sim	4(0,5)	10(1,2)	3(0,4)
	Indígena	Sim	12(1,4)	4(0,4)	0
	NR		19(2,2)	9(1)	0
NVNA	Branca	Sim	77(12,2)	104(16,5)	101(15,9)
	Parda	Sim	86(13,6)	97(15,3)	95(15)
	Negra	Sim	15(2,4)	16(2,5)	3(0,5)
	Amarela	Sim	0	8(1,3)	9(1,4)
	Indígena	Sim	4(0,6)	3(0,5)	0
	NR		8(1,3)	3(0,5)	3(0,5)
TOTAL: 2788 100)					

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor; NR= Não respondeu.

Na Tabela 15, objetivou-se identificar qual a condição de participação de violência em relação ao país em que se mostram os adolescentes e sua situação de trabalho, evidenciando em todas as categorias dos três países as mesmas chances de nunca ter trabalhado e pretende

trabalhar. No item trabalhando atualmente concluiu-se que os dados obtidos referem que as V (OR=ARG/BR=0,59;IC:0,40-0,88) e V/A (OR=ARG/BR= 0,53;IC:0,36-0,76) do Brasil têm as maiores chances que os adolescentes da Argentina, e os adolescentes NVNA do Paraguai têm maiores chances que os do Brasil para estar trabalhando atualmente. No item desempregados as V, A, V/A e NVNA de todos os países tiveram as mesmas chances de estarem desempregadas (Tabela 15).

Tabela 15 - Caracterização da situação de trabalho dos adolescentes e condições de participação em violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS			PAÍS			ODDS PAÍS	
			ARG	BRA	PY	ARG/BR	PY/BR
Situação de trabalho			n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
V	Nunca trabalhou Pretende trabalhar	Sim	184(17,6)	235(22,4)	143(13,6)	1,131	1,201
		Não	153(14,6)	221(21,1)	112(10,7)	(0,853-1,500)	(0,882-1,634)
A		Sim	25(18,7)	20(14,9)	16(11,9)	1,250	0,870
		Não	25(18,7)	25(18,6)	23(17,2)	(0,557-2,805)	(0,365-2,071)
V/A		Sim	181(20,6)	129(14,6)	66(7,5)	1,132	1,159
		Não	233(26,5)	188(21,4)	83(9,4)	(0,842-1,523)	(0,782-1,717)
NVNA		Sim	103(16,3)	133(21)	112(17,7)	0,872	0,834
		Não	87(13,8)	98(15,5)	99(15,7)	(0,593-1,284)	(0,572-1,214)
NR*(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Trabalhando atualmente	Sim	43(4,1)	90(8,6)	47(4,5)	0,595	0,919
		Não	294(28,1)	366(34,9)	208(19,8)	(0,401-0,882)	(0,621-1,359)
A		Sim	12(8,9)	6(4,5)	12(8,9)	2,053	2,889
		Não	38(28,4)	39(29,1)	27(20,2)	(0,699-6,026)	(0,966-8,644)
V/A		Sim	64(7,3)	81(9,2)	45(5,1)	0,533	1,261
		Não	350(39,8)	236(26,8)	104(11,8)	(0,369-0,769)	(0,819-1,940)
NVNA		Sim	13(2,1)	25(3,9)	41(6,5)	0,605	1,987
		Não	177(28)	206(32,6)	170(26,9)	(0,301-1,218)	(1,161-3,401)
NR*(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Desempregado	Sim	32(3,1)	44(4,2)	25(2,4)	0,983	1,018
		Não	305(29,1)	412(39,3)	230(21,9)	(0,609-1,589)	(0,607-1,707)
A		Sim	7(5,3)	8(5,9)	7(5,2)	0,753	1,012
		Não	43(32,1)	37(27,6)	32(23,9)	(0,249-2,274)	(0,330-3,099)
V/A		Sim	68(7,7)	43(4,9)	16(1,8)	1,252	0,767
		Não	346(39,3)	274(31,2)	133(15,1)	(0,828-1,894)	(0,416-1,411)
NVNA		Sim	13(2)	20(3,2)	22(3,5)	0,775	1,228
		Não	177(28)	211(33,4)	189(29,9)	(0,375-1,602)	(0,650-2,321)
NR*(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
TOTAL: 2788(100)							

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor OR= Razão de chances; IC= Intervalo de confiança; NR*= NR geral do grupo V, A, V/A, NVNA.

Na Tabela 16, analisam-se os adolescentes que recebem normas disciplinares colocadas pelos pais (questão objetiva de múltipla escolha) que têm a mesma probabilidade dos que não recebem. Os A (OR=ARG/BR=0,39;IC:0,17-0,90) e V/A (OR=ARG/BR=0,69;IC:0,51-0,93) do Brasil obtiveram mais chance de ter recebido diálogo e

entendimento que os da Argentina. Enquanto os adolescentes do Paraguai V, A, V/A e NVNA tiveram a mesma chance que os do Brasil. No item imposição de limites sem diálogo os adolescentes do Brasil, categorizados como V ($OR=ARG/BR=0,58; IC:0,39-0,88$), ($OR=PY/BR=0,28; IC:0,15-0,49$), obtiveram maiores chances de ter recebido que os da Argentina e do Paraguai respectivamente. Os V/A da Argentina têm maiores chances de ter recebido tarefas domésticas que os do Brasil. Assim como os *Odds Ratio* indicam que os V/A do Paraguai e os da Argentina têm maiores chances para receberem castigos físicos que os adolescentes do Brasil, e que as V da Argentina têm maiores chances de receber castigos físicos que os do Brasil. Os *Odds Ratio* indicam ainda que os V, A e V/A da Argentina têm mais chances de ter algo de que gosta proibido que os do Brasil. Assim como os NVNA ($OR=PY/BR=0,64$) do Brasil têm mais chances com relação aos do Paraguai. Os *Odds Ratio* também indicam que os V, A e V/A da Argentina têm mais chances de receber xingamentos que os do Brasil. Destaca-se, ainda, que o NVNA fosse o grupo com menor percentual no geral dos países quanto à resposta SIM para ter recebido xingamentos (2,4%), comparado com V/A (15%), V (7,1%) e A (6,7%), sugerindo que a norma xingar interfere nos participantes da violência.

Tabela 16 - Normas disciplinares recebidas pelos adolescentes e a participação em violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS			PAÍS			ODDS PAÍS	
	Normas disciplinares		ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
V	Diálogo entendimento mútuo	Sim	180(17,2)	189(18)	159(15,2)	0,812	1,172
		Não	157(14,9)	267(25,5)	96(9,2)	(0,611-1,078)	(0,856-1,606)
A		Sim	22(16,4)	30(22,4)	31(23,2)	0,393	1,937
		Não	28(20,9)	15(11,2)	8(5,9)	(0,171-0,905)	(0,717-5,236)
V/A		Sim	192(21,8)	176(20)	89(10,1)	0,693	1,188
		Não	222(25,2)	141(16,1)	60(6,8)	(0,516-0,930)	(0,800-1,764)
NVNA		Sim	123(19,5)	144(22,8)	140(22,1)	1,109	1,191
		Não	67(10,6)	87(13,8)	71(11,2)	(0,744-1,653)	(0,806-1,760)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Imposição de limites sem diálogo.	Sim	39(3,7)	83(7,9)	15(1,5)	0,588	0,281
		Não	298(28,4)	373(35,6)	240(22,9)	(0,390-0,886)	(0,158-0,498)
A		Sim	6(4,5)	8(5,9)	1(0,8)	0,631	0,122
		Não	44(32,8)	37(27,6)	38(28,4)	(0,201-1,982)	(0,015-1,022)
V/A		Sim	65(7,5)	61(6,9)	18(2)	0,782	0,577
		Não	349(39,6)	256(29,1)	131(14,9)	(0,532-1,148)	(0,327-1,016)
NVNA		Sim	14(2,3)	28(4,4)	14(2,2)	0,577	0,515
		Não	176(27,8)	203(32,1)	197(31,2)	(0,294-1,130)	(0,263-1,008)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Tarefas domésticas	Sim	143(13,6)	163(15,6)	96(9,2)	1,325	1,085
		Não	194(18,5)	293(27,9)	159(15,2)	(0,993-1,768)	(0,790-1,497)
A		Sim	15(11,2)	13(9,7)	9(6,7)	1,055	0,738
		Não	35(26,1)	32(23,9)	30(22,4)	(0,436-2,553)	(0,276-1,978)
V/A		Sim	191(21,70)	112(12,7)	47(5,4)	1,568	0,843
		Não	223(25,3)	205(23,3)	102(11,6)	(1,161-2,118)	(0,557-1,278)
NVNA		Sim	65(10,3)	66(10,4)	70(11,1)	1,300	1,241
		Não	125(19,8)	165(26,1)	141(22,3)	(0,859-1,967)	(0,828-1,860)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Castigo físico	Sim	37(3,5)	19(1,8)	19(1,8)	2,837	1,852
		Não	300(28,6)	437(41,7)	236(22,6)	(1,600-5,028)	(0,962-3,566)
A		Sim	6(4,5)	4(2,9)	1(0,7)	1,398	0,270
		Não	44(32,8)	41(30,6)	38(28,5)	(0,368-5,310)	(0,029-2,522)
V/A		Sim	80(9,1)	23(2,6)	21(2,5)	3,062	2,097
		Não	334(37,9)	294(33,4)	128(14,5)	(1,877-4,995)	(1,120-3,925)
NVNA		Sim	10(1,6)	13(2,1)	14(2,2)	0,932	1,192
		Não	180(28,4)	218(34,5)	197(31,2)	(0,399-2,175)	(0,547-2,597)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Proibir algo que gosta	Sim	148(14,2)	156(14,9)	79(7,5)	1,506	0,863
		Não	189(18)	300(28,6)	176(16,8)	(1,128-2,011)	(0,622-1,199)
A		Sim	27(20,1)	11(8,2)	14(10,4)	3,628	1,731
		Não	23(17,3)	34(25,4)	25(18,6)	(1,508-8,733)	(0,674-4,447)
V/A		Sim	216(24,5)	123(13,9)	68(7,7)	1,721	1,324
		Não	198(22,5)	194(22,1)	81(9,3)	(1,278-2,316)	(0,893-1,963)
NVNA		Sim	63(9,9)	70(11,1)	46(7,3)	1,141	0,641
		Não	127(20,1)	161(25,5)	165(26,1)	(0,755-1,723)	(0,417-0,987)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Xingar	Sim	42(4,1)	18(1,7)	15(1,4)	3,464	1,521
		Não	295(28,1)	438(41,8)	240(22,9)	(1,956-6,136)	(0,753-3,072)
A		Sim	5(3,7)	1(0,7)	3(2,3)	4,889	3,667
		Não	45(33,6)	44(32,8)	36(26,9)	(10,549-3,547)	(0,360-36,778)
V/A		Sim	85(9,7)	27(3,1)	20(2,3)	2,775	1,665
		Não	329(37,4)	290(32,9)	129(14,6)	(1,750-4,399)	(0,901-3,078)
NVNA		Sim	7(1,2)	2(0,3)	6(0,9)	4,380	3,351
		Não	183(28,9)	229(36,3)	205(32,4)	(0,899-21,337)	(0,669-6,788)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Outros	Sim	3(0,3)	5(0,5)	2(0,1)	0,810	0,713
		Não	334(31,9)	451(43)	253(24,2)	(0,192-3,414)	(0,137-3,702)
A		Sim	0	0	0	*	*
		Não	50(37,3)	45(33,6)	39(29,1)		
V/A		Sim	7(0,8)	6(0,7)	3(0,3)	0,891	1,065
		Não	407(46,2)	311(35,4)	146(16,5)	(0,297-2,679)	(0,263-4,318)
NVNA		Sim	1(0,1)	1(0,1)	1(0,1)	1,217	1,095
		Não	189(29,9)	230(36,4)	210(33,3)	(0,076-19,586)	(0,068-7,621)
NR**(n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
Total: 2788 (100)							

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor ; *dados insuficientes; OR= razão de chances; IC= Intervalo de confiança; NR**= Não respondeu geral do grupo V, A, V/A, NVNA

Segundo a amostra obtida, na Figura 3, mostra-se a distribuição da existência de arma de fogo em casa de acordo com o sexo, faixa etária e país. Nesta apresentam-se os adolescentes que responderam afirmativamente ter arma de fogo em casa, evidenciando-se para o SIM os adolescentes do sexo masculino com uma prevalência de 241(8,6%) em relação ao sexo feminino com 156(5,6%) e sendo a faixa etária de 12-14 anos com 194(6,9%) para o SIM, seguidos da faixa etária 15-16 anos com 133(4,7%) e 82(2,9%) para 17-18 anos. Dos adolescentes de cada país, a Argentina mostrou-se com maior percentual para o SIM, haja vista, 177(6,3%) seguidos de 154(5,5%) do Paraguai, e o Brasil aparece com o menor percentual 82(2,9%).

Na Figura 4, mostram-se as respostas referentes à pergunta se em algum momento o adolescente da amostra estudada pensou em suicídio, sendo esse dado apresentado por sexo, faixa etária e país. Dos resultados afirmativos obtidos, destacou-se o sexo feminino com maior percentual 427(15,3%), sendo observado que houve uma diferença em relação à faixa etária de 12 a 14 anos com 260(15,3%) e de 15 a 16 anos com 236(8,4%) de aproximadamente o dobro relativo ao percentual de respostas positivas. Entretanto, entre os adolescentes de cada país ocorreu uma aproximação dos percentuais, sendo a Argentina com 266(9,5%) seguida do Brasil com 246(8,8%). O Paraguai aparece com a menor percentual 126(4,5%), porém, não menos preocupante.

Figura 3: Distribuição de respostas dos adolescentes quanto ter arma de fogo em casa, com relação a sexo, à faixa etária e a país - Argentina e Brasil e Paraguai, 2013.

Figura 4: Distribuição de respostas dos adolescentes se já pensou em suicídio por sexo, faixa etária e país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

A Tabela 17 mostra a associação de ter arma de fogo em casa e ter pensado em suicídio, entre as diferentes categorias de adolescentes como participante da violência com relação aos países. Considerando as variáveis e o teste *Odds*, mostraram-se as associações com os adolescentes da Argentina e do Paraguai, ao afirmar que têm arma de fogo em casa, evidenciando-se que os *Odds Ratio* de V, A, V/A e NVNA da Argentina têm maiores chances de ter arma de fogo em casa que os adolescentes do Brasil, assim também para os V, A, V/A e NVNA do Paraguai em relação ao Brasil. Os agressores (A), no geral dos países, tiveram maiores porcentagens de respostas SIM para ter uma arma de fogo em casa (26,1%), seguidos de V/A com 20,4%, as V tiveram 11,6% e os NVNA tiveram 11% de respostas SIM, sugerindo-se que ter arma de fogo em casa, neste caso, interfere nos participantes da violência.

Quanto a ter pensado em suicídio, evidenciou-se que os V, A, V/A e NVNA da Argentina tiveram as mesmas chances que os do Brasil. Assim também para A, V/A e NVNA do Paraguai tiveram as mesmas chances de pensar em suicídio em relação aos do Brasil e com associação significativa para as V do Brasil que obtiveram ($OR = PY/BR = 0,67; IC: 0,46-0,99$) maiores chances para pensar em suicídio em comparação aos adolescentes V do Paraguai. Analisando as respostas afirmativas (SIM) no geral com os três países, evidenciou-se que os V/A tiveram maiores porcentagens de respostas SIM, para ter pensado em suicídio (35%), seguidos de V (22,7%) e A (22,3%). A menor porcentagem foi de NVNA, onde apenas 7,9% responderam SIM, ao ter pensado em cometer suicídio. A condição simultânea de ser V/A parece aumentar a chance do adolescente em pensar em cometer suicídio. Tais resultados sugerem que pensar em suicídio interfere na categorização de participantes da violência (Tabela 17).

Tabela 17 - Conhecimento de ter arma de fogo em casa e ter pensado em suicídio por participante de violência em relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		PAÍS			ODDS PAÍS	
		ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
V	Sim	41(3,9)	27(2,6)	54(5,1)	2,350	4,340
	Não	272(25,9)	421(40,2)	194(18,5)	(1,412-3,910)	(2,653-7,100)
	NR	24(2,3)	8(0,8)	7(0,7)		
A	Sim	16(11,9)	6(4,4)	13(9,7)	3,269	3,293
	Não	31(23,1)	38(28,3)	25(18,6)	(1,142-9,353)	(1,106-9,806)
	NR	3(2,2)	1(0,75)	1(0,75)		
V/A	Sim	96(10,9)	40(4,5)	44(5)	2,181	2,930
	Não	296(33,6)	269(30,6)	101(11,4)	(1,456-3,267)	(1,803-4,760)
	NR	22(2,5)	8(0,9)	4(0,5)		
NVNA	Sim	23 (3,6)	9(1,4)	36(5,7)	3,514	5,176
	Não	160(25,3)	220(34,8)	170(26,9)	(1,584-7,797)	(2,427-11,040)
	NR	7(1,1)	2(0,32)	5(0,79)		
NR*(n=94)		23(24,4)	22(23,4)	49(52,1)		
V	Sim	80(7,6)	112(10,7)	46(4,4)	0,992	0,676
	Não	244(23,3)	339(32,3)	206(19,6)	(0,713-1,381)	(0,460-0,993)
	NR	13(1,2)	5(0,5)	3(0,3)		
A	Sim	10(7,5)	7(5,2)	13(9,7)	1,508	2,714
	Não	36(26,9)	38(28,4)	26(19,4)	(0,518-4,388)	(0,954-7,722)
	NR	4(3)	0	0		
V/A	Sim	152(17,3)	104(11,8)	52(5,9)	1,230	1,116
	Não	252(28,6)	212(24,1)	95(10,8)	(0,903-1,675)	(0,739-1,684)
	NR	10(1,1)	1(0,1)	2(0,2)		
NVNA	Sim	19(3)	18(2,8)	13(2,1)	1,343	0,766
	Não	165(26,1)	210(33,2)	198(31,3)	(0,683-2,642)	(0,366-1,604)
	NR	6(0,95)	3(0,5)	0(0)		
NR*(n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
TOTAL: 2788 (100)						

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor; OR= Razão de chances; NR = Não Respondeu; NR*= Não Respondeu geral por grupo V, A, V/A, NVNA; IC= Intervalo de Confiança.

Na Figura 5, apresentam-se os dados relativos ao conhecimento ou não dos adolescentes pesquisados sobre conhecer pessoas que fazem parte do crime organizado ou que cometeu homicídio/assassinato, por sexo, faixa etária e país. Evidenciando-se para o SIM os adolescentes do sexo feminino com maior prevalência 389(13,9%) comparados aos 326(11,6%) do sexo masculino, e por faixa etária prevaleceu a faixa de 12-14 anos, na amostra estudada.

Figura 5 - Distribuição das respostas dos adolescentes quanto a conhecer alguém que faz parte do crime organizado ou que cometeu homicídio/assassinato por sexo, faixa etária e país -. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

Com a amostra estudada, destacaram-se, com maior prevalência, os adolescentes do Brasil com 414(14,8%) seguida de 222(7,9%) da Argentina e 102(3,6%) do Paraguai para afirmar que ‘conhece alguém que faz parte do crime organizado e/ou que já cometeu homicídio/assassinato’. A Argentina destacou-se em prevalência 743(26,6%) por afirmar que NÃO conhece pessoas que fazem parte do crime organizado ou que cometeram assassinato.

Na Tabela 18, mostra-se a análise das variáveis associadas à variável dependente dos participantes de violência. A análise do *Odds Ratio* permite concluir que: os V, A, V/A e NVNA do BR têm maiores chances de conhecer alguém que fez parte do crime organizado ou que cometeu homicídio, quando comparados aos da Argentina e do Paraguai, porém o *Odds Ratio* sozinho não permite concluir causalidade, isto é, se esses adolescentes são V, A, V/A ou NVNA por esse fator. No entanto, analisando as respostas afirmativas (SIM), no geral com os três países, evidenciou-se que os V/A têm maiores porcentagens de resposta SIM ao

conhecer alguém do crime organizado ou que cometeu homicídio (38,9%) seguidos de A (29,4%), V (24,1%) e os NVNA com a menor porcentagem de resposta SIM (15%). Sugerindo que por conhecer alguém do crime organizado ou que cometeu homicídio há interferência junto aos participantes da violência.

Tabela 18 - Conhecimento dos adolescentes de pessoas que fazem parte do crime organizado ou que cometeu homicídio/assassinato por participantes em violência em relação ao país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS			PAÍS			ODDS PAÍS	
			ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
V	Conheceu alguém	Sim	59(5,6)	159(15,2)	35(3,3)	0,421	0,296
		Não	255(24,3)	289(27,6)	215(20,5)	(0,298-0,593)	(0,197-0,444)
		NR	23(2,2)	8(0,8)	5(0,5)		
A	do crime organizado	Sim	12(8,9)	22(16,4)	4(3,0)	0,380	0,119
		Não	33(24,6)	23(17,2)	35(26,1)	(0,157-0,918)	(0,036-0,392)
		NR	5(3,7)	0(0,0)	0(0,0)		
V/A	ou que cometeu homicídio	Sim	126(14,3)	176(20,0)	41(4,7)	0,366	0,318
		Não	272(30,9)	139(15,8)	102(11,6)	(0,269-0,497)	(0,208-0,486)
		NR	16(1,8)	2(0,2)	6(0,7)		
NVNA		Sim	23(3,6)	51(8,1)	21(3,3)	0,492	0,394
		Não	163(25,8)	178(28,2)	186(29,4)	(0,288-0,842)	(0,228-0,682)
		NR	4(0,6)	2(0,3)	2(0,3)		
NR* (n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
TOTAL: 2788 (100)							

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor NR*= Não Respondeu geral do grupo V, A, VA, NVNA; OR= Razão de Chances; IC= Intervalo de Confiança,

Na Figura 6, apresentaram-se os adolescentes que responderam afirmativamente conhecer ou não vítimas de homicídios/assassinatos por sexo, faixa etária e país. Evidenciando-se os adolescentes do sexo feminino com expressiva afirmação 610(21,8% e 43,1%) a mais que os adolescentes do sexo masculino 482(17,3% e 38,2%). Entretanto, foi por faixa etária que o fato mostrou-se preocupante, por serem os adolescentes de 12 a 14 anos (16,4%) e de 15 a 16 anos (15%) que têm conhecidas vítimas de homicídios. Por país destaca-se para o SIM os adolescentes do Brasil com 21,4%, a Argentina com 10,5% e o Paraguai com 8,5%, não evidenciando grande diferença para a amostra estudada.

Na Tabela 19, apresentam-se os dados dos adolescentes que têm ou não conhecidos vítimas de homicídios/assassinatos por país. Os resultados evidenciaram que o Brasil tem maiores vezes de chances para V, A, V/A e NVNA de ter conhecidas vítimas de homicídios/assassinatos em comparação à Argentina e de V, V/A e NVNA do Brasil em comparação ao Paraguai. Observou, ainda, que nos dados mostrados nos três países os V/A têm maior porcentagem de resposta SIM (48,9%) e NVNA têm menos porcentagem de respostas SIM (28,6%) e, assim, apresentando-se como mais um fator de vulnerabilidade para os adolescentes dos três países como participantes da violência (Tabela 19).

Figura 6 - Distribuição das respostas dos adolescentes se conhece vítimas de homicídios/assassinatos por sexo, faixa etária e país. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

Tabela 19 - Conhecimento de vítimas de homicídio/assassinato e participantes de violência por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		PAÍS			ODDS PAÍS	
		ARG	BRA	PY	ARG/BR	PY/BR
		n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
V	Sim	88(8,4)	250(23,8)	91(8,7)	0,306	0,452
	Não	231(22)	201(19,2)	162(15,5)	(0,225-0,417)	(0,329-0,620)
	NR	18(1,7)	5(0,5)	2(0,2)		
A	Sim	14(10,4)	24(17,9)	19(14,2)	0,343	0,833
	Não	34(25,4)	20(14,9)	19(14,2)	(0,145-0,811)	(0,349-1,989)
	NR	2(1,5)	1(0,7)	1(0,7)		
V/A	Sim	149(16,9)	218(24,8)	64(7,3)	0,261	0,332
	Não	249(28,3)	95(10,8)	84(9,5)	(0,190-0,357)	(0,222-0,498)
	NR	16(1,8)	4(0,4)	1(0,1)		
NVNA	Sim	35(5,5)	95(15,0)	51(8)	0,339	0,462
	Não	148(23,4)	136(21,5)	158(25,0)	(0,215-0,532)	(0,307-0,696)
	NR	7(1,1)	0(0,0)	2(0,32)		
NR* (n=94)		23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
Total: 2788 (100)						

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor NR*= Não Respondeu geral do grupo V, A, VA, NVNA; OR= Razão de Chances foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Quanto à análise das variáveis das causas de existir violência no seu bairro na Tabela 20 (questão objetiva de múltipla escolha), evidenciou-se estatisticamente que, diante da amostra obtida, os adolescentes do Brasil afirmam como causa mais prevalente o uso de drogas, tendo maiores chances em relação aos adolescentes da Argentina ($OR=ARG/BR=0,41;IC:0,34-0,49$) e do Paraguai ($OR=PY/BR=0,21;IC:0,17-0,26$). Resultado fortalecido ao se constatar que os adolescentes do Brasil também afirmaram com maiores chances para as causas serem o tráfico de drogas e contrabando, em relação à Argentina e ao Paraguai, atividades essas já citadas no trabalho como problema social de grande circulação na tríplice fronteira.

Nesse entendimento, os adolescentes do Paraguai apresentaram maior chance de responder o uso de bebidas alcoólicas ($OR=1,61;IC:1,33-1,96$), agressividade ($OR=1,87;IC:1,51-2,31$) e a violência intrafamiliar ($OR=1,95;IC:1,39-2,73$), comparados aos adolescentes do Brasil. Aparece, também, a vez de chance maior do Paraguai ($OR=1,30;IC:1,04-1,63$) para responderem que as causas de existir violência no bairro é a falta de educação comparadas às chances de respostas dos adolescentes do Brasil. A Argentina destacou como causas a agressividade ($OR=2,20;IC:1,82-2,67$), o desrespeito ao outro ($OR=1,43;IC:1,15-1,78$), as agressões físicas ($OR=2,13;IC:1,64-2,76$) a violência intrafamiliar ($OR=1,84;IC:1,34-2,52$) e a influência da mídia ($OR=2,02;IC:1,25-3,35$), comparadas às respostas afirmativas dos adolescentes do Brasil (Tabela 20).

Tabela 20 - Causas de existir violência no bairro, segundo os adolescentes por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		PAÍS			ODDS PAÍS	
		ARG	BRA	PY	ARG/BR	PY/BR
Causas		n (%)	n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
Uso de drogas	Sim	415(14,9)	670(24)	187(6,7)	0,415	0,217
	Não	599(21,5)	401(14,4)	516(18,6)	(0,348-0,494)	(0,176-0,267)
Uso de bebidas alcoólicas	Sim	410(14,7)	414(14,8)	355(12,7)	1,077	1,619
	Não	604(21,7)	657(23,6)	348(12,5)	(0,904-1,284)	(1,336-1,962)
Agressividade	Sim	391(14,1)	237(8,5)	244(8,7)	2,209	1,871
	Não	623(22,3)	834(29,9)	459(16,5)	(1,823-2,676)	(1,513-2,312)
Falta de policiamento	Sim	331(11,9)	314(11,3)	217(7,8)	1,168	1,076
	Não	683(24,5)	757(27,1)	486(17,4)	(0,970-1,407)	(0,875-1,324)
Agressões verbais/ameaças	Sim	53(9,1)	230(8,2)	134(4,8)	1,216	0,861
	Não	761(27,3)	841(30,2)	569(20,4)	(0,992-1,490)	(0,679-1,093)
Falta de Educação	Sim	219(7,9)	217(7,8)	175(6,3)	1,084	1,304
	Não	795(28,5)	854(30,6)	528(18,9)	(0,878-1,339)	(1,040-1,636)
Tráfico de drogas	Sim	145(5,2)	321(11,5)	72(2,6)	0,390	0,267
	Não	869(31,2)	750(26,9)	631(22,6)	(0,313-0,485)	(0,202-0,352)
Desrespeito ao outro	Sim	224(8)	177(6,4)	89(3,2)	1,432	0,732
	Não	790(28,3)	894(32,1)	614(22)	(1,150-1,783)	(0,556-0,964)
Agressões físicas	Sim	186(6,7)	102(3,7)	54(1,9)	2,134	0,790
	Não	828(29,7)	969(34,7)	649(23,3)	(1,648-2,764)	(0,560-1,116)
Problemas conjugais	Sim	104(3,7)	96(3,4)	77(2,8)	1,161	1,249
	Não	910(32,7)	975(34,9)	626(22,5)	(0,867-1,554)	(0,911-1,714)
Violência intrafamiliar	Sim	111(3,9)	67(2,4)	81(2,9)	1,842	1,951
	Não	903(32,4)	1004(36,1)	622(22,3)	(1,343-2,527)	(1,391-2,738)
Falta de atividade de lazer	Sim	101(3,6)	161(5,8)	80(2,9)	0,625	0,726
	Não	913(32,7)	910(32,6)	623(22,4)	(0,480-0,815)	(0,545-0,967)
Desemprego	Sim	51(1,8)	115(4,1)	66(2,4)	0,440	0,861
	Não	963(34,5)	956(34,3)	637(22,8)	(0,313-0,620)	(0,626-1,185)
Contrabando	Sim	4(1,6)	87(3,2)	27(0,9)	0,513	0,452
	Não	970(34,8)	984(35,3)	676(24,2)	(0,353-0,745)	(0,290-0,703)
Falta de perspectiva de futuro	Sim	42(1,5)	41(1,5)	28(1)	1,086	1,042
	Não	972(34,8)	1030(36,9)	675(24,2)	(0,700-1,684)	(0,638-1,701)
Negligências da família	Sim	29(1)	47(1,7)	20(0,7)	0,641	0,638
	Não	985(35,3)	1024(36,7)	683(24,5)	(0,401-1,027)	(0,375-1,086)
Influência da mídia	Sim	45(1,7)	24(0,8)	9(0,7)	2,026	1,212
	Não	969(34,8)	1047(37,5)	684(24,5)	(1,255-3,350)	(0,659-2,229)
Outras	Sim	14(0,5)	15(0,5)	4(0,1)	0,986	0,403
	Não	1000(35,9)	1056(37,9)	699(25,1)	(0,473-2,052)	(0,133-1,219)
TOTAL: 2788(100)						

OR= Razão de chances, foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Na Tabela 21, objetivou-se saber a opinião do adolescente sobre o que fazer para diminuir a violência no bairro (questão objetiva de múltipla escolha), os resultados mostraram que, para os adolescentes dos três países, a solução é aumentar o policiamento, tendo a Argentina a chance de $OR=1,83$ ($IC:1,54-2,19$) e o Paraguai a de $OR=1,50$ ($IC:1,24-1,84$) de vezes maiores, quando comparados às chances dos adolescentes do Brasil. Destaque para os adolescentes do Brasil com ($OR=PY/BR=0,17$; $IC:0,10-0,31$) maiores chances para opinarem positivamente quanto a ter pena de morte e ($OR= PY/BR=0,43$; $IC:0,24-0,78$) de maiores chances para responder armar a população comparados à amostra de adolescentes do Paraguai (Tabela 21).

Tabela 21 - Respostas dos adolescentes sobre o que poderia ser feito para diminuir a violência no seu bairro por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		ODDS PAÍS				
		ARG	PAÍS	PY	ARG/BR	PY/BR
O que fazer		n (%)	BRA n (%)	n (%)	OR(IC95%)	OR(IC95%)
Aumentar o policiamento	Sim	664(23,8)	544(19,5)	428(15,4)	1,838	1,508
	Não	350(12,5)	527(18,9)	275(9,9)	(1,541-2,192)	(1,243-1,849)
Família orientar melhor os filhos	Sim	440(15,8)	17(7,8)	284(10,2)	3,017	2,667
	Não	574(20,6)	854(30,6)	419(15,0)	(2,485-3,662)	(2,158-3,297)
Aumentar a oportunidade de emprego	Sim	249(8,9)	257(9,2)	129(4,6)	1,031	0,712
	Não	765(27,4)	814(29,2)	574(20,6)	(0,844-1,260)	(0,562-0,902)
Aumentar o combate ao tráfico de drogas	Sim	202(7,3)	166(5,9)	94(3,4)	1,356	0,842
	Não	812(29,1)	905(32,5)	609(21,8)	(1,082-1,701)	(0,641-1,106)
Aumentar o nível de educação da pop.	Sim	188(6,7)	127(4,6)	88(3,2)	1,692	1,064
	Não	826(29,6)	944(33,9)	615(25,2)	(1,326-2,159)	(0,796-1,422)
Escolas em período integral	Sim	201(7,2)	96(3,4)	73(2,6)	2,511	1,177
	Não	813(29,2)	975(35,0)	630(22,6)	(1,935-3,258)	(0,854-1,621)
Pena de morte	Sim	94(3,4)	109(3,9)	14(0,5)	0,902	0,179
	Não	920(33,0)	962(34,5)	689(24,7)	(0,675-1,206)	(0,102-0,316)
Diminuir a idade penal	Sim	75(2,7)	53(1,9)	8(0,3)	1,534	0,221
	Não	939(33,7)	1018(36,5)	695(24,9)	(1,067-2,205)	(0,104-0,468)
Armar a população	Sim	67(2,4)	51(1,8)	15(0,5)	1,415	0,436
	Não	947(34,0)	1020(36,6)	688(247)	(0,973-2,058)	(0,243-0,782)
Outros	Sim	12(0,4)	8(0,3)	1(0,0)	1,591	0,189
	Não	1002(35,9)	1063(38,1)	702(25,2)	(0,648-3,909)	(0,024-1,517)
TOTAL: 2788 (100)						

OR= Razão de chances, foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança.

Buscou-se, na amostra obtida com adolescentes, se eles saberiam afirmar quanto à existência de políticas públicas voltadas para a adolescência no seu município. Evidenciando-se para a resposta NÃO SEI o sexo feminino com 1.037(37,2%) e o sexo masculino com 136(4,8%). Quanto às faixas etárias, aparece a faixa de 12 a 14 anos com 135(4,8%) que responderam que SIM existem políticas públicas para adolescentes no município e 963(34,5%) de NÃO SEI. Quanto aos adolescentes amostrados por país, aparece o Brasil com 736(26,4%), a Argentina com 664(23,8%) e o Paraguai com 542(19,4%) afirmarem que não sabem se existem políticas públicas para adolescentes no seu município. Porém com prevalências menores e próximas para o SIM aparece a Argentina com 106(3,8%) e o Brasil com 105(3,7%) e mais distante aparece o Paraguai com 44(1,5%) (Figura 7).

Figura 7 - Respostas dos adolescentes quanto à existência de políticas públicas voltadas ao adolescente no município com relação ao sexo, à faixa etária e ao país - Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

Considerando-se as variáveis, não houve associações significativas entre os entrevistados com o SIM de conhecerem sobre a existência de políticas públicas para adolescentes no seu município, comparados aos que responderam que NÃO conhecem para tornar-se um fator de vulnerabilidade, porém os dados mostrados pelo *Odds Ratio* evidenciam que as chances de V, A, V/A e NVNA de responderem SIM foram as mesmas para os três países analisados. Observaram-se, também, as prevalências dos adolescentes como participantes da violência por não saber da existência de políticas públicas no seu município, destacando-se o Brasil como V e NVNA, a Argentina aparece como V/A e o Paraguai como V (Tabela 22).

Tabela 22 - Caracterização dos adolescentes participantes de violência quanto ao conhecimento da existência de políticas públicas por país e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS			PAÍS			ODDS PAÍS	
			ARG n (%)	BRA n (%)	PY n (%)	ARG/BR OR(IC95%)	PY/BR OR(IC95%)
V	Sim		31(2,9)	35(3,4)	13(1,2)	1,321	0,810
	Não		57(5,4)	85(8,1)	39(3,7)	(0,733-2,379)	(0,386-1,698)
	Não sabe		226(21,7)	324(30,9)	198(18,9)		
	NR		23(2,2)	12(1,1)	5(0,5)		
A	Conhecer a existência de políticas públicas para adolescentes	Sim	7(5,3)	7(5,3)	5(3,7)	0,875	1,250
		Não	8(5,9)	7(5,2)	4(3,0)	(0,204-3,761)	(0,233-6,715)
		Não sabe	32(23,9)	31(23,1)	30(22,4)		
		NR	3(2,2)	0(0,0)	0(0,0)		
V/A	Sim		52(5,9)	45(5,2)	10(1,1)	1,033	0,676
	Não		85(9,8)	76(8,7)	25(2,8)	(0,624-1,712)	(0,297-1,535)
	Não sabe		260(29,5)	192(21,8)	111(12,6)		
	NR		17(1,9)	4(0,4)	3(0,3)		
NVNA	Sim		16(2,5)	16(2,5)	10(1,6)	1,108	0,884
	Não		37(5,8)	41(6,5)	29(4,6)	(0,486-2,524)	(0,351-2,222)
	Não sabe		130(20,6)	173(27,4)	170(26,9)		
	NR		7(1,1)	1(0,2)	2(0,3)		
NR* (n=94)			23(24,5)	22(23,4)	49(52,1)		
TOTAL: 2788 (100)							

V=Vítima; A=Agressor; V/A=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor ; OR= Razão de chances calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança; NR*= Não respondeu geral do grupo V, A, V/A, NVNA.

Na Tabela 23, a comparação entre os participantes de violência, considerando a categoria NVNA como referência, mostra as variáveis independentes como fatores importantes associados aos adolescentes participantes de violência.

Evidencia-se que a maioria (80%) dos adolescentes tem uma religião. Sendo adolescentes V e NVNA do Brasil (Tabela 13) com as maiores chances de ter que os da

Argentina, e que o Paraguai tem mais chances que o Brasil em todas as categorias. Porém nesta (Tabela 23), o *Odds Ratio* da V/A obteve maior chance do que os adolescentes NVNA, sugerindo que a religião não está sendo fator de proteção para os adolescentes V/A. E que V e A, não tendo resposta significativa, evidenciam ter a mesma chance de ter religião. Sendo esses dados sugestivos de que a religião não está sendo fator de proteção.

Quanto a ter ou não concluído curso profissionalizante, os dados obtidos (Tabela 2) mostraram maior prevalência para adolescentes de 12 a 14 anos do sexo feminino, e sendo o Brasil com maiores chances em relação à Argentina. Quanto à categorização de participantes da violência por país, a Tabela 13 mostrou os V, V/A e NVNA do Brasil com mais chances que a Argentina e que os adolescentes V, A V/A e NVNA do Paraguai têm a mesma chance de ter concluído curso profissionalizante que os do Brasil. No entanto, observou-se que 66% (Tabela 2) dos adolescentes responderam que Não havia concluído curso profissionalizante, enquanto 26% responderam que SIM e nesta associação (Tabela 23) confirma-se que os adolescentes V, A, V/A têm a mesma chance de ter concluído curso em relação aos NVNA, sugerindo-se que esse fator não é protetor para os adolescentes serem participantes da violência.

Quanto a praticar esportes, estão os dados já mostrados (Tabela 4) de que os adolescentes da Argentina têm maiores chances que os adolescentes do Brasil. E que o Brasil tem maior chance que os do Paraguai, sendo o sexo masculino o mais significativo e tendo maior prevalência para a faixa etária de 12 a 14 anos, porém constatou-se pela categoria de participantes (Tabela 13), em relação ao país, que os *Odds Ratio* de V, A, V/A e NVNA do Brasil e da Argentina têm a mesma chance de praticar esportes, e que os V e NVNA do Brasil têm maiores chances que o Paraguai, e quanto à categorização das variáveis por NVNA (Tabela 23) evidenciou-se o $OR=2,51(IC:1,26-4,98)$ como significativo e com maiores chances para V/A que o NVNA para praticar esportes. E que os adolescentes V e A tiveram a mesma chance de praticar esportes que os adolescentes do NVNA. Os resultados achados sugerem que a prática esportiva, neste caso, não contribui como fator de proteção.

Na variável fazer algo no seu tempo livre em relação à categoria de participantes da violência por NVNA não se evidenciou associação, porém quanto à prevalência observou-se que os achados mostram que todas as categorias têm a mesma chance de fazer algo no seu tempo livre, dados confirmados pela alta prevalência (99,4%) de respostas positivas para realizar algo no tempo livre em todas as categorias.

Quanto à situação de trabalho, a opção mais prevalente foi nunca ter trabalhado, mas pretende e sendo os adolescentes NVNA com as maiores chances ($OR=A/NVNA=0,68; IC:0,46-0,99$) e ($OR=V/NVNA=0,60; IC:$) que os A e V/A. Na opção trabalhando atualmente (Tabela 5) evidenciaram-se os adolescentes do Brasil com maior chance que os adolescentes da Argentina e do Paraguai com relação ao Brasil. Por sexo, aparece o masculino com maiores chances em relação ao feminino. Na categorização como participantes em relação ao país (Tabela 15), os resultados obtidos neste item confirmaram e mostraram que os V e V/A do Brasil têm maiores chances que os adolescentes da Argentina, e que os NVNA do Paraguai têm maiores chances comparados aos do Brasil. Na Tabela 23, os resultados evidenciam que os participantes da violência apresentam-se os A com $OR=2,01(IC:1,26-3,23)$, os V/A com $OR=1,92(IC:1,44-2,56)$ e as V com $OR=1,45(IC:1,09-1,93)$ de maiores chances que os NVNA. Confirmando os V/A com maior evidência para estar trabalhando atualmente e sugerindo-se que estar trabalhando não interfere como participantes da violência.

Quanto à condição estar desempregado mostraram-se os A com $OR= 2,06(IC:1,20-3,51)$ e os V/A $OR=1,76(IC:1,26-2,47)$ com maiores chances de estarem desempregados em relação aos NVNA. Quanto aos adolescentes V, esses têm a mesma chance que os NVNA de estarem desempregados.

Quanto às normas disciplinares, foi mostrado na Tabela 6, que 98,4% dos adolescentes afirmaram receber normas disciplinares, sendo o sexo feminino o mais prevalente. Por categorização em relação ao país (Tabela 16), no item diálogo e entendimento mútuo aparecem os A e V/A do Brasil com maiores chances que os da Argentina. Enquanto os adolescentes do Paraguai V, A, V/A e NVNA tiveram a mesma chance que do Brasil para ter recebido como norma diálogo e entendimento mútuo. Na categorização de participantes da violência (Tabela 23), aparecem os NVNA com maiores chances que os V e V/A. Quanto aos A, estes têm a mesma chance que os NVNA para receberem as normas de diálogo e entendimento mútuo.

No item imposição de limites, sem diálogo, os adolescentes do Brasil, categorizados como V têm mais chance de ter recebido que os da Argentina e do Paraguai. Nesta coincide as V seguidas de V/A que tiveram maiores chances de estarem submetidos à imposição de limites sem diálogo e tarefas domésticas comparados aos NVNA. Enquanto os A tiveram a mesma chance que os NVNA para receber a imposição de limites, sem diálogo e tarefas doméstica.

No castigo físico, os *Odds Ratio* por país (Tabela 16) apresentam que os V/A do Paraguai e da Argentina com as maiores chances de receber castigos físicos que os adolescentes do Brasil, e que as V da Argentina tiveram as maiores chances para receber castigos físico que os do Brasil. Por categorização (Tabela 23), aparecem os V/A com $OR=2,63(IC:1,79-3,86)$ de maiores chances em relação aos NVNA. Enquanto os V e A têm a mesma chance de receber castigos físicos, porém, com prevalência baixa, o que, neste caso, aparentemente não está sendo fator que o diferencie dos NVNA.

Quanto à opção de normas para proibir algo que gosta e xingar por país (Tabela 16), mostraram-se os V, A e V/A da Argentina com mais chances de ter algo que gosta ser proibido com relação aos do Brasil. Por categorização (Tabela 23), evidencia-se que essa norma tem as maiores chances de ser relatada por V, A e V/A em comparação com NVNA. Sendo que as maiores diferenças foram encontradas na norma xingar para V/A com $OR=7,25(IC:4,21-12,51)$, V com $OR=3,17(IC:1,80-5,57)$ e A com $OR=2,96(IC:1,26-6,91)$ comparados ao NVNA. No item outros, as V/A obtiveram $OR=3,88(IC:1,12-13,38)$ de maiores chances para receber outras normas disciplinares em relação aos NVNA.

Quanto a ter arma de fogo em casa em relação ao país (Tabela 17) foi mostrado que os adolescentes da Argentina e do Paraguai foram mais prevalentes, evidenciando uma associação significativa para V, A, V/A e NVNA em relação aos do Brasil. Na categorização, por participantes da violência (Tabela 23) aparecem os adolescentes participantes da violência, todos com a mesma chance de responderem que têm arma de fogo em casa, comparados aos NVNA.

O mesmo para a opção ter pensado em suicídio, mostrando os adolescentes categorizados como V/A com $OR=4,26(IC:1,73-10,49)$ de maiores chances para ter pensado em suicídio e os A e V com as mesmas chances que os NVNA. Esses dados são confirmados, quando analisamos a categorização por país (Tabela 17), mostrando as V, A, V/A e NVNA da Argentina e do Brasil com as mesmas chances e A, V/A e NVNA do Brasil e do Paraguai, exceto para V do Brasil que obtiveram ($OR=PY/BR= 0,67;IC:0,46-0,99$) maiores chances para pensar em suicídio, em comparação aos adolescentes V do Paraguai.

Na sequência, a opção é se o adolescente conhece ou não alguém que faz parte do crime organizado ou que cometeu homicídios, evidenciando-se e confirmando-se como fator de vulnerabilidade pelo fato de todos os participantes da violência ter a mesma chance de conhecer pessoas do crime organizado ou que cometeu homicídio em relação ao NVNA.

O mesmo modo, com a opção conhecer vítimas de homicídios, mostrando os participantes da violência com as mesmas chances, comparados aos adolescentes NVNA.

Quanto a conhecer sobre políticas públicas para adolescentes, os dados confirmam que não houve diferenças entre as categorias de participantes da violência e todas têm a mesma chance de conhecer a existência de políticas públicas no seu município.

Tabela 23 - Caracterização das variáveis independentes por categorização de participantes da violência dos países e respectivos valores para o ODDS. Argentina, Brasil e Paraguai, 2013.

VARIÁVEIS		PARTICIPANTES DA VIOLÊNCIA					ODDS RATIO		
		V n(%)	A n(%)	V/A n(%)	NVNA n(%)	NR n(%)	V/NVNA OR(IC95%)	A/NVNA OR(IC95%)	VA/NVNA OR(IC95%)
Religião	Sim	848(37,86)	103(4,60)	717(32)	501(22,37)	71(3,17)	-	-	-
	Não	169(36,74)	26(5,65)	142(30,87)	102(22,17)	21(4,57)	1,583 (0,943-2,659)	1,192 (0,451-2,806)	1,976 (1,114-3,505)
	NR	31(35,23)	5(5,68)	21(23,86)	29(32,95)	2(2,28)	-	-	-
Curso profissionalizante	Sim	307(40,50)	36(4,75)	258(34,04)	135(17,81)	22(2,90)	1,475 (0,849-2562)	1,067 (0,405-2,806)	1,480 (0,835-2,622)
	Não	704(36,57)	92(4,78)	591(30,70)	473(24,57)	65(3,38)	-	-	-
	NR	37(35,24)	6(5,71)	31(29,52)	24(22,86)	7(6,67)	-	-	-
Praticar esportes	Sim	551(36,35)	74(4,88)	549(36,21)	291(19,20)	51(3,36)	1,647 (0,889-3,048)	1,271 (0,422-3,833)	2,515 (1,269-4,987)
	Não	474(39,24)	56(4,64)	316(26,16)	321(26,57)	41(3,39)	-	-	-
	NR	23(35,94)	4(6,25)	15(23,44)	20(31,25)	2(3,12)	-	-	-
Faz algo no tempo no tempo livre	Sim	1040(37,52)	133(4,80)	878(31,67)	629(22,69)	92(3,32)	0,620 (0,164-2,346)	0,634 (0,065-6,145)	2,093 (0,349-2,559)
	Não	8(50)	1(6,25)	2(12,50)	3(18,75)	2(12,50)	-	-	-
Nunca trabalhou Pretende Pretende trabalhar	Sim	562(40,23)	61(4,37)	376(26,91)	348(24,91)	50(3,58)	0,944 (0,774-1,151)	0,682 (0,469-0,992)	0,609 (0,496-0,748)
	Não	486(34,93)	73(5,24)	504(36,27)	284(20,41)	44(3,15)	-	-	-
Trabalhando atualmente	Sim	180(36,44)	30(6,07)	190(38,46)	79(15,99)	15(3,04)	1,452 (1,091-1,931)	2,019 (1,262-3,230)	1,928 (1,449-2,564)
	Não	868(37,84)	104(4,53)	690(30,08)	553(24,11)	79(3,44)	-	-	-
Desempregado	Sim	101(32,48)	22(7,07)	127(40,84)	55(17,68)	6(1,93)	1,119 (0,793-1,579)	2,061 (1,208-3,516)	1,769 (1,266-2,472)
	Não	947(38,23)	112(4,52)	753(30,40)	577(23,29)	88(3,55)	-	-	-
Diálogo e entendimento mútuo	Sim	606(37,66)	83(5,16)	457(28,40)	407(25,30)	56(3,48)	0,758 (0,618-0,929)	0,900 (0,612-1,322)	0,597 (0,484-0,737)
	Não	442(37,49)	51(4,33)	423(35,88)	225(19,08)	38(3,22)	-	-	-
Imposição de limites sem diálogo	Sim	137(37,43)	15(4,10)	144(39,34)	56(15,30)	14(3,83)	1,547 (1,114-2,147)	1,297 (0,709-2,370)	2,012 (1,451-2,792)
	Não	911(37,61)	119(4,92)	736(30,39)	576(23,78)	80(3,30)	-	-	-
Tarefas domésticas	Sim	402(39,49)	37(3,63)	350(34,38)	201(19,75)	28(2,75)	1,334 (1,083-1,644)	0,818 (0,541-1,238)	1,416 (1,142-1,756)
	Não	646(36,50)	97(5,48)	530(29,94)	431(24,35)	66(3,73)	-	-	-
Castigo físico	Sim	75(29,64)	11(4,35)	124(49,01)	37(14,62)	6(2,38)	1,240 (0,825-1,862)	1,438 (0,714-2,898)	2,638 (1,799-3,867)
	Não	973(38,38)	123(4,85)	756(29,82)	595(23,47)	88(3,48)	-	-	-
Proibir algo que gosta	Sim	383(36,69)	52(4,98)	407(38,98)	179(17,15)	23(2,20)	1,457 (1,177-1,805)	1,605 (1,088-2,366)	2,177 (1,715-2,707)
	Não	665(38,13)	82(4,70)	473(27,12)	453(25,97)	71(4,08)	-	-	-
Xingar	Sim	75(31,78)	9(3,81)	132(55,93)	15(6,36)	5(2,12)	3,171 (1,805-5,570)	2,962 (1,268-6,918)	7,259 (4,211-2,513)
	Não	973(38,13)	125(4,90)	748(29,31)	617(24,18)	89(3,48)	-	-	-

continua...

VARIÁVEIS		PARTICIPANTES DA VIOLÊNCIA					ODDS RATIO		
		V n(%)	A n(%)	V/A n(%)	NVNA n(%)	NR n(%)	V/NVNA OR(IC95%)	A/NVNA OR(IC95%)	VA/NVNA OR(IC95%)
Outros	Sim	10(32,26)	0(0)	16(51,61)	3(9,68)	2(6,45)	2,020 (0,554-7,367)	*	3,883 (1,127-3,382)
	Não	1038(37,65)	134(4,86)	864(31,34)	629(22,81)	92(3,34)	-	-	-
Arma de fogo em casa	Sim	122(29,52)	35(8,45)	180(43,66)	68(16,45)	8(1,92)	0,644 (0,327-1,270)	1,441 (0,480-4,327)	1,090 (0,551-2,156)
	Não	887(38,95)	94(4,13)	666(29,25)	550(24,15)	80(3,52)	-	-	-
	NR	39(39,80)	5(5,10)	34(34,69)	14(14,29)	6(6,12)	-	-	-
Pensando em suicídio	Sim	238(37,30)	30(4,70)	308(48,28)	50(7,84)	12(1,88)	2,040 (0,882-7,717)	1,350 (0,382-4,768)	4,265 (1,732-0,499)
	Não	789(37,52)	100(4,76)	559(26,57)	573(27,25)	82(3,90)	-	-	-
	NR	21(44,68)	4(8,51)	13(27,66)	9(19,15)	0(0)	-	-	-
Conhecer alguém do crime organizado ou que cometeu homicídio	Sim	253(34,28)	38(5,15)	343(46,48)	95(12,87)	9(1,22)	0,740 (0,353-1,549)	0,800 (0,256-2,495)	1,504 (0,695-3,255)
	Não	759(38,47)	91(4,61)	513(26)	527(26,71)	83(4,21)	-	-	-
	NR	36(46,75)	5(6,49)	24(31,17)	10(12,99)	2(2,60)	-	-	-
Conheceu vítima de homicídios ou assassinato	Sim	429(38,03)	57(5,05)	431(38,21)	181(16,05)	30(2,66)	0,853 (0,391-1,864)	0,708 (0,210-2,386)	1,021 (0,459-2,271)
	Não	594(37,15)	73(4,57)	428(26,77)	442(27,64)	62(3,87)	-	-	-
	NR	25(40,98)	4(6,56)	21(34,43)	9(14,75)	2(3,28)	-	-	-
Conhecer a existência de políticas públicas para adolescentes	Sim	79(30,98)	19(7,45)	107(41,96)	42(16,47)	8(3,14)	0,470 (0,214-1,034)	1,508 (0,372-6,111)	1,062 (0,468-2,409)
	Não	181(35,35)	19(3,71)	186(36,33)	107(20,90)	19(3,71)	-	-	-
	Não sei	748(38,52)	93(4,79)	563(28,98)	473(24,36)	65(3,35)	-	-	-
	NR	40(50,63)	3(3,80)	24(30,38)	10(12,66)	2(2,53)	-	-	-
TOTAL		2.788 (100)							

V=Vítima; A=Agressor; VA=Vítima e Agressor; NVNA=nem vítima, nem agressor; OR= Razão de chances, foi calculado pela referência do sim; IC= Intervalo de Confiança; NR= Não respondeu; NR*= Não respondeu geral do grupo V, A, VA, NVNA

conclusão.

7 DISCUSSÃO

Os dados do presente trabalho foram analisados tendo como cenário de estudo uma área delimitada à escola, no entanto, consideraram-se os problemas de violência citados, não somente na escola e, sim, incluindo a comunidade e cidade em que esses adolescentes de categorias socioeconômicas diversificadas convivem, constituindo-se numa análise mais adequada e pertinente à problemática do estudo.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho de analisar a existência de associação da variável violência (vítima e agressor) com relação às variáveis de interesse do estudo relacionada à religião, profissionalização, convivência familiar, lazer, esporte, inserção laboral envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira: Foz do Iguaçu - Brasil, Ciudad del Este - Paraguai e Puerto Iguazú - Argentina foi alcançado.

Considerando-se que os países que compõem a América Latina caracterizam-se por possuírem diferenças socioeconômicas, políticas e culturais, e por ter semelhanças, sendo aqui demonstrado nos indicadores sociodemográficos, as mesmas devem ser levadas em consideração para uma melhor compreensão dos resultados evidenciados quanto às violências na tríplice fronteira.

Aspectos gerais

A estimativa da população obtida, através da amostra com 2.788 adolescentes entrevistados, evidenciou os adolescentes do sexo feminino, tendo a média da idade de 14,6 anos e desvio-padrão de 2,1 anos. Destacando-se a projeção de adolescentes nos países estudados, sendo o Brasil atualmente com 15,4 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 19 anos (IBGE, 2010a). No Paraguai a população de adolescentes de 14 a 17 anos é de 21,3% (548.304) (PARAGUAI, 2010), na Argentina a estimativa era de 25,4% para 0 a 14 anos e de 63,6% para 15 a 64 anos (CIA WORLD FACTBOOK, 2013).

Dentre os entrevistados, observou-se o sexo feminino com maior prevalência tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio e quanto ao ano de ensino os três países estabelecem para o Ensino Fundamental de 12 a 14 anos e para o Ensino Médio de 15 a 18 anos. Observando-se, ainda, que a maioria está dentro da faixa etária estabelecida, destacando-se uma pequena porcentagem (2,3%) de adolescentes matriculados no Ensino Médio com a faixa etária abaixo do estabelecido, ou seja, adolescentes de 13-14 anos.

Resultados esses próximos aos apresentados pela UNICEF (2011b) quanto aos indicadores da educação, a Argentina obteve a taxa de alfabetização de jovens de 15 a 24 anos (2004 a 2008) tendo 99% para masculino e o feminino, Brasil obteve 99% para feminino e 97% para o masculino e o Paraguai 99% para ambos os sexos. Observou-se, também, que dentre os achados mostrados o número de adolescentes estudantes do 7º ano ao 9º ano com alunos de 12 a 14 anos equivale, e no ensino médio percebeu-se uma diminuição em grande escala com adolescentes alunos de 15 a 18 anos. Tais dados são confirmados quanto à quantidade de jovens inseridos na escola serem praticamente instáveis até os 13 anos, cujo percentual atinge 97 pontos, decrescendo a partir daí e chegando à marca de 74% aos 17 anos (ROCHA et al., 2011).

Em relação ao estado civil, é interessante destacar que os adolescentes estão assumindo relacionamentos conjugais precocemente como casamentos ou morar juntos, com idades entre 12 a 14 anos. Mais especificamente, quanto ao casamento, tal afirmação contraria a lei de idade legal mínima para o casamento, que é de 18 anos e, em casos de adolescentes com 16 anos, a permissão é somente dos pais ou de um juiz (MEDINA; SURYADARMA; SURYAHADI, 2009). Não referindo casamento de adolescentes com 12 a 14 anos.

Esses mesmos adolescentes confirmaram obter como renda familiar mensal o equivalente a 1-3 salários-mínimos (SM) aproximadamente, considerando-se o que vigorava no ano de coleta como referência de 2011 para o Brasil e Paraguai e em 2012 para a Argentina.

Para os adolescentes da Argentina, encontrou-se certa dificuldade para responder a essa questão, e buscando possíveis explicações a respeito do fato entendeu-se que muitos não têm conhecimento dos valores recebidos pelos pais e demais familiares e outros preferem não revelar a renda mensal familiar, sendo comum isso acontecer com *surveys* educacionais, respondidos pelos alunos, esse tipo de pergunta dificilmente faz parte dos questionários (ALVES; SOARES, 2009).

Todavia, com os dados obtidos foi possível evidenciar que a concentração maior de renda foi na faixa de 1-3 SM, tendo o Brasil a maior prevalência (22,6%) para obter o valor de R\$545,00 a R\$1.635,00 reais mensais que em dólar seria aproximadamente de USD 270.63 a USD 811.9 dólares mês, o Paraguai na faixa de 'menos de 1 SM' (9,9%), ou seja, menos de G\$ 1.658.232 guaranis que equivale a USD 415.01 aproximadamente e a Argentina também com menos de 1SM (4,2%), ou seja, menos de P\$ 2.670 que equivale a USD 521.46 dólares mês (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Tais resultados aproximam-se dos publicados, cuja renda, mensal variou de menos de 1 SM até 4 SM. Tendo a concentração

maior de renda na faixa de 1-2 SM (COSTA; DELL'AGLIO, 2011). O resultado difere de outro estudo quanto aos valores obtidos no Brasil, porém aproximam-se do Paraguai e da Argentina ao afirmar ser menos de 1SM para a grande maioria dos pesquisados (BITTAR; NAKAMO, 2011). Entretanto, merece atenção mencionar que houve uma diferença, nas amostras, em dólares de 95,4% a mais do Brasil comparado ao Paraguai e de 55,6% a mais do Brasil comparado à Argentina no recebimento mensal. Mostrando que a renda de grande parte da população estudada é relativamente pequena, no entanto, o estudo não ofereceu subsídios para melhor análise como o número de pessoas moradoras e dependentes desse rendimento, assim como o poder de compra com esse salário.

Participantes da violência

Apresentou-se a associação de quatro categorias recíprocas e exclusivas de vítima, agressor, vítima/agressor, nem vítima nem agressor, como participantes da violência em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a violência tem sido explicada na literatura atual e conjuntamente neste estudo, como o uso intencional da força física ou do poder, de modo real ou em ameaça, autoinfligida, interpessoal ou coletiva, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em danos físicos, psicológicos ou óbitos, sendo o ato violento de natureza física, sexual, psicológica ou privação/negligência (KRUG et al., 2002). A violência autoinfligida entendida por comportamento suicida que pode ser o ato violento de pensar e/ou tentar o suicídio. A violência interpessoal subdivide-se em violência familiar e violência comunitária. O local de ocorrência mais frequente de situações de violência familiar é o domicílio, contudo a violência comunitária pode ocorrer em via pública ou em instituições como a escola. A violência coletiva envolve a produção da violência por meio social - violência de multidões/em massa. Por posicionamento político, que necessariamente, envolve multidões, e por meio econômico, que abarca o ganho usando atos de violência como negar acesso a serviços essenciais ou dificultar ou fragmentar economicamente esse acesso.

Assim, na sequência, ao discutir as variáveis pela categorização de participantes da violência, identificaram-se possíveis situações de vulnerabilidade em relação ao sexo e país.

Com relação à etnia/cor, observou-se a prevalência da etnia/cor branca para o Brasil e Paraguai e a parda/*trigueña* para a Argentina, destacando que a etnia/cor negra e indígena foram minorias nesta região. Diferente de outros estudos os quais referem a etnia/cor negra

como a segunda maior prevalência (PARK et. al., 2006) e, em outro, a etnia negra e a parda, e as com maior prevalência (MOREIRA-ALMEIDA et al., 2010).

Na leitura de artigos, observou-se que a identificação da etnia/cor ainda é questão complexa e controversa, não havendo acordo quanto a essa classificação e ainda, por constituir-se num tributo biológico do indivíduo, sugerem-se novos estudos da questão. No entanto, esse achado não será considerado como fator determinante de violência, mas auxiliará na associação das variáveis relacionadas à participação da violência entre os possíveis fatores de vulnerabilidade social. E, de acordo com a categorização de participantes da violência, mostra-se a etnia/cor branca dos adolescentes do Brasil para adolescentes vítimas e agressores. Dentro da mesma perspectiva, os achados mostraram-se significativamente que os participantes da violência A e V/A são mais prevalentes do sexo masculino e da faixa etária de 12 a 14 anos em contrapartida adolescentes V são mais prevalentes para o sexo feminino. Um estudo refere que, ao considerar-se a variável sexo, é possível que o desempenho de seu papel, tanto no tipo de comportamento de risco adotado, como no valor dos fatores protetores, pode alterar-se. De acordo com os valores tradicionais, ainda existe a ideia de que os homens são fortes, assumem atitudes mais agressivas, e as mulheres são mais frágeis e delicadas (SOUZA; OLIVEIRA, 2011). O que poderia explicar em parte os resultados evidenciados neste estudo.

Por países, a Argentina aparece com maiores chances para os adolescentes V/A, os adolescentes do Brasil mantêm-se como V e os adolescentes do Paraguai sem uma posição definida, mantêm-se, NVNA, neste, mais especificamente, observa-se que os adolescentes do Paraguai limitam-se a ser expectadores ou têm certa dificuldade para afirmar, acusar, ou apontar possíveis culpados, assim como confirmar que é agressor, porém diante dos questionamentos realizados, esses adolescentes sinalizam sofrer e praticar violência. Assim, buscaram-se possíveis explicações quanto ao comportamento e atitude desses adolescentes entrevistados. Entre as reflexões, reforça-se a delimitação de início da adolescência que é diferente nos três países estudados, ou seja, para o Brasil a idade para início da adolescência é de 12 a 18 anos (BRASIL, 1990), no Paraguai são adolescente maiores de 13 até 18 anos e na Argentina inicia-se com 10 anos até os 20 anos de idade (RELAF, 2011), tal referência torna-se fator de vulnerabilidade e foi considerada nas análises como participantes da violência. Alguns(as) adolescentes não reagem à violência, sentem culpa, vergonha ou medo do agressor (SCHRAIBER, 2008) ou tornam-se expectadores da violência, NVNA. Ou ainda, a possibilidade de o regime político de ditadura no Brasil, no Paraguai e na Argentina ter influenciado no comportamento atual dos adolescentes desses países. No Brasil, o regime

ditatorial-militar durou 25 anos, de 1964 a 1989, teve seis governos, incluindo um governo civil. O Brasil e a Argentina assemelham-se quanto à data de finalização do regime militar e ditatorial e início de um regime presidencialista democrático.

Na Argentina, mais especificamente houve dois momentos de ditadura militar de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983 com o processo de reorganização nacional como foi chamada a ditadura de corrupção, apelando às tradições e à segurança nacional. A luta em prol dos direitos humanos tem o apoio da administração Carter e justifica o Prêmio Nobel da Paz concedido a Pérez Esquivel em 1980. Em 1989, obteve-se o fim da ditadura (CANDEAS, 2005).

No Paraguai, evidenciou-se como elementos primordiais para a instauração e manutenção da ditadura a situação vivida pelo país, de pobreza, atraso econômico e tecnológico, instabilidade política e o perturbado processo histórico do país caracterizado pela disputa do poder por diferentes forças políticas. O regime *stronista* utilizou de um forte esquema repressivo para sua manutenção no poder. A ditadura no Paraguai foi a mais duradoura, Stroessner se manteve no poder durante 35 longos anos e que, com efeito, deixou os civis por mais de três décadas longe do poder. O Paraguai foi o precursor das ditaduras militares (SILVA; PENNA FILHO, 2009). Em 2008, foi eleito o novo presidente do Paraguai dando fim a quase seis décadas do domínio do partido Colorado e em 2012 sofreu um *impeachment* pelo Parlamento e foi deposto. Portanto o Paraguai foi o país que mais sofreu com o regime ditatorial.

Tais repressões foram sentidas e repassadas pelas gerações, e, em especial, os adolescentes do Paraguai que somente na atualidade vivenciam junto a seus pais e familiares outro sistema de governo, do qual não se encontram estudos científicos, referentes às possíveis mudanças sociais e políticas do país. Entretanto, observou-se que, entre os adolescentes pesquisados no Brasil e na Argentina, não responderam às questões sugerindo que a situação política mostrada foi indiferente aos adolescentes entrevistados nos municípios/países Brasil e Argentina. No Paraguai, os adolescentes pesquisados mostraram-se com maior percentual para não responderem aos questionamentos como identificar ou afirmar vítima (35%), agressor (70%) e vítima/agressor (78%), comparados com o resultado obtido do Brasil para 27%, 61% e 70% e da Argentina 24%, 50% e 58%, respectivamente demonstrando pela amostra obtida que os adolescentes prevaleceram no item Não, sugerindo que por ser a situação política mais recente, respondem a qualquer questionamento com certa prudência, de certa forma, influenciados pela repressão vivenciada no seu país e também pelos valores de cultura.

O adolescente vítima - violência que sofre

Na sequência, os resultados do estudo mostraram que sofrer algum tipo de violência constitui-se num fator importante de vulnerabilidade social para os adolescentes pesquisados. Confirmando com prioridade a violência interpessoal por indicar violência de assédio moral ao citar como maior prevalência a humilhação, entendida como um sentimento de ser ofendido/menosprezado/ rebaixado/ inferiorizado/submetido/vexado/constrangido/e ultrajado pelo outro. É sentir-se um ninguém, sem valor, inútil, magoado/a, revoltado/a, perturbado/a, mortificado/a, traído/a, envergonhado/a, indignado/a e com raiva. A humilhação causa dor, tristeza e sofrimento (PRATA, 2008). Os demais tipos de violência, caracterizados como violência interpessoal, incluíram a violência psicológica identificada como toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito ou punição exagerada praticada por pais, familiares, responsáveis ou pessoas próximas dos adolescentes que aparecem na forma de agressões verbais e ameaças, revelando-se na vulnerabilidade dos adolescentes como vítimas e participantes da violência.

Tanto o assédio moral como o sexual ou ambos podem acontecer no trabalho, em casa, em instituições. No Brasil, os adolescentes afirmam ter assédio sexual, entendido como a tentativa, por parte do superior hierárquico (chefe), ou de quem detenha poder hierárquico sobre o subordinado para obter dele favores sexuais por meio de condutas reprováveis, indesejáveis e rejeitáveis, com o uso do poder que detém como forma de ameaça e condição de continuidade no emprego (BRASIL, 2008).

Na Argentina e no Paraguai, o abuso sexual caracterizado como violência sexual aparece com uma associação significativa, de intensidade moderada e não menos preocupante, sendo a vítima do sexo feminino a que mais sofre. Na interface da violência entre gêneros, observa-se neste estudo a tendência de recair os abusos sexuais sobre o sexo feminino, com a quase maioria absoluta dos casos (86,8%), sobretudo em meninas pré-adolescentes e adolescentes em 68,7% das ocorrências (CARVALHO, et al., 2009).

O adolescente vítima - quem é o agressor

Em relação ao autor da agressão, aquele que mais comete violência contra o adolescente com associação significativa aparece como o primeiro e a opção ninguém, sendo

mais prevalente entre os adolescentes do Paraguai, aqui novamente sinaliza-se que o adolescente não quis responder afirmativamente quem é o agressor como reflexo de uma cultura e da possível repressão (ditadura) vivida no país por três décadas ou, ainda, que não houve entendimento da questão (mesmo com explicação de todos os itens pelos pesquisadores) para responderem efetivamente. Estranhos (desconhecidos) aparecem como segunda opção dos que mais cometem violência com os adolescentes do sexo masculino, caracterizando a violência interpessoal-comunitária, nesta mesma definição encontram-se com prevalências menores, vizinhos para os adolescentes do Paraguai e da Argentina. Sendo muitas vezes nos conflitos interpessoais, desavenças, brigas de vizinhos, contendas conjugais e pós-bebedeira em bares que as pessoas perdem o controle emocional e criam a oportunidade para o ato violento (MINAYO, 2006).

Constatou-se, também, que alguns achados merecem prudência na interpretação, como as ocorrências da violência interpessoal, da família e comunitária serem a domicílio ou na comunidade, tendo como principais agressores o pai, estranho/desconhecido, vizinho ou padrasto/madrasta, e em alguns casos tendo mais de um agressor envolvido. Esses resultados podem sugerir que diferentes tipos de violências estão presentes no mesmo contexto social e familiar, assim como a dificuldade de identificar ou denunciar o agressor, considerando-se problemas relacionados aos aspectos culturais, familiares e interpessoais.

A violência intrafamiliar caracterizada por violência interpessoal aparece para uma parcela de adolescentes da Argentina, ao afirmarem serem os pais e irmãos que cometem mais violência contra eles, tendo uma associação significativa de chances para o sexo feminino sofrer. Tais achados são confirmados, quanto a serem os familiares da vítima (36,3%) os que mais cometem violências contra os adolescentes (MASCARENHAS et al., 2010). Num estudo realizado em 11 países da América Latina, aparece a violência intrafamiliar, violência entre os próprios pares, como a mais frequente em adolescentes (UNICEF, 2011a).

A violência doméstica também aparece, sendo os adolescentes do sexo feminino os que mais sofrem do padrasto ou madrastra que mesmo com intensidade moderada é preocupante, devido às consequências serem negativas à saúde mental dos adolescentes com o desenvolvimento de sintomas de ansiedade, depressão, isolamento social, suicídio, uso de substâncias, problemas de conduta e delinquência (BORDIN et al., 2006).

Outra situação preocupante é dos adolescentes do Brasil e da Argentina, ao afirmarem sofrer violência institucional, indicando professores e colegas de escola que cometem violência contra eles. Tal fato não é novo para a sociedade que enfrenta e discute a violência

escolar como um problema atual, que se centralizou nas proporções inéditas que o fenômeno vem assumindo e se transforma em insegurança para diretores, alunos, professores, pais e sociedade em geral e nesta, confirma-se que tanto os professores como os colegas de escola produzem violência (PRIOTTO, 2011). Uma pequena parcela de adolescentes afirma serem outros os agressores e estes são identificados como primos, cunhados, parentes (familiares), namorado, inimigos, polícia, índio, brancos.

Agressor - o adolescente que comete violência

Perguntou-se aos adolescentes se eles cometeram violências e quais foram as vítimas. Ou seja, as vítimas escolhidas pelos adolescentes (agressores) para praticarem violência. O estudo mostra o equilíbrio e também o predomínio de agressores para ambos os sexos quanto à escolha das vítimas. Na Argentina, as adolescentes obtiveram associação significativa para cometer violência contra irmãos e namorados, enquanto o sexo masculino mostra resposta positivamente significativa para cometer violência contra amigos e desconhecidos. E, ainda aparece no item outros com uma pequena elevação e destaque para o Brasil para as vítimas serem conhecidos, parentes, inimigos e rivais. Sabe-se que os amigos muitos são colegas da escola, conhecidos e também adolescentes, sendo a violência física a mais recorrente devido à fase da adolescência no qual buscam conquistar o respeito de seus amigos e colegas ou para afirmar sua própria independência (UNICEF, 2011a). Os resultados de que ambos os sexos são agressores diferenciam-se de muitos estudos que geralmente evidenciam um ou outro, como o estudo que demonstrou os agressores, majoritariamente homens (57,8%), cônjuges, parentes ou conhecidos das vítimas (CECILIO, et al., 2012). Outros trabalhos relacionados à violência interpessoal, também, confirmam que a prevalência é para o agressor do sexo masculino (ANYANECHI, 2010); (MASCARENHAS et al., 2008); (MINAYO, 2006).

Aqui também aparece o vizinho só que, agora, como vítima do adolescente argentino, mais uma vez percebe-se que as relações são problemáticas e frágeis com os vizinhos, sendo esses ora agressores dos adolescentes, ora vítimas dos adolescentes. Em uma pesquisa, os adolescentes referem conflitos na relação com os vizinhos, moldados na falta de respeito que acaba não sendo um valor importante na construção e fortalecimento das relações (COCCO; LOPES, 2010).

Ressalta-se que, nos resultados achados e na análise dos participantes da violência em geral, aparecem os adolescentes do sexo masculino como agressores, entretanto, nesta

questão, de o adolescente indicar quais as suas vítimas, evidenciou-se como agressor o adolescente do sexo masculino e também do sexo feminino.

Violências praticadas pelo adolescente agressor

Destaque deve ser dado também à questão referente à caracterização dos tipos de violências praticadas pelo adolescente agressor. Os achados mostraram a violência verbal como a mais cometida pelos adolescentes nos três países. No entanto, na Argentina mostrou-se significativamente para a violência interpessoal (comunitária) praticada pelo sexo masculino, como agressões físicas, furtos e roubos, estrago de materiais e equipamentos/objetos de patrimônio público e, ainda, por prevalência as ameaças e provocar incêndio. O estudo de Mascarenhas et al., (2010) confirma esses achados, ao afirmar ser o adolescente do sexo masculino a maioria (48,1%) dos agressores.

Para a violência autoinfligida, destacam-se as adolescentes da Argentina com predominância por tentativa de suicídio. Outro estudo difere dos resultados achados por indicar o sexo masculino com maiores chances 3,7 vezes para cometer suicídio do que o feminino (SCHNITMAN et al., 2010). Ressalta-se a importância de que o suicídio é um problema de saúde pública e, como tal, deve ser prevenido.

A violência interpessoal aparece no Brasil com a violência da família (intrafamiliar; doméstica) e comunitária por evidenciar agressões físicas e verbais. Semelhante ao estudo que refere violência mais frequente como a agressão física (67,4%) (MASCARENHAS et al., 2010). Portanto, o tipo de violência mais prevalente foi a verbal (psicológica), acompanhada da violência física, e os meios de agressão utilizados foram a ameaça e a humilhação, seguidas da força corporal.

Motivos/razões de o adolescente ter praticado violência

Ao questionar o adolescente quais os motivos que o levaram a cometer ou praticar atos de violências, grande parte dos adolescentes pesquisados da Argentina e do Brasil afirmou para se defender. Tendo em vista que o sexo masculino é protagonista neste item. Na

sequência, aparecem os motivos como: desentendimento, imaturidade, não gostar da pessoa, uso de drogas e também bebidas alcoólicas, sendo todos esses identificados em estudos de violência familiar (intrafamiliar e doméstica).

Foram analisadas as afirmativas dos adolescentes do sexo masculino pelo motivo de apontar o uso de bebidas alcoólicas e o uso de drogas, sendo esse dado preocupante, pois sugere que os adolescentes estão expostos, vulneráveis, não só ao uso de drogas, como também ao envolvimento com o tráfico. Estudos confirmam ser maiores o uso de álcool entre os adolescentes do sexo masculino e entre as meninas para o uso de drogas. Sugerem que o consumo dessas substâncias funciona como estimulante para os adolescentes assumirem um comportamento mais agressivo e com maior envolvimento em situações de violência e apontou que o comportamento antissocial (inclui dentre outros fatores, brigar, assumir riscos e "quebrar" regras) é um fator que predispõe o consumo/abuso de álcool entre adolescentes em contraposição à hipótese de que o uso de álcool ocasiona comportamentos antissociais, chamados efeito de desinibição (ANDRADE et al., 2012).

O sentimento ciúmes aparece com maiores chances, para os adolescentes da Argentina e do Brasil, tal tema é estudo de violência entre parceiros íntimos, tendo o sexo feminino como vítima e o sexo masculino como agressor, a exemplo do estudo que comenta serem as mulheres que sofrem agressões mais graves, como espancamento, socos e chutes, e que, por sua vez, na maioria das vezes, ninguém estava bebendo no momento da agressão, o motivo são ciúmes (OLIVEIRA, et. al., 2009).

No entanto, neste estudo, evidenciou-se o adolescente do sexo feminino como mais agressor e sua vítima é o namorado e tendo como motivo para cometer violência o ciúmes, contrariando resultados mostrados em outros estudos que referem ser o sexo masculino o mais agressivo. No entanto, se faz necessário avaliar que não se descreveu a forma de ação de violência utilizada neste caso, especificamente, porém, outros estudos referem que 80% dos adolescentes que vivenciaram formas de violência no namoro ou no ficar e dentre as formas encontradas estão as violências verbais, físicas, sexuais e também as relacionais, não se percebendo grandes diferenças entre sexos, salvo na violência física e sexual em que o destaque é para o sexo masculino (OLIVEIRA; GOMES; NJAINE, 2011).

Nos demais motivos de cometer violências, destaque novamente para os adolescentes do sexo feminino da Argentina, ao afirmar positivamente cometer violências para se divertir, revelando-se a vulnerabilidade das adolescentes como participantes de violência. Tais achados mostram a necessidade de desenvolver estratégias específicas de assistência intersetorial e mobilização social para a intervenção sobre esse problema (MASCARENHAS et al., 2010).

Na discussão da categorização dos participantes da violência e entre os questionamentos sociodemográficos, aparece o item ter ou não ter uma religião e ser ou não praticante desta, justificando-se que a religiosidade tem sido reconhecida como uma importante fonte de apoio ou de proteção, frente a ocorrências estressantes. Sabe-se de estudos populacionais demonstrando elevados índices de religiosidade/espiritualidade, evidenciando a associação positiva entre o envolvimento religioso (95%), tendo o catolicismo 68% e o protestantismo/evangélico 23% (MOREIRA-ALMEIDA et al., 2010).

Tais achados assemelham-se aos aqui obtidos quanto à crença religiosa que evidenciou o catolicismo como o mais relatado nos três países, seguido da religião evangélica. São 80,3% de adolescentes que afirmaram ter uma religião, tendo o sexo feminino como mais prevalente e destes 28,7% são praticantes. O estudo confirma, ainda, que são as meninas adolescentes que apresentam as médias mais altas na escala da religiosidade e também na escala de identidade positiva. Esses resultados são explicados devido ao sexo feminino ter maior maturação no seu processo de desenvolvimento de (MOREIRA-ALMEIDA et al., 2010).

O questionamento quanto a ter uma religião justificou-se por buscar identificar um possível fator de contribuição positiva no desenvolvimento da adolescência. Como mostram outros estudos, ao afirmar que a religião é fator de proteção independentemente da afiliação, o adolescente que se considerava praticante de uma religião teve menor chance de relatar exposição ao consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo (BEZERRA et al., 2009). Estudo semelhante defende a ideia de que o comportamento de prática religiosa pode ter efeitos protetores para crianças e jovens ao contato com a oportunidade de experimentar drogas (SANCHEZ; NAPPO, 2013). Entendendo-se que a participação de adolescentes em grupos religiosos fortalece-se como apoio social, além de orientar quanto aos perigos de comportamentos que podem afetar ou envolvê-los e tendo como seus indicadores um desenvolvimento saudável. No entanto, os dados achados mostraram-se contrários a essas afirmações por concluir que a religião não influencia na escolha ou permanência da participação de violência dos adolescentes pesquisados, ou seja, os adolescentes do Brasil com 32,5% têm (seguem) uma religião e 21,6% são praticantes, porém, em relação a serem participantes da violência, revelou-se uma associação significativa, para os adolescentes participantes da violência como V e NVNA. Igualmente, para os adolescentes do Paraguai que se destacaram em virtude dos valores e associações significativas obtidos, ao afirmarem com 24,1% ter uma religião e 18% serem praticantes e, na categorização de participantes da violência, mostram-se V, A, V/A e NVNA. Com os adolescentes da Argentina não houve

associação significativa como participantes da violência, revelando-se que os adolescentes A e V/A têm a mesma chance dos adolescentes do Brasil de ter uma religião.

Podendo-se, assim, sugerir que o fato de ter uma religião, antes ou depois de se tornarem participantes da violência, não se configurou como proteção para os adolescentes do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Sabe-se, também, que devido à limitação do estudo transversal quanto a não analisar as variáveis de causalidade, possibilitam-se mais estudos que permitam a compreensão dos processos da ação da fé religiosa na prevenção da violência.

Questionaram-se os adolescentes se haviam concluído curso(s) profissionalizante(s), visto que a sociedade exerce certa pressão para a profissionalização, principalmente após o Ensino Fundamental, o que favorece uma possível vulnerabilidade de indecisão por parte do adolescente para escolher dentro de inúmeras possibilidades e custos financeiros em quais se adequar. Evidenciando-se a prevalência do sexo feminino e a faixa etária de 12 a 14 anos, tendo os adolescentes do Brasil mais chances para concluírem curso profissionalizante em relação aos adolescentes da Argentina e do Paraguai. Os cursos mais citados pelos adolescentes foram nas áreas tecnológicas (ciências exatas e informática), cultural (comunicação e informação), organizacionais (administração e negócios) e artísticas e de entretenimento (artes e design). No Brasil, de modo geral, as matrículas na Educação Profissional revelam que o número de mulheres estudantes é maior que o dos homens e que esses se distribuem em todas as áreas. Entretanto, ainda é possível verificar que há distinção nas escolhas por área e consequentemente por curso (SANTOS, 2011).

Buscou-se analisar se esses cursos profissionalizantes realizados interferiam como fator de proteção para os adolescentes quanto à vulnerabilidade e à violência, o que efetivamente não se comprovou, devido à associação significativa para os adolescentes V, V/A e NVNA do Brasil, em relação aos da Argentina, e os adolescentes V, A, V/A e NVNA do Paraguai e os A da Argentina têm a mesma chance de ter concluído um curso que os do Brasil. Sugerindo-se que concluir cursos profissionalizantes não influenciou como fator de prevenção para mantê-los afastados da violência. Tais resultados são contrários ao referir que a participação em cursos profissionalizantes dá oportunidade de trabalho para os jovens e os ajuda a não estarem se envolvendo na violência armada, tal participação também é reconhecida como uma forma de afastamento de uma vida na rua ou de situações de delinquência (GOMES et al., 2013). Por conseguinte, não se pode desistir, tais resultados fortalecem o desafio da sociedade junto aos adolescentes de iniciar discussões mais amplas

referentes a melhores qualificações e oportunidades de inserção no trabalho em uma política de primeiro emprego.

O mesmo foi analisado quanto à questão da atividade de prática esportiva regular e extra ao contexto escolar, buscando identificar uma possível associação dessa atividade em relação a participantes da violência. Entendendo-se que os adolescentes como membros da sociedade veem e têm o esporte como uma alternativa para sua ascensão que pode ter benefícios ou não, para se auto afirmarem e se integrarem socialmente, mostrando a preferência do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 14 anos com maior prevalência para a prática de esportes coletivos (futsal, basquete, voleibol, handebol, futebol, queimada, tênis de mesa, artes marciais, canoagem, *rugby*, *hockey*), em média duas vezes na semana. Outro estudo difere quanto à prática de esportes ser maior, entre jovens de 15 a 17 anos (23%), e assemelha-se à questão do sexo prevalecer, evidenciando a participação desigual quanto ao sexo masculino em relação ao sexo feminino para praticarem esportes (BRASIL, 2008a). Na Argentina, um estudo confirma tal posicionamento quanto ao sexo masculino realizar mais atividades físicas durante a semana do que o sexo feminino (LINETZKY, 2007). Ademais, tal detecção sinaliza a divisão socioespacial, na qual o sexo masculino tem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto o sexo feminino, por delimitar-se ao recinto doméstico, apresenta menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares, no caso as esportivas.

Quanto à participação na violência e o possível fator de proteção, um estudo afirma que o esporte está tomando uma dimensão na vida deles [jovens], fazendo com que eles troquem a violência pelo esporte (GOMES et al., 2013). Sendo controverso com os dados achados nos quais são os adolescentes categorizados como V/A que afirmaram significativamente praticarem esportes e também que os adolescentes V, A têm a mesma chance que os NVNA de praticarem esportes, sugerindo-se que as atividades de prática esportiva não influenciam como fator de proteção aos adolescentes participantes ou não da violência.

Outra intenção dos pesquisadores foi saber quais as atividades de ocupação (de lazer e entretenimento) do adolescente da Argentina, Brasil e Paraguai, no seu tempo livre durante a semana e ou em fins de semana, em relação a serem participantes da violência. Foi interessante destacar que é no tempo livre ou no momento de lazer que os adolescentes estabelecem suas próprias regras, normas, modos de ser, expressões culturais, que os diferenciam do denominado mundo adulto. Observando-se, algumas reflexões referentes aos hábitos e rotinas desses adolescentes, principalmente em relação às variáveis sexo e país e

tendo todas associações significativas, destacaram-se as três principais atividades por ordem decrescente de prevalência dos países: escutar música, praticar esportes, navegar na internet. Alguns estudos europeus também encontraram grande interesse por música entre os adolescentes estudados (SANTOS et al, 2005; TELAMA; NUPPONEN; PIÉRON, 2005). Tais resultados confirmam que escutar música é uma atividade sem grandes diferenças entre sexo, idade e país. Notadamente, tanto o escutar música (rádio, CD,) como a televisão, antes de denotarem qualquer tipo de valoração positiva ou negativa, necessitam ser incluídos como característica cultural da adolescência na contemporaneidade. A opção navegar na internet destacou-se entre os adolescentes pesquisados do Brasil seguidos dos adolescentes da Argentina, porém, não se constituiu na principal opção para os adolescentes pesquisados do Paraguai, tal achado reflete o impacto do desenvolvimento atual do Paraguai e a forma como os sujeitos podem adquirir tal acesso, diferentemente do Brasil e da Argentina que enfatizam as propostas de inclusão digital e a internet como a principal forma de comunicação.

Evidenciou-se, também, a opção por atividades dentro de casa como assistir à televisão, estudar, arrumar a casa e não fazer nada, nas horas de lazer. A opção de ler livros, revista e jornais prevalece para os adolescentes do Brasil, o que não quer dizer que necessariamente eles sintam prazer ou diversão nessa atividade. Aparece também para o Brasil em outras atividades como ajudar a mãe, andar de moto, brincar com animais de estimação, trabalhar de bombeiro voluntário (PY), dormir e desenhar.

Outra opção para os adolescentes do Paraguai é a escolha de atividades de tempo livre, a preferência pelo convívio familiar, ficar com a família. Em relação às atividades de lazer e entretenimento fora de casa evidenciando-se realizar trabalho voluntário, sair com os amigos, ir a festas e lanchonetes, namorar, dançar, ir ao shopping, tendo o sexo feminino as maiores chances em grande parte dos itens. Esses resultados assemelham-se a um estudo de opinião pública que classifica as três opções em atividades de lazer e entretenimento, destas na primeira opção destacam-se atividades de sair com os amigos, namorar, passear e sair para dançar. Como segunda opção ver televisão, ouvir música e ficar descansando. A terceira opção mais indicada pelos jovens foi a prática de atividades esportivas (SALES-NOBRE; VALENTINI, 2009).

Os dados obtidos neste estudo revelam, ainda, que mesmo mostrando os resultados estatisticamente significativos, para um sexo, considera-se que praticamente não existem diferenças na seleção das opções de lazer referidas pelos adolescentes quando comparados em função do sexo, havendo apenas uma pequena troca na ordem de prevalência ou prioridade em que essas atividades são realizadas. O estudo revela, igualmente, que se trata de um dado

importante por inclusive refletir uma característica de adolescentes (rapazes e moças) de outras culturas. Por outro lado, na análise como participantes da violência mostrou-se que todas as categorias V, A, V/A e NVNA têm a mesma chance de fazer algo no seu tempo livre. Sugerindo-se que fazer algo no seu tempo livre não interfere para serem participantes da violência.

Cabe salientar que outros estudos referem a importância de o adolescente ter algo para fazer no seu tempo livre como positivo e que tais atividades contribuem para reduzir índices de violência observados na escola, com o uso de drogas (GOMES et al., 2013), ou seja, diminuir a vulnerabilidade entre os adolescentes pesquisados. E, assim sob essa perspectiva, enfatiza-se a continuidade de estudos que aprofundem o tema objetivando planejar melhor as atividades e orientar programas específicos de prevenção da violência.

Quanto ao trabalho dos adolescentes, a preocupação era identificar como estava a inserção laboral dos adolescentes e a situação dessa atividade na formalidade ou informalidade em relação a se tornarem participantes da violência. As mudanças no mundo do trabalho trouxeram para toda a sociedade diferentes situações ocupacionais. E, com isso, a vulnerabilidade social em algumas situações elevou-se para os adolescentes, ressaltando-se o enorme potencial em termos de energia produtiva nos três países e, paradoxalmente, são eles que sofrem as maiores dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho.

Ressalta-se, novamente, o problema social na tríplice fronteira no entorno do fator capital que muitas vezes colabora na busca de emprego no mercado ilegal da criminalidade e drogas, a submissão a jornadas de trabalho longas e extenuantes, a interpretação ou a dificuldade de se cumprir o que determina a lei para o trabalho do adolescente, cogitando um cenário que muitas vezes mostra problemas associados ao lado negativo das mudanças econômicas e sociais de cada país. Na região, mostra-se o trabalho dos laranjas termo usado para classificar pessoas (muitos adolescentes) que transportam mercadorias ilegais ou acima da cota estabelecida pela Receita Federal de U\$ 300 (para compras no exterior de Ciudad del Leste - Paraguai para Foz do Iguaçu- Brasil, pela Ponte da Amizade (BARROS, 2008).

O estudo evidenciou os dados relativos ao tipo de trabalho realizado pelo adolescente, seja ele, trabalhador ou não trabalhador. E essas informações permitiram analisar se tal atividade associava-se à participação do adolescente na violência. Mostrando por país uma tendência significativa de adolescentes que responderam estar trabalhando atualmente (no período da coleta dos dados) em atividades variadas como: caixa; auxiliar administrativo; atendente de lanchonete; ajudante de depósito; secretária; doméstica; babá; recepcionista; borracheiro; tapeceiro; auxiliar de pedreiro; garçom; manicura; pintor; marceneiro;

muambeiro; panfleteiro; vendedor ambulante; artesanato, etc. Merece destaque comentar que, com os resultados obtidos, se registraram 494 adolescentes trabalhando atualmente nos três países, esses adolescentes pertencem à faixa etária de 12 a 18 anos e segundo a legislação vigente quanto à idade para iniciar atividades laborais nos três países pesquisados.

No Brasil e no Paraguai, pode-se iniciar a trabalhar com 14 anos e na Argentina com 15 anos (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2006). Todavia, nestes países, evidenciou-se esse fator que é preocupante devido ao Paraguai ter o maior número de adolescentes de 12 a 14 anos trabalhando atualmente, (6 com 12 anos, 17 com 13 anos e 28 com 14 anos) o mesmo com o Brasil (6 com 12 anos, 11 com 13 anos e 26 com 14 anos) e a Argentina destacou-se pelo número de adolescentes trabalhando abaixo da idade permitida de 15 anos (8 com 12 anos, 7 com 13 anos e 19 com 14 anos). Tais resultados demonstram o fator de vulnerabilidade junto a esses adolescentes nos três países, mostrando maior prevalência de adolescentes (73,6%) trabalhando atualmente em relação à categorização de participantes da violência, na faixa etária de 12 a 18 anos, sendo o adolescente do sexo masculino quem mais trabalha, 286(10,3%) sem registro. Enquanto o sexo feminino aparece com uma pequena diferença e não menos inquietante de 192(6,95) adolescentes trabalhando atualmente, destas 124(4,4%) sem registro. Os achados mostram ainda um aumento da prevalência com a elevação da idade, ou seja, aos 17 - 18 anos, os três países evidenciam valores aproximados.

Pesquisa antecedente mostra semelhança ao referir que com a elevação da idade aumenta o número de adolescentes que vão trabalhar, ou seja, a proporção de jovens voltados ao trabalho sobe de 10% aos 13 anos para 37% aos 17. Aos 18 anos eleva-se para 53% de adolescentes dedicando-se exclusivamente ao trabalho e deixando de estudar (ROCHA et al., 2011).

No Brasil, registrou-se um declínio na ocupação de crianças e adolescentes com 4,5 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade em 2008 e 4,3 milhões em 2009. Cerca de 3,3 milhões de adolescentes com 14 a 17 anos de idade estavam trabalhando (IBGE, 2009).

Ao mesmo tempo, observaram-se os adolescentes do sexo feminino com uma prevalência mais alta devido a nunca ter trabalhado e estar procurando trabalho, e para desempregados com maior incidência é o sexo masculino, tais resultados condizem com os achados de prevalência de ser o sexo masculino que está trabalhando atualmente e, por outro lado, todo o indivíduo que trabalha estar sujeito a ficar desempregado.

Diferente do estudo da taxa de desemprego de uma população total de 15-24 anos de idade que tem o sexo feminino (mulheres) com maior elevação, em relação aos três países,

reforça-se que a taxa de desemprego geral de 2012 registrou 7,2% para a Argentina, 6,2% para o Brasil e 6,9% para o Paraguai (CIA WORLD FACTBOOK, 2013).

Torna-se pertinente no que se refere aos adolescentes que procuram uma ocupação apontar a fragilidade da vivência do desemprego. Podendo este levar os adolescentes a frustrações, sofrimentos, oportunizando a vulnerabilidade frente à necessidade de procurar uma atividade laboral, aumentando o risco de se inserirem em atividades precárias ou perigosas, devido à necessidade de obter rendimento, uma vez que, por meio da inserção laboral, a pessoa tem a oportunidade de produzir algo socialmente útil e receber por seu esforço (FÁVERO et al., 2007).

Outra pesquisa nacional confirma essa tendência, apontando 7,5% de trabalhadores e 25,1% que não trabalham e estão procurando, no entanto, quanto a trabalhar com registro afirmam 29,7% e 24,3% sem registro (THOMÉ; TELMO; KOLLER, 2011), diferente dos resultados obtidos e aqui apresentados, em que as maiores taxas são para adolescentes trabalhadores sem registro. Outra pesquisa reitera a pesquisa, quanto à preocupação com os adolescentes no trabalho e chama a atenção para a prevalência de 40% de adolescentes que declaram estar trabalhando, outros 25% estão procurando emprego e 33% que não estão trabalhando e pretendem trabalhar. Chama a atenção também para o dado preocupante de 59% dos que trabalham em situação informal (UNICEF, 2007).

Salienta-se, ainda, quanto às atividades, que os adolescentes encontram mais oportunidade é no trabalho informal, na execução de funções e tarefas que se caracterizam por uma situação de trabalho que os vulnerabiliza. Sobre esse prisma, entende-se que estas ações geram preocupações predominantemente trabalhistas quanto à questão da visão do trabalho como alternativa de inclusão social do adolescente desfavorecido ou não economicamente e, por vezes, cabe à sociedade, promover perspectivas de ascensão profissional, cuidando do campo educativo paralelo à realização da prática laboral remunerada e protegida pela legislação, nos três países. No Brasil, observa-se que adolescentes do sexo masculino com 15 e 16 anos que procuram emprego não são registrados devido à alegação do empregador que logo ele irá servir o Exército, tornando-se um fator negativo e de vulnerabilidade o adolescente ter a obrigação de servir as forças armadas.

Quanto ao conjunto de dados referentes à situação de trabalho e aos adolescentes participantes da violência, sugere-se que nunca ter trabalhado, mas pretende, estar trabalhando atualmente e estar desempregado são fatores de vulnerabilidade que não interferem quanto à condição de serem participantes da violência. Ou seja, sugere-se que estar trabalhando atualmente não se constitui como fator de proteção, no entanto, não se pode descartar a

possibilidade de que essa condição esteja associada com as tantas iniquidades sociais aqui descritas. Além dessa diferença, outro estudo comenta a importância de se trabalhar e ter a promoção da autoestima, favorecendo como ações preventivas voltadas para a competência emocional e social de escolares o desenvolvimento de habilidades, o autocontrole, relacionamento interpessoal e a redução de conflitos (KRUG et al., 2002).

Quanto ao adolescente desempregado, os resultados são semelhantes para sugerir que o fato de estar desempregado não interfere para ser participante da violência, diferente de outro estudo, ao afirmar que estar nesta situação propicia o aumento da violência, devido à estrutura do mercado de trabalho que vem sendo influenciada pelas altas taxas de desemprego acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação (GOMES et al., 2013).

As questões familiares, da convivência familiar, também aqui analisadas como possíveis fatores de vulnerabilidade para os adolescentes, concluíram que efetivamente 98,4% seguem normas disciplinares impostas ou acertadas por seus pais ou responsáveis. São considerados como participantes da violência, por identificar as várias composições ou configurações familiares existentes nas sociedades dos três países estudados, sendo que essas se assemelham, salvo as especificidades da legislação vigente em cada país.

Entende-se a família como o primeiro grupo de referência social na história dos indivíduos. Famílias desorganizadas colaboram para as mudanças de comportamento de seus membros, tornando-os pessoas, muitas vezes, vulneráveis. A ausência de afeto ou atitudes e comportamentos agressivos e intransigentes possibilitam a produção da violência, via uma norma disciplinar tida como normal.

Foram selecionadas algumas variáveis representativas de fatores de vulnerabilidade, com a finalidade de analisar a relação entre o papel da família diante das normas disciplinares colocadas pelos pais e/ou responsáveis, verificando-se uma associação significativa, a maior para o Brasil em relação à Argentina e o Paraguai para o diálogo e entendimento mútuo. Destaca-se que nas normas familiares evidencia-se o respeito mútuo, dito como mediador, uma vez que a inter-relação entre eles mostra a influência positiva quanto ao suporte e à redução do estresse (SOUZA; OLIVEIRA, 2011). Esses resultados coincidem, ainda, com outro estudo ao referir que a família representa um ponto de referência afetiva e de estabilidade. Sendo essa instituição extremamente valorizada pelos entrevistados, 92% têm uma relação positiva ou muito positiva com a família (PAULA, et al., 2008). Porém, quanto aos resultados achados de receber como normas o diálogo e entendimento mútuo, a categorização mostra contrariedade ao afirmar que são os adolescentes NVNA com as

maiores chances que as V e V/A para receber e os A com as mesmas chances que os NVNA, sugerindo que essa norma não seja fator de proteção. Assim também para as normas de imposição de limites sem diálogo e fazer tarefas doméstica que são os adolescentes V e V/A com maiores chances de receber em relação aos NVNA.

Destacou-se, no entanto, como preocupante, a prevalência positiva da violência física (castigo físico) e da violência verbal (falar mal/xingar) para os adolescentes da Argentina e do Paraguai, em destaque os adolescentes V/A com as maiores chances para receber castigos físicos. Sendo o xingar (falar mal) com maiores chances para o sexo feminino. E, por categorização, evidenciou-se que são V/A com as maiores chances de receberem castigos físicos. E quanto aos xingamentos, todas as categorias têm as mesmas chances de receber essa norma. Tais resultados fortalecem-se com a produção científica e as estatísticas nacionais e internacionais de órgãos referências de proteção à infância e à adolescência que indicam o abuso físico como a categoria de maus-tratos mais frequente. No Paraguai, a violência doméstica e o abuso aparecem com 61% de adolescentes vítimas, tendo como atos de violência o castigo físico, humilhação e agressões verbais (UNICEF, 2011). E, ainda, sofrer punição física contribui para a desadaptação de adolescentes/crianças, comprometendo seu desenvolvimento (PAULA, et al., 2008).

Observaram-se, ainda, os adolescentes entrevistados ao confirmar o item outros com uma pequena prevalência ao comentar que os pais não falam nada, que em casa não há normas disciplinares, que não o deixam falar, que só dão sermão, que o obrigam a ler a Bíblia em casa quando não quer fazê-lo, deixa-o trancado no quarto, o fazem ser um adulto, quando ainda é tão garoto, que tem que viver com muita ordem. Evidenciando-os na categorização de participantes da violência interpessoal mais especificamente - violência na família, os adolescentes do Brasil são V, os da Argentina e do Paraguai são V/A. Outros achados são curiosos quanto aos adolescentes do Brasil que, mesmo tendo como normas os pais conversarem e usarem de um diálogo mútuo, permanecem como A e V/A, no entanto, quando os pais se posicionam com limitações e sem diálogo se mostram positivamente como V. Diferentemente dos adolescentes do Paraguai que reagem como V/A para violência física. Os adolescentes da Argentina mantêm-se em grande parte das associações como agressores quando submetidos a realizar tarefas domésticas, ao receber violência física - castigos físicos, agressões verbais, ou quando lhes proíbem algo de que gostam. O conjunto de dados reflete uma sociedade desigual com pais ausentes e sugere que a violência interpessoal, violência na família (intrafamiliar, doméstica), consiste em dinâmicas familiares pautadas no uso da violência para a solução de conflitos, como estratégia educacional ou como expressão de

afetos que estranhamente podem se materializar sob a forma de abusos físicos, psicológicos, sexuais e pela negligência (BRASIL, 2010). Diante do exposto, os dados mostraram que os adolescentes V/A estão mais vulneráveis a todas as normas descritas, sugerindo-se que todos os adolescentes categorizados como participantes da violência sofrem em grande escala no ambiente familiar, ainda, que possam ser esses fatores de vulnerabilidade que estimulem a comportamentos violentos.

Na continuação do estudo, analisou-se a associação de ter arma de fogo em casa e a temeridade de pensar em suicídio, duas variáveis que obtiveram resultados estatisticamente significativos e evidenciaram-se como fatores de vulnerabilidade, diante dos adolescentes participantes da violência.

Mostrou-se o fato de ter uma arma de fogo em casa com a intenção de identificar possíveis fatores vulneráveis envolvendo adolescentes do Brasil, Paraguai e Argentina, ao analisar a questão depara-se com a legislação vigente em cada país. No Brasil, atualmente, quem quiser possuir legalmente uma arma de fogo de pequeno calibre deverá comprovar seus bons antecedentes e sua aptidão técnica e psicológica para isso, mas também terá de enfrentar um sistema burocrático e pagar taxas, imposto fiscal e confirmar treinamento. No Paraguai e na Argentina, a compra é liberada para maiores de 18 anos. Por outro lado, se desejar possuir ilegalmente uma arma de qualquer calibre, via contrabando Brasil do Paraguai e/ou Argentina, por meio de amigos ou conhecidos, não terá qualquer dificuldade e certamente gastará menos. É o que comenta a pesquisa realizada na qual adolescentes testemunham que comprem arma de fogo por qualquer R\$100,00 reais, referem ainda, que no Paraguai é mais fácil a aquisição, basta ter o dinheiro (PRIOTTO, 2011). Ou seja, a legislação existente não consegue impedir um armamento geral e irrestrito.

Assim os dados mostram e confirmam os adolescentes da Argentina e do Paraguai como os mais prevalentes nas afirmativas de ter arma de fogo em casa. Sendo os adolescentes do sexo masculino os mais (8,6%) prevalentes em relação aos 5,6% do sexo feminino. A faixa etária que mais afirmou ter arma de fogo em casa foi de 12 a 14 anos. Um estudo confirma os achados de que a participação em brigas com arma de fogo foi relatada por 4% dos estudantes, com identificação de diferenças estatisticamente significativas entre estudantes do sexo masculino 6,0% em relação ao sexo feminino 2,3%. Evidenciando que os estudantes do sexo masculino estão mais expostos a situações de vulnerabilidade para a violência. Esses dados possivelmente refletem as questões de gênero que permeiam os papéis sexuais esperados e legitimados culturalmente em diferentes sociedades, a partir de um modelo social

machista, que é reproduzido inclusive em faixas etárias, mais jovens, em que o sexo masculino associa-se à vivência e expressão da agressividade (MALTA, et al., 2013).

Do mesmo modo, o uso das armas de fogo também pode ser explicado pela simbologia masculina que tem esses instrumentos e por sua associação com o poder de vida ou morte. Esse artefato é, desde cedo, embutido na vida do menino sob a forma de brinquedo, passando posteriormente a fazer parte inerente ao universo masculino. Apesar das leis que restringem o comércio e o porte de armas de fogo, o contrabando facilitado pela falta de fiscalização das fronteiras permite acesso fácil e o uso das mesmas para a execução de homicídios (SOUZA et al., 2012).

Com relação aos adolescentes entrevistados no Brasil observou-se que mesmo tendo uma pequena porcentagem para afirmar que possui arma de fogo em casa, suspeita-se que o percentual real não foi encontrado devido à negação e/ou à insegurança para responder afirmativamente, limitando-se ao estabelecido pela legislação brasileira que é proibido o porte de arma sem autorização da polícia federal.

Enquanto os adolescentes da Argentina e do Paraguai obtiveram índices e associações significativas na participação dos adolescentes na violência em relação ao Brasil, confirmando as maiores chances para os adolescentes V, A, V/A e NVNA ao afirmar que possuem arma de fogo em casa. Na análise de participante da violência evidencia-se que todos têm a mesma chance de responder que tem arma de fogo em casa comparados aos NVNA, sugerindo-se que ter arma de fogo pode ser um fator que interfira junto aos participantes da violência por não contribuir com a proteção.

Analisando-se dois fatores de vulnerabilidade confirmados pelos adolescentes e aqui discutidos quanto a ter arma de fogo em casa e estar trabalhando atualmente, a prevalência é para o sexo masculino e como participantes da violência todos têm a mesma chance, esses achados coincidem com outro estudo que afirma que os jovens que trabalham são mais propensos a portar arma de fogo e têm maior prevalência à violência devido à insatisfação com o valor recebido e ter parado os estudos devido a dificuldades para conciliar trabalho e estudos, contribuindo assim para o afastamento do jovem ao processo de socialização e inibição da impulsividade em direção a objetivos em médio prazo (SILVA et al., 2009).

Na sequência da análise, o enfoque é se em algum momento o adolescente pensou em suicídio. Sabe-se que a adolescência é reconhecida cientificamente como um período delicado de mudanças nos quais os comportamentos violentos e/ou pensamentos, ideias suicidas podem surgir devido a situações não específicas dessa fase, porém de grande probabilidade

para efetivamente o adolescente cometer a violência autoinfligida desencadeada por suicídio ou por tentativas de suicídios.

Os motivos são muitos, no entanto, por se sentirem sozinhos, sem esperanças e infelizes, tornam-se vulneráveis a estes sentimentos, se sentem perdidos ou humilhados, diante de alguns traumas como: nota baixa na prova; desentendimentos amorosos; pais que usam álcool e outras drogas; uma convivência familiar em constante discórdia; pais separados; adolescente portador de necessidades especiais (PNE's) e depressão (BARRIONUEVO,2010).

Neste estudo evidenciou-se que o sexo feminino pensa mais em suicídio dentro da faixa etária de 12 a 14 anos. Sendo as adolescentes do Brasil V têm maiores chances do que os adolescentes do Paraguai para pensar em suicídio. Porém, destaca-se por país, que os adolescentes V, A, V/A e NVNA da Argentina e do Brasil e os A, V/A e NVNA do Brasil e do Paraguai têm as mesmas chances de pensar em suicídio. Quanto à Argentina destaca-se que na análise por país de o adolescente ser o agressor, evidenciaram-se os adolescentes do sexo feminino da Argentina com maiores chances, sendo tais resultados confirmados no item pensar em suicídio, ter o sexo feminino e ser da Argentina com maiores chances. Assim, os achados sugerem que ter pensado em suicídio e tentar o suicídio são fatores de vulnerabilidade que contribuem para a não proteção dos participantes da violência, enfatizando-se o perigo de se ter uma arma de fogo em casa por ser um fator que contribui para a não proteção.

Tais achados são confirmados ao referir que na Argentina 16,9% dos estudantes consideraram seriamente a intenção de suicidar-se nos últimos doze meses, sendo a prevalência mais alta nas mulheres (19,8%), em relação aos 14% dos homens. Sendo menos frequente pensar em suicidar-se para os alunos de 13 anos (MARTÍNEZ, 2008). Esses achados podem interferir nas análises da vulnerabilidade dos adolescentes por terem arma de fogo e efetivamente pensar em suicídio e/ou cometer suicídios. Nota-se num estudo que, no período analisado, de 1999 a 2010, os suicídios por arma de fogo predominaram na Argentina com 29,1% a mais que o Brasil, sendo os homens de maior prevalência. E no Brasil, observou-se uma leve diminuição tanto de homens como de mulheres, tendo 2,2 vezes a menos que a Argentina. A OMS tem um estudo com 52 países no qual confirma que a arma de fogo é o segundo método utilizado para se cometer o suicídio (ALAZRAQUI et al., 2012).

Destacam-se quais os motivos que sinalizam a vulnerabilidade dos adolescentes, quanto à atração pela arma de fogo, sendo que o adolescente que portar uma arma ostenta um símbolo de poder, é o instrumento que permite a ele circular fazendo frente a sua insegurança.

E para os adolescentes que pensam em suicídio, a arma de fogo é o objeto final para atender a um desejo único e extremo.

Diante das considerações acima, sabe-se que na fase da adolescência, a impulsividade, a necessidade de provar e a sensação de invulnerabilidade são predicados inerentes de maneira geral. E, se acompanhadas de fatores como baixa autoestima e ineficácia, reforçam essa população a uma maior propensão para matarem-se e/ou serem mortos por arma de fogo.

Por outro lado, as chances de um adolescente brasileiro morrer assassinado são maiores hoje do que era há 30 anos, colocando o país na quarta pior colocação numa comparação com outros 91 países. Em virtude de ser muito discutido em campanhas políticas e de segurança pública e estando na região fronteira, intencionou-se saber se os adolescentes conheciam alguém que fazia parte do crime organizado e/ou já cometeu homicídio/assassinato. A literatura tende a destacar o conceito de crime organizado classificado como violência coletiva (KRUG et al. 2002), associado à modalidade de tráfico de drogas, e explicou-se aos adolescentes a questão dando exemplos e o conceito de crime organizado, encontrado com frequência em artigos, textos e noticiários. São organizações criminosas aquelas que possuem vínculos hierárquicos, usam da violência, da corrupção, lavam dinheiro e têm a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material (PEREIRA, 2011).

Explicou-se, também, o termo homicídios considerado como a forma extrema de violência, no sentido de que privam a vítima da totalidade de seus direitos e em forma definitiva. O homicídio tem consequências graves no nível social, por ser um indicador da incapacidade da sociedade para construir e exercer mecanismos não letais de resolução dos conflitos (ZUNINO, 2008).

De forma interessante, os adolescentes pesquisados no Brasil que são V, A, V/A e NVNA evidenciaram valores estatisticamente significativos de chances para conhecer alguém do crime organizado ou que cometeu homicídio em relação aos adolescentes pesquisados na Argentina e no Paraguai. No entanto, por prevalência das respostas afirmativas, detectou-se que os adolescentes V/A dos três municípios/países têm as mesmas chances para conhecer pessoas que fazem parte do crime organizado e/ou que cometeram homicídios e assim sinalizando estarem sujeitos à vulnerabilidade social. Dados mostram a Argentina como o país com as menores taxas de homicídios. Entretanto os achados revelam que é nos adolescentes e nos jovens do sexo masculino que incidem as maiores taxas de homicídio, evidenciando a necessidade de priorizar esses grupos nas políticas públicas de atenção e prevenção dos diversos setores sociais. Para buscar compreender o envolvimento

dos homens com a violência, estudos se apropriam da noção de uma masculinidade calcada na agressividade e no uso da força para a resolução de divergências e conflitos (SOUZA, et al., 2012).

No entanto, foi no Brasil com a amostra de adolescentes do sexo feminino, com idade entre 12 e 14 anos que afirmam ter conhecidos que fazem parte do crime organizado ou que cometeu homicídios, despontando com associações estatisticamente significativas como participantes da violência em todas as categorias. Buscou-se na literatura texto próximo aos achados, porém, encontraram-se como tema homicídios cometidos por meninas adolescentes, demonstrando algumas vezes que o desamparo e o ato violento que as acompanham, vêm revelar os vestígios que as violências sofridas durante a infância tinham deixado nelas (MARTY, 2006).

O fato de todos os participantes da violência terem a mesma chance de conhecer pessoas do crime organizado ou que cometeu homicídio, sugere-se que é um fator de vulnerabilidade que contribui para a não proteção. E, tendo esse fator agregado a outros fatores de vulnerabilidade social, apontados pelos adolescentes pesquisados, quanto à exposição à violência coletiva na tríplice fronteira, os quais precisariam da continuidade dos estudos, é o que confirma os achados antecedentes do estudo que descreve altas prevalências de violência coletiva associadas à exposição de crianças e adolescentes ao crime organizado dos Estados Unidos e México, sendo as que vivem no lado mexicano da fronteira, as que mostraram taxas elevadas de problemas psicossociais e comportamentais como quebra de regras, comportamento agressivo, problemas sociais que parecem indicar um aditivo efeito da pobreza, mais exposição à violência coletiva neste grupo, somados aos fatores econômicos, sociais e culturais que não podem ser descartados (LEINER, et al., 2012).

Na sequência, perguntou-se aos adolescentes pesquisados se eles têm conhecidas, vítimas de homicídios/assassinatos, e os resultados mostraram novamente os adolescentes do Brasil e do sexo feminino com maior expressão na associação positiva para conhecer vítimas de homicídios, evidenciando-se todas as categorias de participantes da violência. Quanto aos adolescentes pesquisados categorizados como V, A, NVNA do Paraguai, esses se mostraram com uma prevalência moderada para conhecer vítimas de homicídios. Porém, na análise de participantes de violência, evidenciou-se que todos da categoria têm as mesmas chances de conhecer vítimas de homicídios em relação aos adolescentes NVNA.

Constata-se, também, que esses são problemas de saúde pública (ASSIS, S. G.; AVANCI, 2009) e se faz necessário avaliar as interfaces que envolvem o adolescente e o tema homicídio, até porque esses adolescentes afirmam conhecer quem faz parte do crime

organizado ou que cometeu homicídios, assim como têm conhecidos que são vítimas de homicídios, necessita-se ter em mente as várias determinações dos homicídios, não somente no que se referem às questões políticas e econômicas que afetam os três países da região trinacional, mas também cuidar das distintas culturas que reforçam as justificativas para a violência e das especificidades com que as políticas públicas são projetadas e inseridas em cada país.

Levando isso em consideração, buscou-se saber dos adolescentes quais os motivos de existir violência no seu bairro, comunidade e assim desvelar a violência social num contexto mais amplo, em cada município/país. Nesta lógica, os achados mostraram o Brasil com maior prevalência e associação estatisticamente significativa à frente da Argentina e do Paraguai para a violência coletiva, ao apontar o tráfico de drogas e em menor destaque o contrabando. A violência interpessoal caracteriza-se pelo uso de drogas com alta prevalência para os três países. Porém é o Paraguai que se destaca com associação significativa para o uso de bebidas alcoólicas. Os achados são ratificados pela literatura que destaca os problemas existentes nas fronteiras entre os países (Brasil, Argentina, Colômbia) que ultrapassam as questões relativas ao tráfico de armas e drogas. Nessas áreas, existe, ainda, o contrabando de outras mercadorias, como pedras preciosas, e os conflitos entre fronteiras agrícolas e pela posse da terra que também fomentam taxas elevadas de homicídios (REICHENHEIM, et al., 2011).

As violências interpessoais aparecem também com associações significativas com a agressividade, desrespeito ao outro, agressões verbais e físicas classificadas também como violência verbal (psicológica), ameaças e violência física. Mais especificamente, ameaças, cuja literatura confirma ao referir como uma violência direta (verbal, psicológica e física), situação de violência aonde uma ação provoca um dano direto tendo como alvo o sujeito, sem mediações e tendo essa violência uma relação entre entidades humanas (pessoas, grupos, etnias, instituições, Estados, coligações), seguindo um processo sujeito-ação-objeto, sem qualquer obstáculo para prejudicar o desempenho (ZANELATTO, et al., 2012). Os resultados mostraram ainda outros itens com associações positivas para as violências interpessoais, com fatores da violência intrafamiliar, problemas conjugais e negligência familiar.

Além disso, a violência coletiva (social, econômica, política, cultural) evidencia-se com menor prevalência, mas com significância para falta de educação; influência da mídia; falta de policiamento; falta de atividades de lazer; desemprego. Outro estudo confirma e enfatiza os motivos da violência como causas sociais, a falta de emprego (43%), o aumento da pobreza (29%), a falta de educação (20%) o número de assaltos, sequestros e roubos (37%) e o número de mortes violentas de adolescente (34%) (UNICEF 2011b).

Verificou-se, também, na opção falta de perspectiva para o futuro, a presença da violência autoinfligida assim como da violência interpessoal. De modo geral, os dados mostram que, para os sujeitos do estudo, a violência contra o adolescente constituiu-se em um abuso, covardia e absurdo. As violências que ocorrem, no âmbito familiar, com a negligência e a violência física são formas graves para educar um filho. Comentam ainda a falta de assistência à educação, à saúde e ao do convívio social, o desemprego, a baixa escolaridade, a ausência de diálogo, o nervosismo, o estresse familiar, a falta de paciência ou ansiedade dos pais e a pobreza como fatores desencadeantes da violência (ZANELATTO, et al., 2012).

Muitos dos fatores de vulnerabilidades sociais apontados pelos adolescentes entrevistados retratam a situação da violência social na contemporaneidade dos três países. E muitos deles poderiam ser elencados para ajudar na compreensão de tantas mortes por agressão, como a corrupção e a impunidade, bem como outras complexas questões (REICHENHEIM, et al., 2011).

Com efeito, somente compreendendo e discutindo sobre a percepção da violência que envolve os adolescentes, no seu contexto familiar, comunitário, social, político, cultural e econômico pode-se promover a prevenção da violência com qualidade de vida social.

Com base no que foi mostrado, suscita-se a questão de como fazer para diminuir a violência no bairro, na comunidade, sendo a solução para os três países aumentar o policiamento, curioso observar que ao apontarem as causas da violência a falta de policiamento ficou em quarto lugar nas prevalências. Na questão de segurança pública, apontam com maior ênfase a necessidade de combater o tráfico de drogas e diminuir a idade penal. Outra curiosidade é quanto ao item combate ao tráfico de drogas que não houve afirmativas dos adolescentes do Brasil como solução para diminuir a violência, no entanto, esses adolescentes afirmaram ser essa a causa da violência na comunidade em que vivem.

Estudos antecedentes confirmam os achados e descrevem medidas para diminuir a violência que, dentre as possibilidades, devem obrigatoriamente passar por reformas no corpo policial, segundo demonstram as respostas dos entrevistados. Quanto à opção para medidas a serem tomadas pelos governantes na área da segurança, sugerem-se o aumento do número de policiais (53%), o combate à corrupção na polícia (43%), o enfrentamento ao tráfico de drogas (43%) e um melhor treinamento dos policiais (37%) (DE MARCO, 2012).

Enquanto os adolescentes pesquisados da Argentina e do Paraguai mais uma vez evidenciaram a família com a responsabilidade de orientar melhor os filhos para diminuir a violência.

No setor educacional, os adolescentes pesquisados argentinos evidenciaram a necessidade de aumentar o nível de educação e ter mais escolas em período integral. Os adolescentes pesquisados do Brasil assinalam com evidência para aumentar as oportunidades de emprego e na questão da segurança pública pedem a pena de morte, diminuir a idade penal e armar a população. No item pena de morte e diminuir a idade penal, a sociedade há mais de duas décadas associa a juventude à nova classe perigosa. No Brasil em grandes Estados, isso se materializa na campanha a favor da redução da idade penal, que se reacende a cada novo incidente envolvendo um adolescente, em um crime grave. Todavia essa situação evidencia práticas repressivas e de segregação que repercutem nos poderes Judiciários, Legislativo e Executivo, sendo necessária a formação da opinião pública a favor da desconstrução da associação juventude e violência (MALVASSI, 2010).

Por outro lado, os dados denotaram que são os próprios adolescentes, em grande demanda brasileiros, que sugerem essa mudança da diminuição da idade penal, assim como pena de morte e armar a população. Aqui também se sugere a continuidade dos estudos com aprofundamento teórico da influência das representações sociais que legitimam e mantêm a associação adolescente e violência junto a essa faixa etária.

Os adolescentes pesquisados comentam com pequena prevalência para outras possibilidades para se diminuir a violência como: construir mais ginásios de esportes, incentivar o respeito entre as pessoas, fechar os bares, ter Cristo em suas vidas, pagar contas etc.

Observou-se que, diante dos problemas sociais apontados pelos adolescentes pesquisados, se ressalta a necessidade de identificar a opinião desses entrevistados quanto à existência de políticas públicas no seu município/país. Enfatiza-se que, neste trabalho, apresentou-se e discutiu-se sobre as mesmas e muito se falou das vulnerabilidades sociais nas quais os adolescentes estão envolvidos como participantes da violência, destacando-se as causas, motivos e o que na opinião deles poderia ser feito para diminuir a violência.

Entretanto, quais são as políticas específicas que fazem parte de um conjunto articulado de políticas públicas universais que priorizem as expectativas dessa faixa etária. Dentre os resultados encontrados, evidenciou-se em sua maioria desconhecer e não saber da existência de alguns programas a eles dirigidos e elaborados por setores públicos. Por outro lado, mostrou-se uma parcela mínima ou irrisória de adolescentes do Brasil e da Argentina do sexo masculino com 12 a 14 anos que afirmam saber da existência de políticas públicas em favor da faixa etária adolescência e jovens. As políticas públicas que afirmaram conhecer são: bolsas universitárias, refeições nas escolas, campanhas contra as drogas, informações, casas

para indígenas, centro de convivência, guarda-mirim, Conselhos Tutelares, patrulha escolar, cursos profissionalizantes, projetos (atitude, menor aprendiz, plugado, luz da infância) *net books* para alunos do ensino secundário (ARG.), transporte e passe escolar, grêmio estudantil, centro de esportes, câmara itinerante, SOS criança, sistema de cotas nas universidades e centro da juventude.

Enfatizaram-se as afirmativas quanto aos adolescentes pesquisados para conhecer as políticas públicas no seu município/país como participantes da violência, refletindo-se o porquê de tantas afirmativas para a resposta do item NÃO SEI, que é diferente do item NÃO, ou seja, os adolescentes sabem que existem políticas públicas para adolescentes, mas muitos não sabem quais são elas, como descrevê-las e assim uma parcela irrisória citou algumas dessas. Sugerindo-se mais uma vez que tais achados evidenciam mais um fator de vulnerabilidade social que não contribui para os adolescentes categorizados como V, A, V/A e NVNA e assim participantes da violência dos três países, mostrando uma posição política que precisa e necessita de intervenção, orientação e promoção da discussão, oportunizando aos adolescentes refletir sobre as mesmas.

Nesse entendimento, fica clara a necessidade de rever as políticas vigentes de enfrentamento da violência, no sentido de tornar viável o estabelecimento de estratégias que estimulem a integração e o protagonismo dos principais atores e vítimas desse processo e que articulem diversos setores da sociedade, possibilitando a inserção de várias camadas populacionais que se encontram alijadas dos direitos fundamentais previstos nos regimes democráticos (SOUZA, et al., 2012). Esta é, também, uma sugestão do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde quanto à importância de realizar coleta de dados para registrar o que, os adolescentes e jovens precisam e querem. Dados esses que serviriam para subsidiar projetos, programas e políticas (KRUG et al., 2002).

Assim, a violência e suas várias expressões enquanto um fator de vulnerabilidade para os adolescentes permitem considerar que, para conseguir diminuí-la, as iniciativas sociopolíticas devem buscar junto aos adolescentes como reconhecê-la e identificá-la (SILVA; PEREIRA, 2008).

Dentro da mesma perspectiva, os conjuntos de dados mostrados até o momento sugerem um pouco mais de investimento no nível educacional aos adolescentes do Paraguai, Brasil e Argentina que são vítimas e agressores, com debates, a partir do ponto de vista dos adolescentes, em relação às políticas sociais, à violência, ao esporte, à inserção laboral, à profissionalização, à cultura e ao lazer. Ou seja, a sociedade precisa abrir espaços de diálogo e discussão, sempre no intuito de mais ouvir do que falar, respeitando diferentes e diversas

linguagens e oportunizando aos adolescentes debaterem temas que mobilizem a nação, dando a chance de a expressão juvenil (adolescentes e jovens) se destacar e garantir seus espaços na elaboração de políticas públicas específicas às expectativas desse público.

Finalmente, cabe ressaltar quais as vulnerabilidades sociais encontradas e discutidas, tendo como princípio o conceito de vulnerabilidade social para abranger a violência social, envolvendo adolescentes, considerando sempre a multicausalidade que abarca este fenômeno para tornarem-se participantes da violência, os quais devem ser entendidos em conexão com as definições de Krug et al., (2002), Minayo (1994), Minayo (2009) e Oliveira;Minayo (2005), como violência autoinfligida, interpessoal (violência da família e de parceiro íntimo, comunitária), coletiva (social, política, e econômica). Para tanto, utilizar-se-ão objetivamente as quatro classificações de acordo com o comportamento do indivíduo que são: o individual, o racional, o comunitário e o social (KRUG et al., 2002).

➤ *Individual*: envolve os fatores históricos, biológicos e pessoais como a questão do sexo associada à faixa etária, raça, etnia/cor, escolaridade, pouca rede social, exclusão do mercado de trabalho e condições socioeconômicas precárias (KRUG et al., 2002).

➤ *Racional*: cultiva as relações sociais próximas (companheiros, parceiros íntimos e membros da família), produzindo a violência familiar com ações do uso de poder e autoridade, conforme os papéis de gênero sociais e sexuais; excesso de rigidez, pouca flexibilidade; nível baixo de autonomia pelos seus membros; permanente tensão, impulsividade e agressividade, pouco diálogo e dificuldades para lidar com conflitos, crises e perdas; modelo de violência de origem por um dos cônjuges; uso de drogas (álcool e outras); antecedentes criminais ou uso de armas; dependência financeira, emocional e baixa auto-estima; problemas de saúde, psicológicos - psiquiátricos, o local de moradia; a insegurança no acesso aos serviços públicos e aos serviços de saúde, a inexistência de um trabalho, de atenção primária (prevenção); a falta de disponibilidade de lazer; relações com vizinhos; locais de venda e tráfico de drogas e a repressão policial para inibir essas atividades (BRASIL, 2007).

➤ *Comunitário*: avalia os contextos das relações sociais (escola, trabalho e vizinhança) e identifica as particularidades desses cenários que estão associados ao fato de a pessoa ser vítima ou agressor a: violência urbana; o trabalho nas instituições públicas e os abusos perpetrados por profissionais ocultos por uma tática de funcionamento que exclui a participação social; crianças e adolescentes exploradas no trabalho informal e/ou pela prostituição infanto-juvenil. Fatores intrínsecos à própria criança ou adolescente como um comportamento que pode torná-lo mais vulnerável para experimentar e/ou usar drogas, não

evitar uma gravidez não planejada, praticar roubo e/ou furtos (KRUG et al., 2002). Fatores inerentes ao ambiente escolar como as normas disciplinares algumas intransigentes e/ou inflexíveis (PRIOTTO, 2011).

➤ *Social*: identifica os fatores (sociais) que contribuem no aumento dos índices, ou reduzem as inibições contra a violência, assim como buscam identificar os fatores que podem criar ou apoiar diferentes segmentos da sociedade - ou tensões entre diferentes grupos ou países. Como normas culturais que apoiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos; atitudes que consideram o suicídio como uma questão de escolha individual em vez de um ato de violência que pode ser evitado; normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança; normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças; normas que validam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos; normas que apoiam os conflitos políticos. Incluem, ainda, as políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade (KRUG et al., 2002).

Na sequência, o conjunto de variáveis analisadas segundo o sexo, país e participantes da violência, mostrando as vulnerabilidades sociais:

Sexo: como participantes da violência em geral

Violências: Interpessoal e Coletiva

Comportamentos: Individual

Participantes da violência: V= Feminino; A, V/A Masculino

Sexo: adolescente agressor quanto à escolha das vítimas;

Violências: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: A= Masculino e Feminino

País/participantes da violência por associação significativa

Violências: Coletiva

Comportamentos: Social

Participantes da violência: V e V/A = Brasil; NVNA Paraguai; V/A= Argentina

Regime político dos países

Violências: Coletiva

Comportamentos: Social

Participantes da violência: não avaliado

Relacionamentos conjugais - Casamentos com 12 a 14 anos (4%), 15 a 16 anos (4%), separados com 12 a 14 anos (1,6%) e de 15 a 16 anos (0,2%).

Violências: Interpessoal

Comportamentos: Racional

Participantes da violência: não avaliado

Renda mensal: de menos 1 SM e de 1 a 3 SM (avaliado de acordo com o valor vigente de cada país)

Violências: Estrutural de resistência (social política e econômica)

Comportamento: individual e social

Participantes da violência: Não avaliado

Faixa etária 12 a 14 anos/ País (prevalência)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V=Brasil; A=Argentina; V/A=Argentina; NVNA= Paraguai

Faixa etária 15 a 16 anos/País (prevalência)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil; A= Brasil; V/A= Argentina; NVNA= Brasil

Faixa etária 17 a 18 anos/País (prevalência)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil e Paraguai; A= Brasil; V/A= Argentina NVNA= Brasil

Ter religião/país/participantes da violência (associação da variável)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual e Social

Participantes da violência/país com maiores chances de ter uma religião: V=Brasil (ARG/BR) e Paraguai; A= Paraguai; V/A= Paraguai; NVNA=Brasil (ARG/BR) e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: V/A

Ter feito curso profissionalizante/país/participantes da violência (associação das variáveis)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Social e Comunitário

Participantes da violência por país com maiores chances de ter feito curso profissionalizante: V=Brasil (ARG/BR) e Paraguai; A=Argentina, Brasil e Paraguai; V/A= Brasil (ARG/BR); NVNA=Brasil (ARG/BR e PY/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

Praticar Esportes/país/participantes da violência (associação das variáveis)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Social e Comunitário

Participantes da violência por país com maiores chances para praticar esportes: V= Brasil (PY/BR); A=Argentina, Brasil e Paraguai; V/A= Argentina, Brasil e Paraguai; NVNA=Brasil (PY/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V/A

Fazer algo no seu tempo livre/país/participantes da violência (não houve significância)

Violência: Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Racional, Social e Comunitário

Participantes da violência por país com as mesmas chances para fazer algo no seu tempo livre: V, A, V/A e NVNA=Argentina, Brasil e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: A, A, V/A

Ser de etnia/cor branca

Violência: Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil e Paraguai; A= Brasil; V/A= Argentina

NVNA= Brasil

Ser de etnia/cor parda

Violência: Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil e Paraguai; A= Argentina; V/A= Argentina;

NVNA= Brasil

Ser de etnia/cor negra

Violência: Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil; A= Brasil; V/A= Argentina; NVNA= Paraguai

Ser de etnia/cor amarela

Violência: Coletiva

Comportamento: Individual

Participantes da violência: V= Brasil e Argentina; A= Paraguai; V/A= Brasil

NVNA= Paraguai

Ser de etnia/cor indígena

Violência: Coletiva;

Comportamento: Individual;

Participantes da violência: V=Argentina e Brasil; A=Argentina; V/A=Argentina

NVNA=Argentina

Nunca ter trabalhado, mas pretende trabalhar participação em violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Individual e Comunitária

Comportamento: Comunitário, Social

Participantes da violência por país com as mesmas chances de nunca ter

trabalhado: V, A, V/A e NVNA =Argentina, Brasil e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: A (A/NVNA), V/A(VA/NVNA)

Estar trabalhando atualmente/participação em violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Individual e Comunitária

Comportamento: Comunitário, Social

Participantes da violência por país com maiores chances de estar trabalhando

atualmente: V=Brasil (ARG/BR); A=Argentina, Brasil e Paraguai; V/A=Brasil

(ARG/BR); NVNA= Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: A, A, V/A

Estar trabalhando sem registro

Violência: Interpessoal - Comunitária

Comportamento: Comunitário

Participantes da violência: não avaliado

Estar desempregado/participação em violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Individual e Comunitária

Comportamento: Comunitário, Social

Participantes da violência por país com as mesmas chances de estar

desempregado: V, A, V/A e NVNA=Argentina, Brasil e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: A, V/A

Convivência familiar (normas disciplinares) participação em violência/país (associação significativa das variáveis)

a) Diálogo entendimento mútuo

Violência: Interpessoal

Comportamento: Racional

Participantes da violência por país com maiores chances para ter normas disciplinares: A, V/A=Brasil (ARG/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V (A/NVNA), V/A (VA/NVNA)

b) Imposição de limites sem diálogo participação em violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Interpessoal

Comportamento: Racional

Participantes da violência por país com maiores chances para sofrer imposição de limites sem diálogo: V=Brasil (ARG/BR e PY/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, V/A

c) Tarefas domésticas

Violência: Interpessoal

Comportamento: Racional

Participantes da violência por país com maiores chances para fazer tarefas domésticas: V= Argentina; V/A=Argentina e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: A, V/A

d) Castigo físico

Violência: Interpessoal;

Comportamento: Racional;

Participantes da violência por país com maiores chances para sofrer castigos físicos: V; A =Argentina; V/A =Argentina, Paraguai e Brasil; NVNA=Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: V/A

e) Proibir algo de que gosta

Violência: Interpessoal;

Comportamento: Racional;

Participantes da violência por país com maiores chances para ser proibido algo que gosta: V; A; V/A= Argentina; NVNA =Brasil (PY/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

f) Xingar (falar mal)

Violência: Interpessoal

Comportamento: Racional

Participantes da violência por país com maiores chances para sofrer xingamentos: V; A; V/A; NVNA=Argentina

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

g) Outros (não tem normas disciplinares; não o deixam falar; só dão sermão; obrigam a ler a Bíblia quando não quer; fica trancado no quarto; ser um adulto; quando ainda é tão garoto; que tem que viver com muita ordem)

Violência: Interpessoal – violência da família

Comportamento: Racional

Participantes da violência por país com as mesmas chances para sofrer outros tipos de violência: V, V/A e NVNA = Argentina, Brasil e Paraguai; A= dados insuficientes

Variável/Participantes da violência/NVNA: V/A

Tipos de violência sofrida (vítimas adolescentes) - Os três primeiros de maior prevalência: Humilhações; agressões verbais; nenhuma das situações

Violência: Interpessoal

Comportamentos: Individual, Racional, Comunitário

Participantes da violência: V

Identificação do agressor do adolescente - Os três primeiros de maior prevalência: ninguém; estranhos; colegas da escola

Violência: Interpessoal

Comportamentos: Comunitário

Participantes da violência: não avaliado

Identificação das vítimas escolhidas pelos adolescentes agressores - Os três primeiros de maior prevalência: nunca cometi violência; amigos; irmãos

Violência: Interpessoal

Comportamentos: Racional, Comunitário

Participantes da violência: não avaliado

Identificação do tipo de violência praticada/cometida pelo adolescente agressor- Os três primeiros de maior prevalência: agressões verbais; nenhuma das alternativas; agressões físicas

Violência: Interpessoal

Comportamentos: Individual, Racional, Comunitário

Participantes da violência: não avaliado

Os três principais motivos para o adolescente cometer violência (por prevalência): nunca ter cometido violência; para se defender; desentendimento/ discussão

Violência: Interpessoal

Comportamentos: Individual, Racional, Comunitário

Participantes da violência: não avaliado

Ter arma de fogo em casa/participantes de violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Autoinfligida, Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual, Racional, Comunitária e Social

Participantes da violência: V= Argentina e Paraguai; A= Argentina e Paraguai; V/A= Argentina, Paraguai; NVNA= Argentina e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

Ter pensado em suicídio/participantes de violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Autoinfligida, Interpessoal e Coletiva

Comportamento: Individual e Social

Participantes da violência: V= Brasil (PY/BR); V, A, V/A e NVNA = Argentina; A, V/A e NVNA= Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: V/A

Conhecer alguém que faz parte do crime organizado ou que cometeu

homicídio/participantes de violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Coletiva

Comportamento: Comunitário e Social

Participantes da violência/país com maiores chances de conhecer: V, A, V/A e NVNA=Brasil

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

Conhecer vítimas de homicídios/participantes de violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Coletiva

Comportamento: Comunitário e Social

Participantes da violência/país com maiores chances para conhecer: V= Brasil (ARG/BR e PY/BR), A= Brasil (ARG/BR), V/A e NVNA = Brasil (ARG/BR e PY/BR)

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

Causas de existir violência no bairro/país - Os três primeiros de maior prevalência: uso de drogas; uso de bebidas alcoólicas; agressividade.

Violência: Interpessoal, Coletiva;

Comportamento: Individual, Racional, Comunitário e Social;

Participantes da violência: não avaliado;

Sugestões para diminuir a violência/país - Os três primeiros de maior prevalência: Aumentar o policiamento; família orientar melhor os filhos; aumentar as oportunidades de empregos

Violência: Interpessoal, Coletiva

Comportamento: Individual, Racional, Comunitário e Social

Participantes da violência: não avaliado

Conhecimento da existência de política pública para adolescentes/ participantes de violência/país (associação significativa das variáveis)

Violência: Coletiva;

Comportamento: Social;

Participantes da violência/país com as mesmas chances de conhecer a existência: V, A, V/A, NVNA= Argentina, Brasil e Paraguai

Variável/Participantes da violência/NVNA: V, A, V/A

Observou-se que, diante dos fatores apresentados, o conceito de vulnerabilidade necessita de outros olhares, além da vulnerabilidade é preciso olhar as desigualdades, iniquidades, exclusões, negligências e corrupções. Descreveram-se e discutiram-se aqui três nacionalidades com especificidades sociais e culturais atuantes e conflitantes com a posição social ocupada por esses adolescentes na tríplice fronteira, o que interfere nas situações de vulnerabilidades como participantes da violência. De fato, esta concepção vê-se agravada em contextos específicos, nos quais as condições socioeconômicas são restritas, a falta de acesso a direitos permanece devido à inoperância do Estado e à violência. Todas essas vulnerabilidades apresentam uma situação onde as condutas de risco adquirem um terreno propício, e os desfechos fatais para as trajetórias de muitos adolescentes que acabam por compor a triste história de muitas famílias (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Frente aos resultados, constata-se a vulnerabilidade social a que esses adolescentes estão expostos e ao mesmo tempo verifica-se que muitas das ações discutidas e preconizadas em programas de nível educacional e social não estão atendendo ao objetivo de prevenção e/ou diminuição da violência para esse público que se mostrou em prevalência como V, A,

V/A e NVNA. Ressalta-se a importância de buscar por uma abrangência integradora na cultura e sociedade, como um meio de subsídios na proposição de políticas e ações que visualizem o adolescente como um ser vulnerável, para ser vítima e também agressor, com uma atuação conjunta da saúde, serviço social, psicologia, antropologia, educação, sociologia, entre tantas outras áreas unificando e trabalhando com a fala dos adolescentes na prioridade de prevenção e qualidade de vida em sociedade.

Limitações deste estudo

O estudo mostrou-se com algumas limitações por se tratar de um estudo de corte transversal que se limitou a três municípios/países e pela não inclusão de adolescentes que estão fora do sistema escolar, com um perfil diferente dos participantes desta amostra.

8 CONCLUSÕES

Há futuro porque há presente

A violência social caracteriza-se pela falta de suporte mínimo biopsicossocial e estrutural a uma pessoa, grupo de pessoas, ou a toda uma população. É a forma de violência generalizada mais visível em países em desenvolvimento como o caso do Brasil, da Argentina e do Paraguai e que somente um pacto institucional poderá mudar, em longo prazo, essa realidade de violência na tríplice fronteira.

Indubitavelmente sabe-se que a violência social na atualidade preocupa pelo nível que atingiu, tanto em termos de prevalência quanto de intensidade, esta, não depende de raça, sexo, cultura, religiosidade, escolaridade ou padrão social, o que a torna mais difícil de ser estagnada, exigindo uma análise aprofundada de suas causas que são múltiplas.

Contudo, percorrendo os resultados obtidos ao longo deste estudo, pode-se concluir que entre as definições apresentadas de adolescência-adolescer vislumbrou-se a necessidade de compreender as manifestações de comportamento e experiências vivenciadas pelos adolescentes, a fim de identificar e analisar as ações de violência sofridas e praticadas pelos adolescentes no meio social em que vivem.

Muitos deles vivenciam esse tempo de vulnerabilidade social com maior ou menor intensidade e para superá-la dependerá da forma como esses adolescentes reagem aos problemas e às adaptações, que, muitas vezes, são exigidos em virtude do meio e das condições sociais que envolvem esses indivíduos.

Destaca-se que, além dos objetivos e das questões de pesquisa, as hipóteses da pesquisa foram respondidas, sendo a hipótese 1 que não foi confirmada ao se constatar que as violências aferidas em relação à categorização de participante da violência não são iguais para os três países.

A hipótese 2 confirmou-se devido aos achados afirmarem ser o sexo masculino o mais agressivo e também vítima/agressor e, ainda, ao mostrar os fatores relacionados à violência, evidencia que tanto o sexo masculino como o feminino sofrem e praticam violências.

Na hipótese 3, confirmou-se que os adolescentes dos três municípios/países muito pouco sabem quanto à existência de políticas públicas para adolescentes no seu município/país.

Constatou-se, principalmente, que as diversas formas de violência são (re) produzidas a partir de uma dinâmica que envolve um conjunto de ações, garantidas por uma diversidade de atores sociais, cuja manifestação proclama, e finalizam valores e ações/omissões da maioria de indivíduos e instituições sociais, como: Estado, família, escola, Igreja, meios de comunicação e empresas.

Evidenciaram-se as violências que prevaleceram na população estudada, e os achados sinalizam a violência interpessoal, coletiva e autoinfligida, tendo a variedade de fatores de vulnerabilidades sociais classificados de acordo com o comportamento do indivíduo: o individual, o racional, o comunitário e o social (KRUG et al., 2002).

Percorrendo os resultados obtidos ao longo da pesquisa, constatou-se que os adolescentes da Argentina, do Brasil e do Paraguai são vítimas e também vítima/agressores, confirmando que violência gera violência. Adolescentes submetidos a punições e/ou normas disciplinares estão mais propensos a agir de forma agressiva e a (re)produzir violência com seus irmãos, colegas da escola e amigos. Esse comportamento de vulnerabilidade ocorre na adolescência com atos violentos para se defender, ou para se divertir, mostrando que extravagante ou velada, a violência sempre cumpre o mesmo papel, de dominar e controlar o outro.

Percebe-se, em nome de uma boa educação familiar, presente na vida cotidiana de adolescentes do Paraguai, da Argentina e do Brasil, o custo dessa violência social, dessa barbárie, na maioria das vezes, silenciosa e oculta, sendo que a mesma é flagelante.

O conjunto de dados também mostrou que ter ou não ter uma crença religiosa, ter ou não ter concluído curso profissionalizante, praticar ou não praticar esportes, fazer ou não fazer algo no seu tempo livre, nunca ter trabalhado, estar trabalhando atualmente não se constituíram como um fator de prevenção e, sim, sinalizaram-se como fatores de vulnerabilidade social para os adolescentes participantes da violência.

O mesmo comprovou-se com os que afirmaram ter arma de fogo em casa, ter pensado em suicídio, estar desempregado, conhecer alguém que faça parte do crime organizado ou que cometeu homicídio ou ainda conhecer vítimas de homicídios, sugerindo fatores de vulnerabilidade e de contribuição para os adolescentes participantes da violência, dos três países.

O que se busca nesta tentativa de compreensão é aceitar que a violência não é inevitável, e que a prevenção, mesmo sendo prioridade, está longe de ser alcançada. Sendo necessário saber como observar e identificar os fatores de vulnerabilidade, tendo como foco principal não somente o adolescente, vítima, mas incluir o adolescente agressor e, assim, planejar uma prevenção e promoção de melhor viver em sociedade para essa faixa etária tão vulnerabilizante.

Por conseguinte, isso implica perguntar o que se vislumbra para o futuro próximo, na questão de prevenção da violência, quais as propostas de ações e políticas públicas?

Observou-se na busca de razoáveis causas da violência e saídas para diminuir a violência uma combinação de fatores vulnerabilizantes como culturais, econômicos, sociopolíticos e legais, os quais permitem que o fenômeno da violência seja possível, tendo contribuições das chamadas condições estruturais nas quais a violência social necessita ser vista como um processo que inclui as condições que permitem que ela aconteça, suas diferentes formas de expressão e suas possíveis vulnerabilidades para, somente assim, sinalizar indicações de políticas públicas de controle e prevenção.

Por outro lado, destacou-se que houve avanços desde a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Convenção em 1989, sobre os Direitos da Criança, oficializando a Carta Magna como lei em defesa das crianças de todo o mundo. Todavia percebe-se que, após 24 anos de vigência desse tratado, existem, ainda, enormes desafios a serem conquistados, para alcançar a todos os adolescentes da região trinacional, promovendo modelos de sociedade que garantam a inclusão e o pleno desenvolvimento, para efetivamente desfrutarem de seus direitos. Porém, estarrecidamente comprovou-se junto aos adolescentes pesquisados que nada ou muito pouco sabem a respeito de políticas públicas que favoreçam seus direitos. E, ainda, quando ressaltado que há propostas governamentais com objetivos de mostrar à sociedade que algo está sendo feito, verifica-se que esse pouco está perdendo para o jogo de atrativos e possibilidades que a violência social estrutura.

Vê-se de um lado a vontade de transformar a realidade adversa e de outro as discordâncias provocadas pela falta de avaliação, de análise e de objetividade, oferecendo uma visão empobrecida e difícil para os adolescentes de origens sociais diversas dos três países da tríplice fronteira pesquisados.

Enfatiza-se que, mesmo existindo ideias e ações proativas por parte dos governos, e da sociedade civil, em termos de políticas públicas para os adolescentes, existe igualmente a deficiência na efetividade das leis, de estruturas, de planos de ação e de políticas, para tanto entende-se a necessidade da construção de um trabalho de troca de informações e o estabelecimento de uma política de conjunto, respeitando o domínio soberano de cada país, para articular ações para o desenvolvimento pessoal, social e produtivo dos adolescentes.

Diante das evidências, percebe-se uma sociedade incentivada a solicitar mais policiamento, armamento e tecnologia. Os resultados obtidos confirmam que os adolescentes pesquisados dos três municípios/países afirmam que a solução é aumentar o policiamento. No entanto, poder-se-ia sugerir que os Estados mudassem o foco do agressor e, ao invés de gastar e trabalhar com a violência que já aconteceu, poderiam promover a prevenção primária para agir além dos problemas que possam (re)produzir a violência, evitando que mais adolescentes

sejam V, A e/ou V/A. E, mesmo com os resultados, sugerindo que tais fatores não influenciam ou não interferem para prevenir de os adolescentes serem participantes da violência, é necessário continuar investindo nestes fatores, revendo as ações e formas como estão sendo realizados, assim também são necessários o apoio e a ajuda na estruturação e empoderamento das famílias, prova disso foram os resultados mostrados, em que os adolescentes sugerem que o problema está na família e pedem que essas orientem melhor seus filhos, solicitam ainda aprimorar medidas para reduzir a desigualdade social com mais ofertas de trabalho, programas de primeiro emprego, com investimentos na educação pública básica e profissional de qualidade, em tempo integral, ampliar o acesso ao lazer, à segurança, expandir as atividades esportivas, contemplando a melhoria dos lugares existentes e a construção de novos espaços, a promoção de eventos esportivos, com uma estratégia política que estimule os adolescentes ao protagonismo, a adquirir e potencializar suas habilidades sociais, objetivando, entre outras a diminuição do egocentrismo e do consumismo que, muitas vezes, prevalecem nessa faixa etária. É fundamental que a mídia seja responsável e preocupada em contribuir com imagens positivas para que esses acreditem que estão preparados por valores, atitudes, iniciativas e reconhecimento da responsabilidade de estar no futuro atuante e presente. Assim como ampliar o acesso aos serviços de saúde, justificando-se que as violências estão integralmente interligadas à saúde no contexto físico e mental do ser humano.

Observou-se, ainda, que a violência coletiva no quesito economia é injusta e gera o empobrecimento da maioria das famílias desses países; a violência coletiva no quesito política, muitas vezes mostra sua inércia para a aprovação de leis mais severas contra a criminalidade. A violência cultural, racial, moral e simbólica, às quais têm sido submetidos, a cultura, os costumes, os territórios e a forma de vida dos povos originários desse continente, continua presente.

Ao mesmo tempo, evidenciou-se que os adolescentes, principalmente do Brasil e da Argentina, sinalizam como prevenir a violência com a diminuição da idade penal, porém, ressalta-se que quem está pedindo a diminuição da idade penal são os mesmos adolescentes que vivem em países que (re)produzem a violência com (re)vitimização de adolescentes vítimas de maus-tratos de exploração, de abuso, de negligências entre tantos outros.

Recentemente observou-se a mobilização da sociedade para a diminuição da idade penal do adolescente e diante de tal constatação e como parte da reflexão poder-se-ia perguntar: a impunidade é que faz o adolescente ser agressor? A redução da idade penal produz mais violência? Os adolescentes emancipados com 15 ou 16 anos são considerados capazes? Se o adolescente pode escolher um presidente, pode ter noção que matou uma

pessoa? Aceita-se com relação a esse questionamento, estaria o sistema penitenciário pronto para atender e preparar esses adolescentes para o retorno a uma sociedade justa? Se os adolescentes influenciados ou não acreditam que essa seja a solução, qual seria, então, a penalização para os adultos? Não seria essa, uma visão simplista e não abalizada que atribuem aos adolescentes a culpa de aumento da criminalidade da violência? A culpa não poderia ser do Estado, da sociedade e da família que estão deixando de assumir sua responsabilidade por não priorizar os direitos e a prevenção aos diversos problemas sociais aqui descritos?

Como pesquisadores são muitas as perguntas e poucas são as respostas satisfatórias que condizem com a diminuição da violência.

Cabe ressaltar que uma maneira de começar a resolver o problema da violência social seria que os três governos reconheçam que os adolescentes são vítimas e são agressores para assumirem a responsabilidade compartilhada na luta contra as iniquidades, os descasos, o crime organizado transnacional e estabelecer uma estratégia clara de adotar concreta e efetiva ação conjunta contra os criminosos e violentos, mas lembrando-se de que o foco é evitar que o adolescente seja vítima, agressor ou vítima/agressor.

Por fim, finaliza-se que este trabalho não tem a pretensão de resolver os problemas da violência social na tríplice fronteira, mas dar mais um passo rumo ao revés desse quadro, buscando dos gestores a não omissão, para entender que com os resultados obtidos sinaliza-se que aquilo que foi feito até o momento foi muito pouco ou quase nada para melhorar a situação de vulnerabilidade desses adolescentes na região trinacional e, assim, intensificar o compromisso na prevenção primária, evitando que a violência surja, atuando sobre os fatores que contribuem para sua ocorrência e sobre os agentes dela em tempo anterior à ação violenta e, assim, promover a vida em sociedade, para então mudar o trajeto, desse cenário atual, dos adolescentes da região e dos países Brasil – Paraguai e Argentina.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2003.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G.. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, 2002.

ADVOGADOS PELA INFÂNCIA. Defender e promover os direitos de crianças e adolescentes. **Blog**. 2011. Disponível em: http://advogadospelainfancia.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html. Acesso em: 17 de jun, de 2012.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA (ADITAL). **Derechos humanos**. 2011. Disponível em: www.adital.com.br. Acesso em: 02 jul. 2011.

ALAZRAQUI, M. et al . Calidad de los sistemas de información de mortalidad por violencias en Argentina y Brasil - 1990-2010. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2013.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALDEIAS INFANTIS, SOS BRASIL. **Missão, visão e valores**. 2013. Disponível em: <http://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/noticias/pages/foz-do-iguacu-um-novo-desafio.aspx#.Ue7qx9LBMj9>. Acesso em: 20 de jun de 2013.

ALMEIDA-FILHO, N. A problemática teórica da determinação social da saúde (nota breve desigualdade em saúde como objeto de conhecimento). **Rev. do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES. Saúde em debates**, Rio de Janeiro, v.33, n.83, p. 349 – 406. set/dez.2009.

ALMEIDA-NETO, H. **Trabalho infantil na terceira revolução industrial**. Porto Alegre: RGS EDIPUCRS, 2007.

ALVES, M; SOARES, J. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 1, p.1-30 jun 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2013.

ANDRADE, S. et al. Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. 2012 **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p.1725-1736. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000900011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2013.

ANYANECHI CE. Mandibular fractures associated with domestic violence in Calabar, Nigéria. **Ghana Medical Journal**. Ghana, v.44, n.4, p.155-158, 2010.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

ARGENTINA. Ministerio de Educacion de la Nacion. Computadoras para todos. **Rev. El monitor de la educación**. Buenos Aires, 5^{ta} época, n. 25, p. 50 – 51, nov. 2010.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde. In: NJAINE, K. (Org.). **Impactos da Violência na Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p.79-104.

AVANCI, J; ASSIS, S. & PESCE, R. **Depressão em Crianças**: uma reflexão sobre crescer em meio à violência. Rio de Janeiro: Enesp, Claves/ Fiocruz, CNPQ, 2008.

ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA DE CAMARAS DO COMERCIO. **Populacion de Paraguay, 2010**. 2011.Disponível em. <http://www.citypopulation.de/Paraguay.html>> Acesso em: 24 de fev. 2011.

AYRES, J. R. C. M. *et al.* (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D., & FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências.Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-39.

BALLER, L. **Cultura, Identidade e Fronteira**: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005). 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conversor de moedas**. 2013. Disponível em: <http://www.financeone.com.br/moedas/conversor-de-moedas>>. Acesso em: 01 de abr. de 2013.

BARRIONUEVO, C. O. **Risco suicida adolescente en la ciudad de Recreo**: valoración de las estadísticas en torno a la problemática del “suicidio”. 2010. 149.f Dissertación (Maestría en gerencia y administración en servicios de salud) - Facultad de Ciencias Medicas, Escuela de Salud Pública, Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

- BARROS, A. S. A informalidade dos laranjas na fronteira Brasil/Paraguai. **Rev. História na Fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 1, n.1,p. 61-88, jul/dez.2008. Disponível em: www.uniamerica.br/site/revista/index.php/historianafronteira/.../62>. Acesso em: 4 de abr. de 2013.
- BERNARDI, R. S. Exploração do trabalho de crianças e adolescentes: o desafio da efetividade dos direitos humanos na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. **Videre**, Dourados, MS, ano 2, n. 4, p. 165-182, jul./dez. 2010.
- BEZERRA, J. BARROS, MVG; TENORIO, RM; BARROS, SSH; HALLA, PC. et al., Religiosidade, consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo em adolescentes. **Rev. Panam Salud Publica**.Washington, 2009; vol. 26(5);440-6.
- BITENCOURT, C. R. **Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BITTAR, D; NAKANO, A. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. **Texto Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 17-24, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2013.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí, RS: Unijuí, 2006.
- BONETI, L. W. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente exclusão social**. 2. ed. Ijuí,RS: Unijuí, 2003.
- BORDEU, G. **La violencia em lãs aulas, reflejo de uma sociedad desigual y con padres ausentes**. 2009. Disponível em: http://autoridad-en-tiempos-modernos.blogspot.com.br/2009/08/la-violencia-en-las-aulas-reflejo-de_24.html>.Acesso em: 24 de ago. de 2011.
- BORDIN I A, et al., Severe physical punishment and mental health problems in an economically disadvantaged population of children and adolescents. **Rev. Bras. Psiquiatria**. São Paulo, v. 28, n.4, p.290-296, 2006.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei No. 8.069 de 13 de julho de 1990.1990.Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 24 maio 2010.

BRASIL. Congresso Nacional – **Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul**. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/mercosul/Outros/Historico.htm/>>. Acesso em: 4 de jun. de 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.pr.gov.br/portals/portal/institucional//def_salas_apoio.php . Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001: Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 96, 18 maio 2001. Seção 1e.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PNPS2.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Determinantes sociais de saúde**. 2005a. Disponível em: <http://www.determinantes.fiocruz.br/iniquidades.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Brasília, 2007. Disponível em: www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Violência: uma epidemia silenciosa**. Brasília, DF: CONASS, 2007a (Documenta, 15).

BRASIL. Ministério da saúde. **Assédio: violência e sofrimento no ambiente de trabalho**. Assedio Sexual. Brasília, DF, 2008. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde das crianças e Adolescentes**. Prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008a.

BRASIL. CLT; CPC; **Legislação Previdenciária e Constituição Federal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde** 2010. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes**, 2008 e 2009. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010a. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/viva2008;2009>>. Acesso em: 26 set. 2011.

BRASIL. **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. 2010b. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia das políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2010c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores e Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação – Geral de documentação diplomática. **Seminário Empresarial “Brasil – Paraguai: Perspectiva de comércio e Investimento na Fronteira”** - Resenha de Política Exterior do Brasil nº 106, 1º semestre de 2010, ano 37. Ponta Porã - MS, 2010d.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Rev. Bras. Educ.**, São Paulo, vol.13, n.37, p. 45-56, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>>. Acesso em: 31 de maio de 2012.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil - Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 48, n. 1, p.178-213, jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2013.

CAON, J. L. et al., (Orgs.). Mais perigosas são as feridas que não doem, não ardem nem sangram. In: HARTMANN, N. (org). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005 p.99-116.

CASACIDN. **Comité Argentino de Seguimiento y Aplicación de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño**, 2012. Disponível em: <http://www.casacidn.org.ar/>>. Acesso em: 31 de maio de 2012.

CARDIN, E. G. **Sacoleiros e “laranjas” na tríplice fronteira**: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. 2006. 146 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

CARDOSO, R. Juventude: Conceitos e Visões. In: Mesa 1 - **ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE**. São Paulo. **Anais**. 2004. Disponível em: <http://www.pcs.org.br/Livros/politicasPublicas/MESA1.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. de 2011.

CARVALHO, R. et al., Maus-tratos: estudo através da perspectiva da delegacia de proteção à criança e ao adolescente em Salvador, Bahia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 539-245, Apr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200022&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

CARUSO, H.; MUNIZ, J.;BLANCO, A (ORGs). **Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e saberes Latino-Americanos**. Rio de Janeiro, RJ. Publit Soluções Editoriais, 2007

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n.116: p 143-176, jul. 2002. .

CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. Fronteiras e turismo: Tencionando Conceitos.In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), 4.; SEMINÁRIO DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 3., 2006, Caxias do Sul. **Anais**. Universidade Caxias de Sul 2006

CATHARINO, T. R. **Adolescências e Juventudes - entre o Espaço Público e as Políticas de Cuidados**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. v. 1.

CECILIO, L. et al. Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 2, p.293-304, jun. 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000200012&lng=pt&nrm=iso>.

CENTRO DE ESTUDIOS EN DERECHOS HUMANOS, NIÑEZ Y JUVENTUD (CENIJU). **Visión**. 2012. Disponível em: <<http://www.ceniju.org.py/default.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2012.

CHAUÍ, M. S. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 14 mar. 1999. Mais!, cad. 5, p. 3.

CIA WORLD FACTBOOK. **South America 2009-2012**. 2013. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>.Acesso em: 5 abr. 2013.

COCCO, M.; LOPES, M. Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 151-159, mar. 2010.

CONSTANTINO, P. **Riscos vividos e percebidos por policiais civis**: estudo comparativo dos municípios do Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes. 2006. 176f. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, C. S.; SOUZA, S. J. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal, Rev. Psicol.**, Niterói - RJ v. 23, n. 3, p. 461-486, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922011000300003>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

COSTA, L.; DELL'AGLIO, D. Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas. In: DELL'AGLIO, D.; KOLLER, S. (Orgs.). **Adolescência e juventude**: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CZERESNIA, D. FREITAS C.M (Orgs.). Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. In: CZERESNIA D, FREITAS CM (org.). **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.39-53. Disponível em: http://www.fo.usp.br/departamentos/social/saude_coletiva/AOconceito.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2011.

DAYRELL, J.; REIS, J. B. Juventude e escola: reflexões sobre o ensino da sociologia no ensino médio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais**. Recife: Boletim Informativo, 2007.

DE MARCO, V. **Menores infratores e os crimes hediondos ou equiparados e as medidas socioeducativas**. 2012. Disponível em: <<http://www.meuadvogado.com.br/entenda/menores-infratores-e-os-crimes-hediondos-ou-equiparados-e-as-medidas-socioeducativas.html>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967- 1997). **Educação e pesquisa**. São Paulo. v. 27, n.1 p.163-193. jan./jun.2001.

DECICINO, R. **Fronteiras Brasileiras: Os limites do nosso território**. 2009. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/fronteiras-brasileiras-os-limites-do-nosso-territorio.htm>>. Acesso em: 20 jun 2012.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss. 2011. Disponível em: <<http://www.downfacil.net/download-dicionario-eletronico-houaiss-v3-0>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). **Población y Vivienda**. 2010. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

EAPN-PORTUGAL. **VI Fórum de ONG Ibero-Americanas de infância e adolescência: Declaração de Lisboa/REAPN**. Rediteia, Porto, n. 43, p. 52-53, jan./jun. 2009.

ENGELS, F. Teoria da violência. In: **Engels**. São Paulo: Ática, 1981. p. 146-188.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FÁVERO et al., **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd. 2007. p.93-123.

FERRAZ, S. T. **Promoção da saúde**: viagem entre dois paradigmas. RAP, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 49-60, 1998.

FIGUEIREDO, J. **Violência na Argentina**. Argentinos estão assustados com o aumento da violência. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR50562-6013,00.html>. Acesso em: 23 jun 2012.

FOZ DO IGUAÇU. **População 2011**. 2012. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home_turismo/populacao.asp>. Acesso em: 24 maio 2012.

FOZ DO IGUAÇU. Guarda Mirim. **Histórico**. 2010. Disponível em: <<http://www.guardamirimfoz.org.br/gm/historico.html>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

FREUD, S.; PFISTER, O. **Briefe 1909, 1939**. Hamburg: S. Fischer, Verlag, 1980.

FROTA, A. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Código de la Niñez y de la Adolescencia y Leyes Complementarias**. UNICEF. Assuncion, Paraguay, 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Adolescentes e jovens do Brasil**: participação social e política. São Paulo. Instituto Ayrton Senna, 2007. Disponível em: <<http://www.poupancajovem.mg.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/Adolescentes-e-jovens-no-Brasil-Participacao-UNICEF.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Por qué, cuándo y cómo intervenir desde la escuela ante el maltrato a la infancia y la adolescencia.** Guía conceptual. Maltrato infantil. Buenos Aires. UNICEF, 2010.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente aponta iniquidades e violência como grandes desafios da infância e adolescência.** 2011 Disponível em:
http://www.unicef.org/brazil/pt/media_18348.htm>. Acesso em: 12 jul. 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação Mundial da Infância 2011:** adolescência uma fase de oportunidades. 2011a. Disponível em:
www.unicef.org/sowc2011>. Acesso em: 24 maio 2012.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA), 2009. **População e desenvolvimento. 2009.** Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/mulher/argentina+registra+aumento+de+vitimas+de+violencia+machista/n1237492850000.html>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

GEERTZ, C. A **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GOMES, R. et al. Êxitos e limites na prevenção da violência: estudo de caso de nove experiências brasileiras. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, suplemento, p. 1291-1302. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2013.

HARTMANN, F. (Org.). Violência e discurso. In: CAON, J. L. et al. **Violências e contemporaneidade.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. p. 45-52.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

HOSMER, D.W.; LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression.** 2nd ed New York: Wiley, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.(IBGE) **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade.** BRASIL.2010a. 2011. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.(IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílio. 2009.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.(IBGE). **Divisão Territorial 2010. Faixa de fronteira**. 2010, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm>>. Acesso em: 12 maio 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS DE LA REPUBLICA (INDEC). Población. 2011. Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

JOHNSON, C. C. et al. Co-use of alcohol and tobacco among ninth graders in Louisiana. **Preventing chronic diseases, practice and policy**, Chronic Dis, v. 6, n. 3, n. 85, jul. 2009.

KLEIN, C. H.; BLOCH, K.V.; Estudos Seccionais. In: MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006, p. 125-150.

KOSTZER, D. **Argentina**: a case study on the plan jefes y jefas de hogar desocupados, or the employment road to economic recovery. Buenos Aires. The Levy Economics Institute, 2008. (Working Paper, 534). Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_534.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

KRUG E.G., et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.

LEAVELL, S.; CLARCK, E. G. **Medicina Preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

LEÃO, A. B. S. As representações sociais dos profissionais de saúde mental acerca do modelo de atenção e as possibilidades de inclusão social. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 95-106, 2008.

LEINER, M. et al. Children's mental health and collective violence: a binational study on the United States-Mexico border. **Rev. Panam. Salud Publica**, Washington, v. 31, n. 5, p. 411-416, May 2012. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892012000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2013.

LINETZKY, B. (Coord). Ministerio de Salud. Presidencia de la Nación. **Encuesta Mundial de Salud Escola**. Resultados.2007 Argentina. Disponível em: <http://www.salud.lapampa.gov.ar/archivos/Estadisticas/encuesta-mundial-salud-escolar-2007.pdf> >. Acesso em: 19 set. 2012.

LOUREIRO, B. P. **A violência na América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/colunistas/opinimainmenu-50/20861-artigo-a-violencia-na-america-latina-bruno-peron-loureiro.html>>. Acesso em: 22 set. 2011.

- MAIORANA, R. Portal ORM. **Argentina registra aumento de vítimas de violência machista**. 2009. Disponível em: <http://delas.ig.com.br/mulher/argentina+registra+aumento+de+vítimas+de+violencia+machista/n1237492850000.html> >Acesso em: 04 jul. 2012.
- MALTA, D. C. et al. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3053-3063, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000800010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- MALVASSI, P. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARQUEZINI, A. C. T. Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Cidade do Este. **Rev. Entre-Lugar**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 33-45, 2010.
- MARTÍNEZ, C. **Aportes para la elaboración de un programa nacional de prevención del suicidio**. **Suicidologia**. 2008.. Ministerio de Salud de la Nación; Argentina. Disponível em: <http://www.suicidologia.org.ar/?programa-nacional-de-prevencion-delsuicidio>>. Acesso em 14 abr. 2013.
- MARTY, F. Adolescência, violência e sociedade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.119-131, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- MARX, K. ENGELS. F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MASCARENHAS, M. et al. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 347-357, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MEDINA, Y.; SURYADARMA, D.; SURYAHADI, A. **Destined for destitution**: intergenerational poverty persistence in Indonesia. Jakarta: Chronic Poverty Research Centre, SMERU Research Institute, 2009.
- MENEGHEL, S. N. et al. Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 955-963, 2003.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl.1, p. 07-18, 1994. .

MINAYO, M. C.S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde In: NJAINE, K. (Org.). **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 21-41.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997/fev. 1998.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: Marx, K Writings of the young Marx on philosophy and society, 1967. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997/fev. 1998.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4 no. 1, p 7-23, 1999.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. (Coleção Temas em Saúde).

MINIMUM AGE LIMITS WORLDWIDE. ICAP. 2010. Disponível em: <http://www.icap.org/Table/MinimumAgeLimitsWorldwide>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MOCELLIN, J. **Foz precisa de mais um conselho tutelar para atender demanda**. 2010. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/web/noticia.php?>>. Acesso em 21 maio 2011.

MORAIS, R. D. E. **O que é violência urbana**. SP, Ed. Brasiliense, 1999.

MOREIRA-ALMEIDA, A. et al. Envolvimento religioso e fatores sociodemográficos: resultados de um levantamento nacional no Brasil. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 12-15, Jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2013.

NOEL, G. et. al., **Violência en las escuelas desde una perspectiva cualitativa**. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2009

OLIVEIRA, H.; MINAYO, M. C. S. Violência: um velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55-63, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, J.B. et al. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Rev. Panam Salud Publica**. Washington, 2009; 26(6):494–501.

OLIVEIRA, L.; CANDAU, V. Pedagogia colonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. p. 15-40, apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2012.

OLIVEIRA, M. Conhecendo alguns tipos de Pesquisas. In: **Como Fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 65-75.

OLIVEIRA, Q.; GOMES, R.; NJAINE, K. Dialogando sobre algumas questões de gênero e prevenção à violência e promoção da saúde na adolescência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2013.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Infancia y adolescencia: trabajo y otras actividades económicas**. Buenos Aires, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE(OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE(OMS). **Repercussão da violência na saúde das populações americanas**. 2003. Disponível em: <<http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd44-15-p.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE(OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE(OMS). Saúde nas Américas. **Panorama regional e perfis de países**. 2012. Disponível em <http://apsredes.org/sete2012/wpcontent/uploads/2012/09/Sa%C3%BAdede-nas-Am%C3%A9ricas3.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Buenos Aires sobre violência contra crianças e adolescentes**. 2006. Disponível em: http://www.conic.org.br/index.php?system=news&news_id=1207&action=read>. Acesso em: 20 jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10. revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1996.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **O marco conceitual da saúde integral do adolescente e de seu cuidado**. Washington: OPAS, 1990.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Resolución XIX: Violencia e Salud**. Washington, DC: OPAS, 1993. (Mimeografado).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Observatory Regional de Saude. **Leading cause of death**. 2012. Disponível em: http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_content&task=view&id=3501&Itemid=2391 [Links>. Acesso em: 8 abr. 2013.

OUTEIRAL, J. **Adolescer: estudos sobre adolescência**. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

PARK, M. et al. The health status of young adults in the United States. Department of Pediatrics, University of California, San Francisco, institute for Health Policy Studies, University of California, and San Francisco, California. **Journal of Adolescent Health**, San Francisco, v. 39, p. 305-317, 2006.

PARAGUAI. **Código del Trabajo**. 1993. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/WEBTEXT/35443/64905/S93PRY01.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

PARAGUAI. **La Infancia cuenta Paraguay**. Sistema de indicadores en niñez y adolescencia. Asunción: Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (CDIA), 2010.

PARO, D. Crise argentina afeta interior do país. GAZETA DO POVO. **Mundo - Economia**.. 23/09/2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1300221&tit=Crise-argentina-afeta-interior-do-país> 2012>. Acesso em: 07 dez. 2012.

PAULA, C. et al. Saúde mental e violência entre estudantes da sexta série de um município paulista. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 524-528, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102008000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2013.

PEREIRA, H. V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2009.

PEREIRA, E. G. O tráfico de drogas ilícitas: uma modalidade do crime organizado. **Rev. Digital Espaço Acadêmico**, Contagem, n. 34. 2011. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/o-tr%C3%A1fico-de-drogas-il%C3%ADcitas-uma-modalidade-do-crime-organizado>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

PRATA, M. **Anatomia do assédio moral no trabalho — uma abordagem transdisciplinar**. São Paulo: LTr, 2008, p. 589.

PRIOTTO, E. **Violência Escolar: Políticas Públicas e Práticas Educativas no município de Foz do Iguaçu**. Cascavel: Edunioeste, 2011. 211p.

PRIOTTO, E.; BONETI, L. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 162-179, jan./abr. 2009.

PRIOTTO, E. P.; NIHEI, O.K. Análise do perfil de adolescentes e jovens da tríplice fronteira (Brasil – Paraguai- Argentina): Dados Preliminares da região da vila C de Foz do Iguaçu – PR. 2007. **PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná – MP na Imprensa 2007**. Disponível em: <http://noticiasamp.nsf>>. Acesso em: 01 de fev. de 2008.

REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NA TRÍPLICE FRONTEIRA (PROTEGER). **Apresentação, 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.redeproteger.com.br/index.php>>. Acesso em: 31 maio 2012.

RED LATINOAMERICANA DE ACOGIMIENTO FAMILIAR (RELAF). **Legislaciones de Niñez**. Latinoamericana. 2011. Disponível em: <<Http://Www.Relaf.Org/Legislaciones2.Htm>>. Acesso em: 19 set. 2011.

REICHENHEIM, M. E. et al. Violence and injuries in Brazil: the effect, progress made, and challenges ahead. **The Lancet**, v. 377, p. 1962-1975, 2011.

ROCHA, H. P. A. et al. Jovens esportistas: profissionalização no futebol e a formação na escola. Motriz: **Rev. Educ. Fis.**, Rio Claro, v. 17, n. 2, p. 252-263, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198065742011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2013.

RODAS, J. J. **Los derechos de los pueblos originários**. Pousadas: EdUNaM, 2011.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A Convention Evento internacional sobre os direitos da Criança: debates de e tensões. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v 40, n. 141, p. 693-728, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO100-15742010000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 jul. 2013

RUMEL, D. "Odds ratio": algumas considerações. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 251-256, jun. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101986000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RUOTTI, C.; MASSA, V.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 15, n. 37, p.377-389, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2013.

SALES-NOBRE, F. S. R.; VALENTINI, N.C. Práticas de lazer, nível de atividade física e aptidão física de moças e rapazes brasileiros. **Rev. Salud Pública**, Bogotá, v. 11, n. 5, p. 713-723, 2009. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642009000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2013.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SANCHEZ, Z.; NAPPO, S. A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas. **Rev. Psiquiatr.Clín.**, SãoPaulo, v.34, supl 1, p. 73-81, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700010&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 20 jun. 2013.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, E. Cursos profissionalizantes e relações de gênero: uma investigação no Instituto Federal de Sergipe. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2011, São Cristovão. **Anais**, 2011. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%203/PDF/>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

SANTOS, E; FRIZON, I; OLIVEIRA, I. **Foz do Iguaçu coletânea de dados**. Curitiba: Módulo, 1993.

SANTOS, M. P. et al. Variação sazonal na actividade física e nas práticas de lazer de adolescentes portugueses. **Rev. Port. Cien. Desp.**, Porto, v. 5, n. 2, p. 192-201, maio 2005. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-05232005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2013.

SAVE THE CHILDREN. **Declaração de Buenos Aires sobre violência contra crianças e adolescentes, 2005.** 2005. Disponível em: <http://www.scslat.org/web/noticias_detalle.php?id=P&tip=N&cod=147&are=&sare=&rgc=&srgc=&ani=2005>. Acesso em: 23 maio 2012.

STATISTICAL ANALYSIS SOFTWARE (SAS) INSTITUTE INC. **SAS/STAT® user's guide.** Version 9.0, Cary: SAS Institute, 2004.

SCHEAFFER, R. L. et al. **Elementary survey sampling.** 6th ed. Boston. Duxbury Press, 2005.

SCHNITMAN, G. et al. Taxa de mortalidade por suicídio e indicadores socioeconômicos nas capitais brasileiras. **Rev. Baiana de Saúde Pública**, Vale do Canela, v. 34, n. 1, p. 44-59, jan./mar. 2010.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA A.F.P.L. Romper com a violência contra a mulher: como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. **Athenea Digit.** n. 14, p. 229-236, 2008.

SEN, A. O racha do multiculturalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, set. 2006. Suplemento Mais, p. 8, 17

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

SILVA, G.; PENNA FILHO, P. A ditadura Paraguaia: os movimentos 14 de Mayo e FULNA e a insurgência contra a repressão de Stroessner (1954-1961). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 25., 2009, Fortaleza. **Anais, 2009** Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1081.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

SILVA, R. A. et al. Prevalência e fatores associados a porte de arma e envolvimento em agressão física entre adolescentes de 15 a 18 anos: estudo de base populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2737-2745 dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SILVA, L. M. P. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente.** Recife: Edupe, 2002.

SILVA, M. A.; PEREIRA, B. O. A violência como fator de vulnerabilidade na ótica de adolescentes escolares. **Revista Educação para a Saúde no Século XXI: Teorias, Modelos e Práticas**, Évora, p. 975-982, 2008.

SILVA, A. V. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. In: 13º ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE, 2007, Maceió. **Anais**, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SOUZA, M.; OLIVEIRA, A. Fatores de proteção familiares, situação de risco, comportamentos e expectativas de jovens de baixa renda. In: DELL'AGLIO, D.; KOLLER, S. **Adolescência e juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SOUZA SANTOS, B.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-59.

SOUZA, E. R. et al. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2012.

SPRANDEL, M. A. (Coord.). **Situação das crianças e dos adolescentes na tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações**. Curitiba: UNICEF/TACRO/ITAIPU Binacional, 2005.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário crítico de política cultural**. Rio de Janeiro. Iluminuras, 1997. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/6620513/Dicionario-Critico-de-Politica-Cultural-Teixeira-Coelho#outer_page_2>. Acesso em: 26 maio 2012.

TELAMA, R., NUPPONEN, H., PIÉRON, M. **Physical activity among young people in the context of lifestyle**. In: European Physical Education Review, Vol 11, No. 2, 115- 137, 2005.

THOMÉ, L. D.; TELMO, A.; KOLLER, S. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. In: DELL'AGLIO, D.; KOLLER, S. (Org.). **Adolescência e juventude: vulnerabilidade e contexto de proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Índex universal dos direitos humanos**. 2012. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx>>. Acesso em: 26 maio 2012.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Índex Universal dos Direitos Humanos**. 2013. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/HRCIndex.aspx>>. Acesso em 26 de abr. 2013.

WAGNER, M. B; CALLEGARI-JACQUES, S. M. Medidas de associação em estudos epidemiológicos: risco relativo e odds ratio. **Jornal de pediatria**. Rio de Janeiro. v. 74, no. 3, p. 247-251, 1998.

WASELFISZ, J. J.; MACIEL, M. **Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco**. Brasília: UNESCO, 2003.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**. 2008. Disponível em: <http://pjmp.org/subsidios_arquivosPJMP/mapa_violencia.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2008.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2011: 2011 os jovens no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

WEBBER, D. **Foz em números**. Foz do Iguaçu: Grupo Camaleão, 2003.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influências nas relações internacionais contemporâneas**. 2009. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WIKCIONÁRIO. **Vocabulo (Latim)**. 2011. Disponível em: <[http://pt.wiktionary.org/wiki/Categoria:!Voc%C3%A1bulo_\(Latim\)](http://pt.wiktionary.org/wiki/Categoria:!Voc%C3%A1bulo_(Latim))>. Acesso em: 20 jul. 2011.

ZALUAR, A, Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004. In: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ZANELATTO, P. et al. Violência contra crianças e adolescentes: significados e atitudes por equipes da estratégia saúde da família. **Cienc. Enferm.**, Concepción, v. 18, n. 2, p.41-49, agosto. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ZUMA, C. E. et al. Violência de gênero na vida adulta. In: NJAINE, K. CONSTANTINO, P. ASSIS, S. **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

ZUNINO, M. G. Estudio epidemiológico comparativo de la mortalidad por armas de fuego en Brasil y Argentina, 1990-2005. **Salud Coletiva**, Lanús. v. 4, n. 3, p. 349-361, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação das escolas/colégios: Brasil –Paraguai- Argentina

1. Nome escola/colégio/ Foz do Iguaçu – Brasil

1. Colégio Estadual Arnaldo Busato
2. Colégio Estadual Sol de Maio
3. Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias
4. Colégio Estadual Flavio Warken
5. Colégio Estadual Paulo Freire
6. Colégio Estadual Pioneiros
7. Colégio Estadual Dom Pedro II
8. Colégio Estadual Tancredo Neves
9. Colégio Estadual Carlos Drumond de Andrade
10. Colégio Estadual Almiro Sartori
11. Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira
12. Colégio Estadual Três Fronteiras
13. Colégio Estadual Gustavo Dobrandino
14. Colégio Estadual Ulisses Guimarães
15. Colégio Estadual Presidente Costa e Silva
16. Colégio Estadual Ayrton Senna
17. Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu
18. Colégio Estadual Professor Mariano Paganoto
19. Colégio Estadual Monsenhor Guilherme
20. Colégio Estadual Bartolomeu Mitre
21. Colégio Estadual Almirante Tamandaré
22. Colégio Estadual Castelo Branco
23. Colégio Estadual Tarquínio Santos
24. Colégio Estadual Jorge Schimmelpfeng
25. Colégio Estadual Barão do Rio Branco
26. Colégio Estadual Carima
27. Colégio Estadual Ipê Roxo (Pré -teste)

2. Nome escola/colégio Ciudad del Este - Paraguai

1. Colegio Nacional Ciudad Nueva km 7 –
2. Colegio Nacional Juan Pablo II Km 5 e Escuela Básica nº 2987 Juan Pablo II
3. Colegio Nacional San Isidro Labrador – Escuela Básica 2973
4. Colegio Nacional Soldado Paraguayo km 7 e Escuela Básica nº 823 Soldado Paraguayo km 7
5. Colegio Nacional Santa Ana
6. Colegio Nacional EMD Primer intendente Municipal
7. Centro Regional de Educación - CRECE
8. Colegio Nacional 8 de Diciembre
9. Colegio Nacional San Blas n.354
10. Colegio Nacional Juana María de Lara n.1523
11. Colegio Nacional José Asunción Flores San Antonio
12. Colegio Nacional Nuevo Horizonte
13. Colegio Nacional Defensores Del Chaco e Escuela Básica n. 1534 Defensores Del Chaco
14. Colegio Nacional Gral. Bernardino Caballero e Escuela Básica nº 670
15. Escuela Básica n. 1532 – Primer Intendente Municipal
16. Escuela Básica n.5441 San Marcos
17. Escuela Básica n. 10-24
18. Escuela Básica n. 1633 Espirito Santo
19. Escuela Básica n. 1632 Augusto Roa Bastos
20. Escuela Básica n.2978 Santa Ana
21. Escuela Básica nº 3406 Mujer Paraguaya
22. Escuela Básica n. 3743 San Antonio
23. Escuela Básica nº 2975 Augusto Roa Bastos
24. Escuela Básica nº 5449 Virgen Medalla Milagrosa

25. Escuela Básica n. 1531- San Francisco de Asís
26. Escuela Básica n. 2966 – Nuestra Señora Del Huerto
27. Escuela Básica n. 5436 San Vicente de Paul (Pré-teste)

3. Nome escola / colégio Puerto Iguazú – Argentina

1. Escuela – 164 –Primaria
2. Escuela n° 200 San Ignacio de Loyola – Primaria
3. Escuela n. 412- Dr. Exequiel Bustillo – Primaria
4. Escuela n° 711 – Primaria
5. Escuela n° 722 – Primaria
6. Escuela Sudamérica n° 746 – Primaria
7. Escuela n° 837 – Primaria
8. Escuela Eduardo Roberto Basi n. 694- Primaria
9. Escuela Pablo Areguati – n° 778 –Primaria
10. Escuela General Manuel Belgrano n° 462 – Primaria
11. Escuela n° 818 – Primaria
12. Escuela n° 875 - Primaria
13. Escuela 4006 EPET n° 04 – Secundaria
14. Escuela Ciclo Básico n° 5 – Secundaria
15. Escuela Ciclo Básico n° 22 – Secundaria
16. Escuela n° 8 Remedios Escalada de San Martin-Secundaria
17. Escuela 1761 Comercio 16 Santa María del Iguazú – Secundaria - Adultos
18. Escuela n. 807 – Fortín Mbororé – Primaria
19. Escuela n. 38 – Primaria – Adultos
20. Escuela n. 1801 Bachideir n° 23 – Secundaria
21. Escuela n° 867 Aldea Yryapu – Primaria
22. Escuela n. 1411 – Primaria – Adultos
23. Escuela n. 1440 – Primaria - Adultos
24. Escuela n. 615 Mariano Moreno San Martin - Primaria (Pré-Teste)

APÊNDICE B - Questionário 1 – Português (40 questões)

Questionário 1 - Para Adolescentes/jovens de Foz do Iguaçu - Aplicação nas escolas/ colégios/Universidade

Pesquisa: Análise do Perfil de adolescentes e jovens na Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina)

Pesquisadores responsáveis: Elis Palma Priotto e Oscar Kenji Nihei

1. Nome da Escola/Colégio/Universidade: _____

Ensino: Fundamental () Série: _____ **Médio** () Série: _____ **Superior** () Curso/ano: _____

Período: Manhã () Tarde () Noite () Intermediário () Integral ()

Nasceu em qual município? _____ **Idade:** _____

Sexo: Masculino () Feminino () **Bairro onde mora:** _____

Cor: Branca () Parda () Negra () Amarela ()

Estado Civil: Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Outro () _____

Renda familiar: Menor que 1 SM () 1 a 3 SM () 3 a 5 SM () Mais de 5 SM ()

Segue alguma Religião? () Sim () Não **Qual?** _____ **Caso positivo:** Praticante () Não Praticante ()

2. Qual a importância da escola para você ?

- a) () para o meu futuro profissional b) () para adquirir conhecimento c) () para coisas que faço no dia -a- dia
d) () para fazer amigos e) () para conseguir trabalho hoje f) () não tem importância g) Outro: _____

3. Você já concluiu algum curso profissionalizante?

- a) Sim () b) Não () Qual curso? _____ Em qual instituição? _____

4. Com quem você costuma conversar sobre as características peculiares da adolescência/ juventude? (Questão de múltipla escolha)

- a) () com amigos/colegas b) () com o professor c) () com os pais d) () não costuma conversar sobre esse assunto
e) () outros Quem?: _____

5. Assinale a melhor coisa em ser adolescente/jovem:

- a) () ter liberdade/independência b) () não ter preocupação/responsabilidade
c) () ter responsabilidades d) () estudar/adquirir conhecimento
e) () poder trabalhar f) () as amizades g) () saúde/disposição/vigor
h) () lutar por objetivos i) () aproveitar a vida/viver com alegria
j) () iniciar-se sexualmente k) () apoio da família
l) () relacionar-me com as pessoas m) () morar fora de casa
n) () administrar a própria vida o) () o lazer/divertimentos p) () Outro: _____

6. Assinale a pior coisa em ser adolescente/jovem:

- a) () Conviver com medo b) () Drogas c) () Ser preso d) () As mudanças do corpo
e) () A independência f) () Violência g) () Repetir o ano escolar h) () Más companhias
i) () Falta de independência j) () Controle familiar k) () Falta de trabalho/renda
l) () Inexperiência/Imaturidade m) () Desrespeito/incompreensão dos adultos
n) () Ter problemas relacionados à nutrição (anorexia/bulimia/obesidade) o) () Outro: _____

7. Assinale com um X os assuntos - aspectos da vida - que mais te interessam hoje (Questão de múltipla escolha):

a) () Vestibular/fazer um curso superior	m) () Honestidade
b) () Trabalhar /ter um emprego	n) () Acreditar em Deus ou um ser superior
c) () Ter uma profissão/carreira/futuro profissional	o) () Seguir uma religião
d) () Independência financeira/ter dinheiro	p) () Cuidar da saúde
e) () Televisão (novelas, filmes, noticiários, futebol, etc.)	q) () Casar/casamento/ ter uma família/ filhos
f) () Passear (praças, shopping, parques, etc)	r) () Sair com os amigos (as)
g) () Cinema	s) () Fazer novas amizades
h) () Ir à danceterias/bailes/baladas	t) () Ir festas/sair/se divertir
i) () Namorar/ter um relacionamento amoroso	u) () Ter um computador/acesso internet
j) () Praticar esportes	v) () Ter carro/casa própria
k) () Terminar um curso superior	w) () Viajar e conhecer lugares novos
l) () Convivência com a família	x) () Política
m) () Nada me interessa no momento	y) () Outro:.....

8. Como você percebe o papel dos pais/ familiares na tua formação pessoal e profissional?

9. Quanto à convivência familiar, seus pais utilizam como normas disciplinares (Questão de múltipla escolha):

- () a) o diálogo e o entendimento mútuo
 () b) a imposição de limites, sem o diálogo
 () c) fazer tarefa doméstica (de casa), como: _____
 () d) o castigo físico, como: _____ Usando: _____
 () e) proibir algo que gosta, como: _____
 () f) xingar, como: _____ () g) Outro: _____

10. O que você espera dos seus pais/ familiares? (Questão de múltipla escolha)

- a) () amizade b) () apoio c) () atenção d) () orientação e) () exemplo/modelo
 f) () compreensão g) () diálogo h) () respeito i) () limites j) () disponibilidade para ouvi-los
 k) () nada l) () outro. O quê? _____

11. No aspecto convivência familiar, assinale a sua opinião (Para cada frase, assinale uma opção):

	1. Concordo Totalmente	2. Concordo parcialmente	3. Não concordo
a) Os adolescentes e jovens não deveriam questionar as decisões de seus pais			
b) Há momentos em que os adolescentes/jovens merecem apanhar			
c) Quando os pais tomam uma decisão devem levar em consideração os sentimentos do adolescente/jovem			
d) Os adolescentes/jovens não deveriam responder aos adultos			
e) É uma perda de tempo escutar os pais			
f) Os pais têm muito que aprender com os jovens/adolescentes			

12. Quais as atividades que você mais gosta de fazer no seu tempo livre, mesmo que faça de vez em quando (Questão de múltipla escolha):

- a) () ficar com a família b) () ler livros c) () ler revistas/jornais d) () assistir à televisão
 e) () estudar f) () praticar esporte g) () ir ao cinema h) () ir a festas com os amigos
 i) () ir a lanchonetes/bares com amigos j) () ir ao shopping k) () namorar
 l) () escutar música m) () viajar n) () arrumar a casa
 o) () ir dançar/ a baile p) () ir à missa/igreja/culto q) () fazer compras r) () “navegar” na internet
 s) () jogar videogame t) () trabalho voluntário u) () não faz nada v) () outra: Qual? _____

13. Para cada item abaixo, indique uma das seguintes opções (números): (1) se você participa atualmente; (2) se já participou e não participa mais; (3) nunca participou, mas gostaria; (4) nunca participou e não gostaria de participar

- a) () Clube ou associação esportiva b) () Grupo religioso
 c) () Torcida organizada de futebol d) () Cooperativa/associação profissional
 e) () Associação de bairro f) () Centro/Associação/Grêmio estudantil
 g) () Associação cultural de grupo étnico h) () Associação de defesa do Consumidor
 i) () Associação dos sem teto j) () Entidade/Associação Feminista
 k) () Movimento sem terra l) () Partido político
 m) () Org. ou movimento de homossexuais e simpatizantes (GLBT) n) () Associação/conselho ligado à educação /saúde
 o) () Entidade de apoio a deficientes físicos/ necessidades especiais p) () Escola de samba
 q) () Fã Clube r) () Grupo de defesa do meio ambiente
 s) () ONG (Org. Não Governamental) – Qual ? : _____ t) () Grupo de teatro
 u) () Grupo de pesquisa científica v) () Grupo de dança
 x) () Sociedade/associação de Professores/pesquisadores z) () Outro(s): _____

14. Quanto aos meios de comunicação, o que você faz mais frequentemente na semana (Questão de múltipla escolha):

- a) () Assistir à TV: o quê principalmente? _____ b) () Ouvir rádio: Qual ? _____
 c) () Ler revista: Qual? _____ d) () Ler jornais: Qual? _____
 e) () “Navegar” na internet (Web) Qual o local de acesso _____ Quanto tempo fica conectado por dia? ____
 f) () Ler livros g) () Outro. Qual? _____ h) () Nenhum dos itens anteriores

15. Pratica algum esporte com certa frequência? a) Sim () b) Não ()

Qual (is)? _____ Quantas vezes por semana? ____ Onde costuma praticar esporte? _____

16. Quanto ao trabalho, qual a sua situação?

- a) () Nunca trabalhou, mas pretende procurar no futuro - Qual profissão gostaria de exercer? _____
 b) () Nunca trabalhou mas está procurando trabalho - Qual profissão procura? _____
 c) () Já trabalhou e está desempregado - Em qual profissão atuou? _____
 d) () Está trabalhando atualmente - Qual profissão? _____ Com registro () Sem registro ()
 e) () Nunca trabalhou e não pretende trabalhar f) () Ainda não pensou sobre o assunto

17. Já pensou em fazer algum trabalho social ou montar um negócio?

- a) () nunca pensou b) () pensou mais desistiu c) () ainda quer fazer – O quê? _____
 d) () já está fazendo – O quê? _____

18. Você sente dificuldade ou constrangimento para frequentar posto de saúde e/ou biblioteca? Sim () Não ()
Caso positivo, qual? () posto de saúde () biblioteca Por quê? _____

19. Já teve experiência sexual? Sim () Não ()

Caso positivo, iniciou com qual idade? _____

Caso positivo, costuma usar algum tipo de método contraceptivo (para evitar a gravidez – sua ou da sua namorada)
Sim () Não () Caso positivo, qual método? _____

20. Já recebeu orientação sobre métodos contraceptivos?

Sim () Não () **Caso positivo, como?** a) () Família b) () Escola c) () TV d) () Jornais/revistas
e) () Internet f) () Profissional da saúde g) () Amigos h) () Outro _____

21. Já tem filhos?

Sim () Não () Caso positivo, quantos? _____

Para as meninas: Caso positivo, fez pré-natal (teve acompanhamento médico)? Sim () Não ()

Quantas consultas você fez em cada gestação em média? _____

22. Já recebeu orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST)? Sim () Não ()

Caso tenha respondido sim, como? a) () Família b) () Escola c) () TV d) () Jornais/revistas
e) () Internet f) () Profissional da saúde g) () Amigos h) () Outro: _____

23. Conhece alguém que já cometeu aborto? Sim () Não ()

24. Em alguma situação, você já passou por (Questão de múltipla escolha) :

a) () humilhações b) () agressões físicas c) () furtos e roubos d) () ameaças e) () agressão verbais
f) () intimidações g) () assédio h) () violência sexual i) () nenhuma das situações

25. Através das opções abaixo, indique quem comete mais violência contra você:

a) () Pais b) () padrasto / madrastra c) () avôs/vós d) () tios/tias e) () colegas de escola f) () professores(as)
g) () irmãos h) () vizinhos (as) i) () estranhos (pessoas não conhecidas) j) () outros: Quem? ____ k) () ninguém

26. Na sua casa há arma de fogo? a) Sim () b) Não ()

27. Você já experimentou ou usa algumas das drogas abaixo? a) Sim () b) Não ()

Qual (is) já experimentou: a) () tabaco (cigarro) b) () maconha c) () cocaína d) () crack e) () anabolizantes
f) () remédios para emagrecer g) () Êxtase h) () Outro: _____ i) () Nunca usei nenhuma das drogas citadas

28. Você já consumiu bebida alcoólica? Sim () Não ()

Caso positivo, qual(is) já experimentou: a) () cerveja/chope b) () aguardente/cachaça/pinga c) () vodka d) () uísque
e) () vinho f) () espumante g) () Outro(s) _____

Qual a sua frequência de consumo de bebida alcoólica?

a) () Nunca consumiu b) () Mais de 1 vez por semana c) () 1 vez por semana d) () 1 vez a cada quinze dias
e) () 1 vez por mês f) () 1 vez a cada seis meses g) () 1 vez por ano h) () Outro _____

29. Você já cometeu algum tipo de agressão ou violência? a) Sim () b) Não () **Qual?**

a) () furtos e roubos b) () estragou materiais/equipamentos/objetos de patrimônio público c) () provocou incêndios
d) () agressões físicas e) () agressões verbais f) () intimidação g) () humilhação
h) () ameaças i) () tentativa de suicídio l) () nenhuma das alternativas anteriores

30. Caso já tenha cometido algum tipo de agressão ou violência contra alguém, quais foram as vítimas mais comuns:

a) () pais b) () irmãos(as) c) () vizinhos(as) d) () amigos(as) e) () namorados(as) f) () desconhecido
g) () Nunca cometi agressão ou violência contra nenhum ser humano h) () Outro _____

31. Quais foram as principais razões que levaram você a cometer algum tipo de agressão ou violência contra alguém?

a) () Imaturidade b) () Desentendimento/ discussão c) () Dívida d) () Pressões do grupo e) () Para se divertir
f) () Por não gostar da pessoa g) () Uso de Droga h) () Ciúmes i) () Para se defender
j) () Uso de bebida alcoólica k) () Nunca cometi violência l) () Outro: Qual? _____

32. Você conhece alguém que faz parte do crime organizado e/ou que já cometeu homicídio/assassinato? Sim () Não ()

33. Você tem conhecidos que foram vítimas de homicídio/assassinato? Sim () Não ()

34. Em algum momento, você já pensou em suicídio (em se matar)? Sim () Não ()

35. Cite as principais causas de existir casos de violência no seu bairro (assinale as 3 principais causas, na sua opinião)

- a) () Agressividade entre as pessoas b) () Falta de policiamento c) () Agressões verbais, ameaças
d) () Agressões físicas e) () Tráfico de drogas f) () Negligência (descuido, desatenção) da família
g) () Influência da mídia h) () Desrespeito ao outro
i) () Falta de educação j) () Uso de drogas k) () Desemprego
l) () Tráfico de contrabando m) () Falta de atividades de lazer n) () Falta de perspectiva de futuro
o) () Problemas conjugais (entre casais) p) () Uso de bebidas alcoólicas
q) () Violência intrafamiliar (entre membros da família) r) () Outras. Quais? _____

36. Assinale os aspectos que mais te preocupam hoje em Foz do Iguaçu-PR:

- a) () racismo b) () falta de segurança/violência c) () falta de emprego
d) () drogas/tráfico e) () educação f) () saúde
g) () contrabando/ os 'laranjas' h) () falta de moradia i) () pobreza/miséria
j) () meio ambiente k) () abandono de crianças e menores na rua
l) () questões políticas/corrupção m) () Outro: _____

37. Qual o assunto que considera mais importante para ser discutido pela sociedade de Foz do Iguaçu?

- a) () esporte b) () desigualdade e pobreza c) () violência d) () saúde
e) () combate ao tráfico de drogas f) () ética e moral g) () opções de lazer h) () sexualidade
i) () juventude j) () opções de trabalho k) () reforma agrária l) () educação m) () religião n) () Outro: _____

38. Na tua opinião o que deveria ser feito para diminuir a violência no seu bairro?

- a) () Aumentar o policiamento b) () Aumentar a oportunidade de emprego na cidade
c) () Armar a população d) () Ter escola em período integral para crianças, adolescentes e jovens
e) () Pena de morte f) () Diminuir a idade penal
g) () A família deveria orientar melhor os filhos h) () Aumentar o combate ao tráfico de drogas
i) () Aumentar o nível de educação da população j) () Outro: _____

39. Em sua opinião, existem políticas públicas voltadas ao adolescente/jovem no município?

Sim () Não () Não sei () Caso positivo, quais? _____

40. O que você mudaria/implantaria no seu bairro para torná-lo melhor? _____

APÊNDICE C - Cuestionario 1, Español (40 cuestiones)

Encuesta 1 – Para Adolescentes/jóvenes de Ciudad del Este – Aplicación en Escuelas/Colegios

Investigación: Análisis del Perfil de adolescentes y jóvenes de la Tríplice Frontera (Brasil-Paraguay-Argentina)

Investigadores responsables: Elis Palma Priotto y Oscar Kenji Nihei

1. Nombre de la Escuela/Colegio: _____

Enseñanza: Primaria () Ciclo/Grado: _____ **Secundaria** () Año/Curso: _____ **Adulto** () Año/Curso _____

Turno: Mañana () Tarde () Noche () Intermediario () Integral ()

Ciudad en la que naciste: _____ **Edad:** _____

Sexo: Masculino () Femenino () **Barrio donde vives:** _____

Tez (color de tu piel): Blanca () Trigueña () Negra () Amarilla () Indígena ()

Estado Civil: Soltero(a) () Casado(a) () Separado(a) () Otro () _____

Renta familiar: Menos que 1 sueldo mínimo () 1 a 3 sueldos mínimos () 3 a 5 sueldos mínimos () Más de 5 sueldos mínimos ()

¿Posees alguna Religión? () Sí () No ¿Cuál? _____ **En caso afirmativo:** Practicante () No Practicante ()

2. ¿Por qué la escuela es importante para ti?

a) () Lo es para mi futuro profesional b) () para adquirir conocimientos c) () para cosas que hago en mi vida cotidiana
d) () Lo es para hacer amigos e) () para conseguir trabajo hoy f) () no es importante g) Otro: _____

3. ¿Has realizado (en forma completa) algún curso de capacitación profesional?

a) Sí () b) No () ¿Cuál curso? _____ ¿En qué institución? _____

4. ¿Con quién sueles conversar sobre las características peculiares de la adolescencia/ juventud? (Puedes marcar más de una opción)

a) () Con amigos/compañeros (as) b) () Con maestros (as) / Profesores(as) c) () Con mis padres
d) () No suelo conversar al respecto e) () Con otros ¿Con quiénes?: _____

5. Marca qué es lo mejor de ser adolescente/joven:

a) () Tener libertad/independencia b) () No tener preocupaciones/responsabilidades c) () Tener responsabilidades
d) () Estudiar/adquirir conocimientos e) () Poder trabajar f) () Las amistades
g) () Salud/disposición/vigor h) () Luchar por objetivos i) () Disfrutar la vida/vivir con alegría
j) () Iniciar la vida sexual k) () Apoyo de la familia l) () Relacionarme con gente
m) () Vivir fuera de casa n) () Administrar mi propia vida o) () El ocio/ la diversión
p) () Otro: _____

6. Marca qué es lo peor de ser adolescente/joven:

a) () Convivir con el miedo b) () Drogas c) () Ir preso d) () los cambios del cuerpo
e) () la independencia f) () Violencia g) () Repetir el año en la escuela
h) () Malas compañías i) () Falta de independencia
j) () Control familiar k) () Falta de trabajo/dinero
l) () Inexperiencia/ inmadurez m) () Falta de respeto/incomprensión de los
n) () Tener problemas relacionados a la nutrición (anorexia/bulimia/obesidad) o) () Otro: _____

7. Marca «X» en los siguientes asuntos/aspectos de la vida - que más te interesan hoy (Puedes marcar más de una opción):

a) () Ingreso a la universidad (CBC) / realizar un curso superior n) () Honestidad
b) () Trabajar/tener un empleo o) () Creer en Dios o en un ser superior
c) () Tener una profesión / carrera / futuro profesional p) () Seguir una religión
d) () Independencia financiera/tener dinero q) () Cuidar mi salud
e) () Televisión (novelas, películas, noticieros, fútbol, etc.) r) () Casarse/casamiento/ tener una familia/ hijos
f) () Pasear (plazas, shopping, parques, etc.) s) () Salir con amigos (as)
g) () Cine t) () Hacer nuevas amistades
h) () Ir a las discotecas/a los bailes/de parranda u) () Ir a fiestas/salir/divertirse
i) () Tener novio(a)/ tener una relación sentimental v) () Tener una computadora/ acceso a internet
j) () Practicar deportes w) () Tener auto/casa propia
k) () Terminar un curso de nivel superior x) () Viajar y conocer lugares nuevos
l) () Convivencia con la familia y) () Política
m) () Por el momento nada de esto me interesa z) () Otro: _____

8. ¿Cómo ves el papel de tus padres/ familiares en tu formación personal y profesional?

9. Sobre la convivencia familiar, tus padres usan como normas disciplinares (Puedes marcar más de una opción):

- () a) El diálogo y el entendimiento mutuo
 () b) La imposición de límites, sin diálogo
 () c) Hacer tareas domésticas (en casa), como por ejemplo: _____
 () d) El castigo físico, como por ejemplo: _____ Usando: _____
 () e) Prohibirme algo que me gusta, como por ejemplo: _____
 () f) Insultar, como por ejemplo: _____
 () g) Otro: _____

10. ¿Qué esperas de tus padres/ familiares? (Puedes marcar más de una alternativa)

- a) () amistad b) () apoyo c) () atención d) () orientación e) () ejemplo/modelo f) () comprensión
 g) () diálogo h) () respeto i) () límites j) () disponibilidad para escucharme k) () nada
 l) () otro. ¿Cuál? _____

11. Sobre la convivencia familiar, indica tu opinión (Para cada frase, marca una opción):

	1.Estoy totalmente de acuerdo.	2.Estoy parcialmente de acuerdo	3. No estoy de acuerdo
a) Los adolescentes y jóvenes no deberían cuestionar las decisiones de sus padres			
b) Hay casos en los que los adolescentes/jóvenes merecen que se les pegue			
c) Cuando los padres toman una decisión deben tener en cuenta los sentimientos del adolescente/joven			
d) Los adolescentes/jóvenes no deberían contestarles a los adultos			
e) Es una pérdida de tiempo escuchar a tus padres			
f) Los padres tiene mucho que aprender con los jóvenes/adolescentes			

12. ¿Cuáles son las actividades que más te gusta practicar en tu tiempo libre, aún cuando lo hagas de vez en cuando? (Puedes marcar más de una opción):

- a) () Estar en familia b) () leer libros c) () leer revistas/diarios d) () ver la tele
 e) () estudiar f) () Practicar deportes g) () ir al cine h) () ir a fiestas c/amigos
 i) () ir a cafeterías/bares con amigos j) () Ir al shopping k) () salir con tu novio/a
 l) () escuchar música m) () viajar n) () arreglar la casa o) () Ir a bailar/ a bailes
 p) () ir a misa/iglesia/culto q) () ir de compras r) () navegar en internet
 s) () Jugar video games t) () trabajo voluntario u) () no hacer nada v) () Otra: ¿Cuál? _____

13. Para cada letra marca una de las siguientes opciones (c/números): (1) Si participas actualmente, (2) Si ya has participado y no participas más, (3) Si nunca has participado, pero te gustaría hacerlo (4) Si nunca has participado y no te gustaría hacerlo

- a) () Club o asociación deportiva b) () Grupo religioso
 c) () Hinchada organizada de fútbol d) () Cooperativa/asociación profesional
 e) () Asociación de barrio f) () Centro/Asociación/Gremio estudiantil
 g) () Asociación cultural de un grupo étnico h) () Asociación en defensa del Consumidor
 i) () Asociación que luchan por tener un techo j) () Entidad/Asociación Feminista
 k) () Movimiento que lucha x el derecho a una tierra l) () Partido político
 m) () Organización/movimiento de homosexuales y simpatizantes n) () Asociación/consejo vinculado a la educación /salud
 o) () Entidad de apoyo a deficientes físicos/ discapacitados p) () Escuela folclórica/Comparsa
 q) () Club de fans r) () Grupo en defensa del medioambiente
 s) () ONG (Organización no Gubernamental) – ¿Cuál ? : _____ t) () Grupo de teatro
 u) () Grupo de investigación científica v) () Grupo de danza (baile)
 x) () Sociedad/asociación de Profesores/investigadores z) () Otro(s): _____

14. Sobre los medios de comunicación ¿Qué haces con más frecuencia durante la semana (Puedes marcar más de una opción):

- a) () Ver la tele: ¿Principalmente qué? _____ b) () Oír la radio: ¿Cuál ? _____
 c) () Leer revistas: ¿Cuál? _____ d) () Leer el diario: ¿Cuál? _____
 e) () Navegar en internet (Web) ¿Cuál es tu sitio de acceso? _____ ¿Cuánto tiempo por día soles estar conectado? _____
 f) () Leer libros g) () Otro. ¿Cuál? _____ h) () Ninguna de las opciones anteriores

15. ¿Practicas algún deporte con frecuencia? a) Sí () b) No ()

¿Cuál (es)? _____ ¿Cuántas veces por semana? _____ ¿Dónde sueles practicar deportes? _____

16. Sobre el trabajo, ¿Cuál es tu situación?

- a) () Nunca trabajaste, pero pretendes buscar empleo en más adelante - ¿Qué profesión quisieras ejercer? _____
 b) () Nunca trabajaste pero estás buscando empleo - ¿Qué profesión te interesa? _____
 c) () Has trabajado y estás desocupado - ¿En cuál área profesional has actuado? _____
 d) () Estás trabajando actualmente - ¿En qué profesión? _____ Con registro () Sin registro ()
 e) () Nunca trabajaste y no pretendes trabajar - f) () Aún no has pensado sobre ese asunto

17. ¿Ya has pensado en hacer algún trabajo social o poner un negocio?

- a) () nunca lo has pensado b) () lo has pensado pero desististe c) () aún lo quieres hacer - ¿Qué actividad sería? ____
 d) () Ya lo estás haciendo - ¿Qué actividad es? _____

18. ¿Sientes dificultad o vergüenza de ir a un puesto de salud y/o biblioteca?

- Sí () No () En caso afirmativo ¿Cuál? () puesto de salud () biblioteca ¿Por qué? _____

19. ¿Ya has tenido una experiencia sexual? Sí () No ()

En caso afirmativo, ¿A qué edad comenzaste? _____

En caso afirmativo, ¿Sueles usar algún tipo de método anticonceptivo (para evitar el embarazo - tuyo o de tu no

Sí () No () En caso afirmativo, ¿cuál es el método? _____

20. ¿Ya has recibido orientación sobre métodos anticonceptivos? Sí () No ()

En caso afirmativo, ¿cómo? a) () Familia b) () Escuela c) () TV d) () Diarios/revistas

e) () Internet f) () Profesional de la salud g) () Amigos h) () Otro _____

21. ¿Tienes hijos? Sí () No () En caso afirmativo, ¿cuántos? _____

Para las mujeres: En caso afirmativo, ¿hiciste el pre-natal (tuviste acompañamiento médico)? Sí () No ()

¿Cuántas consultas (aproximadamente) hiciste durante cada embarazo? _____

22. ¿Ya has recibido orientación sobre enfermedades de transmisión sexual? Sí () No ()

Si tu respuesta fue afirmativa **¿De quién** a) () Familia b) () Escuela c) () TV d) () Diarios/revistas

e) () Internet f) () Profesional de la salud g) () Amigos h) () Otro: _____

23. ¿Conoces a alguien que se haya realizado un aborto? Sí () No ()**24. ¿Ya has pasado por alguna de estas situaciones? (Puedes marcar más de una alternativa):**

- a) () Humillaciones b) () Agresiones físicas c) () Robos d) () Amenazas
 e) () Agresiones verbales f) () Intimidaciones g) () Asedio h) () Violencia sexual i) () Ninguna de estas situaciones

25. A través de las siguientes opciones, indica quién comete más violencia contra ti:

a) () Padres b) () padrastro/madrastra c) () abuelos/abuelas d) () tíos/tías e) () compañeros de escuela

f) () profesores(as) g) () Hermanos h) () vecinos (as) i) () extraños (personas no conocidas)

j) () Otros: ¿Quién? _____ i) () nadie

26. ¿En tu casa hay algún arma de fuego? a) Sí () b) No ()**27. ¿Has probado o usas alguna de las siguientes drogas? a) Sí () b) No ()**

¿Cuál(es) has probado?: a) () tabaco (cigarrillo) b) () marihuana c) () cocaína d) () crack e) () anabolizantes

f) () remedios para adelgazar g) () Éxtasis h) () Otro: _____ i) () Nunca usé ninguna de las drogas citadas

28. ¿Has consumido bebidas alcohólicas? Sí () No ()

En caso afirmativo, ¿Cuál(es) has probado?: a) () cerveza/chopp b) () aguardiente/caña c) () vodka d) () whisky e) ()

vino f) () espumante g) () Otro(s) _____

¿Cuál es tu frecuencia de consumo de bebida alcohólica?

- a) () Nunca has consumido b) () Más de 1 vez por semana c) () 1 vez por semana d) () 1 vez a cada quince días e) () 1 vez por mes
 f) () 1 vez a cada seis meses g) () 1 vez por año h) () Otro _____

29. ¿Has cometido algún tipo de agresión o violencia? a) Sí () b) No () ¿Cuál?:

a) () Robos b) () romper materiales/equipamientos/objetos de patrimonio público c) () provocaste incendios

d) () Agresiones físicas e) () agresiones verbales f) () intimidación g) () humillación

h) () Amenazas i) () intento de suicidio l) () ninguna de las alternativas anteriores

30. En caso de que hayas cometido algún tipo de agresión o violencia contra alguien, ¿cuáles fueron las víctimas más comunes?:

a) () Padres b) () hermanos(as) c) () vecinos(as) d) () amigos(as) e) () novios(as) f) () desconocido

g) () Nunca cometí agresión o violencia contra ningún ser humano h) () Otro _____

31. ¿Cuáles fueron las principales razones que te llevaron a cometer algún tipo de agresión o violencia contra alguien?

- a) () Inmadurez b) () Desentendimiento/ discusión c) () Deuda d) () Presiones del grupo e) () Para divertirse
f) () Porque no te gustaba la persona g) () Uso de Drogas h) () Celos i) () Para defenderte j) () Uso de bebida
alcohólica k) () Nunca cometí violencia l) () Otro: ¿Cual? _____

32. ¿Conoces a alguien que participa del crimen organizado y/o que ya ha cometido homicidio/asesinato? Sí () No ()

33. ¿Algún conocido tuyo ha sido víctima de homicidio/asesinato? Sí () No ()

34. En algún momento, ¿has pensado en intentar suicidarte? Sí () No ()

35. Di las principales causas de la existencia de casos de violencia en tu barrio (marca las 3 principales causas, en tu opinión)

- a) () Agresividad entre las personas b) () Falta de policías c) () Agresiones verbales, amenazas
d) () Agresiones físicas e) () Tráfico de drogas f) () Negligencia (descuido, desatención) de la familia
g) () Influencia de los medios de comunicación h) () Falta de respeto al prójimo
i) () Falta de educación j) () Uso de drogas k) () Desocupación
l) () Tráfico de contrabando m) () Falta de actividades recreativas
n) () Falta de perspectiva de futuro o) () Problemas conyugales (de las parejas)
p) () Uso de bebidas alcohólicas q) () Violencia familiar (entre miembros de la familia) r) () Otras Cuáles? _____

36. Marca los aspectos que más te preocupan hoy de Puerto Iguazú:

- a) () Racismo b) () falta de seguridad/violencia c) () falta de empleo
d) () Drogas/tráfico e) () educación f) () salud
g) () Contrabando/ los 'pasadores' h) () falta de vivienda i) () pobreza/miseria
j) () Medio ambiente k) () abandono de niños y menores en la calle
l) () Cuestiones políticas/corrupción m) () Otro: _____

37. ¿Qué asunto consideras más importante para ser discutido por la sociedad en Puerto Iguazú?

- a) () Deporte b) () desigualdad y pobreza c) () violencia d) () salud e) () combate al tráfico de drogas
f) () Ética y moral g) () opciones de recreación h) () sexualidad i) () juventud
j) () opciones de trabajo k) () Asuntos agrarios l) () educación m) () religión n) () Otro: _____

38. En tu opinión ¿qué debería hacerse para disminuir la violencia en tu barrio?

- a) () Aumentar el control policial b) () Aumentar la oportunidad de empleo en la ciudad
c) () Armar a la población d) () Tener escuelas de doble escolaridad para niños, adolescentes y jóvenes
e) () Pena de muerte f) () Disminuir la edad de responsabilidad penal
g) () La familia debería orientar mejor a sus hijos h) () Aumentar el combate al tráfico de drogas
i) () Aumentar el nivel de educación de la población j) () Otro: _____

39. En tu opinión, ¿existen políticas públicas dirigidas al adolescente/joven en tu ciudad?

Sí () No () No sé () En caso afirmativo, ¿cuáles? _____

40. ¿Qué cambiarías/implantarías en tu barrio para mejorarlo? _____

APÊNDICE D - Questionário em Português (18 questões)

Questionário para Adolescentes - Aplicação nas Escolas/Colégios

Pesquisa: Análise da violência envolvendo adolescentes estudantes na tríplice fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina.

Pesquisadores responsáveis: Elis Maria T. Palma Priotto e Profa. Dra. Marta Angélica Iossi Silva

1. Nome da Escola/Colégio _____

Ensino: Fundamental () Série: _____ Médio () Série: _____

Período: Manhã () Tarde () Noite () Intermediário () Integral () **Idade:** _____

Sexo: Masculino () Feminino () **Etnia/Cor:** Branca () Parda () Negra () Amarela ()

Estado Civil: Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Outro () _____

Renda familiar: Menor que 1 SM () 1 a 3 SM () 4 a 5 SM () Mais de 5 SM ()

Segue alguma Religião? () Sim () Não Qual? _____ **Caso positivo:** Praticante () Não Praticante ()

3. Você já concluiu algum curso profissionalizante?

a) sim b) não Qual curso? _____ Em qual instituição? _____

9. Quanto à convivência familiar, seus pais utilizam como normas disciplinares (Questão de múltipla escolha):

- () a) o diálogo e o entendimento mútuo
() b) a imposição de limites, sem o diálogo
() c) fazer tarefa doméstica (de casa), como: _____
() d) o castigo físico, como: _____ Usando: _____
() e) proibir algo que gosta, como: _____
() f) xingar, como: _____
() g) Outro: _____

12. Quais as atividades que você mais gosta de fazer no seu tempo livre, mesmo que faça de vez em quando (Questão de múltipla escolha):

- a) () ficar com a família b) () ler livros c) () ler revistas/jornais d) () assistir à televisão
e) () estudar f) () praticar esporte g) () ir ao cinema h) () ir a festas com os amigos
i) () ir a lanchonetes/bares com amigos j) () ir ao shopping k) () namorar
l) () escutar música m) () viajar n) () arrumar a casa o) () ir dançar/ a baile
p) () ir à missa/igreja/culto q) () fazer compras r) () "navegar" na internet
s) () jogar videogame t) () trabalho voluntário u) () não faz nada v) () outra: Qual? _____

15. Pratica algum esporte com certa frequência? a) Sim () b) Não ()

Qual (is)? _____ Quantas vezes por semana? _____ Onde costuma praticar esporte? _____

16. Quanto ao trabalho, qual a sua situação?

- a) () Nunca trabalhou, mas pretende procurar no futuro - Qual profissão gostaria de exercer? _____
b) () Nunca trabalhou mas está procurando trabalho - Qual profissão procura? _____
c) () Já trabalhou e está desempregado - Em qual profissão atuou? _____
d) () Está trabalhando atualmente- Qual profissão? _____ Com registro () Sem registro ()
e) () Nunca trabalhou e não pretende trabalhar f) () Ainda não pensou sobre o assunto

24. Em alguma situação, você já passou por (Questão de múltipla escolha) :

- a) () humilhações b) () agressões físicas c) () furtos e roubos d) () ameaças
e) () agressão verbais f) () intimidações g) () assédio h) () violência sexual
i) () nenhuma das situações

25. Através das opções abaixo, indique quem comete mais violência contra você:

- a) () Pais b) () padrasto / madrastra c) () avôs/vós d) () tios/tias e) () colegas de escola
f) () professores(as) g) () irmãos h) () vizinhos (as) i) () estranhos (pessoas não conhecidas)
j) () outros: Quem ? _____ i) () ninguém

26. Na sua casa há arma de fogo? a) Sim () b) Não ()

29. Você já cometeu algum tipo de agressão ou violência? a) Sim () b) Não () Qual?

- a) () furtos e roubos b) () estragou materiais/equipamentos/objetos de patrimônio público
c) () provocou incêndios d) () agressões físicas e) () agressões verbais f) () intimidação
g) () humilhação h) () ameaças i) () tentativa de suicídio l) () nenhuma das alternativas

30. Caso já tenha cometido algum tipo de agressão ou violência contra alguém, quais foram as vítimas mais comuns:

- a) () pais b) () irmãos(as) c) () vizinhos(as) d) () amigos(as) e) () namorados(as) f) () desconhecido
g) () Nunca cometi agressão ou violência contra nenhum ser humano h) () Outro _____

31. Quais foram as principais razões que levaram você a cometer algum tipo de agressão ou violência contra alguém?

- a) () Imaturidade b) () Desentendimento/ discussão c) () Dívida d) () Pressões do grupo e) () Para se divertir
f) () Por não gostar da pessoa g) () Uso de Drogas h) () Ciúmes i) () Para se defender
j) () Uso de bebida alcoólica k) () Nunca cometi violência l) () Outro: Qual? _____

32. Você conhece alguém que faz parte do crime organizado e/ou que já cometeu homicídio/assassinato? Sim () Não ()

33. Você tem conhecidos que foram vítimas de homicídio/assassinato? Sim () Não ()

34. Em algum momento, você já pensou em suicídio (em se matar)? Sim () Não ()

35. Cite as principais causas de existir casos de violência no seu bairro (assinale as 3 principais causas, na sua opinião)

- a) () Agressividade entre as pessoas b) () Falta de policiamento c) () Agressões verbais, ameaças
d) () Agressões físicas e) () Tráfico de drogas f) () Negligência (descuido, desatenção) da família
g) () Influência da mídia h) () Desrespeito ao outro i) () Falta de educação
j) () Uso de drogas k) () Desemprego l) () Tráfico de contrabando
m) () Falta de atividades de lazer n) () Falta de perspectiva de futuro
o) () Problemas conjugais (entre casais) p) () Uso de bebidas alcoólicas
q) () Violência intrafamiliar (entre membros da família) r) () Outras. Quais? _____

38. Na tua opinião o que deveria ser feito para diminuir a violência no seu bairro?

- a) () Aumentar o policiamento b) () Aumentar a oportunidade de emprego na cidade
c) () Armar a população d) () Ter escola em período integral para crianças, adolescentes e jovens
e) () Pena de morte f) () Diminuir a idade penal
g) () A família deveria orientar melhor os filhos h) () Aumentar o combate ao tráfico de drogas
i) () Aumentar o nível de educação da população j) () Outro: _____

39. Em sua opinião, existem políticas públicas voltadas ao adolescente/jovem no município?

Sim () Não () Caso positivo, quais? _____

APÊNDICE E - Cuestionario en Español- Argentina (18 cuestiones)

Encuesta 1 – Para Adolescentes/jóvenes de Ciudad del Este – Aplicación en Escuelas/Colegios

Investigación: Análisis de la violencia envolviendo adolescentes estudiantes de la tríplice frontera: Brasil – Paraguay – Argentina

Investigadores responsables: Elis Maria T. Palma Priotto e Profa. Dra. Marta Angélica Iossi Silva

1. Nombre de la Escuela/Colegio: _____

Enseñanza: Primaria () Ciclo/Grado: _____ Secundaria () Año/Curso: _____ Adulto () Año/Curso

Turno: Mañana () Tarde () Noche () Intermediario () Integral ()

Ciudad en la que naciste: _____ **Edad:** _____

Sexo: Masculino () Femenino () **Barrio donde vives:** _____

Tez (color de tu piel): Blanca () Trigueña () Negra () Amarilla () Indígena ()

Estado Civil: Soltero(a) () Casado(a) () Separado(a) () Otro () _____

Renta familiar: Menos que 1 sueldo mínimo () 1 a 3 sueldos mínimos () 3 a 5 sueldos mínimos () Más de 5 sueldos mínimos ()

¿Posees alguna Religión? () Sí () No **¿Cuál?** _____ **En caso afirmativo:** Practicante () No Practicante ()

3. ¿Has realizado (en forma completa) algún curso de capacitación profesional?

a) Sí () b) No () **¿Cuál curso?** _____ **¿En qué institución?** _____

9. Sobre la convivencia familiar, tus padres usan como normas disciplinares (Puedes marcar más de una opción):

() a) El diálogo y el entendimiento mutuo

() b) La imposición de límites, sin diálogo

() c) Hacer tareas domésticas (en casa), como por ejemplo: _____

() d) El castigo físico, como por ejemplo: _____ Usando: _____

() e) Prohibirme algo que me gusta, como por ejemplo: _____

() f) Insultar, como por ejemplo: _____

() g) Otro: _____

12. ¿Cuáles son las actividades que más te gusta practicar en tu tiempo libre, aún cuando lo hagas de vez en cuando? (Puedes marcar más de una opción):

a) () Estar en familia b) () leer libros c) () leer revistas/diarios d) () ver la tele e) () estudiar

f) () Practicar deportes g) () ir al cine h) () ir a fiestas c/amigos i) () ir a cafeterías/bares con amigos

j) () Ir al shopping k) () salir con tu novio/a l) () escuchar música m) () viaja r

n) () arreglar la casa o) () Ir a bailar/ a bailes p) () ir a misa/iglesia/culto q) () ir de compras

r) () navegar en internet s) () Jugar video ames t) () trabajo voluntario u) () no hacer nada

v) () Otra: ¿Cuál? _____

15. ¿Practicas algún deporte con frecuencia? a) Sí () b) No ()

¿Cuál (es)? _____ **¿Cuántas veces por semana?** _____ **¿Dónde sueles practicar deportes?** _____

16. Sobre el trabajo, ¿Cuál es tu situación?

a) () Nunca trabajaste, pero pretendes buscar empleo en más adelante - ¿Qué profesión quisieras ejercer? _

b) () Nunca trabajaste pero estás buscando empleo - ¿Qué profesión te interesa? _____

c) () Has trabajado y estás desocupado - ¿En cuál área profesional has actuado? _____

d) () Estás trabajando actualmente - ¿En qué profesión? _____ Con registro () Sin registro ()

e) () Nunca trabajaste y no pretendes trabajar - f) () Aún no has pensado sobre ese asunto

24. ¿Ya has pasado por alguna de estas situaciones? (Puedes marcar más de una alternativa):

a) () Humillaciones b) () Agresiones físicas c) () Robos d) () Amenazas

e) () Agresiones verbales f) () Intimidaciones g) () Asedio h) () Violencia sexual i) () Ninguna de estas situaciones

25. A través de las siguientes opciones, indica quién comete más violencia contra ti:

a) () Padres b) () padrastro/madrastra c) () abuelos/abuelas d) () tíos/tías e) () compañeros de escuela

f) () profesores(as) g) () Hermanos h) () vecinos (as) i) () extraños (personas no conocidas)

j) () Otros: ¿Quién? _ i) () nadie

26. ¿En tu casa hay algún arma de fuego? a) Sí () b) No ()

29. ¿Has cometido algún tipo de agresión o violencia? a) Sí () b) No () **¿Cuál?:** a) () Robos b) () romper materiales/equipamientos/objetos de patrimonio público c) () provocaste incendios d) () Agresiones físicas e) () agresiones verbales f) () intimidación g) () humillación h) () Amenazas i) () intento de suicidio l) () ninguna de las alternativas anteriores

30. En caso de que hayas cometido algún tipo de agresión o violencia contra alguien, ¿cuáles fueron las víctimas más comunes?: a) () Padres b) () hermanos(as) c) () vecinos(as) d) () amigos(as) e) () novios(as) f) () desconocido(g) () Nunca cometí agresión o violencia contra ningún ser humano h) () Otro _____

31. ¿Cuáles fueron las principales razones que te llevaron a cometer algún tipo de agresión o violencia contra alguien? a) () Inmadurez b) () Desentendimiento/ discusión c) () Deuda d) () Presiones del grupo e) () Para divertirse f) () Porque no te gustaba la persona g) () Uso de Drogas h) () Celos i) () Para defenderte j) () Uso de bebida alcohólica k) () Nunca cometí violencia l) () Otro: ¿Cual? _____

32. ¿Conoces a alguien que participa del crimen organizado y/o que ya ha cometido homicidio/asesinato? Sí () No ()

33. ¿Algún conocido tuyo ha sido víctima de homicidio/asesinato? Sí () No ()

34. En algún momento, ¿has pensado en intentar suicidarte? Sí () No ()

35. Di las principales causas de la existencia de casos de violencia en tu barrio (marca las 3 principales causas, en tu opinión)

a) () Agresividad entre las personas b) () Falta de policías c) () Agresiones verbales, amenazas d) () Agresiones físicas e) () Tráfico de drogas f) () Negligencia (descuido, desatención) de la familia g) () Influencia de los medios de comunicación h) () Falta de respeto al prójimo i) () Falta de educación j) () Uso de drogas k) () Desocupación l) () Tráfico de contrabando m) () Falta de actividades recreativas n) () Falta de perspectiva de futuro o) () Problemas conyugales (de las parejas) p) () Uso de bebidas alcohólicas q) () Violencia familiar (entre miembros de la familia) r) () Otras Cuáles? _____

38. En tu opinión ¿qué debería hacerse para disminuir la violencia en tu barrio? a) () Aumentar el control policial b) () Aumentar la oportunidad de empleo en la ciudad c) () Armar a la población d) () Tener escuelas de doble escolaridad para niños, adolescentes y jóvenes e) () Pena de muerte f) () Disminuir la edad de responsabilidad penal g) () La familia debería orientar mejor a sus hijos h) () Aumentar el combate al tráfico de drogas i) () Aumentar el nivel de educación de la población j) () Otro: _____

39. En tu opinión, ¿existen políticas públicas dirigidas al adolescente/joven en tu ciudad? Sí () No () No sé () En caso afirmativo, ¿cuáles? _____

APÊNDICE F - Cuestionario en Español- Paraguay (18 cuestiones)

Encuesta 1 – Para Adolescentes/jóvenes de Ciudad del Este – Aplicación en las Escuelas/Colegios

Investigación: Análisis de la violencia envolviendo adolescentes estudiantes de la tríplice frontera: Brasil – Paraguay – Argentina

Investigadores responsables: Elis Maria T. Palma Priotto e Profa. Orientadora Dra. Marta Angélica Iossi Silva

1. Nombre de la Escuela/Colegio: _____

Enseñanza: Básica () Ciclo/Grado: _____ **Media/Secundaria** () año: _____

Período: Mañana () Tarde () Noche () Intermediario () Integral ()

Ciudad en la que naciste: _____ **Edad:** _____

Sexo: Masculino () Femenino () **Barrio donde vives:** _____

Tez (color de tu piel): Blanca () Morena () Negra () Amarilla ()

Estado Civil: Soltero(a) () Casado(a) () Separado(a) () Otro () _____

Rienda familiar: Menos que 1 sueldo mínimo () 1 a 3 sueldos mínimos () 3 a 5 sueldos mínimos () Más de 5 sueldos mínimos ()

¿Posees alguna Religión? () Sí () No ¿Cuál? _____ **En caso afirmativo:** Practicante () No Practicante ()

3. ¿Has concluido algún curso profesionalizarte?

a) Sí () b) No () ¿Cuál curso? _____ ¿En qué institución? _____

9. Sobre la convivencia familiar, tus padres usan como normas disciplinarias (Puedes marcar más de una opción):

() a) el diálogo y el entendimiento mutuo

() b) la imposición de límites, sin diálogo

() c) hacer tareas domésticas (en casa), como por ejemplo: _____

() d) el castigo físico, como por ejemplo: _____ Usando: _____

() e) prohibirme algo que me gusta, como por ejemplo: _____

() f) insultar, como por ejemplo: _____

() g) Otro: _____

12. ¿Cuáles son las actividades que más te gusta hacer en tu tiempo libre, mismo cuando las haces de vez en cuando?

(Puedes marcar más de una opción):

a) () estar con la familia b) () leer libros c) () leer revistas/diarios d) () ver la tele e) () estudiar

f) () practicar deporte g) () ir al cine h) () ir a fiestas con los amigos i) () ir a cafeterías/bares con amigos

j) () ir al shopping k) () salir con tu novio/a l) () escuchar música m) () viajar

n) () arreglar la casa o) () ir a bailar/ a bailes p) () ir a misa/iglesia/culto q) () ir de compras

r) () navegar en la internet s) () jugar al video ame t) () trabajo voluntario u) () no hacer nada

v) () otra: ¿Cuál? _____

15. ¿Practicas algún deporte con frecuencia? a) Sí () b) No ()

¿Cuál (es)? _____ ¿Cuántas veces por semana? _____ ¿Dónde sueles practicar deportes? _____

16. Sobre el trabajo, ¿Cuál es tu situación?

a) () Nunca trabajaste, pero pretendes buscar un empleo en tu futuro - ¿Qué profesión quisieras ejercer? _____

b) () Nunca trabajaste pero estás buscando un trabajo - ¿Qué profesión buscas? _____

c) () Ya has trabajado y estás desempleado - ¿En qué profesión has actuado? _____

d) () Estás trabajando actualmente - ¿En qué profesión? _____ Con registro () Sin registro ()

e) () Nunca trabajaste y no pretendes trabajar f) () Aún no has pensado sobre ese asunto

24. En alguna situación, ya has pasado por (Puedes marcar más de una alternativa):

a) () humillaciones b) () agresiones físicas c) () robos d) () amenazas

e) () agresiones verbales f) () intimidaciones g) () asedio h) () violencia sexual i) () ninguna de las situaciones

25. Mediante las siguientes opciones, indica quién comete más violencia contra ti:

a) () Padres b) () padrastro / madrastra c) () abuelos/abuelas d) () tíos/tías e) () compañeros de escuela

f) () profesores(as) g) () hermanos h) () vecinos (as) i) () extraños (personas no conocidas)

j) () otros: ¿Quién? _____ i) () nadie

26. ¿En tu casa hay alguna arma de fuego? a) Sí () b) No ()

29. ¿Has cometido algún tipo de agresión o violencia? a) Sí () b) No () **¿Cuál?** a) () robos b) () romper materiales/equipamientos/objetos de patrimonio público c) () provocaste incendios d) () agresiones físicas e) () agresiones verbales f) () intimidación g) () humillación h) () amenazas i) () intento de suicidio l) () ninguna de las alternativas anteriores

30. En caso de que hayas cometido algún tipo de agresión o violencia contra alguien, ¿cuáles fueron las víctimas más comunes?:

a) () padres b) () hermanas(as) c) () vecinos(as) d) () amigos(as) e) () novios(as) f) () desconocido g) () Nunca cometí agresión o violencia contra ningún ser humano h) () Otro ____

31. ¿Cuáles fueron las principales razones que te llevaron a cometer algún tipo de agresión o violencia contra alguien?

a) () Inmadurez b) () Desentendimiento/ discusión c) () Deuda d) () Presiones del grupo e) () Para divertirme f) () Porque no te gustaba la persona g) () Uso de Drogas h) () Celos i) () Para defenderte j) () Uso de bebida alcohólica k) () Nunca cometí violencia l) () Otro: ¿Cual? ____

32. ¿Conoces a alguien que participa del crimen organizado y/o que ya ha cometido homicidio/asesinato?

Sí() No()

33. ¿Algún conocido tuyo ha sido víctima de homicidio/asesinato? Sí () No ()

34. En algún momento, ¿has pensado en el suicidio (en matarte, sacar tu propia vida)? Sí () No ()

35. Di las principales causas de la existencia de casos de violencia en tu barrio (marca las 3 principales causas, en tu opinión)

a) () Agresividad entre las personas b) () Falta de policías c) () Agresiones verbales, amenazas d) () Agresiones físicas e) () Tráfico de drogas f) () Negligencia (descuido, desatención) de la familia g) () Influencia de los medios de comunicación h) () Des respeto al otro i) () Falta de educación j) () Uso de drogas k) () Desempleo l) () Tráfico de contrabando m) () Falta de actividades recreativas n) () Falta de perspectiva de futuro o) () Problemas conyugales (de las parejas) p) () Uso de bebidas alcohólicas q) () Violencia intrafamiliar(entre miembros de la familia) r) () Otras Cuáles?__

38. En tu opinión ¿qué debería hacerse para disminuir la violencia en tu barrio? a) () Aumentar el control policial

b) () Aumentar la oportunidad de empleo en la ciudad c) () Armar a la población d) () Tener escuelas en período integral para niños, adolescentes y jóvenes e) () Pena de muerte f) () Disminuir la edad penal g) () La familia debería orientar mejor a los hijos h) () Aumentar el combate al tráfico de drogas i) () Aumentar el nivel de educación de la población j) () Otro: ____

39. En tu opinión, ¿existen políticas públicas direccionadas al adolescente/joven en tu ciudad?Sí () No () No sé ()

En caso afirmativo, ¿cuáles? _____

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Português)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: “Análise do perfil de adolescentes e jovens na Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina)”

Convidamos você a participar de nosso projeto que tem como objetivo pesquisar as diferentes características da população adolescente e jovem da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina), visando à elaboração de políticas públicas voltadas a esse público. Para este estudo, aplicaremos um questionário com 40 questões, que abordará diferentes temas, aos adolescentes e jovens do município. A sua participação nesta pesquisa não lhe acarretará nenhum custo e nenhum recebimento de pagamento. Informamos que você receberá duas vias deste termo de consentimento, sendo que uma via ficará com você e a outra via assinada ficará com o pesquisador responsável. **IMPORTANTE:** 1) A sua participação não é obrigatória; 2) Qualquer dúvida pode ser esclarecida antes, durante ou depois da coleta do material; 3) Seu nome, nem as iniciais de seu nome serão divulgados (confidencial); 4) Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento; 5) Se durante o projeto você tiver qualquer dúvida, o telefone dos pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa são 45-3576-8137 e/ou 9969-8551 (Profa. Elis Palma Priotto) e 91142061 (Prof. Oscar Kenji Nihei).

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa e ter meus direitos de: 1) Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa. 2). Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo. 3) Não ser identificado e ser mantido o caráter de confidencialidade das informações relacionadas à privacidade. 4) Procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste - CEP/Unioeste, através do telefone 3220-3272, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do trabalho e desejo participar do projeto / ou desejo que _____ participe da pesquisa Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2011.

Nome do participante ou responsável: _____ Assinatura do participante ou resp.: _____

Eu, _____ declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável. Ass. Pesquisadores Resp. _____ Profa. Elis P. Priotto _____ Prof. Oscar K. Nihei

ANEXO B - Termo de Consentimiento Libre e Esclarecido (TCLE) - Español

DECLARACIÓN DE CONSENTIMIENTO INFORMADO

Título del proyecto: "Análisis de los varones adolescentes y jóvenes de la Tríplice Frontera (Brasil-Paraguay-Argentina)"

Le invitamos a participar en nuestro proyecto que tiene como objetivo investigar las diferentes características de la población adolescente y joven de la tríplice frontera (Brasil-Paraguay-Argentina), con miras a la elaboración de políticas públicas para el público. Para este estudio, un cuestionario con 40 preguntas que abordan diferentes temas, los adolescentes y jóvenes de la ciudad. Su participación en esta investigación no implica ningún costo y no recibirá el pago. Tenga en cuenta que usted recibirá dos copias de este formulario de consentimiento y una se quedará con usted a través de otra ruta y se firmará con el investigador. **IMPORTANTE:** 1) Su participación no es obligatoria, 2) Las preguntas pueden ser aclaradas antes, durante o después de la recolección de material, 3) Su nombre o iniciales de su nombre se difundirán (privado) 4) Se puede dejar desde el estudio en cualquier momento; 5) Si durante el diseño que usted tiene alguna pregunta, llame a los investigadores involucrados en este tipo de investigación es 45-3576-8137 y / o 45.9911 3663 (Profa. Elis Priotto Palma) y 91142061(Prof. Nihei Oscar Kenji). Después de leer y recibir explicaciones sobre la investigación y tengo mis derechos: 1) Recibir respuesta a las preguntas y aclaraciones sobre los procedimientos, riesgos, beneficios y otras investigaciones relacionadas. 2). Retirar su consentimiento en cualquier momento y dejar de participar en el estudio. 3) No ser identificado y se mantiene el carácter de confidencialidad de la información relativa a la intimidad. 4) pedir aclaraciones al Comité de Ética en la Investigación de los sindicatos - CEP / sindicatos, por el teléfono 45- 3220-3272, con cualquier pregunta o notificación de eventos no anticipados.

Yo reconozco el trabajo y el deseo de participar en el / los proyectos de investigación o desea _____participe.

Puerto Iguazú, _____en _____el 2012.

Nombre del participante o tutor : _____del participante o resp: _____

Yo, _____declara que toda la información proporcionada por el proyecto para el participante y / o tutores.

Los investigadores Resp. Prof. Priotto, Elis P. _____Prof. Nihei, Oscar K. _____.

ANEXO C - Autorização do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu - Brasil

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Secretaria Municipal da Juventude, Cidadania e Antidrogas

Ofício 048/08

Foz do Iguaçu, 17 de Novembro de 2008.

Prezada Senhora,

Venho por meio desta apresentar-lhe, em anexo, o projeto de pesquisa do **Perfil da Juventude Iguaçuense**, trabalho este que será desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, e a UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), que têm por objetivo a análise de dados a respeito da população jovem na faixa etária de 15 à 24 anos, para que através dos mesmos possamos ter indicativos sobre as características do Jovem Iguaçuense, que convive entre mais de 76 etnias. Ressalto a importância do estudo, por não ter encontrado em arquivos do município dados específicos referentes a esta população. Tendo como certo de que a escola é um local de convívio múltiplo, nos mais variados pontos de vista (educacional, racial, religioso, moral e social...). Sirvo-me do presente expediente para convidá-la a engajar-se neste projeto, autorizando-nos a divulgá-lo, bem como aplicar os questionários referentes à pesquisa, inicialmente nos colégios da região Norte, conforme disponibilidade.

Tendo em vista que o mesmo será de grande valia para a elaboração de políticas públicas específicas voltadas à juventude Iguaçuense, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, bem como servirá de parâmetro para o desenvolvimento de outros estudos voltados à juventude de nossa cidade, reitero o pedido, por ter a certeza de poder contar com seu apoio, e de sua valerosa equipe.

Desde já agradecemos à colaboração e aproveitamos o ensejo para expressar os nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DIEGO LUIZ MONZON
 Secretário Municipal da Juventude, Cidadania e Antidrogas

Ilma.sra.
 Dulce Wernke
 M.D. Chefe do N.R.E - H
 R. Cândido Portinari, 505 - V. Portes

Autenticado 20/11/08

DULCE WERNKE
 CHEFE NRE/FOZ DO IGUAÇU
 050912034100

ANEXO D - Autorização da Coordenadoria Departamental de Supervisão - Zona 1- Alto Paraná – Resolução nº01/2011- Paraguai

Resolución de la Coordinación Departamental de Supervisión
 Coordinación Departamental de Supervisión

Nota CDS N° 04/2011

Ciudad del Este, 17 de febrero de 2011

Señores

Profesores: Elis Palma Priotto y Oscar Kenji Nihel
 Universidad Estadual del Oeste del Paraná
 Foz de Iguaçu-Paraná, Brasil
 Presente

De mi mayor consideración

El Coordinador Departamental de Supervisión de la Zona 1 del Alto Paraná con espíritu solidario y cooperativo se dirige a Ustedes con el objeto de comunicar el Dictamen favorable concedido al trabajo de investigación "Análisis del perfil de adolescentes y jóvenes de la Triple Frontera" a ejecutarse en las Instituciones Educativas de Ciudad del Este, todas dependientes de la Supervisión de Control y Apoyo Administrativo de la Región 1 y Supervisiones de Apoyo Técnico Pedagógicos Nivel 1 y 2 respectivamente.

Se destaca que la Resolución N° 01/2011 de fecha 16 de febrero del año en curso da vigencia al referido trabajo investigativo.

Atentamente.-

Lic. Emilio Pascual Cabete Meza
 Coordinación Departamental de Supervisión
 Zona 1 Alto Paraná

Plenito 115 y Capitán del Puerto - Área 3
 Ciudad del Este - Paraguay

REPUBLICA DEL PARAGUAY
 DIRECCIÓN GENERAL DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE
 Coordinación Departamental de Supervisión

RESOLUCIÓN N° 01/2011

Ciudad del Este, 17 de febrero de 2011

VISTO:

El acuerdo presentado por los investigadores Profesora Elis Palma Prieto y Profesor Oscar Kenji Nihci para la ejecución del proyecto "Análisis del perfil de adolescentes y jóvenes de la Triple Frontera Brasil-Argentina-Paraguay" entre la Itaipú Binacional y la Universidad Estadual del Oeste del Paraná y;

CONSIDERANDO:

Que, toda investigación aplicada a través de la metodología de la encuesta ofrecerá la obtención de datos específicos referente a los perfiles de los adolescentes y jóvenes de la Triple Frontera en las dimensiones biológicas, familiares, educativas y sociales.

Que, la tarea investigativa revelará datos relevantes acerca de los adolescentes y jóvenes estudiantes de los Colegios de la Triple Frontera, Paraguay-Brasil-Argentina.

Que, todos los datos obtenidos ofrecerá un análisis exhaustivo y tarea específica a emprender con los adolescentes y jóvenes a fin de consolidar el rol protagónico que se anhela en Ciudad del Este los demás países de la Triple Frontera.

Por tanto, en uso de sus atribuciones;

LA COORDINACIÓN DEPARTAMENTAL DE SUPERVISIÓN ZONA 1 ALTO PARANÁ RESUELVE;

1° **APROBAR** la ejecución de la investigación "Análisis del Perfil de adolescentes y jóvenes de la Triple Frontera", a los alumnos de Colegios del Sector oficial de Ciudad del Este, en consideración al enfoque científico contextualizado en las escuelas de Frontera.

2° **ORIENTAR** la tarea investigativa con la Supervisión de Control y Apoyo Administrativo y Supervisión de Apoyo Pedagógico para la concretización de los objetivos.

3° **PUBLICAR Y ARCHIVAR.**

 Lic. Emilio Pascual Cañete Meza
 Coordinación Departamental de Supervisión
 Zona 1 Alto Paraná

ANEXO E – Autorização da Coordenadoria Departamental de Supervisão Educativa Zona 2- Alto Paraná –Paraguai

Dirección General de Fortalecimiento del Proceso Educativo
COORDINACIÓN DEPARTAMENTAL DE SUPERVISIÓN - ZONA 2 - ALTO PARANÁ

Ciudad del Este, 25 de mayo de 2010.

Señores

Profesores: Elis Palma Priotto y Oscar Kenji Nihei
Universidad Estadual Del Oeste del Paraná (UNIOESTE)
Foz de Iguazú -Paraná, Brasil
Presente

La Coordinadora Departamental de Supervisión, quien suscribe, tiene a bien dirigirse a Ustedes y por su intermedio a donde corresponda, a fin de responder al requerimiento hecha ante esta dependencia ministerial referente al proyecto de investigación denominado “ANÁLISIS DEL PERFIL DE ADOLESCENTES Y JOVENES DE LA TRIPLA FRONTERA: BRASIL-PARAGUAY-ARGENTINA”, y con el objeto de manifestar en cuanto sigue:

Que, luego de exhaustivo análisis del presente proyecto, esta dependencia **DICTAMINA FAVORABLE** al pedido, teniendo en cuenta que los datos obtenidos del mismo, podrá contribuir enormemente para articular futuras acciones conjuntas con los vecinos países, pues el objetivo general es analizar el perfil general de la población de adolescentes y jóvenes de la triple frontera.

Cabe destacar que para la ejecución del mismo, se aprobó mediante la Resolución N° 01/2010 de fecha 24 de mayo del corriente año, que se llevará a cabo a través de la Supervisión de Control y Apoyo Administrativo de la región, y por intermedio del mismo hasta las instituciones educativas públicas.

Sin otro particular, me despido de Ustedes con la consideración más distinguida.

[Handwritten signature]
Lic. Agrispina Alcáraz de Brítez

Coordinadora Departamental de Supervisión
Zona 2 - Alto Paraná

ANEXO F - Autorização da Supervisão de controle e apoio administrativo Região 1 - Zona 1
– Alto Paraná - Paraguai

Dirección General de Fortalecimiento para el Proceso Educativo
 Coordinación Departamental de Supervisiones Educativas
 Supervisión de Control y Apoyo Administrativo
 Región 1, Zona 1 – Alto Paraná
 Tel/Fax: 061 509113

Nota Nº 12/2011

Ciudad del Este, 17 de Marzo de 2011

Señores Directores de la Región 1 Zona 1 Ciudad del Este

Presente:

El Supervisor de Control y Apoyo Administrativo de la Región 1 Zona 1 de Ciudad del Este Lic. Edgar Ramón Franco Meza se dirige a Ustedes con el objeto de comunicarles que los profesores Elis Palma Priotto y Oscar Kenji Nihel, académicos de la Universidad Estadual de Oeste de Paraná, podrán aplicar cuestionarios a los diferentes grados y cursos de la institución a su cargo, con la finalidad de llevar adelante una investigación denominado **"ANÁLISIS DEL PERFIL DE ADOLESCENTES Y JOVENES DE LA TRIPLE FRONTERA: BRASIL, PARAGUAY, ARGENTINA."**

Al respecto solicita una atención deferente al trabajo que realizarán las personas mencionadas, considerando que el mismo se encuentra aprobado por la Resolución Nº 01/2011 de la Coordinación Departamental de Supervisión.

En espera de contar con la colaboración de la Institución a su cargo le saluda respetuosamente.

Edgar Ramón Franco Meza
 Supervisor Administrativo

ANEXO G – Autorização da Supervisão de controle e apoio administrativo Região 1 – Zona 2 – Alto Paraná - Paraguai

"Ministerio de la Educación Nacional 2011 - 2015"
División de Control y Apoyo Administrativo
Región "1" Zona "2" Alto Paraná

Ciudad del Este, 21 de febrero de 2011 -

Señores
Directores de Instituciones Educativas.
Región 1 Zona 2

La Supervisora de Control y Apoyo Administrativo de la Región "1" Zona "2" Alto Paraná, Lic. Norma Méndez de Gabriaguetz, se dirige a ustedes a objeto de comunicarles que los Profesores Elis Palma Priotto y Oscar Kenj Nihei, ambos catedráticos de la Universidad Estadual Del Oeste de Paraná (UNIOESTE), estarán visitando las instituciones referente al proyecto de investigación denominado "ANÁLISIS DEL PERFIL DE ADOLESCENTES Y JOVENES DE LA TRIPLE FRONTERA: BRASIL, PARAGUAY, ARGENTINA.

Al respecto solicito una atención deferente al trabajo que realizarán los catedráticos de la mencionada Universidad.

En espera de contar con la colaboración de la institución a su cargo me despido de Ud., deseándole éxitos en su función.-

Atentamente,

Norma Méndez de Gabriaguetz
Lic. Norma Méndez de Gabriaguetz
División de Control y Apoyo Administrativo
Región 1 Zona 2 - Alto Paraná

ANEXO H – Autorização da Supervisão Escolar Iguazú - Argentina

PROVINCIA DE MISIONES
CONSEJO GENERAL DE EDUCACION
DIRECCION DE ENSEÑANZA E.C.B. Y REG. ESPECIALES
SUPERVISION ESCOLAR IGUAZU
ZONA XI

IGUAZU, 17 de Marzo de 2011.

Sres.
Profesores Elis Palma Priotto y Oscar Kenji Nihel
Universidad Estadual del Oeste del Paraná
Foz de Iguazú – Paraná – Brasil
Presente

De mi mayor consideración,

La Supervisión Escolar de Puerto Iguazú se dirige a Uds.
Con el objeto de autorizar al Referendum de la brevedad a realizar el trabajo de
investigación "Análisis del perfil de Adolescentes y Jóvenes de la Tronca Frontera" a
ejecutarse en las Instituciones Educativas de la ciudad de Puerto Iguazú.

Atentamente

[Handwritten signature]
Schwefelski Claudia
Superv. Esc. Iguazú

[Handwritten signature]
Marcelo Elvira Ros
Supervisión Escolar Admón.
Consejo General de Educación
Provincia de Misiones

Director de Zona
Recepción
24.03.11

ANEXO I - Dirección General de Educación; Dirección do Ensino Secundário, Polimodal e Regular, Supervisão Região III – Eldorado - Argentina

597

Supervisión Ens. Medio y up	
Zona I - EL DORADO - 309 mes	
18	19
04	05
11	12

PROVINCIA DE MISIONES
 CONSEJO GENERAL DE EDUCACION
 DIRECCION DE ENSEÑANZA SECUNDARIA, POLIMODAL Y REG.
 SUPERVISION REGION III - EL DORADO

Nota N° 252
 Ref. R/Actados Cameno Pray Investig.

Eldorado, 19 de Abril de 2011.

Sra Directora
 Escuela Normal Sup. N° 8
 Prof. Cristina Maciel
SU DESPACHO

Remito para su conocimiento y comunicación a los demás establecimientos secundarios dependientes de esta Supervisión Regional (BOLP. N° 22- ESC. COM. N° 16 - C.B. SEC. N° 5 - C.B. SEC. N° 22) los presentes actuados con Anexo Proyecto de Investigación de la Universidad Estadual do Oeste do Paraná, con ACTORIZACION de la Dirección de Enseñanza Secundaria Jóvenes y Adultos a efectos de que se permita la realización del trabajo de investigación en los respectivos establecimientos educativos.

Sin mas atto.-

ram/NB

[Signature]
 Lic. ANTONIO BODACO
 Supervisor de Ens. Polimodal
 Supervisión Regional
 Dirección Regional de Educación

ES COPIA FIEL DEL CF

[Signature]
 MARIA CRISTINA MACIEL
 DIRECTORA
 ESCUELA NORMAL
 PTO. IGUAZU - MISION

ANEXO J - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o Brasil

PARECER 149/2009-CEP

Súmula: Avaliação de proposta de projeto de Pesquisa, tendo como pesquisador responsável Elis Palma Priotto.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, analisou na sessão ordinária do dia 23/04/2009, Ata 003/2009 - CEP, o processo CR nº 26660/2009, referente ao projeto de Pesquisa intitulado "Análise do perfil de adolescentes e jovens da triplice fronteira: Brasil- Paraguai- Argentina" tendo como pesquisador responsável Elis Palma Priotto, cujo objetivo geral é "Analisar o perfil geral da população adolescente e jovem de Foz do Iguaçu considerando os dados biológicos, demográficos, socioeconômicos, culturais, familiares, educacionais, criminais e comportamentais, disponíveis em diferentes bancos de dados do período de 2006 a 2009".

Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta, a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 29 de abril de 2009.

Dra. MARISTELA JORGE PADOIN
Coordenadora do CEP/Unioeste

ANEXO K - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o Paraguai e Argentina.

PARECER 357/2011-CEP

Projeto de pesquisa, pesquisador responsável: Elis Palma Priotto do Centro de Educação e Letras Campus de Foz do Iguaçu.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, analisou na sessão ordinária do dia 29/09/2011, Ata 008/2011 – CEP, projeto de pesquisa intitulado “Análise do perfil de adolescentes e jovens da triplíce fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina” do pesquisador Elis Palma Priotto. Período de vigência: Agosto de 2011 a Dezembro de 2013. Solicitou a alteração do cronograma, com o objetivo de analisar o perfil geral da população adolescente e jovem de Foz do Iguaçu, considerando os dados biológicos, demográficos, socioeconômicos, culturais, familiares, educacionais, criminais e comportamentais, disponíveis em diferentes bancos de dados do período de 2011 a 2013.

Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, soros de parecer favorável à alteração do projeto classificando a Pareta como **APROVADA**, pois a mesma atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 29 de setembro de 2011

ANELINE MARIA RUEDELL

Coordenadora do CEP/Unioeste